



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS**

## **CRIMINALIDADE NA TELEVISÃO BAIANA:**

**o telejornal policial Se Liga Bocão e os relatos dos  
sujeitos privados de liberdade**

**RODRIGO BARBOSA E SILVA**

**SALVADOR**

**2012**

RODRIGO BARBOSA E SILVA

**CRIMINALIDADE NA TELEVISÃO BAIANA:**  
o telejornal policial Se Liga Bocão e os relatos dos sujeitos  
privados de liberdade

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Itania Maria Mota Gomes.

SALVADOR

2012

Silva, Rodrigo Barbosa e.

Criminalidade na televisão Baiana: o telejornal policial Se Liga Bocão e os relatos dos sujeitos privados de liberdade. / Rodrigo Barbosa e Silva. – Salvador: UFBA/FACOM, 2012.

280 f. : il. ; 21x30 cm.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, 2012.

Orientador: Profa. Dra. Itania Maria Mota Gomes.

Referências bibliográficas: f. 260-280.

1. Telejornal - Criminalidade. 2. Comunicação e Culturas Contemporâneas - Tese. I. Gomes, Itania Maria Mota. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. III. Título.

**Rodrigo Barbosa e Silva**

Criminalidade na Televisão Baiana: o telejornal policial Se Liga Bocão e os relatos dos sujeitos privados de liberdade

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

---

Profa. Dra. Itania Maria Mota Gomes (Orientadora)

---

Prof. Dr. Mahomed Bamba

---

Prof. Dr. Milton Julio de Carvalho Filho

---

Profa. Dra. Fernanda Maurício da Silva

---

Profa. Dra. Ana Luiza Coiro Moraes

Salvador, dezembro de 2012.

À minha mãezona, Vera Barbosa, que tem me mostrado – na vida,  
com vida e pela vida – a importância de persistir, afinal...

*“O meu pai foi peão, minha mãe solidão  
Meus irmãos perderam-se na vida  
Em busca de aventuras  
Descasei, joguei, investi, desisti  
Se há sorte eu não sei, nunca vi  
Me disseram porém que eu viesse aqui  
Pra pedir de romaria e prece  
Paz nos desaventos  
Como eu não sei rezar, só queria mostrar  
Meu olhar, meu olhar, meu olhar”.*

RENATO TEIXEIRA

# AGRADECIMENTOS

À Fundação Universidade do Tocantins – Unitins,  
pela oportunidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e  
Cultura Contemporâneas – PósCom da UFBA,  
pela concretização.

À minha orientadora, Profa. Dra. Itania Gomes,  
pela criticidade.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Análise de  
Telejornalismo, filiado ao PósCom da UFBA,  
pela acolhida.

Aos professores Dr. Milton Julio de Carvalho Filho  
e Dr. Mahomed Bamba,  
pela contribuição.

À diretoria e demais funcionários da Penitenciária  
Lemos Brito,  
pela recepção.

Aos presos da Penitenciária Lemos Brito,  
pela participação.

À Ráquia Rabelo Rogeri,  
pelo incentivo.

À Kyldes Batista Vicente,  
pela revisão.

Aos colegas do projeto de Doutorado  
Interinstitucional – Dinter Unitins/UFBA,  
pelo enriquecimento.

À minha família, Cintia e Raquinha,  
pela confiança.

À CAPES,  
pelo apoio.

## RESUMO

A presente tese propõe investigar a recepção de telejornais com formato popular que trabalham prioritariamente com assuntos ligados à violência, à criminalidade, aos casos de polícia, enfim, à segurança pública dos cidadãos brasileiros, isto é, telejornais com temática policial. O grupo de telespectadores pesquisados foi constituído por sujeitos privados da liberdade, ou seja, homens que possuem histórias de vida vinculadas ao mundo crime, às reportagens veiculadas diariamente pelos referidos programas televisivos.

Primeiramente, é realizada a reflexão dos fenômenos de violência observados na sociedade brasileira, procurando entendê-los como práticas culturais construídas pelos seres humanos ao longo da história. Em seguida, é efetivada a análise, também histórica, da televisão no Brasil, destacando a sua programação popular, em especial, os programas de telejornalismo com esse determinado estilo. Por fim, é apresentado um panorama do sistema penitenciário nacional, considerando as unidades prisionais como instituições de formação humana, apesar da ênfase empregada somente à função punitiva.

Feita a contextualização teórica dos elementos que constituem o corpo científico desta investigação, foram realizadas entrevistas com os presos da Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, por sua história e complexidade, para que descobríssemos o entendimento construído em relação ao telejornal popular com temática policial Se Liga Bocão (TV Itapoan/Record), de tal forma que pudéssemos relacioná-lo aos relatos de vida destas pessoas e o poder de alcance diante dos acontecimentos do mundo do crime.

Tendo a referência dos Estudos Culturais na percepção do telejornalismo, situado social e historicamente, e na compreensão da cultura prisional, a partir dos fenômenos de desigualdade observados entre a população brasileira, foi possível perceber qual a real participação dos criminosos na construção e na participação da referida programação. Assim, os sujeitos investigados demonstraram interagir com os programas muito mais para conhecimento das notícias da criminalidade do que para qualquer tipo de ponderação a respeito de suas vidas a essa realidade.

**Palavras-chave:** Televisão; Telejornalismo Popular; Modo de Endereçamento; Criminalidade; Prisão.

# ABSTRACT

The present study investigates the audience reception of news programs in the popular format, which work mainly with subjects regarding violence, crime and police context, in short, issues related to public security of Brazilian citizens, that is, news programs about criminal matters. The audience sample researched was built by individuals deprived of their liberty, in other words, individuals that have life histories linked to crime, to the questions the news programs above- mentioned broadcast.

First, we examine the violence phenomenon observed in Brazilian society. We try to sense them as cultural practices built by human beings along history. Then, we analyze, also historically, television in Brazil, highlighting its popular programs, specially, news ones within the characteristics described earlier. Finally, we account for the National Penitentiary System, considering correctional facilities as human formation institutions, even though they emphasize only the punishment features.

After the theoretical elements that compose the scientific scope of this study are contextualized, we interviewed prisoners in *Lemos Brito* Penitentiary, in Salvador, capital of Bahia state, due to their history and complexity, in order to find out their understanding related to a news program in the popular format named *Se Liga Bocão* (Itapoan TV/Record), so that we could compare the life history of these people and the range power before these crime events.

Based on Cultural Studies about news perceptions, socially and historically, and on the comprehension of the prison way of living, from the phenomenon of social inequality observed in Brazilian population, we could notice the criminals real role building and participating on these news programs. Therefore, individuals showed interaction with the news programs aiming more to be aware of the crime news than for any other kind of thinking about their lives or this reality.

**Keywords:** Cultural Studies; Television; News Broadcasting in the Popular Format; Addressing Mode; Crime; Prison; Life History.



## RESUMEN

Esta tesis se propone investigar la recepción de telediarios con formato popular que trabajan prioritariamente con temas vinculados a la violencia, a la criminalidad, a los casos policiales, sobretodo, a la seguridad pública de los ciudadanos brasileños, es decir, telediarios con temática policial. El grupo de telespectadores investigados fue constituido por personas privadas de libertad, es decir, hombres que poseen historias de vida vinculadas al mundo del crimen, a los reportajes transmitidos diariamente por los referidos programas televisivos. En primer término, es realizada la reflexión de los fenómenos de violencia observados en la sociedad brasileña, buscando entenderlos cómo prácticas culturales construidas por seres humanos al largo de la historia. Luego, es efectivada el análisis también histórico de la televisión en Brasil, destacando su programación popular, en especial, los programas de tele periodismo con ese estilo determinado. Finalmente es presentado un panorama del sistema carcelario nacional, considerando las unidades carcelarias como instituciones de formación humana, a pesar del énfasis empleado solamente a la función punitiva.

Hecha la contextualización teórica de los elementos que constituyen el cuerpo científico de esta investigación, fueron realizadas entrevistas con los encarcelados de la Penitenciaría Lemos Brito, en la ciudad de Salvador, por su historia y complejidad, para que descubriéramos el entendimiento construido respecto al telediario popular con temática policial “Se Liga Bocão” (TV Itapoan / Record), de tal manera que pudiéramos relacionarlo a las historias de vida de estas personas y el poder de alcance delante de los sucesos del mundo del crimen.

Teniendo los referenciales de los Estudios Culturales en la percepción del tele periodismo, ubicado social e históricamente, y en la comprensión de la cultura carcelaria, desde los fenómenos de desigualdad observados entre la población brasileña, fue posible percibir cual es la real participación de los criminales en la construcción y en la participación de la referida programación. Así, los sujetos investigados han demostrado interactuar con los programas mucho más para conocimiento de las noticias de la criminalidad de lo que cualquier tipo de ponderación acerca de sus vidas hacia esa realidad.

**Palabras-llave:** Estudios Culturales; Televisión; Tele periodismo Popular; Modo de Direccinamiento; Criminalidad; Cárcel; Historias de Vida.

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	12
APRESENTAÇÃO.....	14
CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	23
CAPÍTULO I: O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA	
1.1 Conceituando a violência .....	38
1.2 A agressividade humana.....	40
1.3 Atos e estados violentos.....	47
1.4 Mapa da criminalidade.....	53
1.5 A violência nas metrópoles e na televisão.....	68
1.6 Punição aos sujeitos violentos.....	79
1.7 O controle social da violência.....	85
CAPÍTULO II: TELEJORNALISMO POPULAR	
2.1 A prática sensacionalista.....	96
2.2 Histórico da programação popular.....	106
2.3 A realidade da televisão.....	111
2.4 A cultura popular.....	118
2.5 Os atuais modelos policiais.....	137
CAPÍTULO III: O MUNDO PRISIONAL	
3.1 O surgimento da instituição prisional.....	148
3.2 A prisão e a perda da identidade.....	155
3.3 A prisão e a formação superior no crime.....	163
3.4 A prisão e o seu modo de vida.....	174
3.5 A prisão e a esperança da reabilitação.....	181
3.6 A Penitenciária Lemos Brito.....	188
CAPÍTULO IV: O TELEJORNALISMO POLICIAL	
4.1 A TV na PLB.....	199
4.2 Gênero televisivo.....	202
4.3 Modo de endereçamento.....	204
4.4 O encontro com os presos na PLB.....	207
4.5 O Se Liga Bocão na fala dos presos.....	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	246

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	260
---------------------------------	-----

#### ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1. Número de homicídios na população brasileira.....	63
Tabela 2. Os 25 municípios da Bahia com maiores taxas médias de homicídio.....	66
Tabela 3. Número de homicídios na população total por capital.....	67
Tabela 4. Número de homicídios na população total por região metropolitana.....	67
Tabela 5. Número de presos nas unidades prisionais da Bahia.....	193
Tabela 6. Operadores de análise (modo de endereçamento).....	205

#### ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1. Taxa média de homicídios na população brasileira.....	64
Figura 2. Taxa média de homicídios na população baiana.....	65
Figura 3. Diagrama dos operadores de análise em aplicação.....	206
Figura 4. Logomarca do programa esportivo Galáticos da Rádio Itapoan.....	212
Figura 5. Logomarca do site de notícias Bocão News.....	212

#### ÍNDICE DE IMAGENS:

Imagem 1. Portão de entrada do Complexo Penitenciário de Salvador.....	188
Imagem 2. Início do telejornal Se Liga Bocão da TV Itapoan.....	218
Imagem 3. Apresentador Zé Eduardo. Escalada.....	220
Imagem 4. Vinheta de abertura. Se Liga Bocão.....	224
Imagem 5. Homem conduzido à delegacia por policiais militares.....	228
Imagem 6. Mulher conduzida à delegacia por agentes penitenciários.....	229
Imagem 7. Mulher detida por policiais civis.....	231
Imagem 8. Casal sendo apresentado na delegacia.....	233
Imagem 9. Jovens sendo apresentados na delegacia.....	235
Imagem 10. Mulher concedendo entrevista na delegacia.....	235
Imagem 11. Merchan do apresentador Zé Eduardo.....	241

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**ASP – Agente de Segurança Penitenciária.** É o funcionário da prisão que cuida dos aspectos da segurança e disciplina. É o guarda do presídio, o mestre, no vocabulário da cadeia.

**CDSP Carandiru – Casa de Detenção de São Paulo.** Antes de ser desativado no ano de 2002, após quase cinco décadas de funcionamento, a Casa de Detenção de São Paulo chegou a ser considerada a maior prisão da América Latina. O Carandiru era um grande complexo penitenciário, formado também pela Penitenciária do Estado e por uma Penitenciária Feminina. A CDSP ganhou projeção mundial pela invasão da polícia militar ocorrida em 1992 em um dos seus nove pavilhões, o pavilhão 9, onde 111 presos foram assassinados; este fato ficou conhecido como o “massacre do Carandiru”.

**CV – Comando Vermelho.** Organização criminosa que teve início na Ilha Grande, Rio de Janeiro, no, já extinto, Instituto Penal Cândido Mendes. Criado para manter a ordem e o respeito entre a população carcerária, os fundadores do CV, por meio do contato com os presos políticos do governo militar, nos anos de 1970, aprenderam a se organizar. Inicialmente, o grupo recebeu o nome de União, em seguida de Falange Vermelha e depois, continuando até hoje, de Comando Vermelho. É uma das principais facções criminosas que se têm informações no Estado brasileiro.

**DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional.** O DEPEN tem sua existência fundamentada no art. 71 da Lei de Execução Penal (LEP). É o órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O DEPEN acompanha a aplicação das normas de execução penal em todo o território brasileiro, além de colaborar com as unidades federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidas pela LEP.

**DETENTO PLB (1 a 12) – Presos entrevistados na Penitenciária Lemos Brito.** Observar as notas de rodapé para visualizar a qualificação de cada um dos internos participantes das entrevistas no módulo III da PLB.

**EJA – Educação de Jovens e Adultos.** Modalidade de ensino da Educação Básica destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Na prisão, comumente, os processos escolares organizam-se de acordo com essa modalidade de ensino, oportunizando acesso aos estudos entre aqueles que nunca frequentaram os bancos escolares ou evadiram-se em algum momento da vida.

**GEOP – Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias.** É o grupamento de elite dos agentes penitenciários que atuam nas unidades prisionais do Estado da Bahia.

**GPAT – Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo.** Criado em 2001, está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. Coordenado pela Dra.

Itania Maria Mota Gomes, o grupo trabalha com a análise de programas telejornalísticos a partir da perspectiva teórico-metodológica dos *cultural studies* em associação com os estudos de linguagem, abordagem que implica a consideração de aspectos ao mesmo tempo históricos, sociais, ideológicos e culturais do telejornalismo.

**LEP – Lei de Execução Penal.** Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. De acordo com o art. 1º da referida lei, a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. A LEP sofreu mudanças nos últimos anos por meio das promulgações das seguintes leis: nº 10.713, de 13 de agosto de 2003; nº 10.792, de 01 de dezembro de 2003; nº 11.466, de 28 de março de 2007; nº 11.942, de 28 de maio de 2009; nº 12.313, de 19 de agosto de 2010.

**PLB – Penitenciária Lemos Brito.** A maior unidade prisional do Estado da Bahia. Localizada no bairro da Mata Escura, em Salvador, foi o local onde desenvolvemos a pesquisa junto aos internos do módulo III.

**PUC/SP – Pontifícia Universidade de São Paulo.** Universidade onde realizei o curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo entre os anos de 2002 e 2004. Tendo pesquisado a educação desenvolvida dentro do cárcere, o título da dissertação foi “A escola pública encarcerada: como o Estado educa seus presos”.

**RDD – Regime Disciplinar Diferenciado.** É um regime onde os internos, do sexo masculino, têm uma rotina diferente daquela apresentada em outra unidade prisional de regime fechado. No RDD o preso é recolhido em cela individual. Não tem o direito de ter visitas de crianças, além de não ter visitas íntimas. O interno do RDD sai da cela somente por duas horas diárias para banho de sol. O preso não tem acesso à rádio ou televisão. É chamado entre aqueles que vivenciam o mundo prisional de regime fechadíssimo.

**SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Ressocialização.** Órgão do Estado da Bahia responsável pela promoção da melhoria permanente do sistema prisional com ênfase na racionalização da gestão das práticas operacionais, no aprimoramento das condições de segurança e na garantia da humanização do sistema penitenciário baiano. Seu principal objetivo é fortalecer as práticas de ressocialização e reintegração dos presos na sociedade.

**UNESP/Mar – Universidade Estadual Paulista, campus de Marília.** Universidade em que me graduei no curso de Pedagogia. Fui bolsista de iniciação científica, onde refleti sobre o ensino escolar na prisão, fato que colaborou na construção da monografia de conclusão do curso intitulada “O ensino escolar na Penitenciária de Marília: reflexões sobre a prática educativa em busca da liberdade”.

**RMS – Região Metropolitana de Salvador.** Também conhecida como Grande Salvador, é composta por treze municípios: Camaçari, Candeias, Dias d’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz, além da própria capital Salvador. Foi instituída pela Lei Complementar Federal número 14, de 8 de junho de 1973. Segundo dados do IBGE, no ano de 2010, possuía 3.574.804 habitantes. Esse é o cenário que transcorre a maioria das reportagens do telejornal Se Liga Bocão.

# APRESENTAÇÃO

---

*Na verdade, a prisão me fez reencontrar uma realidade vivenciada num passado não muito distante, mas que não fazia mais parte de mim. Eu nunca fui preso e também nunca fui bandido. Todavia, eu conhecia o mundo daquelas pessoas que estavam atrás das grades. Nunca me considerei um Zé Povinho, sujeito que não conhece a realidade da periferia, do crime e da prisão. No entanto, esta última faceta era a que me faltava nesta tríplice aliança. Não mais.*

*O autor*

Como sugere o título deste estudo, tenho a intenção de refletir sobre a presença do telejornalismo popular na vida daqueles que estão atrás das grades. Mesmo ocupando lugar de destaque no contexto do trabalho aqui desenvolvido, a televisão e a sua programação popular não serão as únicas práticas analisadas. É preciso, também, refletir sobre a violência, seus estados e atos, no cotidiano da sociedade brasileira para que possamos entender o sentido das práticas criminais e o encaminhamento dado pelas forças de segurança e pela justiça nacional, até chegarmos ao mundo da prisão, observando suas regras e seus costumes.

Para as pessoas que não possuem contato com o cotidiano da prisão, pode parecer estranho, e ecoar de maneira espantosa, o fato dos sujeitos privados da liberdade terem acesso aos aparelhos televisivos dentro do cárcere. No imaginário social da maioria da população, ainda prevalece a imagem da prisão como instituição que isola o criminoso da sociedade, fisicamente, e também por meio da inacessibilidade de tudo aquilo que remete à vida do lado externo das muralhas prisionais. Mas, de maneira geral, a rotina carcerária não acontece desse modo. É dever, da terapia penal, proporcionar aos internos possibilidades para que eles possam ser reintegrados socialmente. Desse modo, a atenção aos acontecimentos e às notícias do mundo além do cárcere faz parte do cotidiano da prisão e a televisão é um dos recursos utilizados pelos presos para este (re)conhecimento da vida social.

Não sou nenhum inocente a respeito do sistema penitenciário brasileiro. Apesar de carregar comigo a convicção de que quem, efetivamente, conhece a realidade das prisões brasileiras são aqueles que experimentaram seu gosto amargo por detrás das grades, acredito que a ciência, em seus diversos segmentos, nos ajuda a compreender como ele é estruturado, o porquê da existência de determinadas regras e procedimentos, seu objetivo teórico e a factibilidade prática para o alcance da finalidade que lhe é inerente, isto é, a conjunção entre punição e reintegração sociais. Desse modo, por meio de mais uma pesquisa acadêmica, pretendo contribuir para um entendimento mais aprofundado da instituição prisional, agora, direcionando o olhar às práticas comunicacionais que são estabelecidas em seu espaço.

O interesse pela área, na verdade, confunde-se um pouco com minha própria história de vida. Se quem chega à prisão são aqueles que optam pelo mundo do crime, desde a minha infância, ainda em Santos, na Zona Noroeste da cidade, tive proximidade com as pessoas em questão. As ruas da periferia me apresentaram as facetas mundanas da vida. Morando na favela, quase que instintivamente, meu olhar sobre o mundo foi ficando mais apurado, atento àquilo que me circundava. Assim, sempre estive muito *ligado* aos cenários e acontecimentos que faziam parte do meu cotidiano. E o crime era meu vizinho. Conhecia bem as duas principais quadrilhas da área que, por seguirem caminhos diferentes, mas na mesma direção do mundo do crime, se respeitavam muito entre si, os assaltantes e os traficantes. E era difícil mesmo eu não saber quem era cada um, afinal morávamos todos próximos, convivíamos com a mesma realidade, estudávamos na mesma escola, frequentávamos, em alguns casos, a mesma sala de aula, em se tratando dos integrantes mais novos. Nesse contexto, infelizmente, recordo-me das brigas nos bares, dos confrontos com o pessoal de outras áreas da cidade, dos tiroteios, das mortes, das investidas policiais (averiguações e detenções), do clima tenso, do medo entre a maioria das famílias e tudo mais que envolvia um lugar em que parecia que o bem não transitava por ali.

Muito provavelmente, eu seguiria os mesmos passos dos amigos daquela época, seria mais um na lista daqueles que percorreriam o caminho quase que natural da vida social, ou seja, enveredaria para as aventuras e amarguras da criminalidade. Entretanto, devido às ações de uma senhora de *pulso firme*, minha mãe, que me direcionou para o mundo do trabalho, e os meus esforços para não interromper os estudos, a trajetória da minha vida seguiu um rumo diferente, na verdade, oposto àquele da maioria dos jovens com quem convivia à época. A escassez de tempo, pois minha vida foi ficando resumida ao trabalho e aos estudos, fez com que me distanciasse da *rapaziada*, do *trocar de ideias* diariamente, do conhecimento das notícias sobre o bairro e sobre os *corres* de cada um. Assim, superficialmente, ficava sabendo que um tinha sido preso aqui, outro assassinato ali, mais um havia desaparecido, outros estavam jurados de morte, alguns estavam foragidos da polícia ou dos próprios criminosos etc.

O vínculo, propriamente dito, com a prisão foi acontecer somente no final da década de 1990, quando iniciei o trabalho docente com turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Penitenciária de Marília, interior do estado de São Paulo, período em que cursava Pedagogia na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Desde



o processo de seleção para contratação de professores, passando por minhas primeiras entradas na referida unidade prisional, até o desenvolvimento da prática pedagógica em sala de aula com os internos, sempre me recordava dos períodos vividos em Santos e, por meio dos semblantes dos meus alunos, avistava os rostos daqueles com quem tinha convivido nos períodos da infância e da adolescência. Foi na prisão que me encontrei profissionalmente. Não pelo fato do exercício da docência simplesmente, ação esta pela qual sou apaixonado até os dias atuais, mas pela possibilidade de efetivá-la com o sentido autêntico de criticidade, de integração, de conscientização, enfim, de libertação. Na verdade, a prisão me fez reencontrar uma realidade vivenciada num passado não muito distante, mas que não fazia mais parte de mim. Eu nunca fui preso e também nunca fui bandido. Todavia, eu conhecia o mundo daquelas pessoas que estavam atrás das grades. Nunca me considerei um *Zé Povinho*, sujeito que não conhece a realidade da periferia, do crime e da prisão. No entanto, esta última faceta era a que me faltava nesta tríplice aliança. Não mais. Porém, o início da minha vida na Penitenciária de Marília não veio acompanhado do uniforme de calças beges, do vulgo *ladrão* e de um novo número de documento – o prontuário de detento do sistema penitenciário.

Iniciado o trabalho docente com adultos presos, fui percebendo que a escola era um dos poucos pontos positivos da prisão. Além dela, talvez as atividades religiosas. O espaço escolar, especificamente, é o lugar menos pesado de uma cadeia. É possível perceber semblantes mais tranquilos e até sorrisos entre seus frequentadores. Há respeito, diálogo, entre professores e alunos. Isso pode parecer algo comum, habitual, para aqueles que lecionam em outras instituições educativas, mas no contexto prisional é um fator chamativo, diferenciado dos demais setores. Passei bons momentos na prisão, ricas experiências como professor e, antes, como ser humano. Cheguei até mesmo a reencontrar antigos conhecidos de Santos, presos por causa do tráfico de drogas, fato esse que, informalmente, me ajudou a conquistar mais rapidamente a confiança, se não de toda população da unidade prisional, dos meus alunos, pois as notícias na cadeia se espalham rapidamente, e eu percebi que, tendo uma trajetória de vida semelhante e um *proceder cabeça*, sua presença confere respeito e ganha confiabilidade no coletivo.

Com o passar dos anos, e foram quatro nesta rotina diária, o desconforto inicial de adentrar diariamente na prisão foi sendo substituído pela percepção da importância socioprofissional na execução das minhas atividades no pavilhão escolar da

penitenciária. Aliás, o espaço escolar existente lá desfigurava um pouco o contexto pesado e cinzento da prisão. Salas de aula com boa iluminação, contendo carteiras, cadeiras e lousa, biblioteca com algumas prateleiras ocupadas por diversos exemplares de livros, banheiros e sala dos professores, era esse o retrato da escola encarcerada da Penitenciária de Marília. Em algumas ocasiões, só recordava-me que estava numa prisão quando dirigia o olhar para as janelas com as grossas barras de ferro e vislumbrava a muralha e a guarita dos soldados da Polícia Militar<sup>1</sup>.

Como tentativa de compreender melhor a presença da prisão em nosso mundo, percebendo as especificidades daquele grupo social recluso e da própria cultura institucionalizada, busquei leituras de obras que despertassem a reflexão sobre seus fundamentos teórico-práticos. Assim, Goffman (1974), Foucault (1977, 1979), Souza (1977), Ramalho (1983), Coelho (1987), Perrot (1988), Paixão (1991), Adorno (1991, 1993) e Sá (1996) colaboraram para a construção de um pensamento mais elaborado sobre a instituição prisional e os possíveis caminhos para o desenvolvimento de uma prática educativa em busca da liberdade.

No início do ano 2000, meu destino profissional fez com que eu caminhasse em outra direção. Afastei-me, no aspecto profissional, das questões educacionais desenvolvidas na prisão. Faço questão de frisar que este distanciamento ocorreu somente na prática, pois o interesse pelo mundo prisional continuava em minha vida. Com relação a este pensamento voltado à prisão, mesmo após o meu desligamento, lembro-me de uma expressão de um ex-aluno, quando o vi nas ruas de Marília, após alguns meses de sua libertação: “Professor Rodrigo, eu saí da prisão, mas ela continua em mim”. Esta frase serviu para me mostrar a deterioração da identidade das pessoas que passam pelos muros e portões de um estabelecimento penal. Mesmo com a pena cumprida, já em liberdade, o estigma da prisão acompanhava este antigo detento. É claro que no meu caso não foi este estigma negativo que ficou prendendo-me à prisão. A minha própria história de vida, as lembranças das aulas, as constantes reportagens jornalísticas e o contato com velhas e novas publicações sobre a temática, fizeram-me continuar com uma atenção especial ao complexo fenômeno prisional brasileiro.

---

<sup>1</sup> Desde o início da década passada, a Polícia Militar do Estado de São Paulo não realiza mais a vigilância ao redor das penitenciárias paulistas. Essa função, agora, é de responsabilidade dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP), ligados à Secretaria de Administração Penitenciária daquele Estado.

Entre as novas leituras, independentemente do momento histórico e do aspecto privilegiado, autores como Joanides (1977), Betto (1978), Torres (1979), Ramos (1980), Obaluaê (1999), Lopes (2000), Mollina (2000), Jocenir (2001), Lima (2001), Mendes (2001, 2005), Ramos (2001), Du Rap (2002), Negrini (2002) e Rodrigues (2002) apresentaram diferentes denúncias às prisões brasileiras. Todas estas obras possuem características semelhantes. São histórias contadas por pessoas que estiveram, ou ainda, estão presas. São relatos de vida sobre como é viver na prisão, contados por quem vivenciou, ou continua vivenciando, a estrutura presidiária nacional. Afinal, só quem passou pela prisão pode contar com detalhes o que se passa ali dentro. É um tipo diferenciado de literatura, escrita por pessoas que, na maioria dos casos, não se imaginavam escritoras, que não cresceram no mundo letrado e que não tiveram muito contato com os livros. Entretanto, com a produção de livros significativos, puderam contribuir com aqueles que têm interesse em conhecer um pouco da biografia de pessoas, cujas vidas foram marcadas por diferentes tipos de exclusão, focalizando, em determinados momentos, a vida por trás das grades.

Esse acolhimento da palavra dos presos não significava rejeição da sabedoria acadêmica, da sua seriedade e rigorosidade. A pura e simples valorização do saber popular, separando-o do saber acadêmico, nega a possibilidade do diálogo entre os diferentes, fazendo com que o discurso das bases populares seja tão autoritário como as palavras da elite. Freire (1991, p.134), refletindo sobre o basismo, afirma que “estar com as bases populares, trabalhar com elas não significa erigi-las em proprietários da verdade e da virtude. Estar com elas significa respeitá-las, aprender com elas para a elas ensinar também”. Desta maneira, a partir das literaturas marginais, destas vozes da prisão, que serviram como estímulo para o aprofundamento dos meus estudos, eu pude perceber que a atenção dada à prática escolar desenvolvida dentro do cárcere era mínima. Surgiu, assim, a ideia de focar a escola encarcerada, explorando os discursos dos próprios detentos, e não deixando de valorizar todo o contexto em que ela está inserida, num projeto acadêmico de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

A dissertação “A escola pública encarcerada: como o Estado educa seus presos”, defendida no ano de 2004, preocupou-se em aproximar as falas dos sujeitos envolvidos no processo educativo ocorrido na prisão, ou seja, o discurso dos presidiários, professores, funcionários e diretores, à proposta curricular presente nas

penitenciárias paulistas de tal modo que pudesse perceber como a escola encarcerada colaborava na construção de uma consciência crítica entre os presos. Assim sendo, tive como objetivo analisar a participação dos encarcerados na elaboração curricular do Programa de Educação de Adultos Presos desenvolvido no Estado de São Paulo. Foi possível concluir que a educação predominante na prisão era opressora, controladora e domesticadora. A alienação realmente existe e os funcionários fazem questão de preservá-la. A prisão, com sua rotina e prática institucionais, de forma geral, não contribui em nada para a reabilitação das pessoas que cumprem suas penas privativas de liberdade. Dessa maneira, unicamente por meio da educação escolar, fica praticamente impossível pensar em uma verdadeira libertação daqueles que estão atrás das grades.

Já na Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), a partir do ano de 2005, pertencendo ao quadro de docentes da referida universidade, retomei, de maneira institucionalizada, as pesquisas sobre a prisão. Com isso, os eventos em que participava colaboraram no estreitamento das relações não somente com pessoas, mas também com instituições, públicas ou privadas, e organizações, governamentais ou da sociedade civil, que trabalham, pesquisam e debatem temáticas que envolvam a temática prisional e o contexto do encarceramento de pessoas. Foi assim que, por meio do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Transversalidade, do qual faço parte da equipe de pesquisadores na Linha de Pesquisa em Avaliação e Gestão da Educação em Sistemas Prisionais, promovemos diferentes oficinas pedagógicas de educação, comunicação, humanização e direitos humanos no sistema penitenciário do estado do Tocantins. A partir de tais oficinas, promovemos também o curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação e Práticas Pedagógicas no Sistema Prisional onde continuamos com a formação complementar dos profissionais que atuavam no cárcere. Estes contatos, construídos permanentemente a partir da Unitins, aliados à boa repercussão dos trabalhos executados na própria universidade, ou nas secretarias estaduais de Justiça e Direitos Humanos, de Ciência e Tecnologia, de Educação e também de Segurança Pública, fortes parceiras institucionais, colaboraram para a implantação de novos programas e projetos na esfera pública penitenciária tocantinense.

Acompanhando de perto o desenvolvimento institucional da Unitins como membro da Comissão Própria de Avaliação - CPA, avaliando a sua atuação acadêmica e os rumos estratégicos projetados por seus gestores desde o final da década passada, pude perceber que, a partir da oferta de turmas de pós-graduação *lato sensu* em cursos

que aproximavam a Educação e a Comunicação, direcionada principalmente aos profissionais da própria casa devido ao trabalho desenvolvido na modalidade de Educação a Distância - EaD, as relações institucionais com renomadas universidades brasileiras e com programas de pós-graduação de excelência na área de Comunicação foram se estreitando. Essa foi uma das razões para a parceria firmada com o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas - PósCom, vinculado à Faculdade de Comunicação - FACOM da Universidade Federal da Bahia - UFBA, para a oferta de curso de doutorado para uma turma de professores, por meio de projeto Doutorado Interinstitucional - Dinter da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES do Ministério da Educação - MEC. Certamente, pensa-se no crescimento institucional da Unitins com a futura criação de cursos na área de Comunicação Social, aproveitando a qualificação do corpo docente em Comunicação, além das próprias instalações de estúdios e outras dependências utilizadas nos cursos da modalidade EaD como laboratórios para a referida demanda.

Foi por meio desse processo interinstitucional que me vinculei ao PósCom/UFBA, sob orientação da professora Itania Gomes. Dessa maneira paulatina e sistematicamente, fui sendo apresentado ao mundo do telejornalismo, a partir das atividades e reflexões propostas e efetivadas pelo Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo - GPAT. Essa abertura de horizontes para uma nova área de estudos, a Comunicação, privilegiando a interpretação de programas jornalísticos televisivos a partir da aplicação de determinados operadores de análise, colaborou com a estruturação e delimitação do *lócus* de pesquisa nos estudos doutorais. A temática da recepção, em especial, me chama bastante atenção porque fui percebendo a importância de vinculá-la à emissão, como parte de um conjunto, nem sempre explícito, de intenções que envolvem o ato de comunicar. É preciso apreendê-la como uma atividade produtora de diferentes sentidos que, seguramente, se relacionam à vida dos sujeitos receptores de um processo comunicativo.

Como continuo refletindo sobre a prisão, assim como tenho feito desde o tempo da graduação, acumulando quase quinze anos nesta trajetória de muita aprendizagem e de muito que aprender, trazendo comigo que os processos de pesquisa devem configurar etapas prazerosas ao pesquisador, resolvi envolver as especificidades do cárcere aos estudos de recepção televisiva como mais um ensaio para compreender a prisão e os processos humanos construídos em seu espaço. Acredito que essa

perspectiva deveria servir como caminho inicial para que houvesse a desconstrução do triste cenário existente e o aperfeiçoamento daquilo que a instituição prisional também se propõe, isto é, ser um local de educação, de transformação, das pessoas que passam um período das suas vidas por ali.

A ideia presente nas próximas páginas está relacionada, diretamente, à cultura, entendendo esta como um modo específico de vida dos diferentes grupos sociais. Proponho estudar o modo de vida dos encarcerados, a partir da recepção de telejornais com temática policial, percebendo como esses programas se relacionam com suas audiências. Então, a proposta é a de realizar um estudo de recepção televisiva, investigando o processo de interpretação do mundo por parte desses sujeitos e o lugar que ocupam neste cenário, não deixando de englobar diferentes aspectos pertinentes a esta realidade social. Assim sendo, as experiências de vida, os relacionamentos com os colegas de cela e com os agentes de segurança penitenciário - ASP, os códigos carcerários, as atividades diárias desenvolvidas, o papel da família e da comunidade e as perspectivas de futuro necessitam ser consideradas com relação a cada um dos telespectadores investigados.

# CONSIDERAÇÕES INICIAIS

---

*Venho afirmando que devemos estudar a mídia porque ela tem uma importância fundamental para a experiência. Disse que tal estudo deve implicar uma concepção da mídia não como uma série de instituições, produtos ou tecnologias, ou não apenas essas coisas, mas como um processo, um processo de mediação. A mídia se faz. Nós a fazemos. E ela é feita para nós. (...) Todos nós somos mediadores, e os significados que criamos são, eles próprios, nômades. Além de poderosos. Fronteiras são transpostas, e, tão logo programas são transmitidos, web-sites construídos ou e-mails enviados, elas continuarão a ser transpostas até que as palavras e imagens que foram geradas ou simuladas desapareçam da visão ou da memória. Toda transposição é também uma transformação. E toda transformação é, ela mesma, uma reivindicação de significado, de sua relevância e de seu valor. Nossa preocupação com a mediação como um processo é, portanto, essencial à questão e saber por que devemos estudar a mídia: a necessidade de focar no movimento dos significados através dos limiares da representação e da experiência. De estabelecer os lugares e as fontes de distúrbio. De compreender a relação entre significados público e privado, entre textos e tecnologias. E de identificar os pontos de pressão.*

*Roger Silverstone*

O estudo proposto para esta tese abrange uma investigação nos processos de recepção de produtos telejornalísticos no ambiente prisional. Assumindo a ideia de que o telejornalismo é uma instituição social e uma forma cultural, conforme o legado de Raymond Williams, nossa pesquisa esteve preocupada em analisar a construção de sentido efetuada pelos sujeitos privados de liberdade diante dos programas de telejornalismo, ou seja, nosso estudo de recepção televisiva teve a preocupação de apontar as subjetividades que envolvem tal processo de interpretação do mundo e o lugar ocupado por esses telespectadores neste cenário.

Procuramos investigar o telejornalismo de tal modo que não houvesse divisão entre a análise do produto televisivo e a análise do contexto social de sua recepção (GOMES, 2002), ou seja, nossas atenções estiveram voltadas à análise das mediações culturais entre a televisão e a prisão. Desse modo, assumimos a comunicação com um sentido de prática social que, por sua vez, envolve o sentido de produção cultural. Acompanhamos, então, Martin-Barbero (2006, p.261), que afirma que “o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais”. Foram essas possibilidades interpretativas que guiaram a pesquisa.

Diante da variedade de programas que compõem o telejornalismo brasileiro, delimitamos como objeto de estudo os telejornais populares. Estes, por sinal, junto com os programas de auditório, exemplificam, de modo nítido, a cultura popular na televisão brasileira. O objetivo dessa programação popular não fica restrito ao simples alcance da audiência, mas à construção de um cenário que explora as temáticas de ordem pessoal observadas no cotidiano das pessoas de baixa renda, principalmente. De forma genérica, o significado que encontramos para os programas populares os descrevem como “programas voltados para o consumo das massas, dotados de uma estética grosseira, de conteúdos pobres (baixo grau de informação, predomínio do entretenimento), de temas ‘baixos’ (sexo, crime, horrores)” (FRANÇA, 2006, p.40). No caso específico dos telejornais populares, é também por apresentar algumas destas formas e práticas comunicativas que algumas correntes mais conservadoras do campo da Comunicação fazem acusações de que esses programas sujam o bom jornalismo. Certamente, o fazem quando da comparação com os telejornais tradicionais presentes na programação da tevê brasileira. Caminhamos numa outra perspectiva.



Entendemos que não deve haver comparações entre os programas telejornalísticos populares e os tradicionais, pois possuem características, formas de fazer e, em alguns casos, até mesmo públicos distintos. O próprio pacto do papel do jornalismo apresenta-se diferenciado. Amaral (2006, p.51), refletindo sobre os jornais populares, relata que estes são

dirigidos às camadas mais amplas da população, preferem informações mais ligadas ao cotidiano popular, à prestação de serviços e ao entretenimento, ou seja, ao “mundo do leitor”. [...] O jornalismo praticado no segmento popular da grande imprensa subverte essa lógica de priorizar o “interesse público”. [...] Muitas vezes, o interesse do público suplanta o interesse público não em função da temática da notícia, mas pela forma como ela é editada, com base na individualização do problema, o que dá a sensação de não realização do jornalismo. [...] Nos jornais populares, a lógica é dar destaque a notícias que interferem no cotidiano da população ou tenham características mais dramáticas.

A cultura popular, no nosso entendimento, oferece novas possibilidades de ver e entender melhor o (tele)jornalismo. Assim sendo, a análise dos telejornais populares deve ser realizada percebendo como são construídos e articulados os elementos desta cultura perante os telespectadores. Com o estudo de recepção, é possível entender como as pessoas interpretam esses produtos culturais, relacionando-os aos diferentes contextos de suas vidas cotidianas (DAHLGREN, 2000).

De modo geral, os telejornais apresentam pouquíssimas variações em suas produções. Zapeando a televisão, não é difícil reconhecer um telejornal em poucos segundos, pois há um formato padrão onde apresentadores, repórteres e comentaristas, além de toda equipe de produtores, veiculam acontecimentos políticos, sociais, culturais, entre outros, que podem ter uma especificidade local, uma abrangência nacional e/ou internacional, pautados - teoricamente - como importantes para a compreensão do mundo atual, transformando-os em notícias. Os telejornais populares, precisamente, trabalham com notícias que giram em torno da realidade das periferias das cidades, de fatos marcados pela desigualdade social, envolvendo pessoas desfavorecidas economicamente, perfazendo um quadro de denúncias, defesa dos cidadãos e prestação de serviço à comunidade.

Diante do subgênero telejornal com formato popular, recortamos os programas com temática policial como foco de nossa pesquisa, pois são eles que trabalham incansavelmente com as notícias sobre acontecimentos que abordam a

violência criminal, ou seja, fatos ligados ao domínio da segurança pública e da justiça brasileiras. Esses telejornais, de forma concisa, constroem um significado de sociedade dual: polícia versus ladrão, o bem contra o mal, trabalhadores em oposição ao banditismo etc. Fórmula rápida, simples e... imprecisa! Há uma tendência evidente de se trabalhar somente com os atos de violência, deixando de lado os estados de violência que a sociedade brasileira tem vivenciado nos últimos anos.

Os telejornais policiais constroem e retratam um modelo de sociedade em que os aparelhos policiais e prisionais aparecem como as únicas e legítimas soluções para os problemas de segurança do nosso país. Se assim o fosse, com as possíveis novas centenas de milhares de detenções que teríamos por causa da repressão policial cada vez maior em nossa sociedade, precisaríamos de um quantitativo de penitenciárias superior a essas detenções, haja vista o elevado déficit de vagas no sistema penitenciário nacional que já temos nos dias atuais. É também por isso que prisão, no Brasil, é sinônimo de incompetência e desmoralização do poder público. De forma oculta, os presos brasileiros recebem uma condenação a mais em seus processos penais: a de descrença e de renúncia do Estado perante suas vidas, isto é, há quase uma pena capital sendo imposta aos condenados à prisão em nosso país.

A terapia penal brasileira está muito aquém daquilo que se espera dela. No fundo, ela é praticamente inexistente. As prisões brasileiras, salvo raras exceções, são depósitos de seres humanos. Há quem diga que as altas muralhas, na verdade, não servem para impedir fugas, mas para proibir que a grande sociedade veja o que se passa por trás delas. Com base em depoimentos colhidos dentro do cárcere, em outra oportunidade, relatamos que não há apoio a qualquer atividade no ambiente prisional que tenha como objetivo proporcionar dignas condições de vida aos presos (SILVA, 2007). Como eles mesmos costumam falar, não há incentivo para que se *movimentem*, se *encontrem* sistematicamente. Há uma vigilância à não-reflexão.

Sair da prisão é algo muito complexo, seja por meio legal, após o cumprimento da pena, por tudo aquilo que se vivenciou durante os anos que se passaram, seja por meio ilegal, com o risco das ações tomadas na efetivação dos planos de fuga, afinal a segurança talvez seja o único ponto de ação efetiva empregado pelo Estado quando o assunto é o sistema penitenciário brasileiro. Porém, para quem deseja entrar na prisão para desenvolver algum tipo de atividade com a sua população, como

foi o nosso caso, a tarefa também não é das mais simples. A entrada e a participação de pessoas externas à prisão em seu dia a dia causam uma grande preocupação no corpo funcional do cárcere, principalmente entre seus gestores. E não estamos nos referindo às questões de segurança. O receio dos dirigentes prisionais, sabedores da responsabilidade do Estado na preservação da integridade física e moral do preso desde o momento da sua detenção, gira em torno de possíveis denúncias quanto às péssimas condições de vida existentes nos presídios (ADORNO, 1993; CARVALHO FILHO, 2002; MATTOS, 2001).

Na prisão, mesmo com a abertura de suas instalações observada nos últimos tempos aos meios de comunicação social, aos aparelhos sociais que lidam com os direitos da pessoa humana, à sociedade civil com projetos voluntários, entre outros, é comum a desconfiança dos funcionários àqueles que estão de passagem por ali. Alguns entraves de caráter burocrático podem dificultar o cumprimento das ações segundo o que foi planejado. Desta forma, para conseguir acesso à prisão, é preciso conhecer os caminhos do sistema, ter contato com os profissionais que atuam dentro e fora das unidades prisionais, estabelecer relação de proximidade com essas pessoas de modo a facilitar a autorização para o contato direto com os presos. E, mesmo assim, uma dose de paciência e persistência é muito bem-vinda para conseguir sucesso em tal empreitada. Assim o foi em Salvador, no Complexo Penitenciário do Estado.

Quando iniciamos nossas pesquisas em campo, estranhamos o fato da Bahia, com sua grandeza política, não possuir uma Secretaria de Estado que se ocupasse, única e exclusivamente, com as questões penais da sua população e de ressocialização daquela parcela que está presa. Até então, o sistema penitenciário estadual era vinculado à Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH, onde era gerido através da antiga Superintendência de Assuntos Penais - SAP. Essa relação entre Prisão e Justiça não é novidade no Brasil, principalmente em estados menores em que não há elevados índices de violência criminal e, conseqüentemente, de sujeitos cumprindo pena de privação da liberdade. No Tocantins, por exemplo, é assim. Mas não era o caso da Bahia. Somente um ano depois, em 2011, é que o Poder Executivo criou a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP. De qualquer forma, o que vale registrar aqui é que foram idas e vindas à antiga Coordenação de Estudos e Desenvolvimento da Gestão Penal - CEDEGEP para que explicássemos quem éramos, o que queríamos, por que queríamos, como faríamos,

enfim, um grande jogo de encenação, como se o Estado, em seu fluxo burocrático, estivesse mesmo interessado nos estudos que seriam realizados em uma de suas unidades prisionais, a Penitenciária Lemos Brito - PLB. Chegaram a nos solicitar o desenvolvimento de alguma atividade voluntária junto aos presos, como uma forma de retribuir a autorização que seria concedida, afinal, “com a trajetória e experiência” que tínhamos, deveríamos ser sabedores “da carência dos presos e das limitações do Estado”. Esta foi mais uma vivência em que presenciávamos a declaração de falência do Estado diante da causa prisional em nosso país.

Vencidos os primeiros obstáculos, com a autorização concedida por aqueles que tratavam das conjecturas administrativas da estrutura penal vigente, nos dirigimos à penitenciária e nos apresentamos à direção da unidade, na verdade, ao diretor. Sujeito de fino trato, capitão da Polícia Militar, nos recepcionou muito bem e ouviu atentamente o que pretendíamos desenvolver em *sua cadeia*. Colocou-se à disposição para colaborar e nos indicou à equipe de coordenação de um dos pavilhões do presídio, aquele onde poderíamos ter “*mais tranquilidade*” para o desenvolvimento da pesquisa junto aos presos. “*Por questão de segurança*”, afirmou. Sim, concordamos e, ao mesmo tempo, ficamos lembrando a quantidade de vezes que já escutáramos essa palavra nas demais prisões já visitadas. Pronto, o passo seguinte era conhecer, de fato, a prisão e ganhar a confiança dos sujeitos presos para efetivarmos as ações previstas no planejamento da pesquisa.

Nesta etapa do percurso, já tínhamos definido o grande objetivo da pesquisa: analisar as apropriações que os presos fazem dos telejornais policiais, observando como acontece a articulação destas apropriações com suas histórias de vida dentro e fora do cárcere. Além disso, já havíamos feito a seleção do programa popular que iria compor a parte empírica do nosso objeto de estudo. O telejornal *Se Liga Bocão*, que é exibido no horário de almoço para o Estado da Bahia, por meio da emissora filiada à Rede Record, a TV Itapoan, retrata bem a expansão do modelo de telejornal com formato popular observado no Brasil a partir dos anos de 1990.

Em termos de telejornais populares, entre as principais emissoras brasileiras, somente a Band continua veiculando um programa desse tipo com abrangência

nacional, o Brasil Urgente<sup>2</sup>. Com o término do Aqui Agora (SBT), Cidade Alerta (Record) e Repórter Cidadão (Rede TV!), telejornais que fizeram história na televisão brasileira, a programação de suas respectivas emissoras foi sendo regionalizada, surgindo assim diferentes programas em emissoras regionais com alcance da audiência delimitado à geografia das unidades federativas. Na Bahia, além do Se Liga Bocão, e do próprio Brasil Urgente (Band Bahia), há outros quatro programas jornalísticos de cunho popular, o Que Venha o Povo e o Na Mira, ambos da TV Aratu/SBT, e o Balanço Geral e o Cidade Alerta, ambos da TV Itapoan/Record.

Quando a temática é telejornal policial, as produções científicas realizadas no Brasil nos últimos anos têm girado em torno dos já citados Aqui Agora, Brasil Urgente, Cidade Alerta e Repórter Cidadão, além do global Linha Direta, todos programas veiculados em rede nacional. Prova disso são os trabalhos de Janeiro (1994), Jones Jr. (1995), Pereira (2000), Arouca (2003), Serralvo (2006), Lana (2007), Oliveira (2007) e Campello (2008). Seguindo a caminhada de estudos acadêmicos relativos a esse subgênero<sup>3</sup> da televisão brasileira, valendo-nos da presença do estilo policial na maioria dos grandes centros brasileiros, resolvemos destacar um dos citados telejornais policiais de caráter local, o Se Liga Bocão, porque tínhamos informações de que essa programação tinha *consideração* nas prisões da capital baiana, além de ser o programa com estilo policial mais antigo no âmbito da tevê regional do Estado. Além disso, o Bocão, como é popularmente chamado, é o precursor desse tipo de programação no Estado da Bahia e o grande líder de audiência em seu horário<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Vale destacar que, desde setembro de 2011, o Brasil Urgente ganhou também suas versões regionais. Salvador, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Florianópolis, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, entre outras praças, por meio de emissoras próprias da Band ou emissoras afiliadas, passaram a exibir versões regionais do Brasil Urgente, no horário das 17h às 18h, antecedendo a edição nacional.

<sup>3</sup> Trabalhamos com a perspectiva de gênero enquanto um modo de interação da audiência com os produtos televisivos. Isso faz com que nossas análises reconheçam que o telespectador direcione sua interação com determinado programa a partir das expectativas produzidas pelo próprio reconhecimento do gênero. Assim sendo, o gênero é uma maneira de se reconhecer socialmente um produto midiático por meio de sua classificação. No caso em questão, temos o telejornalismo como um gênero da televisão. Os telejornais, os programas de entrevista e os diferentes programas telejornalísticos temáticos (esportivos, econômicos, agropecuários, empresariais, políticos etc.) são variações do gênero programa jornalístico da televisão, sendo denominados de subgêneros.

<sup>4</sup> Em agosto de 2010, com a divulgação de mais um ranking de audiência entre a programação das emissoras da Bahia, o Se Liga Bocão, em Salvador especificamente, ficou no topo dos 10 programas mais assistidos da TV Record, via TV Itapoan, ficando à frente de programas nacionais como A Fazenda, Domingo Espetacular, Fala Brasil, Repórter Record etc.

Há uma década que o nome Bocão transita pela população soteropolitana. Sua imagem, especificamente, já aparece há seis anos nas telas das residências e estabelecimentos comerciais dos baianos. Para o tipo de jornalismo que o programa propõe, podemos dizer que o Se Liga Bocão é uma referência<sup>5</sup>, inclusive, no que tange às ações protocoladas pelo Ministério Público da Bahia referendando acusações contra o programa por desrespeitar os direitos humanos e a dignidade dos cidadãos telespectadores.

Vale destacar que a emissora que transmite o telejornal em destaque, a TV Itapoan, faz parte do universo da mídia televisiva baiana há muitos anos e, independentemente da programação nacional retransmitida, dá destaque aos programas locais que contextualizam o Estado da Bahia, em especial a Região Metropolitana de Salvador - RMS. O jornalismo televisivo, especificamente, é proporcionado àqueles que querem “saber das principais notícias atualizadas da capital baiana e interior do estado”<sup>6</sup>. A Itapoan é uma emissora que tem transmissão aberta para grande parte do território baiano, podendo, então, ser considerada como uma emissora local de televisão que, via telejornalismo principalmente, proporciona a constituição de um lugar onde aconteça “o encontro e a proximidade, a partilha de especificidades de caráter social e cultural, a criação de uma relação de pertencimento entre emissora e público e ainda [sejam] espaços privilegiados de construção da própria identidade da região/localidade” (COUTINHO, 2008, p. 98).

As tevês locais possuem forte atuação no processo de fundamentação do sentimento de pertença, troca e vínculo do telespectador frente às notícias veiculadas. No caso do telejornal Se Liga Bocão e os presos da Penitenciária Lemos Brito, o encontro que ocorre é com a violência cotidiana, principalmente com os fatos marcantes da capital e região metropolitana que demonstram o desequilíbrio social comum nos grandes centros urbanos nos dias de hoje<sup>7</sup>. Veremos, então, como a população carcerária se relaciona com esse programa.

---

<sup>5</sup> O sucesso de audiência alcançado pelo Se Liga Bocão na programação local fez com que surgissem mais programas populares com temática policial na própria TV Itapoan e em outras emissoras regionais. O telejornal Na Mira (TV Aratu/SBT) talvez seja o de maior semelhança e concorrência.

<sup>6</sup> Informação retirada do sítio da emissora, [www.itapoanonline.com](http://www.itapoanonline.com), em 17 de outubro de 2012.

<sup>7</sup> Veremos que, de acordo com o mapa da violência dos municípios brasileiros, organizado por Waiselfisz (2008), a cidade de Salvador está entre as mais violentas do Brasil. Em alguns indicadores, como número

Sabendo que as produções não objetivam prioritariamente o público em destaque, mas tendo ciência também que a audiência é alta por trás das grades, é preciso investigar a presença do Se Liga Bocão no contexto da prisão e, especificamente, na vida daqueles que passaram por situações semelhantes às aquelas construídas diariamente em cada reportagem dos programas. Partindo da premissa que tal programa televisivo faz parte da cultura popular da RMS, buscamos subsídios para responder ao seguinte problema de pesquisa: no processo de produção de sentido àquilo veiculado diariamente, qual a apropriação desse programa na vida cotidiana dentro do cárcere?

Quando levantamos esse questionamento, desde o início, em hipótese alguma correlacionamos o telejornal às práticas da terapia penal executadas pelos profissionais que atuam no sistema penitenciário, como psicólogos, assistentes sociais, médicos, advogados e até mesmo os professores, pois prevíamos que isso não acontecia. O período de vivência na PLB serviu para confirmar nossa suposição. Não há uma sistematização da cultura prisional institucionalizada à proposta pedagógica da prisão, até mesmo porque são raras as instituições prisionais que possuem projetos políticos que norteiam o trabalho dos seus profissionais. Todavia, a rotina existente na prisão, com suas normas de conduta disciplinar e atividades cotidianas de educação, religião, profissionalização ou terapêuticas, colabora com o processo de formação do ser humano privado de liberdade. Nesse contexto, outro ponto importante que merece ser destacado é que tal rotina não fica restrita à dinâmica proporcionada pelo aparato técnico institucionalizado. Os próprios presos colaboram na difusão da cultura prisional por meio de práticas onde não há a participação direta do corpo técnico, como a socialização no banho de sol e a convivência nos pavilhões e nas celas.

O interior das celas, por sinal, é o local onde se constroem as relações do Se Liga Bocão com o público em questão. Seja individual ou coletivamente, os presos assistem o noticiário e se deparam com cenas que conhecem bem: miséria, violência, crimes, criminosos, vítimas, policiais militares, investigadores, delegados, advogados, promotores, juízes, testemunhas, sentenças, delegacias, cadeias, penitenciárias etc. Um conjunto de situações, de procedimentos e de pessoas que, tempos atrás, cada um desses

---

de óbitos por arma de fogo, número de homicídios na população total e número de homicídios na população jovem, ela chega a ocupar a 5ª posição no ranking nacional.

telespectadores vivenciou quando em liberdade e após a detenção<sup>8</sup>. O que será que pensam? Como interpretam as reportagens? Relembra seus casos? Arrependem-se e pensam em parar? Ou revoltam-se e desejam prosseguir no mundo do crime? Há interferência no ambiente prisional? E nos processos de libertação? Esses e outros aspectos foram importantes na projeção do problema de pesquisa que levantamos.

Quando nos referimos à libertação dos sujeitos presos, não estamos fazendo referência à libertação física ao término da pena privativa de liberdade. Por mais que os presos esperem ansiosamente o momento de saída da prisão, é preciso perceber que a liberdade ultrapassa os limites das celas e da muralha. A libertação que temos em mente é aquela em que há a promoção de uma consciência crítica entre o coletivo de presos. Esse deveria ser o real objetivo das propostas de formação desenvolvidas na prisão, isto é, a conscientização dos sujeitos que ali estão e a preservação de suas vidas. Vida humana entendida não só no plano físico-biológico. Questões históricas, culturais e espirituais também compõem a existência de cada sujeito encarcerado. Porém, isso é ignorado, desrespeitado, não preservado.

A instituição prisional, em si, por meio dos seus funcionários, técnicos e diretores, não cria oportunidades para que os presos opinem no desenvolvimento dos programas desenvolvidos ali dentro. As decisões são tomadas de cima para baixo, como se os presos também fossem proibidos de pensar. Não estamos nos referindo aqui às questões de vigilância, pois segurança e disciplina, sem dúvida alguma, devem ser valorizadas e colocadas em prática pelos devidos responsáveis. Entretanto, com relação às práticas formativas desenvolvidas pelo conjunto prisional, entendemos que o preso deveria, sim, participar desde o planejamento até a execução. Mesmo sendo rigorosa, a terapia penal não pode deixar de lado os aspectos afetivos no processo de convivência entre os profissionais e os presos. O diálogo, a criticidade, o respeito e o reconhecimento do outro, além da esperança, são características necessárias quando se objetiva a conscientização de cada sujeito preso.

Os caminhos à verdadeira libertação dos presos passam por uma participação efetiva em suas vidas. Se o Estado não cria condições diretas para que isso

---

<sup>8</sup> Lembrando que o sistema jurídico-penal brasileiro estabelece um tempo máximo de cumprimento de pena privativa de liberdade de 30 (trinta) anos (art. 75 do Código Penal). Contudo, em média, a maioria dos condenados ao regime fechado no Brasil não fica atrás das grades por mais de 8 (oito) anos.



ocorra, a cultura prisional, por meio das atividades vivenciadas diariamente por cada um deles, oferece alternativas. A televisão, os telejornais policiais mais precisamente, é um desses caminhos viáveis. Preliminarmente, lançamos a hipótese ao problema de pesquisa de que se há o envolvimento por parte dos telespectadores presos com o programa em pauta, é possível que o processo de interpretação desses programas, a partir das mensagens veiculadas diariamente pelas instâncias emissoras, colabore para que eles (re)encontrem seus lugares no mundo por meio da articulação dos conflitos sociais vividos até então à perspectiva de vida em liberdade.

Entendemos que o sujeito precisa se perceber como preso e o porquê dele estar ali. Vislumbrar que ele, na verdade, também é vítima de um sistema que não fica resumido ao sistema penitenciário. O sistema é maior, envolve estruturas, valores e relações que vão além daquelas que ditam o convívio dentro da prisão. Esta conscientização é revelada com a perspectiva de um rumo diferente à sua vida, fugindo da alienação vivida há anos e inserindo-se efetivamente na História como sujeito social. E esse processo de construção de uma consciência crítica no interior do cárcere poderia ser iniciado pela participação do homem preso nas questões da prisão, na escuta e na recepção do seu pensamento, da sua fala. Já que é difícil presenciarmos tal fato no andamento de uma prisão, pelo menos, em nossa pesquisa isso foi condição *sine qua non*. É com essa perspectiva de encontro, de diálogo, não somente como os presos, mas também com todos os autores que subsidiaram a fundamentação teórica desse estudo, que pretendemos revelar um pouco mais da cultura prisional nas próximas páginas. Para tanto, partimos dos fatores sociais que levaram esse público às grades até chegarmos à grade de programação da televisão brasileira, buscando o entendimento desse processo por meio dos telejornais policiais. Apresentamos, então, quatro capítulos que formam o corpo desse estudo.

No primeiro capítulo, a reflexão se faz diante do fenômeno da violência em nossa sociedade. Buscamos compreendê-la por diferentes ângulos, sempre como um construto humano, relacionando-a aos aspectos sociais vigentes em uma determinada época. Chamamos a atenção para a necessidade de perceber os estados da violência antes do direcionamento do olhar aos atos da violência. Em seguida, apresentamos números muito elevados sobre a violência criminal no Brasil, direcionando nossas atenções ao Estado da Bahia, e como a televisão explora essa configuração criminosa em sua programação. Por fim, abordamos as instâncias controladoras existentes em

nossa sociedade que são capazes de atenuar o quadro alarmante de violência observado atualmente. Desse modo, as formações familiar e escolar merecem destaque neste processo, para que não tenhamos que recorrer às instituições policiais e prisionais que, no fundo, não melhoram em nada o triste cenário brasileiro.

O segundo capítulo é dedicado ao telejornalismo popular construído em nosso país. Tentamos desmistificar o conceito de prática sensacionalista existente frente aos produtos populares, procurando entendê-los, no que diz respeito aos telejornais populares, como produtos diferentes dos produtos televisivos tradicionais. Desse modo, acompanhamos a perspectiva dos Estudos Culturais, movimento de investigação que lança questionamentos sobre as concepções dominantes do jornalismo e traz à tona a presença de elementos da cultura popular nos processos de produção e de recepção dos referidos programas. Resgatando alguns momentos importantes da televisão brasileira, chegando aos telejornais policiais existentes nos dias de hoje, mostramos como tais produtos fazem parte do cotidiano de uma parcela significativa de nossa população, os desfavorecidos economicamente, por veicularem cenas e notícias que retratam a miséria social presente nas periferias dos grandes centros urbanos do país.

Em seguida, no terceiro capítulo, tratamos da temática prisional, dos aspectos que estão relacionadas ao cotidiano da prisão. Resgatamos o significado da existência da instituição prisional em nosso mundo, focando suas duas concepções básicas, a punição e a reabilitação. Apresentamos a imagem das prisões brasileiras e o sentido de escola do crime que foi sendo construído ao longo das últimas décadas. Para tanto, retomamos alguns conceitos e posicionamentos centrais a respeito do mundo prisional, já defendidas em outras oportunidades, Silva (1999; 2004; 2007; 2008), destacando aspectos pertinentes à sua rotina e ao modo de vida dos sujeitos encarcerados. Defendemos, também, a ideia de que as unidades penais devem ser observadas como instituições educativas, pois as relações desenvolvidas entre os sujeitos que ali estão, presos e funcionários, colaboram com a formação humana de todos os envolvidos naquele contexto social. Assim sendo, as ações institucionalizadas pela terapia penal também deveriam seguir por essa ótica. Porém, mostramos que pouco tem se feito e, a cada ano passa, o cenário vai ficando mais problemático.

Para finalizar, no quarto e último capítulo, analisamos o telejornal policial Se Liga Bocão com base nos operadores de análise construídos pelo GPAT da UFBA.

Desta maneira, revelamos como é realizado o modo de endereçamento de tais programas e, por meio do encontro realizado com os presos da PLB, como acontece a recepção dos mesmos dentro do cárcere, procurando compreender as mediações existentes entre os presos e os respectivos programas. Segundo Dencker e Viá (2001, p. 160), “o cientista social deverá recorrer à entrevista sempre que necessitar de dados que não podem ser encontrados em registros ou fontes documentais, utilizando as respostas para construir conhecimento a respeito do assunto ou do problema investigado”. A técnica da entrevista nos ajudou para obter respostas legítimas àquilo que foi contextualizado durante todo o trabalho<sup>9</sup>.

Relatamos trechos das falas dos presos que destacam aspectos importantes de suas vidas com a observação atenta ao período vivido antes da prisão, à atualidade no cárcere e às perspectivas após o ganho da liberdade. Nossa preocupação não foi a de organizar o trabalho em cima de dados tabulados quantitativamente. Estruturamos o estudo de forma qualitativa em que, apesar de priorizar as falas dos sujeitos presos no último capítulo, alguns relatos das histórias de vida serão observados no decorrer de todo texto. Os relatos de vida, como caminho metodológico desse tipo de pesquisa, mostram-se relevantes, pois permite que os participantes reconstruam suas histórias pessoais, trazendo à tona elementos vividos, revisitando situações do passado, mas pensadas em tempo presente. Há, então, uma narração particular da vida onde sua percepção individual está inserida e articulada ao contexto social maior (BOSI, 2007).

As histórias de vida trazem para o cerne da pesquisa elementos que ajudam a interpretar determinado fenômeno cultural. No caso em questão, valores, ideias, hábitos, costumes, ações e representações construídas pela população carcerária serviram como base interpretativa para a compreensão do papel dos telejornais policiais na vida cotidiana da prisão. Com os relatos de vida dos presos, foi possível compreender a apropriação do subgênero telejornal policial no cárcere, visto que a cultura ali presente foi relatada e interpretada por aqueles que a vivenciam cotidianamente, 24 horas por dia. Vimos que os sujeitos entrevistados, mesmo estando

---

<sup>9</sup> Elaboramos, então, um roteiro de perguntas que versou sobre a vida pessoal do detento (nome, idade, origem, residência, família etc.), os motivos que o levaram à entrada no mundo do crime, o cotidiano da/na criminalidade, a percepção da vida, a leitura de mundo diante da vida social dos demais cidadãos, o momento da prisão, o dia a dia na penitenciária, a presença da tevê entre os presos, o telejornalismo do Se Liga Bocão, além de perguntas mais objetivas quando da visualização dos programas junto ao pesquisador.

presos momentaneamente, se reconhecem enquanto moradores das periferias das cidades da grande Salvador. E, assim sendo, não se sentem incorporados nas edições do Se Liga Bocão, por mais que haja uma constante convocação direcionada a essas pessoas. Esse desvínculo com o programa, apesar de serem telespectadores assíduos, ocorre porque há a percepção, enquanto sujeitos com histórias no mundo do crime, de que as notícias veiculadas apresentam um contexto social diferente daquele vivido por eles antes da entrada na prisão. Além disso, foi possível perceber que os processos comunicativos empregados no programa, principalmente pela fala e postura do apresentador Zé Eduardo, provocam um sentimento de indignação e repulsa ao modo como são endereçadas as reportagens que fazem a cobertura dos acontecimentos criminosos na Região Metropolitana de Salvador.

# Capítulo 1

## O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA

---

*Afirma-se frequentemente que a violência é “irracional”. No entanto, não lhe faltam razões: ela consegue inclusive encontrar algumas muito boas quando quer irromper. Mas por melhor que sejam, estas razões nunca devem ser levadas a sério. A própria violência vai deixá-las de lado, assim que o objeto inicialmente visado sair de seu alcance e continuar a provocá-la. A violência não saciada procura e sempre acaba por encontrar uma vítima alternativa. A criatura que excitava sua fúria é repentinamente substituída por outra, que não possui característica alguma que atraia sobre si a ira do violento, a não ser o fato de ser vulnerável e de estar passando a seu alcance.*

## **1.1 Conceituando a violência**

Tendo consciência da impossibilidade de pautar todos os estudos sobre a violência em nosso trabalho, já que o campo do referido objeto é amplo e complexo, procuraremos apresentar uma síntese das representações desse fenômeno social que melhor se relaciona ao nosso país. Para tanto, relacionaremos teores que mais se aproximam do núcleo central da presente pesquisa, ou seja, o extrato da violência que conduz as pessoas a penas de privação de liberdade, ou seja, o crime.

A exposição das possibilidades de definição e de contextualização da violência realizada aqui não terá a pretensão de produzir novas perspectivas teóricas. Nossa intenção é reconstruir, de maneira dialógica e participativa, o traçado existencial da violência perante o desenvolvimento da humanidade, chegando à sociedade brasileira atual, apontando como ela tem modelado as ações deste fenômeno social. Entre a excitação das nossas convicções e a prudente renúncia de pensamentos autoritários, desejamos reconhecer nossa contemporaneidade por meio de uma fala múltipla sustentada, é claro, nos discursos teóricos de pensadores que irão nos ajudar na referida construção. Caminhando lenta, mas progressivamente, dentro de um quadro social real e ambíguo, manifestaremos as possibilidades de ações factíveis diante das lacunas sociais observadas na vida brasileira.

De início, vale registrar que a violência humana parece ignorar qualquer tentativa de mantê-la afastada das nossas vidas e tem invadido nosso cotidiano de diferentes maneiras, fazendo-se tão presente na performance da sociedade contemporânea. Tal fenômeno, fincado na tessitura da segurança pública, deve principiar a construção de um pensamento que objetiva analisar criticamente o que se passa no interior das prisões. E é isso que pretendemos aqui fazer. Para tanto, é preciso contextualizar suas representações, revelando e localizando esse fenômeno em nossa sociedade. Desde já, é importante perceber que os fatos violentos quase sempre

estiveram presentes nas histórias humanas e os estudos científicos a este respeito perpassam diferentes campos do conhecimento humano.

As pessoas vão crescendo e aprendendo a conviver com a violência contemporânea. É como se ela fosse um sintoma de uma doença que aprendemos a controlar, às vezes com sucesso e outras vezes não, para dar prosseguimento à vida. Mas qual seria essa doença social? Para responder esse questionamento, destacamos Adorno (2002b, p. 10), inicialmente, com o intuito de mostrar que é necessária uma adequada compreensão da sociedade e do ser humano para o entendimento deste fenômeno:

A violência contemporânea aparece como sintoma de quê? De uma profunda crise moral? De uma subversão irreversível dos valores que viram nascer nossa modernidade ocidental? Do fim das utopias? De um estado de anomia catastrófico? De uma natureza humana perversa e pervertida em seu jogo eternamente atualizado entre o bem e o mal, entre a vida e a morte, entre o justo e o injusto? Mais do que sintoma de que uma anormalidade ronda nossas vidas, a violência contemporânea se espreita sornateiramente de nossa própria razão de ser. Linguagem da vida contemporânea exige decifração.

Não é de hoje o interesse de pesquisadores das áreas da Sociologia, Antropologia, História, Pedagogia, Filosofia, Psicologia, entre outras, por assuntos relacionados ao fenômeno social da violência. Cada qual com suas perspectivas teóricas, invariavelmente, ele sempre foi relacionado ao paradigma do desvio, sendo consequência de ações humanas transtornadas perante o funcionamento das estruturas sociais. Em cima disso, mesmo sabendo que o que nos interessa aqui são as ações humanas qualificadas enquanto crime, isto é, a violência enquanto ação criminal, inicialmente, é preciso defini-la de tal modo que sejam ultrapassados os habituais limites práticos, levando em consideração suas características dinâmicas de transformação e os componentes de objetividade e subjetividade, próprios das relações entre os sujeitos humanos. Definição, talvez, não seja a melhor expressão para o caso, afinal,

É preciso estar pronto para admitir que não há discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito. Às grandes questões filosóficas e às grandes respostas se substituíram e se substituem, cada vez mais, as ações através das quais as sociedades se administram (MICHAUD, 2001, p.14).

Por apresentar uma grande possibilidade de sentidos, a exposição de um único conceito da palavra violência torna-se arriscada. Por isso mesmo, previamente, é importante se atentar às considerações de Raymond Williams (2007, p. 407): “se trata de uma palavra que necessita de definição específica inicial, se não quisermos cometer uma violência contra ela”. Para que não perpetremos violência contra a violência, vamos aprender o que nos ensina a etimologia da palavra para conhecer o significado de sua expressão. Assim sendo, observamos que violência tem sua origem decorrente do latim *violentia*, que é o mesmo que violência, modo bravo de uma pessoa, força. Já o verbo *violare* denota um tratamento violento, uma profanação, uma infração. Segundo Michaud (2001, p.14), “tais termos devem ser referidos a *vis*, que quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa”.

A violência, então, origina-se com o uso da força, de uma potência inerente de uma pessoa contra outra pessoa ou contra alguma coisa. Há uma relação de dominação, de intimidação, por parte do mais forte. Aliás, a ideia de força é fundamental para o entendimento da violência enquanto uma série de condutas e ações físicas. A violência, de início, perpassa por agressões e maus-tratos. Consequentemente, ela deixa marcas. Todavia, essa força adquire o status de violência de acordo com as normas, os arquétipos, de uma determinada sociedade. Desse modo, uma ação pode ser considerada violenta aqui no Brasil e, no entanto, em outro país pode não ser assim qualificada. Fica fácil de compreender, então, porque um agravo físico é facilmente identificado como violência, enquanto uma transgressão de normas, por exemplo, já se apresenta de modo mais complexo devido à amplitude das regras vigentes em uma determinada sociedade organizada.

## **1.2 A agressividade humana**

Antes de abordarmos a questão da violência levando em consideração as situações sociais em que ela aparece e acontece, vamos relacioná-la mais precisamente com os diversos aspectos da natureza humana, procurando demarcar suas possíveis causas a partir da abordagem antropológica deste fenômeno. Lembrando que tal linha de pensamento prefere discorrer sobre agressividade, agressão, irritabilidade e combatividade, ao invés do uso do termo violência, já que o mesmo indica um julgamento de valor por parte de quem estuda o assunto, ampliando a dimensão de



possibilidades interpretativas a respeito do objeto. Para Michaud (2001, p. 70-71), o termo agressividade é o mais frequente nos estudos antropológicos e indica

(...) um estado de predisposição para o ataque e o combate. Seu defeito – e a razão de sua fortuna – é que ela pode designar qualquer tipo de comportamento excessivo e/ou nocivo. A ideia de combatividade tem em parte a mesma conotação, mas sugere, além disso, um caráter positivo, em suma funcional e adaptativo. Quanto à irritabilidade, esta designa mais precisamente a propriedade do ser vivo de reagir a estímulos.

O uso do termo agressividade, então, logo de início, nos livra de uma conotação muito fechada entre seu lado positivo ou negativo, afastando-nos assim dos instintos construtivos ou dos instintos destrutivos. Desse modo, o termo agressividade faz menção a qualquer forma de agressão, seja ela de adaptação ou de desadaptação. De modo conciso, a antropologia transita pelo fenômeno da agressividade por meio de cinco pontos de vista distintos, a saber: as bases neurofisiológicas, as contribuições da etologia, os aportes da antropologia pré-histórica, além dos estudos da psicologia e da psicanálise. Vejamos como cada uma destas linhas de pensamento enxerga a violência na vida do ser humano.

A abordagem neurofisiológica estuda as relações entre estresse e agressividade, levando em consideração a reação dos organismos diante de estímulos do ambiente que são identificados como agressões. Nesse processo, o que observamos são os ataques dos agentes estressantes e as reações do organismo, que podem ser localizada ou geral. O organismo, inicialmente, fica em estado de alerta; num segundo momento, há uma resistência aos agentes estressantes; por fim, há um esgotamento desta resistência.

Segundo Nogueira (2000, p. 45), as indicações desses estudos são as seguintes: “há uma agressividade correlativa das situações de estresse; é possível distinguir tipos de agressividade diferentes de acordo com os circuitos neurológicos; existem centros desencadeadores e inibidores da agressividade, sendo possível direcionar e controlar a agressão”. E as relações entre agressividade e base neurológica, por exemplo, podem ser notadas nos casos de estresses que tomamos conhecimento junto a familiares e colegas de trabalho, normalmente, pessoas que possuem um ritmo de vida desgastante em localidades, muitas vezes, que exploram ao máximo as forças dos habitantes. Para manter os organismos sob controle, essas pessoas fazem se

medicam com o uso contínuo de tranquilizantes e outras drogas que tratam dos desregramentos do humor.

Com relação à etologia, ou seja, ao estudo da maneira de ser comportar dos animais, e sua possível relação com a agressividade humana, a ideia é de que haja um deslocamento do que já que já foi pesquisado e comprovado com os animais, tentando assimilar esses resultados à vida, ao comportamento humano. No que diz respeito à agressividade animal, essa vertente situa cinco pontos de pouca contestação, conforme vemos a seguir:

- 1) Não dá pra identificar uma relação de confronto com características estritamente cruéis em animais de espécies diferentes, pois - no fundo - eles evitam, fogem ou defendem-se dos seus predadores;
- 2) A agressão está relacionada ao instinto, funcionando de modo programado e automático, respondendo a determinados estímulos desencadeadores e colaborando para comportamentos agressivos também determinados advindos de sinais reconhecíveis como uma ameaça, por exemplo;
- 3) A agressão permite a divisão territorial dos indivíduos, intervém na escolha de parceiros sexuais, permite o estabelecimento de hierarquias sociais que limitam a agressão e favorecem a transmissão das normas por meio dos indivíduos dominantes;
- 4) A agressão tem pouca capacidade de destruição, pois as armas dos animais não têm um grande poder de aniquilamento; ela também faz referência a rituais que limitam seus efeitos, facilitando a sobrevivência dos animais fracos e dos vencidos.
- 5) Em algumas situações artificiais ou de fracassos do instinto, a agressividade pode acarretar comportamentos patológicos mortais devido ao não funcionamento dos mecanismos de ritualização.

A respeito da contribuição da antropologia pré-histórica para o entendimento da agressividade humana, antes de qualquer coisa, é interessante perceber que a evolução das espécies animais nos mostra uma ruptura com a natureza animal: os hominídeos, por exemplo, “em vez de um comportamento de retraimento e fuga,

adotaram muito cedo um comportamento de predação e ataque, ainda que sem violência ou crueldade excepcionais” (MICHAUD, 2001, p. 75). Na prática, isso significava habilidades para caçar, deslocar-se distantemente para outros territórios, utilização de diferentes instrumentos, entre outras características semelhantes aquelas observadas no ser humano. Neste sentido pré-histórico, a agressão acompanha a conquista, a destruição e a exploração. Com isso, vemos que a violência permeia a evolução da humanidade, aventurando-se em suas descobertas, suas invenções, enfim, na própria produção de cultura.

Quando a área de análise é a psicologia, os assuntos relacionados à violência, à agressividade, podem ser ajuizados por meio de diversas abordagens. Algumas pertencem à psicologia geral da agressividade, outras apreciam pela ótica das personalidades violentas numa perspectiva clínica e há ainda aquelas que se atentam às relações de agressão na esfera das interações sociais.

De acordo com a abordagem da psicologia geral, que realiza estudos experimentais e estatísticos para identificar as causas de condutas agressivas, podemos enxergar o fenômeno por três vertentes:

- 1) As teorias mecanicistas do tipo behaviorista ou neobehaviorista consideram que tanto a privação quanto as proibições em geral acarretam raiva nas pessoas, em especial, nas crianças. Outra fonte de irritabilidade e, conseqüentemente, de agressividade é a hiperestimulação ou excitação aguda. Na perspectiva da observação etológica e a psicologia da forma assinalam que instrumentos pontiagudos ou irregulares, além de movimentos bruscos, podem provocar medo e hostilidade.
- 2) Há teorias que insistem que a aprendizagem da agressão e da violência advém de modelos cuja carga emocional é extremamente significativa. Explicar-se-ia, então, a ligação existente de jovens delinquentes com famílias que possuem histórico de espancamento de crianças, por exemplo.
- 3) Na perspectiva da psicologia dinâmica, a ideia é que a primeira e típica reação à frustração é a agressão. “Quanto mais forte é a estimulação, maior é a intensidade da frustração, e quanto mais a frustração afeta aspectos do

comportamento, mais importante será a agressão (MICHAUD, 2001, p. 79). Assim, a agressão se volta justamente contra a fonte da frustração.

As abordagens clínicas, por sua vez, destacam os fatores traumáticos na formação de sujeitos agressivos, o lugar das frustrações neste processo, a relevância das separações familiares e a estruturação de uma personalidade paranoica. Além disso, tais abordagens também estão preocupadas com pesquisas estatísticas que correlacionam a autoagressão suicida com a agressão direcionada a outras pessoas. Outra possibilidade é a exploração de dados estatísticos que relacionam as características físicas das pessoas com atitudes agressivas e anomalias fisiológicas.

Outra tendência dos estudos psicológicos sobre a agressividade e a violência é aquela que analisa essa relação no âmbito das situações de interação. Parte-se da ideia de que esses fenômenos provocam disputas entre os participantes de jogos de “vitimização e agressão”, onde agressores e vítimas são condicionados mutuamente à luta.

Por último, as contribuições da psicanálise destacam que a agressividade não se manifesta apenas na destruição. Condutas autoagressivas, ambivalência de sentimentos, amor e ódio, desejo de morte de pessoas conhecidas, entre outros enfoques, fazem parte do universo psicanalítico quando a temática gira em torno da violência e da agressividade.

Com essa diversidade de abordagens antropológicas em torno da agressividade, percebemos o quanto é difícil aproximá-las. Algumas, sim, são mais perceptíveis: estresse, frustração e traumatismo da vida afetiva. Outras, como a etologia principalmente, carecem de uma dimensão mais propriamente humana. Nogueira (2000, p. 50) clareia as diferenças básicas entre violência e agressão:

Segundo Pereira, a agressão faz parte da natureza do ser vivo: existe na face da Terra antes mesmo do aparecimento do homem. (...) O que é exclusiva do ser humano, à vista da sua racionalidade, é a violência, não a agressão, que é própria, biologicamente, do ser vivente. Dessa forma, toda violência é agressão, mas nem toda agressão é violência. Ambas confundem-se facilmente porque, segundo Hacker, a violência pretende ser a única forma eficaz de agressão. Entretanto, impõem-se uma diferenciação rigorosa entre as duas. De fato, todas as formas de agressão podem levar à

violência. O que passa a ser violência é a forma manifesta, crua, desenfreada, calculada, consciente da agressão<sup>10</sup>.

Violência e agressão não são fenômenos idênticos. No fundo, a violência é a revelação física da agressão por parte do ser humano. As ações agressivas são anteriores ao homem. Os animais presentes em nosso planeta, antes mesmo da presença humana por aqui, já empregam a força para que pudessem sobreviver. Não se pode, então, confundir a agressão, impulso da natureza humana enquanto seres vivos, com a violência, agressão calculada, planejada, consciente, podendo ser física e psíquica.

É importante perceber que a violência não é uma marca exclusiva da sociedade contemporânea em que vivemos. Ao longo do tempo, ela foi se manifestando de modos diferentes em circunstâncias também diferentes. Conceituá-la não é tarefa das mais simples, haja vista que a ação geradora ou os aspectos emotivos ligados a ela podem se apresentar de formas múltiplas, dependendo da cultura, da ocasião e das condições nas quais ocorre. Neste sentido, há um conceito de violência bastante interessante:

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (ROCHA, 1996, p. 10).

Uma sociedade pode ser considerada minimamente organizada quando as desigualdades sociais são pequenas e os direitos humanos apresentam-se como sinônimo de direitos civis fundamentais. Num cenário assim, os números da violência são diminutos. Porém, em um país como o nosso, marcado por tremendas desigualdades sociais, é praticamente impossível defender os direitos humanos sem que, de algum modo, os direitos civis não sejam colocados em discussão. Vale frisar que as grandes sociedades atualmente consideradas desenvolvidas, num passado não muito distante, já foram lugares onde os direitos humanos não eram respeitos. Gregori (1996, p. 95) nos recorda esse aspecto:

---

<sup>10</sup> Adriana Nogueira fez uso de duas importantes obras, Pereira (1975) e Hacker (1973) para estabelecer os limites e a relação entre violência e agressividade.

No tempo de Locke, um dos pais do liberalismo, ninguém poderia andar pela Inglaterra se não tivesse armado. Nos Estados Unidos toda a mitologia do “velho oeste” serve para mostrar que, a pretexto da luta contra o banditismo, as autoridades enfeixavam todos os poderes, e o xerife podia até “condenar” alguém à morte. Ainda no século passado a aprovação da *Lei de Lynch*<sup>11</sup> tornou corriqueira a entrega de certos criminosos à massa para o justicamento sumário.

É preciso ter a correta noção de que os direitos humanos não caem do céu, assim como também não são respeitados pelas sociedades por um simples ato vocacional. Eles são resultado de um longo processo histórico que o Brasil, nos últimos tempos, tem percorrido cada vez com mais consistência. É necessário entender a história brasileira, seu passado de opressão e seu presente de ampliação dos direitos, para que tenhamos um futuro onde o exercício incomum da violência seja limitado pelo poder da justiça que, identificando igualdade entre os cidadãos, possa colaborar com o processo de construção de uma sociedade de paz. Esse é o caminho ou, ao contrário, continuaremos vivendo num país que se guerreia entre si por todos os cantos.

Por falar em guerra, acreditamos que o conceito de violência precisa extrapolar os significados objetivos que podem nos afastar das análises valorativas do seu fenômeno. Tais definições, por sinal, muitas vezes, estão preocupadas somente com a tabulação de dados estatísticos. Realizando uma rápida pesquisa em alguns dicionários, o conceito de violência é abordado enquanto “qualidade do que é violento; qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade; ação violenta; opressão, tirania; veemência; qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa; emprego abusivo, ilegítimo, da força ou da coação com o fim de se obter algo; constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação”<sup>12</sup>. Percebe-se

---

<sup>11</sup> Lei de Lynch, linchagem ou linchamento é o assassinato de um indivíduo, geralmente por uma multidão, sem procedimento judiciário legal e em detrimento dos direitos básicos de todo cidadão. Muitos autores atribuem a origem da palavra ao coronel Charles Lynch, que praticava o ato por volta de 1782, durante a guerra de independência dos Estados Unidos da América, ao tratar dos pró-britânicos. Entretanto, é mais seguidamente atribuída ao capitão William Lynch (1742-1820), do condado de Pittsylvania, Virgínia, que manteve um comitê para manutenção da ordem durante a revolução, por volta de 1780. A “lei de Lynch” deu origem à palavra linchamento, em 1837, designando o desencadeamento do ódio racial contra os índios, principalmente na Nova Inglaterra, apesar das leis que os protegiam, bem como contra os negros perseguidos pelos “comitês de vigilância” que darão origem ao Ku Klux Klan. No sul, é a desconfiança da lei e a reivindicação de anarquia que favoreceram seu desenvolvimento. Disponível em <[www.brasilemgrades.org.br](http://www.brasilemgrades.org.br)>. Acesso em 06 de setembro de 2012.

<sup>12</sup> Dicionário Aulete e Dicionário Michaelis, versões virtuais. Acesso em 15/04/2012. Disponíveis em: <http://michaelis.uol.com.br> e <http://aulete.uol.com.br>.

que essas definições acompanham a ideia da origem da expressão. A violência mostra-se relacionada à existência humana<sup>13</sup>. Brigas, agressões, torturas, assassinatos, guerras, terrorismos, massacres, criminalidades, enfim, manifestações que resultam do uso da força para resolução de problemas humanos. De forma geral, então, “o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao combate, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social” (NOGUEIRA, 2000, p.31).

Qualquer definição de violência precisa dar conta tanto dos estados quanto dos atos de violência, como nos destaca Michaud (2001, p.10-11): “há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus estáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”. Vemos, então, que a violência deve ser percebida diante de um determinado contexto social que possui circunspeções jurídicas, institucionais, e valores de um grupo ou até mesmo de um só indivíduo.

### **1.3 Atos e estados violentos**

Vimos que muitos estudos problematizam a violência no campo da agressividade, buscando correlações entre as duas. De maneira geral, a violência é situada no contexto da sociedade, em seus aspectos políticos, culturais, econômicos etc., e relacionada a esses diferentes parâmetros que estrutura e organiza a humanidade. E é nessa complexa situação de interações sociais que a responsabilidade pelo fenômeno da violência termina por se diluir entre os diferentes personagens sociais, sejam eles os cidadãos comuns ou os aparelhos ideológicos de Estado<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Surge aqui um importante questionamento: a violência fica mesmo limitada à vida humana ou invade o campo da natureza? É preciso cuidado no emprego do termo violência para a descrição, por exemplo, de atos ferozes, fenômenos naturais, dos animais irracionais. Assim como também não se pode afirmar que a natureza é violenta quando observamos suas manifestações que obedecem a leis invariáveis. Notamos que quando a natureza está seguindo seu caminho natural, sem a intervenção humana, o termo violência é usado simplesmente como força de expressão.

<sup>14</sup> Louis Althusser divide os aparelhos de Estado em dois âmbitos, de repressão e de ideologia. Os aparelhos repressivos do Estado, exército, polícia, tribunais, prisão, administração, pertencem inteiramente ao domínio público e funcionam, invariavelmente, por meio da violência e, secundariamente, por meio da ideologia. Os aparelhos ideológicos, por sua vez, formados por igrejas, escolas, partidos políticos, norteiam suas ações na transmissão, e conseqüente reprodução, de ideologias, primeiramente. Também o fazem por meio da repressão.

Sucintamente, a ideologia é a representação da relação imaginária das pessoas com suas condições reais de existência, pendendo por um lado material desta existência. A tese, então, defendida por Althusser (1992) é que os aparelhos ideológicos de Estado são responsáveis por assegurar a reprodução daquilo que é essencial para o exercício do poder de Estado por meio da existência e atuação das instâncias jurídico-política e ideológicas existentes na sociedade, que assim o fazem pela atuação de retaguarda dos aparelhos repressivos.

Se quem detém o poder do Estado é a classe dominante, os aparelhos ideológicos, certamente, trabalharão em prol de uma ideologia dominante em suas estruturas. E é por intermédio desta ideologia que se efetiva uma harmonia, por diversas vezes tensa, entre os aparelhos repressivos e os aparelhos ideológicos. Nesse contexto, a violência apresenta-se ritualizada simbólica e/ou materialmente. Em pormenores, para a violência ser efetivada enquanto ato, é preciso que se considerem os instrumentos em causa. Há, então, uma nítida diferença entre violência enquanto ato e violência enquanto estado, pois para que a primeira ocorra é preciso um estado de necessidade e de instrumentos, sem os quais a prática efetiva não se torna possível.

Nogueira (2000, p.53-54) destaca que talvez a grande dificuldade em assinalar as diferenças entre as ações e as situações de violência está “centrada no fato de que diversos estados de violência supõem perspectivas de dominação que abrangem todos os aspectos da vida social e política e tornam-se, assim, cada vez menos passíveis de localização”. Realmente, se atentarmos para a sociedade contemporânea, perceberemos atos violentos mais perceptíveis, como brigas, assassinatos, revoltas, por exemplo. Entretanto, há estados de violência que requerem um olhar mais vigilante, mais cuidadoso, como as opressões e explorações de uma classe social perante outra classe.

A violência enquanto ato é uma violência direta, portanto, mais fácil de ser identificada, conhecida, definida e avaliada sem grandes dificuldades. Agora, a violência como estado é uma violência indireta, com isso, não sendo tão fácil caracterizá-la, determiná-la, por mais que se possa senti-la e percebê-la, por causa da diversidade de parâmetros que dizem respeito a ela. A título de exemplos, poderíamos citar enquanto ato, o uso de meios que colocassem em risco a integridade física,



psíquica e moral dos indivíduos. Já enquanto estado, o clima social de medo, insegurança, desconfiança etc.

Fica a dúvida, então: o que mais preocupa a sociedade atual, os atos de violência ou o estado de violência? Com certeza, cada estudioso, cada cidadão, possui uma resposta para este questionamento. Todavia, para nós, a violência enquanto estado requer maior preocupação social. Por mais que os atos de violência nos chamem mais atenção, até mesmo pelo fato de conseguirmos observá-los, gerando sentimentos de repulsa e tristeza diante das atrocidades cometidas pelo homem, o estado de violência, essa violência institucionalizada socialmente, causa ainda maior indignação, pois é uma violência velada, construída muitas vezes sob a chancela da maioria da população que, violentada silenciosamente, por sua vez, apresenta suas (re)ações de maneira bastante nítida, perceptível, audível.

No campo das interpretações sociológicas da violência, a partir da consulta de material bibliográfico, fica clara a pluralidade de representações do social. Pluralidade esta própria do debate político-democrático vivenciado na maioria das sociedades contemporâneas. Michaud (2001, p.89) afirma que a teoria social não convive com uma independência extraordinária em relação às representações que os sujeitos sociais fazem de si mesmos, de suas ações e do meio ambiente em que efetivam suas ações:

A partir de um certo limite de desacordo entre as representações, corre perigo o consenso sobre o qual repousa a própria possibilidade do debate. Em compensação, se essa pluralidade não existe mais, a unidade de representação e de explicação não é mais garantia de maior exatidão científica, mas sim de maior rigor policial ou de maior monopolitismo na sociedade.

Pensar em uma única teoria sociológica da violência, no fundo, é acreditar numa visão incontestável de homem e de sociedade, ou em uma inocência impensável para os dias atuais. Tendo ciência disso, para o domínio do trabalho em questão, pensamos em sinalizar e descrever as possíveis modalidades acerca das teorizações da violência destacadas no cenário acadêmico nacional. Para tanto, com apoio em Bourdieu (1989), Freire (1983), Kupstas (1997) e Mafessoli (1987), organizamos o fenômeno da violência em algumas tendências sociais, vistas a seguir.

1ª Tendência – A dinâmica da violência: os aspectos construtivos e destrutivos

- a) **Violência Anômica:** se apresenta como forma de explosões de revolta, de agressão, de crueldade, em uma sociedade carente de lei e de regras. Neste tipo de violência, a pessoa resiste e combate às dominações sociais, procurando estabelecer uma nova ordem, um novo horizonte, um novo estado, uma nova sociedade. A violência anômica, então, apresenta-se como uma violência criadora, manifestando seu potencial de consolidação de escolhas, seja da ordem ou da desordem.
- b) **Violência Banal:** encontra-se na esfera das resistências das camadas populares que, mesmo demonstrando integração ao arquétipo social constituído, resistem veladamente. Eles evidenciam uma aparente passividade e adaptabilidade ao sistema, até mesmo como questão de sobrevivência, mas suas ações – sarcasmos, boicotes, sonegações, pichações, pequenas discussões, sinalizam seus descontentamentos.
- c) **Violência Totalitária:** acontece como forma de opressão, repressão e controle por parte do Estado, por meio dos poderes legalmente instituídos, contra os indivíduos. A ideia é manter o domínio, centralizando o poder, com o uso da burocracia a seu favor. O Estado trabalha nas mais diversas áreas de atuação social dos cidadãos em prol do controle cada vez maior de suas ações. Por ser uma violência institucionalizada, tão presente no cotidiano das pessoas, muitas vezes, aparenta um perfil inominado.

## 2ª Tendência – As cores do fenômeno: atos e estados da violência

- a) **Violência branca:** abrange as circunstâncias da violência que remetem aos seus aspectos disfarçados. Parece não ser provocada pelos homens, mas como se fosse uma ocorrência advinda da natureza do mundo. É uma violência oculta, perceptível, por exemplo, por meio das desigualdades sociais. Assim, o desempregado, o sem teto, aquela família que sofre com a falta de vaga na escola, que pelega por um atendimento médico, os que passam fome etc., enfim, os pobres da sociedade, são as principais vítimas desse tipo de violência.
- b) **Violência vermelha:** mais fácil de ser identificada que a violência branca, pois é marcada por ações cruéis, sangrentas. Aliás, comumente, tal tipo de violência

torna-se consequência daquela primeira. Latrocínio, homicídio, estupro, entre outros crimes, são exemplos básicos da violência vermelha.

3ª Tendência – as formas simbólicas da violência: tem como objetivo fundamental a dominação de uma classe social perante a(s) outra(s). Envolvida em um sistema simbólico, que faz uso de instrumentos estruturados e estruturantes de conhecimento e de comunicação, no fundo, instrumentos de imposição e de legitimação da dominação, esse tipo de violência domestica e adentra os dominados, fazendo-os reproduzir as ideologias do dominador.

Em linhas gerais, as diferentes modalidades destacadas acima não devem ser delimitadas isoladamente. As referidas categorias se cruzam, podendo até mesmo se completar. O que fica é que a violência é inerente à existência humana e, cada vez mais, presente na atualidade. Ela permanece entre nós, recriando-se, reinventando-se, a partir das características da sociedade em que aparece e se efetiva, deixando marcas, identificáveis facilmente ou não, entre suas vítimas. Compete ao homem contemporâneo enfraquecê-la incessantemente, fortalecendo os mais diferentes aspectos individuais e sociais da vida humana em seu tempo.

Toda ação de violência é marcada pelo imperativo da intencionalidade. Não há ação humana que possa ser considerada neutra, quando se tem como fim violentar o outro. Por isso é muito importante contextualizar a referida temática tanto nos aspectos da natureza humana quanto nas questões histórico-culturais que possam explicar tal fenômeno. Dito de outra forma, necessitamos conhecer quem são as pessoas que empregam suas forças no confronto com outras esferas (atores) sociais. Seguindo, é preciso também compreender as razões que as levam a esta prática, destacando as responsabilidades, individual e coletiva, no entendimento e na metodologia de execução de atos violentos. Minayo (1994) nos diz que, para que possamos compreender a violência, se faz necessário fazer um exame histórico, antropológico e sociológico, levando em consideração as interações com as questões sociais, econômicas, psicológicas, morais e institucionais.

A violência se apresenta como um dispositivo de poder, uma prática controladora, capaz de produzir estragos aos indivíduos, à sociedade, quando do exercício de uma relação com o outro por meio do uso da força e da repressão. Ela se

fundamenta na racionalidade humana. Para nós, este fato é um dos mais chamativos neste contexto. Há uma compatibilidade visível entre os atos violentos e a racionalidade humana no processo de dilaceramento da cidadania. As palavras de Santos (2002) corrobora nosso pensamento:

A violência consiste em um dispositivo porque é composta por diferentes linhas de realização: apresenta uma visibilidade, por vezes de modo demonstrativo; vem a ser acompanhada por uma enunciação; vale dizer, sempre uma violência é antecedida, ou justificada, prévia ou posteriormente, por uma violência simbólica, que se exerce mediante uma subjetivação pelos agentes sociais envolvidos na relação: a violência simbólica impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de outorgar ao dominante quando somente dispõe, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, de instrumentos de conhecimento que tem em comum com o dominante e que constituem a forma incorporada da relação de dominação.

Entendemos que a violência é uma forma cultural de interação dos sujeitos na sociedade exercida por causa de um poder legitimado de acordo com determinadas regras sociais. Esse aspecto faz com que a violência seja configurada enquanto uma instalação de controle. Seria um grande erro formular uma concepção de violência ignorando os aspectos sociais em que ela se faz presente.

Comparar, por exemplo, a violência na sociedade brasileira à época de seu descobrimento, no século XVI, com a do eminente século XXI, ignorando as culturas que se foram incorporando ao país, os dados históricos, além das inúmeras normas estabelecidas – passíveis de mutação enquanto a civilização continuar a existir – resultaria em um tipo de investigação no mínimo ingênua e de valor contestável (NOGUEIRA, 2000, p.34).

É nesta linha de raciocínio, de regulamentação da vida e de transformação social, que devemos enfrentar a violência. E a melhor forma de romper com os dispositivos de controle identificados atualmente é por meio da promoção de uma ética da solidariedade estruturada no respeito à vida, à dignidade humana. A construção paciente de uma nova ordem social nos traz a perspectiva de políticas públicas sociais, que garantam a segurança cidadã das pessoas, capazes de “realizar, de modo substantivo e multicultural, projetos sociais e políticos que reconstruam a solidariedade, a dignidade humana e a liberdade da ação coletiva, pacificando as relações sociais e produzindo outra temporalidade de esperanças não violentas em um espaço planetário” (SANTOS, 2002).

Políticas públicas que provocam planejamento, melhoria nos serviços, condições de trabalho, remuneração, enfim, qualidade de vida aos cidadãos de uma sociedade. Tudo isso sem abrir mão ao controle democrático. Fato esse que não se resume à conquista do governo por um partido democrático em eleições diretas, mas que imprescindivelmente promove a participação e a mediação dos cidadãos no controle da execução dos aparelhos repressivos. Pinheiro (1990, p. 03) apresenta alguns exemplos factíveis observados mundo afora:

Na prefeitura John Lindsay, em Nova York, foram colocados em prática conselhos civis de acompanhamento da polícia. Em várias cidades suecas, as municipalidades pagam cidadãos para acompanharem o dia-a-dia nas delegacias e publicarem relatórios. Em São Paulo foram criados conselhos de segurança na comunidade que são sem dúvida um formato adequado para o diálogo, controle e reforma da política de segurança. A própria lei de execuções penais criou um conselho de comunidade para trabalhar com o juiz no acompanhamento do cumprimento da pena e na fiscalização do sistema penitenciário.

Enquanto práticas como estas descritas acima não se tornam corriqueiras, enquanto não presenciarmos a emergência de um controle social democrático efetivo, onde teríamos regras de sociabilidade e respeito aos cidadãos em todas as instâncias da vida cotidiana, percebemos que a sociedade foi incorporando diferentes medidas para controlar as manifestações de violência ao longo da história, conseguindo êxito em alguns momentos. Uma das maneiras mais utilizadas para o alcance desse equilíbrio tem sido a busca permanente pelo controle social da violência por meio da punição aos homens que tenham praticado ações consideradas violentas. Veremos, então, que a prisão é uma destas formas de punição, talvez a mais conhecida e desejada pela maioria da população em nosso país. Contudo, antes disso, vamos nos pautar na reflexão mais detalhada a respeito da criminalidade.

Violência e criminalidade, em muitas ocasiões, são consideradas sinônimas. A criminalidade, sem dúvida, está intrinsecamente relacionada à violência. Entretanto, podemos perceber a violência num plano à frente dos limites da esfera criminal, pois ela se apresenta de diferentes modos e com naturezas também diversas. Lucinda, Nascimento; Candau (2001, p.21) focalizam a violência em três faces: “a violência reconhecida e efetivamente punida como crime; a que se instalou em parte da estrutura do Estado e a que tece as mais amplas relações sociais e domésticas”. Vamos nos concentrar, neste momento, na criminalidade.

## 1.4 Mapa da criminalidade

Inicialmente, é preciso derrubar alguns tabus a respeito dos processos criminosos. Hoje em dia, a maioria das ponderações a esse respeito procura denunciar o aumento da criminalidade nas sociedades mundiais. Contrariamos essa perspectiva. O fato é que, atualmente, a violência está tão ligada à nossa vida que começamos a pensar que jamais o mundo foi tão violento. Este envolvimento, direto ou indireto, com práticas violentas reduz nossa visão histórica, fazendo-nos ter uma percepção incorreta dos fatos.

É preciso contextualizar o processo civilizador das sociedades, destacado principalmente pela universalização dos costumes. Este aspecto foi analisado por Andréa Buoro (1999). Para ela, o desenvolvimento das relações civilizatórias aconteceu somente porque os indivíduos começaram obedecer a uma série de preceitos de convivência social, além de aferir ao Estado o direito das práticas de violência. Neste desenho, a violência passou a ser centralizada e monopolizada. Sendo assim, para alguns autores, a possibilidade de uma profunda transformação social esvaziou-se em virtude do poder autorizado do Estado para o uso da violência, no caso de uma insurreição social, por exemplo.

Neste momento, vale mencionar Hannah Arendt e sua obra *Da Violência*, escrita nos anos de 1968 e 1969, em que fez uma investigação a respeito da natureza e das causas da violência. Neste estudo, é realizada uma importante discussão sobre a diferença entre poder e violência. A referida autora não comunga com as ideias daqueles que acreditam que a violência é uma evidente manifestação de poder. O poder está relacionado à capacidade dos homens em não simplesmente agir, mas de agir por um acordo coletivo. O poder não pertence a uma só pessoa; é atributo de um grupo e existe somente enquanto este grupo estiver unido. Quando o grupo desaparece, consequentemente, o poder também desaparece. A violência, por sua vez, por sua própria natureza, é caracterizada por seu movimento instrumental. Ela é um meio utilizado pelos homens para se conseguir um determinado objetivo<sup>15</sup>. Vejamos um

---

<sup>15</sup> Will Goya nos chama a atenção para o fato de que Hannah Arendt expõe a violência, assim como todos os meios, sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita de justificar-se, através de algo mais, não pode ser a essência de coisa alguma. O poder é "um fim em si mesmo", longe de ser o meio para a consecução de um fim é a própria condição que possibilita a um grupo de pessoas pensar e agir em termos de meios e fins (apesar de poder ser usado como meio para se atingir determinados fins). O poder não precisa de justificativas, mas de legitimidade. Arendt buscará

importante trecho da mencionada obra, quando a autora nos traz fragmentos significativos de acontecimentos que se apresentam tão operais aos nossos dias:

Desde o princípio do século têm os teóricos da revolução nos dito que à possibilidade de revoluções se deflagrarem tem diminuído significativamente em proporção à maior capacidade destrutiva de armas à disposição exclusivamente dos governos. A história dos últimos setenta anos, com o seu número extraordinário de revoluções bem e malsucedidas, dá uma impressão diferente. Estavam loucas as pessoas que se levantaram contra desvantagem tão esmagadora? E, deixando de lado os exemplos de total sucesso, como se explica até mesmo um sucesso temporário? O fato é que o vácuo entre os instrumentos de violência de propriedade do Estado e os que as pessoas conseguem reunir por conta própria – desde latas de cervejas até os coquetéis Molotov e as armas de fogo – tem sido sempre tão enormes que as melhorias técnicas fazem pouca ou nenhuma diferença. As instruções retiradas de manuais versando sobre “como fazer uma revolução” passo a passo desde a dissensão à conspiração, da resistência ao levante armado, baseiam-se todas elas na noção errada de que as revoluções se “fazem”. Em uma competição de violência contra violência a superioridade do governo tem sido sempre absoluta; porém esta superioridade só perdura enquanto continuar intacta a estrutura de poder do governo – isto é, enquanto forem obedecidas as ordens, e o exército ou a força policial estiverem dispostos a usar as suas armas. No caso contrário, a situação se transforma abruptamente. Não apenas deixa a rebelião de ser sufocada, mas as próprias armas passam para outras mãos – algumas vezes, como na revolução húngara, em um período de poucas horas. (Deveríamos saber de todas estas coisas depois de tantos anos de vãs lutas no Vietnam, onde por muito tempo, antes de receber ajuda maciça da União Soviética, a Frente de Libertação Nacional combateu-nos com armas fabricadas nos Estados Unidos.) Somente depois desse fato, quando o processo de desintegração do governo tenha permitido aos rebeldes se armarem, pode-se falar de uma “revolta armada”, a qual muito frequentemente jamais acontece ou ocorre quando não mais é necessária. Quando as ordens já não são obedecidas, os instrumentos da violência não são de utilidade alguma; e esta obediência não é decidida pela relação autoridade/obediência, mas pela opinião pública, e, é claro, pelo número de pessoas que compartilham dela. Tudo depende do poder por detrás da violência. O repentino colapso do poder, renunciando as revoluções, revela como

---

soluções para definição do poder em oposição à violência na polis grega. O poder emana do povo, não é propriedade de um único indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. É, desse modo, um potencial, em que palavras e atos não se separam, na dependência de um acordo, as vezes frágil e temporário, mas correspondente à condição humana da pluralidade de vontades reunidas. Viver em comum, então, para Arendt, deve dar-se através do discurso e da persuasão, e não da violência e do comando. Para a autora nada é mais comum do que a combinação da violência com o poder. No entanto, não se pode daí concluir que a autoridade, o poder e a violência sejam uma mesma coisa. Quando as ordens já não são obedecidas, os instrumentos da violência não são de utilidade alguma. Tudo depende do poder por detrás da violência, governo algum existiu baseado só na violência. Onde quer que se combinem, o poder é o fator fundamental e predominante. Disponível em <[www.filosofia.com.br](http://www.filosofia.com.br)>. Acesso em 08 set. 2012.

a obediência civil – às leis, aos governantes, às instituições – nada mais é do que a manifestação exterior de apoio e consentimento (ARENDDT, 1985, p. 21-22).

As palavras de Hanna Arendt, destacando acontecimentos da nossa história, nos mostram que o poder se sustenta no apoio e no quantitativo de pessoas que lhe conferem o seu consentimento, e não nos métodos de violência de que dispõe. A violência é capaz de destruir o poder, mas não consegue criá-lo. Ela é o meio e o poder é o fim. Diante disso, concluímos que o poder é o cerne de qualquer governo, não a violência. Desse modo, a qualidade principal de um poder legítimo é a sua integridade, admitido na adesão popular e constituído na troca aberta de juízos entre iguais. Seguindo esse pensamento, a história da humanidade tem nos mostrado que há uma pacificação progressiva do mundo, até mesmo pela intensa expansão dos costumes sociais.

Ao contrário das sociedades do passado, as nossas estão habituadas a uma segurança cada vez maior, que não depende só dos números da criminalidade, mas também e até mais da organização dos seguros e da previdência social, da homogeneidade de um espaço de livre circulação, da regulação de múltiplos aspectos da vida através do Estado. Sobre o pano de fundo de uma segurança crescente – e invasora –, os comportamentos criminosos são percebidos como uma ansiedade desproporcional em relação ao seu volume real (MICHAUD, 2001, p.33).

Essa questão da organização das sociedades em prol do controle da violência por meio de diferentes estruturas e mecanismos acontece, inclusive, nas sociedades primitivas. Há uma vasta bibliografia etnográfica disponível que, descrevendo as sociedades primitivas, no mostra como são as atividades comuns desses povos. Clastres (2004, p.159) destaca que, quando a violência é acenada, é especialmente para revelar o quanto estas sociedades têm o interesse em controlá-la, ritualizá-la, mostrando a possibilidade de reduzi-la, quando não aboli-la: “Evoca-se a violência, mas, sobretudo, para mostrar o horror que ela inspira às sociedades primitivas, para estabelecer que elas são, no final das contas, sociedades contra a violência. Não será surpreendente então constatar, no campo de pesquisa da etnologia contemporânea, a quase ausência de uma reflexão geral sobre a violência em sua forma ao mesmo tempo mais brutal e mais coletiva, mais pura e mais social: a guerra”.

A questão do controle da violência merece destaque, justamente porque ela sempre se fez presente nas relações sociais nos mais diferentes períodos da existência



humana. Mesmo com dificuldades em se encontrar informações quantitativas fidedignas sobre um passado longínquo, Michaud (2001, p.34) destaca que a insegurança da vida e a onipresença da violência sempre fizeram parte da nossa história. A título de exemplo, vejamos alguns números da Idade Média e do início dos Tempos Modernos:

Em Anvers, durante a segunda metade do século XIV, os registros de crimes atestam a frequência das brigas e das rixas violentas e mortais. Aliás, os roubos são temidos quase tanto quanto as violências físicas. Em Genebra, em 1562, em 197 delitos e crimes, há 20% de roubos, 20% de relações extraconjugais, 11% de infrações profissionais e 11% de brigas. Em Paris, em junho de 1488, de uma centena de pessoas presas em uma semana, a metade o foi por violências físicas, 13% por roubo e 12% por dívidas.

Àquela época, e antes mesmo do período em destaque, os criminosos já se mostravam organizados, se associando entre si, para recrutar mais e mais pessoas aos seus bandos e executarem mais atos de transgressão social. Sofriam, é claro, repressão por meio de leis que já pretendiam vigiar e controlar este aspecto da vida. Nada muito diferente do que vivenciamos atualmente. Aliás, a própria “criminalidade urbana estava ligada à brutalidade da vida, à pobreza e às carências, e também se devia à marginalização dos grupos desenraizados pelas transformações agrárias, as catástrofes naturais e as epidemias” (MICHAUD, 2001, p. 35). Percebemos, então, que a violência criminal já se apresentava como um modo habitual de vida. E é essa a perspectiva adotada no presente estudo: a violência enquanto componente cultural de uma sociedade.

Sem muito esforço, poderíamos deslocar a citação anterior ao contexto dos dias atuais, afinal a criminalidade está, ainda, fortemente vinculada às desigualdades sociais, por mais que a tese de causalidade entre pobreza, delinquência e violência seja contestada em algumas produções científicas atuais, afinal é impossível não reconhecer em nosso país afinidades entre a baixa qualidade de vida nos espaços mais carentes da sociedade e o estouro da violência fatal. Aos que duvidam, basta uma breve atenção aos mapas da violência e da criminalidade publicados periodicamente. Com a certeza de tal fato, também não omitimos o aspecto de que o empobrecimento de ampla camada populacional tem sido resultado do crescimento desordenado da economia e da distribuição desigual de riqueza.

Os números das pesquisas revelam que as políticas públicas brasileiras de segurança, juntamente com as ações do poder judiciário e penitenciário, não têm obtido sucesso no refreamento dos crimes e das sérias violações dos direitos humanos. O crime evoluiu e foi se aperfeiçoando e o sistema de justiça criminal não acompanhou tal evolução, fazendo crescer a lacuna entre as ações de violência e criminalidade e as condições do Estado de manter a ordem social por meio da determinação de leis que principiam a vida social.

Adorno (2002a, p.02) afirma que, “a despeito das pressões sociais e das mudanças estimuladas por investimentos promovidos pelos governos estaduais e federal, em recursos materiais e humanos e na renovação das diretrizes institucionais que orientam as agências responsáveis pelo controle da ordem pública, os resultados ainda parecem tímidos”. E mesmo que o quantitativo de crimes seja menor, quando comparado aos outros períodos históricos do Brasil, devido à citada gestão da violência, ao controle social, as informações recentes ainda geram inúmeras preocupações aos governantes, aos empresários, aos intelectuais, aos estudantes, enfim, à população em geral.

É preciso reconhecer que o problema da criminalidade, da violência como um todo, se fez presente durante todo processo de formação e estruturação da nossa sociedade. A violência em nosso Estado acontece desde a chegada dos portugueses, com a colônia recém-descoberta abrigando os primeiros habitantes, pessoas marginalizadas daquele país europeu, para depois receber outros tipos de segregados, agora, advindos do continente africano. Ao longo de sua história, durante séculos, os brasileiros sofreram inúmeras situações de pura opressão e sofrimento, demorando séculos também para que a luta contra essa situação ganhasse força e o regime de escravidão fosse abolido em nosso território. Mas vale ressaltar que, apesar de livres, os ex-escravos não conseguiram legitimar suas condições de cidadania por aqui. Prado (2004, p. 23) afirma que a classe pobre brasileira,

(...) que tem suas raízes na população escravizada, de certa forma sofre a mesma condenação à exclusão ainda em nossos dias. Ocupa no tecido social o espaço do trabalho não qualificado, e por isso mal remunerado; sua cidadania não pode ser exercida de forma plena porque seus direitos e suas oportunidades na sociedade são muito limitados.

A sociedade brasileira estruturou suas relações sociais também pelo paradigma da violência. Ao longo dos anos, chegando até os dias atuais, o Brasil foi sendo palco de relações de poder que se constituíram pela submissão das camadas desprivilegiadas. A espantosa desigualdade social, e o consequente processo de exclusão de uma grande parcela da população, é uma das principais características da história do nosso país. Essa exclusão foi acontecendo associadamente à própria formação colonizada da sociedade e se estruturando por meio de discriminações e estigmatizações realizadas contra diferentes grupos culturais encontrados no território nacional, refletindo também nas políticas públicas que foram sendo estabelecidas por aqui nestes cinco séculos de história.

É no contexto desta suposta democracia social e econômica em que vivemos que muitas pessoas sofrem preconceitos impostos por aqueles que estão preocupados com a manutenção do controle destas vidas estigmatizadas, dos que representariam uma ameaça à normalidade presente. Com isso, a suspeita, a apreensão e a vigilância estão voltadas a toda população trabalhadora, não se reduzindo àqueles que cometeram ações criminosas. Uma parcela da sociedade, representada por sua elite, após expulsar determinadas camadas populares, sentindo-se ameaçada, tenta edificar a imagem de uma cultura delinquente, rejeitando-a, e, como saída, constrói uma ideologia com seus valores, que são impostos às outras parcelas da população enquanto verdades absolutas. É um processo de violência social que se instala por meio da destruição da subjetividade e do sentimento de pertença de um sujeito, de um grupo, de uma comunidade, diante da grande sociedade.

Sabendo que a violência faz parte de nossas vidas desde o período do Brasil-Colônia, precisamos perceber que a violência atual, com as características específicas da sociedade contemporânea, foi emergindo durante as três últimas décadas do século passado, período histórico que melhor localiza o início das fortes e constantes investidas criminosas contra a vida e o patrimônio material da população, principalmente, das grandes cidades. Neste período, vimos crescer o sentimento de medo e insegurança, perante a probabilidade cada vez maior, das pessoas, seja homem ou mulher, se tornarem vítimas de um cometimento criminal, independente da sua situação política, educacional, econômica, social, religiosa, cultural, étnica etc.

Diversas pesquisas de opinião indicam que a problemática da violência ocupa lugar central nas preocupações da população em geral. E, por mais que o crescimento da violência seja percebido por todos, tais estudos nos mostram que sua distribuição acontece de maneira diferenciada pelas cidades. De forma geral, percebe-se que os crimes contra o patrimônio ocorrem mais nas regiões centrais, onde há uma maior concentração e circulação de riquezas, e crimes contra a vida se passam nas periferias, espaço de maior aglomeração de pessoas e com piores condições socioeconômicas. A respeito destes crimes contra a vida, enfocando, especialmente, as mortes violentas motivadas por tensões nas relações subjetivas, Adorno (2002a, p. 1-2) afirma que “trata-se de um infindável número de situações, em geral envolvendo conflitos entre pessoas conhecidas, cujo desfecho acaba, muitas vezes até acidental e inesperadamente, na morte de um dos contendores [sejam eles] companheiros, parentes, vizinhos, colegas, conhecidos, comerciantes e clientes”.

Certamente, o quadro econômico-social de desigualdades observado em nosso país contribui para a criação deste ambiente da ação dramática. Sodré (2006, p. 67) destaca que são milhões e milhões de brasileiros vivendo à margem da sociedade, com regras particulares, formando – em alguns casos – Estados paralelos no nível das massas pobres urbanas, que formam uma indignante paisagem de

(...) miséria (fome, epidemias de controle relativo, analfabetismo) com fluxos concentrados de dinheiro no interior da própria comunidade marginalizada e em face da realidade material e simbólica da realidade moderna, emerge a violência anômica (agressões, assaltos, homicídios) como uma “contralinguagem”, isto é, uma “linguagem” que não se instaura a partir das regras das instituições civis hegemônicas na sociedade global, mas a partir de sua ausência ou de seu desnaturamento abusivo.

A criminalidade faz parte do cotidiano do Estado brasileiro e sua população percebe esse cenário cultural. Não é preciso residir num agitado centro urbano ou em uma área de conflito rural para ter contato com manifestações de violência criminal. Hoje, os meios de comunicação, principalmente os programas diários de jornalismo televisivo, nos apresentam inúmeros casos de violência onde a construção desse problema social nos indica de que ele está implícito à natureza do mundo contemporâneo.

O volume de ocorrências é tamanho que fica difícil pensar a sociedade brasileira dissociada da violência. Mas é preciso cuidado neste aspecto. A realidade social não pode ser confundida com as representações advindas deste contexto. Bourdieu (1989), por sinal, faz um alerta a esse respeito: as análises realizadas de um determinado problema social podem encontrar obstáculos durante os processos de interpretação devido à concomitância de ocorrências entre as partes. No Brasil, especificamente nos últimos tempos, tem sido comum a abertura de debates em torno da legitimidade da legislação vigente após o conhecimento e, principalmente, a cobertura midiática em torno de alguns crimes que causaram sentimentos de comoção nacional. Com isso, no calor das emoções, são levantados questionamentos quanto ao tempo máximo de privação da liberdade, ao cumprimento efetivo da pena atrás das grades, às possibilidades de progressão da pena e à eficácia do cumprimento dela dentro de um estabelecimento penitenciário. Além disso, as temáticas do desarmamento e da pena de morte sempre vêm à tona, sobretudo, após assassinatos que ganharam grande repercussão social<sup>16</sup>.

Os números da criminalidade no Brasil têm nos mostrado um fenômeno novo. Até o final de século passado, os polos dinâmicos da violência, em especial os crimes contra o patrimônio (roubos, furtos, latrocínio), localizavam-se nas grandes capitais e metrópoles. Na última década, o que temos observado é o deslocamento desta dinâmica para outras cidades menores, principalmente do interior, num processo identificado como interiorização. Além disso, a violência tem se expandido para Estados considerados, até então, de baixo ou médio potencial, num processo caracterizado como espalhamento. Esses dois movimentos demonstram que está em curso uma ação de descentralização e desconcentração do desenvolvimento econômico

---

<sup>16</sup> Comumente, o assassinato é o crime que causa maior repercussão entre a população brasileira. Para exemplificar, podemos citar alguns destes eventos, lembrando suas vítimas, que chocaram o país nas últimas décadas: a atriz Daniela Perez (1992), o homem morto e amputado por uma motosserra a mando do ex-deputado Hildebrando Pascoal (1996), as mulheres violentadas pelo motoboy Francisco de Assis Pereira, o Maníaco do Parque (1997/1998), os espectadores de cinema devido os tiros a esmo feitos pelo estudante de medicina Mateus da Costa Meira (1999), a professora sequestrada no ônibus 174 (2000), o jornalista Tim Lopes (2002), o casal Richtofen (2002), a missionária Dorothy Stang (2005), as centenas de pessoas vítimas dos ataques da facção criminosa PCC (2006), a inglesa Cara Burke (2008), a estudante Eloá Pimentel (2008) e os jovens de Luziânia (2009). Contudo, quando as vítimas são crianças, a impressão que fica é o aumento da insatisfação quanto à brandura das leis nacionais. Foi assim na morte de Ives Ota (1997), João Hélio (2007) e Isabella Nardoní (2008). O último grande crime que se enquadra no contexto descrito aqui foi aquele que ficou conhecido como o Massacre de Realengo. Doze adolescentes foram mortos dentro de uma escola pública pelo atirador Wellington Menezes de Oliveira (2011). Para maiores informações, ver <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/30-crimes-que-abalaram-o-brasil/>. Acessível em 01 de junho de 2011.

do país, com a emergência de novas regiões de crescimento no interior das unidades federativas. Essa nova maneira de organização territorial do desenvolvimento estaria também impactando a distribuição geográfica da violência no país (WAISELFISZ, 2011).

É perceptível a ampliação dos polos de violência para pontos com a baixa presença do Estado no campo da segurança pública. Com isso, os números dos crimes no Brasil devem ser observados enquanto uma grande convocação à vigilância. A situação atual exige esforços ainda maiores das autoridades e sociedade em geral para o enfrentamento da violência, observada aqui por meio das mortes ocasionadas por intervenções humanas – intencionais ou não – contra outras pessoas, no sentido de estender as políticas de confronto e diminuição da violência também para o interior do país.

Reconhecer o problema da violência, por mais que pareça óbvio, é um dos passos mais importantes para o seu enfrentamento. Seria um grande erro negar que iniciativas de combate à violência têm sido empreendidas Brasil afora pelos governos municipais, estaduais ou federal. Ações imprescindíveis para reduzir os motivos da violência que tiram a vida de milhares de brasileiros anualmente. A aliança entre repressão e prevenção é a base para o alcance do êxito nesta jornada. Um bom exemplo do que estamos afirmando aqui é a tomada dos territórios que estavam sob domínio da criminalidade e, ao mesmo tempo, a oferta de programas educativos, culturais, esportivos e laborais à população destas comunidades, principalmente crianças e adolescentes.

Vejamos, então, alguns dados do Brasil e, em especial, do Estado da Bahia de modo que tenhamos um panorama mais integral e pormenorizado da distribuição territorial e dos focos de concentração e da violência letal do espaço que restringe nossa pesquisa. Esse tipo de violência é o retrato visível dos inúmeros problemas sociais que assolam nosso país. Somente o combate à exclusão social, vivenciada por muitos anos nestes locais de violência extrema, e a garantia do direito humano basilar, a vida, poderão fazer com que os outros direitos tenham significados legítimos no desenvolvimento das relações sociais.

Essencialmente, vale registrar o número total de homicídios cometidos no Brasil no período que compreende a passagem do século XX para o século XXI. E aqui vale uma explicação: a utilização de óbitos provocados por violência humana como principal indicador geral de violência de uma sociedade se justifica pelo fato de que a morte revela a violência levada a seu grau extremo. Waiselfisz (2011, p. 10) destaca que, “da mesma maneira que a virulência de uma epidemia é indicada, frequentemente, pela quantidade de mortes que originou, também a intensidade nos diversos tipos de violência guarda uma estreita relação com o número de mortes que causa”. Vejamos, então, o número de homicídios ocorridos entre a população do país, separando-os por unidade federativa e por cada uma das regiões brasileiras.

**Tabela 1. Número de homicídios na população brasileira total, por região e por estado. Brasil, 1998/2008.**

UF/REGIÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	%
ACRE	109	51	108	122	151	135	115	125	155	133	133	22,0
AMAPÁ	163	193	155	184	181	190	173	196	203	171	211	29,4
AMAZONAS	536	527	557	483	512	561	523	598	697	711	827	54,3
PARÁ	769	637	806	955	1.186	1.383	1.522	1.926	2.073	2.204	2.868	273,0
RONDONIA	489	434	466	565	606	559	562	552	589	435	480	-1,8
RORAIMA	132	154	128	107	121	106	83	94	110	116	105	-20,5
TOCANTINS	136	148	179	223	180	225	205	202	236	224	232	70,6
<b>NORTE</b>	<b>2.334</b>	<b>2.144</b>	<b>2.399</b>	<b>2.639</b>	<b>2.937</b>	<b>3.159</b>	<b>3.183</b>	<b>3.693</b>	<b>4.063</b>	<b>3.994</b>	<b>4.856</b>	<b>108,1</b>
ALAGOAS	585	552	724	836	989	1.041	1.034	1.211	1.617	1.839	1.887	222,6
BAHIA	1.251	890	1.223	1.579	1.735	2.155	2.255	2.823	3.278	3.614	4.765	280,9
CEARÁ	941	1.108	1.229	1.298	1.443	1.560	1.576	1.692	1.793	1.936	2.031	115,8
MARANHÃO	266	251	344	536	576	762	696	903	925	1.092	1.243	367,3
PARAÍBA	454	404	519	490	608	620	659	740	819	861	1.021	124,9
PERNAMBUCO	4.428	4.200	4.276	4.697	4.431	4.512	4.173	4.307	4.478	4.560	4.431	0,1
PIAUÍ	141	131	234	279	315	316	347	386	437	406	387	174,5
RIO GRANDE DO NORTE	223	226	251	316	301	409	342	408	450	594	720	222,9
SERGIPE	176	338	416	532	549	473	464	492	597	526	574	226,1
<b>NORDESTE</b>	<b>8.465</b>	<b>8.100</b>	<b>9.216</b>	<b>10.563</b>	<b>10.947</b>	<b>11.848</b>	<b>11.546</b>	<b>12.962</b>	<b>14.394</b>	<b>15.428</b>	<b>17.059</b>	<b>101,5</b>
ESPIRITO SANTO	1.692	1.543	1.449	1.472	1.639	1.640	1.630	1.600	1.774	1.885	1.948	15,1
MINAS GERAIS	1.471	1.546	2.056	2.344	2.977	3.822	4.241	4.208	4.155	4.103	3.869	163,0
RIO DE JANEIRO	7.570	7.249	7.337	7.352	8.321	7.840	7.391	7.098	7.122	6.313	5.395	-28,7
SÃO PAULO	14.001	15.810	15.631	15.745	14.494	13.903	11.216	8.727	8.166	6.234	6.118	-56,3
<b>SUDESTE</b>	<b>24.734</b>	<b>26.148</b>	<b>26.473</b>	<b>26.913</b>	<b>27.431</b>	<b>27.285</b>	<b>24.478</b>	<b>21.633</b>	<b>21.217</b>	<b>18.535</b>	<b>17.330</b>	<b>-29,9</b>
PARANÁ	1.633	1.698	1.766	2.039	2.226	2.525	2.813	2.981	3.095	3.112	3.453	111,5
RIO GRANDE DO SUL	1.514	1.523	1.662	1.848	1.906	1.900	1.963	2.015	1.964	2.174	2.367	56,3
SANTA CATARINA	399	381	423	460	572	653	632	616	656	632	789	97,7
<b>SUL</b>	<b>3.546</b>	<b>3.602</b>	<b>3.851</b>	<b>4.347</b>	<b>4.704</b>	<b>5.078</b>	<b>5.408</b>	<b>5.612</b>	<b>5.715</b>	<b>5.918</b>	<b>6.609</b>	<b>86,4</b>
DISTRITO FEDERAL	720	723	770	774	744	856	815	745	769	815	873	21,3
GOIÁS	636	800	1.011	1.102	1.275	1.259	1.427	1.398	1.410	1.426	1.754	175,8
MATO GROSSO	846	825	996	986	963	929	867	907	899	892	942	11,3
MATO GROSSO DO SUL	669	572	644	619	694	709	650	628	678	699	690	3,1
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2.871</b>	<b>2.920</b>	<b>3.421</b>	<b>3.481</b>	<b>3.676</b>	<b>3.753</b>	<b>3.759</b>	<b>3.678</b>	<b>3.756</b>	<b>3.832</b>	<b>4.259</b>	<b>48,3</b>
<b>BRASIL</b>	<b>41.950</b>	<b>42.914</b>	<b>45.360</b>	<b>47.943</b>	<b>49.695</b>	<b>51.043</b>	<b>48.374</b>	<b>47.578</b>	<b>49.145</b>	<b>47.707</b>	<b>50.113</b>	<b>19,5</b>

Fonte: SIM/MS<sup>17</sup>. Adaptada de Waiselfisz (2011).

Com os números citamos, podemos perceber que, em uma década, a quantidade de mortes provocadas pelo ser humano sofreu um enorme crescimento. Passou de 41.950 para 50.113, representando um aumento de 19,5%. Os homicídios cresceram mais do que a população do país, que ascendeu para pouco mais de 17% neste mesmo período, segundo os dados do IBGE.

<sup>17</sup> Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

Constatamos que, entre os anos de 1998 e 2008, todas as regiões brasileiras, exceto a região Sudeste, demonstraram um crescimento expressivo no quantitativo de homicídios ocorridos em seus espaços sociogeográficos. É no norte-nordeste brasileiro que encontramos os números mais alarmantes. Há estados em que o número de homicídios praticamente quadruplicou. Na Bahia, por exemplo, tivemos um aumento de quase 300%, tendo chegado ao fim da década destacada com 5.000 homicídios, aproximadamente. Isso, em termos proporcionais, relacionando o número de mortes e a população total do estado, faz com que a Bahia ocupe a 8ª posição do triste ranking da violência do país.

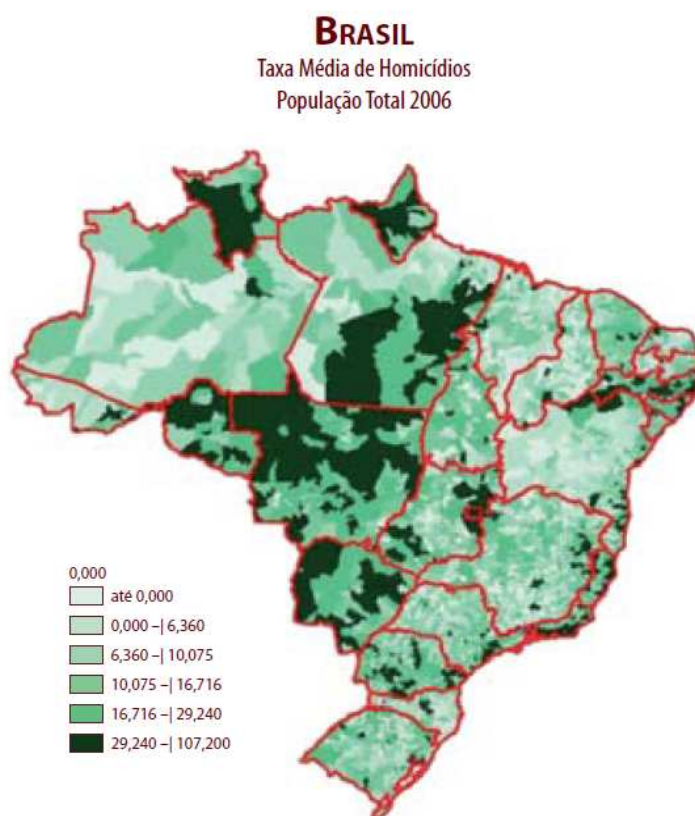
Notando de maneira mais específica o corpo de unidades federativas, percebemos uma evolução diferenciada, dependendo do caso, discrepante, entre os estados brasileiros. Maranhão, Pará e Ceará, por exemplo, são os que apresentaram índices de homicídios que cresceram de maneira drástica. Já São Paulo e Rio de Janeiro, dois dos estados brasileiros de maior população, com suas capitais e regiões metropolitanas conhecidas historicamente por serem cenários da violência cotidiana, tiveram números que caíram consideravelmente na década mencionada. Outro fato que nos impressiona é o quantitativo total de mortes registradas no Brasil no período em destaque. Para sermos exatos, foram 521.822 pessoas vítimas de assassinatos. Este é um dado que confirma o pensamento daqueles que expõem que o Brasil é um país que está em permanente guerra, afinal, se assemelha ao número de mortes ocorridas na maioria dos conflitos armados entre nações mundo afora.

O pico superior a 51 mil homicídios no ano de 2003, ou os mais de 50 mil assassinatos em 2008, apesar da Campanha Nacional de Desarmamento ocorrida naquele período no Brasil, representa mais de 130 mortes diárias em nosso território. Isso equivale dizer que, diariamente, temos um Massacre do Carandiru acontecendo aos nossos olhos. São muitas vidas sendo exterminadas em nossa sociedade, principalmente pelo uso de armas de fogo. A participação deste meio, por sinal, corresponde a 70% dos homicídios contabilizados na população total. E, mesmo considerando o impacto das políticas de desarmamento implantadas e a ação efetiva de redução da violência em vários estados do país, é possível notar que as taxas de violência homicida do nosso país ainda permanecem com números extremamente elevados.



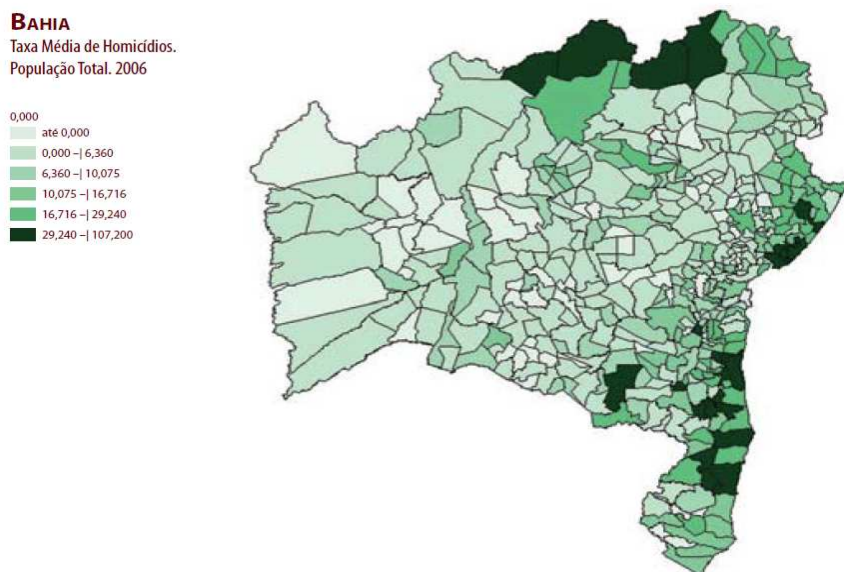
Com o mapa do Brasil, a seguir, visualizamos as regiões que apresentam as maiores taxas de homicídios. Chamamos atenção, principalmente, ao fato de que, com a cor mais escura, 10% dos municípios brasileiros possuem as maiores taxas de homicídios, variando de 29,2 até 107,2 homicídios em cada 100.000 habitantes.

**Figura 1 – Taxa Média de Homicídios. População Total. Brasil 2006.**



Do total de 5.564 municípios brasileiros, 556 deles estão entre aqueles que apresentam as maiores taxas de homicídio na população total. Embora representem apenas 10% do total de municípios, eles concentram 73,3% dos homicídios acontecidos no país à época. Outro dado relevante às nossas reflexões é que esse pequeno grupo de municípios incorporam quase metade da população do país, 44,1% para sermos mais precisos. “Se a média nacional de habitantes por município nesse ano era de 32,6 mil habitantes, a média desses 10% era mais que quatro vezes superior: 143,9 mil habitantes por município, o que permite indicar o grau de concentração da violência homicida nos municípios de maior porte” (WAISELFISZ, 2008, p. 14). As capitais e as regiões metropolitanas, principalmente, são os lugares onde a incidência deste tipo de crime se manifesta com muita força. Prestemos atenção aos números baianos, especificamente.

**Figura 2 – Taxa Média de Homicídios. População Total. Bahia 2006.**



Com um total de 417 municípios, a Bahia reúne 25 deles nos 10% que apresentam as maiores taxas de homicídio na população total do país. Apesar da pequena quantidade de municípios, eles concentram mais de 35% da população baiana, segundo dados do ano de 2006. Se o estado por completo viu 3.244 homicídios naquele ano, somente as 25 cidades, enumeradas abaixo, perderam 2.331 vidas, isto é, quase 72% dos assassinatos na Bahia aconteceram em apenas 6% de suas localidades.

**Tabela 2. Os 25 municípios do Estado da Bahia com maiores taxas médias de homicídio (em 100 mil habitantes) na população total. Brasil 2006.**

Ordem	Município	Número de Homicídios					Média Taxa Homicídio	Média População (Miles)
		2002	2003	2004	2005	2006		
16°	Porto Seguro	32	37	53	92	124	85,8	104,5
43°	Simões Filho	32	57	55	74	86	69,7	102,8
47°	Itabuna	92	100	118	156	143	68,6	202,6
100°	Juazeiro	73	133	122	127	131	56,4	224,8
121°	Lauro de Freitas	11	47	68	56	93	53,8	134,3
209°	Camaçari	44	69	62	102	107	44,6	202,7
210°	Candeias	11	23	27	30	45	44,5	76,5
229°	Eunápolis	30	23	30	41	53	43,1	95,8
271°	Ilhéus	40	51	63	99	115	40,1	230,1
320°	V. da Conquista	72	111	115	112	102	37,4	293,2
331°	Itabela	7	11	8	8	14	36,8	27,2
338°	Itororó	1	2	5	8	8	36,4	19,2
342°	Salvador	585	730	739	1.062	1.176	36,2	2742,6
357°	Remanso	13	10	11	15	13	35,4	36,8
384°	Curaça	5	12	15	7	9	34,2	30,2
403°	Uruçuca	6	3	7	5	10	33,5	21,9

412º	Dias d'Ávila	6	12	14	17	20	33,2	51,2
417º	Camacan	1	6	8	11	11	33,1	30,2
427º	Santa Luzia	1	2	3	4	8	32,8	15,3
437º	Casa Nova	11	21	23	15	20	32,6	59,4
456º	Ipiaú	11	9	14	15	11	32,1	41,6
501º	Belmonte	1	3	5	5	9	30,9	20,5
503º	Entre Rios	14	22	15	6	14	30,8	37,9
508º	Arataca	0	2	3	4	3	30,6	10,9
524º	Pau Brasil	4	5	2	3	6	30,1	12,2

Fonte: SIM/MS. Adaptada de Waiselfisz (2011).

Considerando exclusivamente a capital Salvador, podemos observar que houve desdobramentos preocupantes no número de homicídios, colocando-a na 4ª posição no ordenamento das capitais por taxas de homicídios (em 100 mil) na população total, entre os anos de 1998 e 2008, ficando atrás somente de Maceió, Recife e Vitória. Senão, vejamos:

**Tabela 3. Número de homicídios na população total por capital. Bahia, 1994/2008.**

ANO	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
SALVADOR	863	653	846	935	351	182	315	530	585	730	739	1.062	1.187	1.357	1.771

Fonte: SIM/MJ.

É possível notar que as taxas acima apresentaram situações controversas por discutíveis subnotificações acontecidas entre os anos de 1998 e 2002 na capital baiana, fazendo com que houvesse uma distorção nas séries históricas dessa localidade. A partir de 2003, os quantitativos começaram a se regularizar, apresentando uma constante evolução no número de mortes advindas de eventos homicidas. Por mais que tenhamos observado o processo de interiorização da criminalidade em nosso país, os números de homicídios ocorridos em Salvador, na verdade, acompanham uma evolução extremamente complexa ocorrida nos últimos anos em toda região metropolitana da capital baiana, conforme a tabela abaixo.

**Tabela 4. Número de homicídios na população total por região metropolitana. Brasil, 1998/2008.**

RM	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ%
BELEM	403	212	339	398	491	558	584	837	834	803	1.166	189,3
BELO HORIZONTE	870	899	1.254	1.416	1.790	2.386	2.756	2.474	2.306	2.225	2.016	131,7
CURITIBA	554	658	694	770	839	1.042	1.163	1.313	1.381	1.329	1.649	197,7
FORTALEZA	493	658	781	759	860	849	875	992	1.090	1.267	1.232	149,9
PORTO ALEGRE	812	820	1.002	1.006	1.078	1.095	1.138	1.151	1.103	1.364	1.485	82,9
RECIFE	2.788	2.568	2.577	2.877	2.534	2.666	2.591	2.632	2.666	2.680	2.553	-8,4
RIO DE JANEIRO	6.464	6.086	6.074	5.980	6.876	6.475	6.065	5.610	5.773	4.855	4.165	-35,6
SALVADOR	441	209	359	605	703	958	982	1.372	1.576	1.787	2.360	435,1
SÃO PAULO	10.122	11.499	11.321	11.214	9.855	9.517	7.378	5.613	5.028	3.812	3.625	-64,2
VITÓRIA	1.273	1.171	1.059	1.074	1.216	1.200	1.241	1.164	1.291	1.329	1.334	4,8
TOTAL RM	24.220	24.780	25.460	26.099	26.242	26.746	24.773	23.158	23.048	21.451	21.585	-10,9

Fonte: SIM/MJ. Adaptado de Waiselfisz (2011).

Das dez regiões metropolitanas destacadas acima<sup>18</sup>, podemos observar que em sete delas houve crescimento do número de homicídios. No caso da Região Metropolitana de Salvador, os índices são preocupantes e nos impressionam, já que neste período de dez anos os homicídios quintuplicaram, ainda mais quando pensamos que vivemos em uma sociedade que reconhece e faz valer o maior direito mínimo de um cidadão, a vida.

### 1.5 A violência nas metrópoles e na televisão

A criminalidade vai aumentando de acordo com a crise social. À medida que os valores sociais apropriados à promoção de uma identidade que contemple e agregue os sujeitos de uma comunidade vão sendo lesados, uma crise social é instaurada, tornando-se apta a fomentar a criminalidade. Mas o que fazer perante esta situação? Entendemos que os governos precisam construir e efetivar políticas públicas sociais consistentes, que garantam o máximo de cidadania aos seus habitantes. Àqueles que se constituem em grandes redes de corrupção na sociedade, seja do crime organizado, policiais, membros do judiciário, funcionários públicos ou parlamentares, se faz urgente desarticular e estancar tais processos que garantem “o escoamento da droga e de armamento nas fronteiras, aeroportos, portos, na rede viária através de uma coordenação efetiva entre os governos federal e estaduais e não em operações para inglês ver. E sancionar pesadamente os bancos e seus responsáveis que continuam a lavar dinheiro” (PINHEIRO, 2012). O que a grande sociedade não tolera mais é a “não ação”, o imobilismo governamental diante de um problema social que todos conhecem.

<sup>18</sup> As dez regiões metropolitanas destacadas na tabela 4, juntamente com as RM de Manaus e Goiânia, segundo dados do IBGE, são consideradas as regiões metropolitanas de primeiro nível no Brasil.

Ficar apenas nos diagnósticos, nos discursos e nas encenações, permitindo que a situação cada vez mais se agrave, também se configura uma ação de violência.

Segundo Pellegrino (1996, p. 100), a vida social, para ser respeitável e suportável, “precisa estar irrigada e vivificada por princípios mínimos de justiça, de equidade, de legitimidade do poder político, de respeito pelo trabalho e pela pessoa humana”. Esses valores, respeitados e acolhidos por todos e cada um, ajudam na formação de uma determinada cultura, promovendo a integração e harmonia do tecido social. Na ausência desta base, na degeneração de tais valores, finaliza o autor, “quando a injustiça impera e a iniquidade governa; quando a corrupção pulula e a impunidade se instala; quando a miséria de milhões se defronta com a aviltante ostentação de pouquíssimos”, esta cultura vai sendo estigmatizada e, por seguinte, a criminalidade mostra sua cara e denuncia a existência de uma estrutura social perversa.

Em uma metrópole como Salvador, o processo de exclusão social configura-se cedo na vida da grande população. Pobreza e trabalho infantil, por exemplo, caminham lado a lado. Desde cedo, os pequenos cidadãos, pela ausência de infraestrutura econômico-social da família, talvez a primeira etapa de exclusão vivenciada, iniciam suas atividades laborais no mercado informal. Com isso, a vulnerabilidade de suas vidas fica à prova dos males contemporâneos, pois sequer possuem direitos trabalhistas assegurados por não serem trabalhadores com registro profissional. E a exclusão continua, agora, no aparato educativo. Não são poucos os que abandonam o espaço escolar, principalmente no nível médio, onde a legislação brasileira não prevê a obrigatoriedade dos estudos neste nível de ensino (DETENTOS PLB).

Família desestruturada, ausência de processos educativos formais, atividades laborais precoces, enfim, todo esse quadro social, aliado ao convívio com pessoas que pertencem aos segmentos sociais ricos, gera distorções nas percepções que os sujeitos das camadas mais pobres constroem em relação aos outros, à cidade e à vida. Mello (2001, p. 131) afirma que

A experiência da cidade e da violência é uma experiência partilhada por todos, embora vivida sob condições de extrema diferença. Os contrastes aparecem no tecido urbano de modo muito explícito. Não há só o crescimento e a dispersão dos bairros populares da periferia, mas áreas do centro da cidade que se

transformam em guetos urbanos onde vivem os mais pobres. Nas metrópoles tudo parece escapar do controle, assim como ela escapa dos limites espaciais. Perde-se a visibilidade do todo, perde-se a inteligibilidade do conjunto.

Qualquer metrópole, hoje, reúne as consequências mais dramáticas da crise social brasileira, cujo aspecto mais visível é o avanço da violência. Nossas metrópoles, e tudo aquilo que se relaciona a elas – tamanho, desestrutura, desigualdade, periferia, favela, violência etc., exemplificam perfeitamente a disritmia histórica encontrada entre território, sociedade e economia. Por isso mesmo, a idealização de um projeto de desenvolvimento que atenda aos ideais de competição econômica e, ao mesmo tempo, que seja capaz de propiciar uma adesão nacional a favor da vida em coletividade é o que grande desafio enfrentado atualmente para que tenhamos metrópoles própria e apropriadamente governáveis.

Na verdade, as grandes metrópoles não podem ser observadas apenas como simples conglomerados físicos. É preciso percebê-las também com uma enorme multiplicidade de experiências simbólicas vivenciadas por seus habitantes. Estes, por sinal, as enxergam de maneiras distintas, fazem diferentes leituras de suas dinâmicas, são mediadores da vida social. Além dos habitantes comuns, dos cidadãos da cidade, outras visões apresentam-se também como mediadoras dos acontecimentos do cotidiano. A televisão é uma destas vozes que possui um papel estratégico socialmente. Ela constrói uma unidade simbólica diante da multiplicidade dos acontecimentos sociais. Por mais que isso possa parecer homogeneizante, àqueles que não estão atentos, tal aspecto pode colaborar para que nossas compreensões do mundo se tornem mais abrangentes.

Chamada, popularmente, de comunicação de massa, a televisão institui uma agenda política de temáticas habituais, coletivas, apresentando informações do dia a dia, principalmente por meio dos programas telejornalísticos, ao público em geral, aos cidadãos comuns, sob uma determinada ótica. A conversação pública, assim, fica circunstanciada, em grande parcela, à programação veiculada pelas diferentes emissoras. E os telespectadores, então, são vistos enquanto massa, multidão, que recebe histórias contadas por um sistema organizado de socialização e informação em um ritual repartido e repetido por milhares e milhares de pessoas diariamente.

A televisão, em razoável dimensão, enriquece nossa educação, nossa cultura. Ela estimula, desde cedo, nossas mentes. Se, ainda hoje, entre inúmeros aparatos tecnológicos, ela tem força no meio social é porque a sua importância não é pequena na vida das pessoas. Não seria exagero se falássemos da televisão como um marco histórico da humanidade, decompondo a vida em dois períodos, antes e depois da tevê. Ela continua sendo, até mesmo por sua abrangência, o mais importante combustível midiático que colabora na construção e reconstrução do Brasil. Com a televisão, as pessoas se envolvem, emocional e racionalmente, com as temáticas cotidianas do país. Ela anima as atitudes e comportamentos das pessoas, contribuindo para a constituição permanente da identidade da população brasileira.

A ideia de multidão, em um primeiro olhar, está integrada à questão quantitativa. Desse modo, é nítido que não é somente a cidade que extrapola os limites espaciais, quando se estende para todos os cantos. Há pessoas em excesso e um exagero de coisas. Há muito de tudo. Quantidade é o pano de fundo da cultura urbana, que concentra riquezas e acumula misérias. São visíveis as condições extremas da vida: opulência e pobreza, coexistindo cara a cara, não se ignoram. Se há bairros de elite, ruas luxuosas e construções majestosas, manifestações espetaculares da riqueza, a pobreza aparece quase como um vizinho indesejado, um irmão gêmeo do avesso, debaixo das marquises dos prédios, das pontes e viadutos. Assim, edificações abandonadas e terrenos vazios vão se transformando em cortiços e favelas que chamam tanto a atenção quanto às edificações luxuosas.

A cidade é um ambiente de grande contradição. Numa mesma via, velhos ônibus lotados e carros novos com um só ocupante. Prazeres e desprazer se misturam em um único programa cultural. Na ida ao teatro ou a um show musical, por exemplo, é praticamente impossível não se deparar com processos de mendicância que contornam os lugares dos espetáculos. É a moça com seu veículo importado e o guardador com atitude intimidatória, os filhos de aparência saudável e as crianças pedintes, o homem bem trajado e o vendedor maltrapilho de balas.

A desigualdade social é plenamente perceptível aos habitantes das grandes cidades. O modo como realizam suas leituras de mundo pode variar, dependendo do lugar em que residam e das experiências sociais que acumulam. Não é preciso dinheiro

para frequentar a maioria dos lugares da cidade. Porém, a maneira de frequentá-los varia de acordo com a renda e o renome dos envolvidos. Há os que ficarão na luz e aqueles que ficarão na sombra.

Os espaços coletivos da cidade, nitidamente, vão se individualizando. A vida social vai sofrendo uma ordenação onde os habitantes, por consequência, formam uma população bem diferenciada. Desse modo, a divisão geográfica se amplia às fragmentações das funções e das experiências sociais, apresentando um quadro de formação de identidades altamente complexo. As camadas subordinadas, especificamente, vão se estabelecendo em meio às intensas discriminações sofridas que as colocam, em relação ao poder, como pessoas de segunda categoria.

Em uma grande metrópole, como é o caso de Salvador, a fragmentação da vida social está sendo levada ao extremo. Entretanto, apesar desta configuração, não há como manter os cidadãos em um só lugar, isolando-os em seus supostos espaços de origem e de merecimento, explicitando uma imaginária homogeneidade de asseio social. A pobreza não é invisível. A cidade, assim como apresenta cenas de ostentação, mostra também seu movimento indigente. Contudo, em muitas ocasiões, a maioria das pessoas opta por não olhar este lado da sua face. Preferem ignorar sua existência, afinal a pobreza, além de feia, é impregnada de símbolos depreciativos que, cruzando nossos caminhos, vão nos ajudar a compor o entendimento que temos da cidade.

A pobreza é, talvez, a grande contradição do modo de vida urbano tomado pela abundância e pelo consumo. Estamos subordinados às várias incitações que envolvem nossas vidas nos diferentes sentidos. Comerciais na televisão, outdoors, anúncios nos meios de transporte, propagandas nas emissoras de rádio, nos jornais e revistas impressas, além das páginas da internet, oferecem a todos de tudo um pouco, ou melhor, de tudo em muito. Tais chamados não chegam somente àqueles que têm dinheiro para comprar os diferentes produtos ofertados. Chegam, também, quiçá com mais força de atração, aos que não têm condições de compra. Vemos, assim, que os objetos de desejo não estão ao alcance de todos.

A dinâmica da cidade, com suas contradições e desigualdades, nos traz a sensação de que, a qualquer momento, um desregramento social possa acontecer. A ordem racional pode ser rompida por comportamentos indevidos. “A violência rompe a



segurança, facilita a irrupção de fantasias relacionadas ao irracional, e põe de manifesto o potencial de desordem da vida urbana” (MELLO, 2001, p. 134). Com isso, o cenário apresentado pela maioria das pessoas é de impotência diante destes acontecimentos, até mesmo porque não há conhecimento legítimo sobre o território em que moram e sobre seus habitantes. Para o agravamento do quadro, muitas vezes, tais pessoas constroem percepções preconceituosas dos lugares e dos seus semelhantes, vinculando de maneira ingênua e descontextualizada a pobreza com a violência.

Estudos do campo da psicologia social apontam que as pessoas pertencentes às classes mais abastadas não conseguem reconhecer no outro, nos sujeitos da pobreza, um ser semelhante com as mesmas qualidades de humanidade. Não veem igualdade nas diferenças. O diferente, então, é desigual, inferior. Assim, não reconhecendo o outro, constroem-se perspectivas de temor social. É instaurada uma atmosfera de medo aos conflitos, à perda da vida, à tomada do patrimônio, à invasão da propriedade, ao ataque do desconhecido. Este receio, aliado à desconfiança no aparato policial e no poder judiciário, pode colaborar para que a insegurança dê origem a acusações contra grupos sociais de quem se suspeita. No caso em questão, contra aqueles que não são iguais, isto é, aos que não possuem as mesmas características humanas, tornando-os indesejáveis socialmente (TRAVERSO-YÉPES, 1999).

A vida social é composta por elementos de oposição, crise e conflito. Transformando-se frequentemente, estes componentes suscitam situações culturais que fazem com que a existência humana prossiga em um contexto de diversidade. Assim sendo, todos nós estamos sujeitos às tensões do dia a dia. O grande problema é quando há o exagero quanto às subversões habituais de uma cidade e, pior, quando a resposta dada a essas manifestações é por meio de mais violência.

A violência urbana não recusa nenhuma pessoa para o seu círculo de horrores. E o público jovem<sup>19</sup> está entre os mais propensos a se tornar vítima devido sua faixa etária e o contexto de agitação em que vive, buscando permanentemente novas e

---

<sup>19</sup> Incluímos na palavra “jovem”, seguindo as definições da Organização Pan-americana da Saúde (OPS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), os adolescentes e a juventude, que se diferenciam nos seus aspectos fisiológicos, psicológicos e sociológicos. Desse modo, a adolescência refere-se a um processo essencialmente biológico no qual há desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Envolve pessoas de 10 a 19 anos, divididas em duas etapas: pré-adolescência (de 10 a 14 anos) e adolescência (de 15 a 19 anos). Por sua vez, o termo juventude faz referência aos aspectos sociológicos, que sinalizam o processo de preparação para o sujeito assumir o papel de adulto na sociedade nos planos familiar e profissional. Abarca pessoas dos 15 aos 24 anos.

diferentes experiências de vida. Daí, quando não há o contentamento com as situações propiciadas pela família e/ou pela escola, as vivências na rua – ambiente chamativo, lugar de troca e circulação de saberes, mas também desestruturado e arriscado – se apresentam como a solução para sua necessidade.

Os índices de violência contra os jovens são muito elevados no Brasil. Isso se comprova quando é realizada uma comparação com os números de outros países ou mesmo quando a população externaliza o temor por sua própria segurança. Dito de maneira simples, é preciso saber como morrem nossos jovens e quais as localidades que mais se destacam nestes incômodos dados. De início, vale ressaltar que na faixa etária da juventude, duas em cada três mortes são ocasionadas por ações de violência, principalmente homicídio e acidente de transporte<sup>20</sup>. Waiselfisz (2011, p. 7-8), com base nos dados do Mapa da Violência dos Jovens do Brasil, sublinha que a taxa de homicídios juvenis,

(...) em 1996, foi de 41,7 em 100 mil. Hoje, com os dados correspondentes a 2008, estamos com 52,9 vítimas juvenis. Jovens mortos em acidentes de transporte: tínhamos 24,2 em cada 100 mil em 1996; agora, são 25,7 em 100 mil. Devemos reconhecer que o grande inchaço nos homicídios juvenis, como fica evidente nos diversos mapas, aconteceu nas décadas de 1980 e 1990, entrando na virada do século até 2003. A partir dessa data, começaram a declinar. Mas ainda com níveis que podemos considerar, no mínimo, insuportáveis. Também no trânsito, depois de um breve refluxo a partir da promulgação do novo Código, em fins de 1997, as taxas de mortalidade começam novamente a subir, superando, inclusive, as existentes antes da promulgação da lei.

Para melhor compreender os números acima, vamos recorrer às estimativas populacionais do IBGE. Em 2008, o Brasil possuía um contingente de 34 milhões de jovens, aproximadamente, representando cerca de 18% dos 190 milhões de habitantes. Esses números nacionais coincidem com as estimativas dos moradores das capitais federativas – 45 milhões, onde 8 milhões eram jovens. Realizando uma comparação com índices de décadas passadas, percebe-se que houve um crescimento constante no número absoluto de jovens, passando de 25 milhões, em 1980, por exemplo, para os atuais 34 milhões.

---

<sup>20</sup> Os homicídios e os acidentes de transporte são as principais causas externas que qualificam a violência, segundo a Organização Mundial da Saúde.

Em termos de mortalidade da população em geral, de lá para cá, após quase três décadas, houve uma queda da taxa global, passando de 633 mortes para 568 em 100 mil habitantes. Esse fato colaborou no aumento da expectativa de vida dos brasileiros, o que possibilitou, inclusive, avanços no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos últimos anos. Contudo, em termos de taxa de mortalidade juvenil, os números cresceram, mesmo que levemente, indo de 128 mortes, na década de 1980, para 133 a cada 100 mil jovens, no ano de 2008. Waiselfisz (2011, p. 18) acredita que o ritmo de evolução da mortalidade juvenil não permaneceu o mesmo devido à radical mudança em sua configuração, num processo denominado de novos padrões da mortalidade juvenil:

Estudos históricos realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro mostram que as epidemias e doenças infecciosas – as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas –, foram progressivamente substituídas pelas denominadas “causas externas” de mortalidade, principalmente, acidentes de trânsito e homicídios. Os dados do SIM permitem verificar essa significativa mudança. Em 1980, as “causas externas” já eram responsáveis por aproximadamente a metade (52,9%) do total de mortes dos jovens do país. Vinte e oito anos depois, em 2008, dos 46.154 óbitos juvenis registrados no SIM/MS, 33.770 tiveram sua origem em causas externas, pelo que esse percentual elevou-se de forma drástica: em 2004, quase  $\frac{3}{4}$  de nossos jovens (72,1%) morreram por causas externas.

Para se ter uma ideia do quanto os números são expressivos, basta compará-los às mortes de pessoas não jovens. Enquanto as causas externas são responsáveis por mais de 70% dos óbitos de jovens, na população não jovem esse número cai para menos de 10%. O grande responsável pelo ceifamento de vidas jovens em nosso país são os homicídios, 40% das mortes. Já na população não jovem, apenas 2% dos óbitos são originados por este tipo de crime. Todavia, em alguns estados, como a Bahia, os números são ainda maiores: os homicídios ultrapassam 50% das mortes de pessoas jovens. Os casos de assassinato, aliás, devido o alto índice, poderiam muito bem ser alocados enquanto matança ou extermínio.

Os números da violência impressionam, sim, nos dias atuais. Mas o que também é espantoso é que as autoridades tratam esses eventos apenas como mais um dado quantitativo da sociedade brasileira. Não há a preocupação de revelar quem são as vítimas e os autores dos homicídios destes jovens, além do próprio contexto social em que viviam e vivem. Aliás, não estaremos nos equivocando se afirmarmos que existe

um descaso do poder constituído, explicitado nos problemas de investigação policial ou na morosidade do processo jurídico, com relação aos aspectos mencionados.

A impressão que fica, quando não há uma completa investigação dos casos, quando não se apura quem foram os responsáveis pelas autorias, é de impunidade. É dado o tratamento às vítimas também enquanto “pessoas do mal”. Assim, não há o porquê de se preocupar com quem morreu ou matou, pois todos são iguais, e não houve perda para a sociedade. Pelo contrário, ela ganhou com um infrator a menos nas ruas. Infeliz percepção. Não é dado o mínimo valor às vidas das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Não se reconhece a importância da vida das vítimas de homicídios, moços e moças pobres, que, inclusive na morte, têm suas vidas excluídas não unicamente da sociedade, mas, sobretudo, da cidadania.

Afirmar que o Brasil é um país violento já não surpreende a ninguém. E muitas são as razões para esse panorama: extrema desigualdade social, autoritarismo de algumas instituições e fracassos de outras, hierarquias verticalizadas bastante rígidas, ações negligentes e ineficazes das autoridades públicas, aparatos de manutenção da lei e da ordem omissos, presença rotineira do crime organizado, sentimento de insegurança, isolamento social que o medo impõe etc. (PINHEIRO e ALMEIDA, 2009). Hoje, as características da violência não são iguais às do passado. Se a violência cresceu, a desigualdade entre as pessoas também aumentou, principalmente no que tange à renda e ao nível de vida social propagado no dia a dia. Nas grandes cidades, as contradições são mais visíveis, estão mais próximas. Assim, o cidadão carente sofre desde a deficiência dos serviços públicos, básicos à sobrevivência humana, até a ausência de emprego e de salário, necessários à construção da cidadania.

Os fatos violentos nos mostram que vivemos em uma sociedade marcada por batalhas contra os pobres. Devemos nos atentar, inclusive, que os próprios meios de comunicação, quando noticiam a violência cotidiana, não se posicionam imparcialmente. Aliás, não há neutralidade nos sujeitos envolvidos quando da escolha e da disposição de apresentar determinados acontecimentos sociais. Do mesmo modo, os que recebem tais notícias se apresentam abertos a diferentes interpretações, de acordo com a visão do mundo e das coisas que possuem, fruto de suas experiências diante da realidade social. Existe, no fundo, uma troca de informações entre os dois lados. Para os receptores, especificamente, entre outras funções, a mídia colabora no alargamento do

mundo social e de tudo que nele acontece. Se há dificuldade na apreensão da vida na cidade, o conjunto dos meios de comunicação pode trabalhar em prol da extensão dos nossos olhos e ouvidos, facilitando o contato com o mundo contemporâneo.

Alimentando os telespectadores com sangue no horário de almoço, as reportagens dos programas telejornalísticos populares, que noticiam os referidos acontecimentos, não causam grande impacto perante a opinião pública, visto que ocorrem, na grande maioria das vezes, em áreas periféricas dos grandes centros urbanos, longe dos olhos da classe dominante (SILVA, 2010). O sangue, por sinal, é o grande trunfo da televisão para o alcance da atenção dos telespectadores dos programas que fazem a cobertura policial. O propósito é conseguir o mais alto grau de audiência. O fato mesmo é que as empresas de comunicação querem atingir os ouvidos e os olhos dos receptores para vendê-los aos anunciantes num pernicioso jogo comercial. Mas esta tarefa não é das mais fáceis, haja vista a desatenção que predomina no público, “sua falta de interesse e a dificuldade no processamento da informação. Afinal, são tantas as luzes a piscarem à frente dos olhos das pessoas, tantos os ruídos a clamarem por audição, tantos os atores desejando a persuasão e o controle das emoções das multidões” (WAINBERG, 2010, p. 139).

Apesar do grande número de informações circulando na televisão, não é raro encontrarmos casos em que os telespectadores não são seduzidos. Parece ser necessária alguma força extraordinária que chame a atenção das pessoas. A violência, então, apresenta-se como esse despertador à realidade televisiva. Desse modo, entre os barulhos das sirenes das viaturas policiais e a tela manchada pelo sangue de alguma vítima, o público acorda disposto à curiosidade e ao conhecimento dos horrores sociais da vida contemporânea. A violência na televisão é reescrita, roteirizada e enquadrada nas edições dos telejornais e de outros programas telejornalísticos. Assim, a perspectiva estabelecida é de anunciar tudo e todos que estejam relacionados aos fatos de intranquilidade social, vigiando notadamente o outro, o diferente, o desigual.

A onda de violência urbana também se propaga nos meios de comunicação, em especial, via televisão, por meio de programas jornalísticos, que evocam tão bem o lado obscuro da vida. O jornalismo, aliás, prevê uma vigilância sobre os acontecimentos sociais em nome do público. Se a preocupação maior é com a sobrevivência humana, é preciso conhecer as ameaças da vida mundana. Dessa maneira, o modo de fazer

mediático tende a privilegiar mais o medo do que a tranquilidade. O mal, ao bem. O bandido, ao mocinho. A anomalia, ao salutar. A guerra, à paz. Em passagens circunstanciais de perigo eminente, então, a informação tem um poder terapêutico, de diminuição das incertezas. Prova disso são os olhos grudados na televisão, em dias de crise social.

Nas palavras de Wainberg (2010, p. 142), “para a imprensa, boas notícias são más notícias. O bom é o mal. E o mal que é bom acaba nutrindo as páginas e os telejornais de dor todos os dias. Tudo que abala, tudo que é controverso, polêmico e que promete embate é acolhido com entusiasmo e alegria por tais mediadores sociais”. Assim sendo, os fatos do cotidiano que envolvem ações criminosas, certamente, renderão palavras escritas e faladas nos jornais e telejornais. Há uma notória preferência da mídia e da indústria cultural pelas ações violentas.

Programas telejornalísticos populares, que trabalham exclusivamente com a temática da violência, veiculam a informação a partir de uma determinada perspectiva. Logo mais adiante, na parte de análise destes programas, veremos que as matérias vêm acompanhadas de julgamentos e condenações, realizadas por quem não deveria fazê-las. Atuando desta maneira, tais programas contribuem para o crescimento da sensação de insegurança e o temor por parte da grande população. A notícia não é explorada em seu todo. O contexto não existe. O que vale é somente o crime pelo crime. Deste modo, a violência é tratada com mais violência.

De forma geral, são raros os programas que se propõem a apresentar as notícias ligadas à violência de uma maneira diferente da expressão preconceituosa com que retratam a população carente. O que vemos é a repetida caracterização da multidão enquanto pessoas perigosas, não merecedoras de confiança, culpadas pela violência social. De certo, para eles, na grande população não há mais pessoas. O que despontam são as classificações superficiais e preconceituosas: transgressores, ladrões, favelados, marginais, bandidos, infratores, criminosos, delinquentes, viciados, drogados, vagabundos etc.

O que se faz necessário é compreender como o público telespectador apreende as informações veiculadas diariamente e as relacionam com o panorama social em que vivem. Se a democracia corre perigo com a proliferação da violência urbana, os

poderes constituídos não podem se omitir para atenuá-la, esperando meramente que a população se assuste com as imagens mostradas pela televisão e siga um caminho diferente ao do mundo do crime, pois, ao contrário, a seleção das notícias, o tratamento dado e o tom empregado a elas podem funcionar como estímulos à vida ilícita.

## **1.6 Punição aos sujeitos violentos**

Não há como falar em punição sem retomar Michel Foucault que, ainda na década de 1970, com o lançamento de *Vigiar e Punir*, apresentou um novo paradigma da violência, deslocando o foco científico do crime à punição, da violência ao disciplinamento, da ordem à luta. Foucault abordou de maneira minuciosa algumas crueldades humanas perpetradas com o pretexto de aplicar penas de correção àqueles que fizeram por merecer por não viverem de acordo com as normas sociais vigentes em um determinado período histórico. Podemos afirmar que, a partir destes deslocamentos, outros significados da violência foram surgindo. Aliás, no espaço acadêmico-científico, a violência se transformou em violências.

Um bom exemplo do que estamos falando é apresentado logo no início da obra, quando um sujeito é condenado ao esquartejamento, no ano de 1757, em Paris, França, devido ao assassinato do seu próprio pai (FOUCAULT, 1977). A punição, por si só, era entendida como uma festa social, “uma melancólica festa da punição”. Na verdade, configurava-se como um grande evento público, um espetáculo à sociedade. Assim sendo, inicialmente, os espectadores contemplavam o réu pelas ruas da cidade até a chegada em frente à igreja. Sim, a condenação, ou melhor, a justiça, apesar de ser aplicada pelos homens, deveria ser feita aos olhos de Deus. E, assim, o condenado foi torturado, punido lentamente, de modo que todos pudessem apreciar a pena imputada contra ele, corpo desmembrado, puxado por cavalos, e queimado pelo fogo.

A partir do século XIX, o tipo de pena descrito acima, quase que um ritual de castigo, começa a ser extinto. A ideia não era mais castigar o corpo. O alvo, agora, era a alma do ser humano. As penas passaram, então, por um princípio de moderação, transparecendo o período de sobriedade punitiva vivenciados pela sociedade daquela época. Com isso, “a proporção entre a pena e a qualidade do delito [foi sendo] determinada pela influência que o pacto violado [tinha] sobre a ordem social” (FOUCAULT, 1977, p.87). Essa ordem social citada pelo autor não é única e exclusiva,

aplicada a todos os países. Cada sociedade, de acordo com seus aspectos históricos, culturais e sociais, organiza suas leis, seu aparato normativo, procurando medir os impactos das transgressões sociais e direcionando as sentenças disciplinares àqueles que romperam com essas regras de convívio coletivo.

Neste aspecto da multiplicidade de tipos de pena, um ponto nos chama atenção, o da pena máxima, a condenação à morte. Com ela, o velho ditado que violência gera violência vem à tona. Quando o Estado prevê em suas leis a pena capital está supondo que o condenado não pode mais se transformar, se desenvolver. A ideia presente é que aquela vida humana não irá fazer falta e o importante é preservar a vida das outras pessoas. Com uma atitude assim, o Estado deixa de validar o direito à vida, princípio universal para qualquer ação libertadora. Em cima disso, destacamos que não se pode conceber a vida como um simples conceito ou uma ideia abstrata, pois ela é “o modo de realidade de cada ser humano concreto, condição absoluta da ética e exigência de toda libertação” (DUSSEL, 2002, p.11).

Se a nossa aspiração é a transformação social, não podemos, enquanto seres humanos, pensar que a pena de morte é a solução para os problemas da humanidade. É com vida, e pela vida, que vamos fundamentando nossas consciências e construindo nossas identidades, sempre de maneira coletiva. E para contrariar aqueles que pensam que com a pena capital os problemas de criminalidade podem ser solucionados, as palavras a seguir nos mostram que tal visão não se apresenta de modo tão simples assim:

(...) mais importante do que a mórbida estética da morte estão as preocupações básicas da sociedade em torno da pena capital. Estatísticas mostram que a execução capital não detém o crime. O crime é uma característica do ser humano. Não existem remédios mágicos contra isso. A velha crença popular de que matando um afugentam-se mil é demagógica. Uma das testemunhas presentes à imolação “legal” de Brooks [jovem norte-americano condenado ao corredor da morte] declarou logo depois do sacrifício: “*Senti-me como cúmplice da morte dele. Saí dali como se estivesse em outro mundo, profundamente decepcionado com minha natureza humana*” (RAMOS, 2001, p.82-83).

Será justo, então, retirar a vida de uma pessoa por não seguir as normas sociais construídas pelos próprios semelhantes?! Reconhecendo a complexidade do assunto, trazemos uma citação de Morais (1995, p.21) que problematiza a questão da violência na vida, no mundo, dos homens:



Na verdade, o mundo humano não se divide em violentos e não-violentos, mas sim divide-se entre homens que se realizam e se alegram morbidamente no violentar outros, e os que – tendo lucidez e vigilância sobre seus traços violentos – lutam todo o tempo para reduzir a violência ao seu mínimo possível na imperfeição do nosso mundo e da nossa condição.

De acordo com o autor, não temos mundos distintos. Temos, sim, ações humanas diferentes. De qualquer forma, é preciso cuidado com as possíveis generalizações a respeito. Tomando como base o primeiro caso, daqueles que se realizam e têm uma alegria mórbida ao violentar outras pessoas, é possível generalizá-lo, por exemplo, por meio dos seus traços psicológicos. O médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909) foi o primeiro a falar da hereditariedade do comportamento humano violento. Com base em análises de milhares de crânios humanos, chegou a traçar o perfil dos homens violentos. Essa foi mais uma tentativa de se tentar fechar o complexo campo da violência. Hoje, por exemplo, a teoria de Lombroso é considerada infundada, motivo até de anedotas científicas. O segundo caso, daqueles que conseguem controlar socialmente a violência, também é passível de generalização. O ser humano é apresentado como um sujeito quase que perfeito, podendo estabelecer uma relação temporal utópica consigo mesmo e com o mundo em que vive.

Acreditamos que o ponto central a ser discutido, diante do cenário de violência encontrado em diferentes sociedades do nosso mundo, é o imobilismo social perante a construção e aplicação de um conjunto de leis pelas respectivas autoridades. Colocar o foco somente na esfera da legislação é diminuir em demasia outros aspectos que deveriam garantir as condições básicas de vida. Pensar que a violência pode ser controlada somente por meio de leis é um grave erro. Se assim fosse, a impressão que teríamos é que os agentes da lei – legisladores, juristas, policiais etc., homens como outros quaisquer, seriam modelos perfeitos de sujeitos presentes em nossa sociedade.

O que temos presenciado, infelizmente, é que a luta contra a violência na maioria das ocasiões tem proporcionado outras formas de violência. É nítido que esse controle social precisa encontrar novas possibilidades de ações mais humanizadoras, principalmente por parte do poder público. É imprescindível buscarmos novas formas de se viver, “não em forma de teoria, porém, na vida real de cada dia, uma maneira de viver sem conflito de qualquer espécie, em todos os níveis de nossa existência” (KRISHNAMURTI, 1970, p. 92). Nessa procura por um novo modo de vida, uma nova

cultura social, é difícil não pensar como deve ser a configuração das relações formais e informais entre as pessoas, quais os valores que devem estruturar a sociedade de modo que tenhamos cuidado, respeito e valorização entre os cidadãos. O tratamento, por exemplo, dado à violência é um forte indicativo de como uma sociedade está organizada.

O combate à violência é realizado, em linhas gerais, por meio do seu controle. E para controlá-la é preciso, antes de tudo, conhecê-la. Kupstas (1997) nos alerta que ainda há tempo para efetivar esse controle, até mesmo para que ela não domine de modo absoluto a sociedade em que vivemos, destruindo o que ainda está em processo de construção, em permanente processo de construção, ou seja, uma sociedade mais justa, humana e democrática. No Brasil, certamente, a violência seja um dos grandes males a ser combatido atualmente.

Com Sigmund Freud, podemos compreender um pouco mais sobre as ações violentas cometidas pelos seres humanos. Na esfera psíquica, Freud nos ajuda a aprofundar as discussões sobre a origem da violência. Segundo ele, a agressividade é natural dos homens. De acordo com a teoria freudiana, o ser humano possui dois tipos de instintos que, conjuntamente, conduzem a vida. Assim, temos o instinto de morte, isto é, o que leva a vida ao estado inanimado por meio de ações destrutivas, desagregadoras, e temos o instinto da vida, o que atua em prol da preservação da vida, estabelecendo união entre as pessoas.

Esses instintos, também chamados de pulsões, de vida e de morte, como frisado, trabalham juntos. Portanto, são dependentes entre si. Porém, há circunstâncias em que a manifestação de uma dessas pulsões prevalece perante a outra. Quando, então, a pulsão de morte, o instinto de destruição, prevalecer no ser humano, a violência é observada.

Nas nossas moções pulsionais suprimimos constantemente todos os que estorvam o nosso caminho, que nos ofenderam e nos prejudicaram. A exclamação “Que vá para o diabo!”, que com tanta frequência acode aos nossos lábios para encobrirmos jocosamente o nosso mau humor e que, de fato, quer dizer “Que o leve a morte!”, é, no nosso inconsciente, um sério e violento desejo de morte. Sim, o nosso inconsciente mata até por ninharias. (...) Assim também nós próprios, julgados pelas nossas moções inconscientes, somos, como os homens primitivos, um bando de assassinos (FREUD, 1997, p.48).

A grande questão é que essas moções pulsionais nem sempre ficam restritas à esfera do inconsciente dos seres humanos. Muitas vezes, não nos limitamos à fala. Nossas ações vão ao limite. No caso, levamos, de fato, o outro à morte. Os atos destrutivos, contra outras pessoas ou contra o patrimônio, que rompem com as normativas habituais, legais, encontradas em nossa sociedade, ajudam-nos a perceber esse tipo de manifestação em nossas vidas. Freud (1997, p. 72) afirma que não é provável a pura eliminação desses instintos agressivos, destruidores. Mas há, sim, por meio das relações sociais, a possibilidade de se construir desvios a partir da afetividade, do amor e de “tudo que estabelece importantes elementos comuns entre os homens; sentimento de comunidade, identificações. Neles se baseia, em grande parte, a estrutura da sociedade humana”.

Apesar de ser reconhecida como o grande mal estar da civilização, parafraseando o título de uma das obras de Freud, não se pode negar que a violência representa um papel importante na vida da sociedade. Em algumas situações, inclusive, ela exerce um sentimento de atração, pois se apresenta como uma das temáticas que mais incita a humanidade. Esse caráter ambivalente da violência é construído com base em suas próprias premissas paradoxais. Desse modo, ordem e desordem, construção e destruição, progresso e retrocesso, são exemplos da capacidade dupla de efeitos proporcionados pela violência. “Em oposição constante à paz, a quaisquer formas de organização social, a violência sugere uma ação de rompimento em relação a uma ordem estabelecida, mesmo que esta seja questionável em seus valores intrínsecos” (NOGUEIRA, 2000, p.40).

Essa oposição à paz, e conseqüente estreitamento às transgressões, demonstra o descumprimento em relação às leis, às regras, que dão sustentabilidade à convivência dos homens dentro de um padrão de conduta que torna o desenvolvimento da vida possível. A violência, então, possui um forte elemento que impede a previsão dos acontecimentos, pois, com ela, vem a surpresa, a falta de equilíbrio, a insegurança. Este processo mostra-se, então, ambíguo porque, pela ausência de ordem, há a destruição, mas também há a criação sendo provocada no meio social.

A violência, portanto, por mais que possa parecer incoerente, ela também constrói. E é neste movimento conflitante dessas violências, destrutiva e construtiva, que o homem vai se (re)constituindo. Com a primeira, há a manifestação da sua

afirmação individual. Com a segunda, há a expressão do seu firmamento social. Segundo Mafessoli (1987, p. 25), a dinâmica da violência se dá nesta ambiguidade do seu poder de destruição e, ao mesmo tempo, das suas possibilidades benéficas, pois “todo o aspecto contraditório da violência – seu aspecto infernal, demoníaco, remete a uma simbiose de forças, de energias que criam ou renovam a estruturação social”. Segundo o referido autor, mesmo um fenômeno que pertence ao plano da destruição pode vir a ter uma potencialidade positiva e facilitadora de renovação, propiciando uma desordem fecunda, isto é, uma inversão do acontecimento esperado, estabelecendo uma dialética entre a operacionalidade e a inoperância da estrutura social.

É neste cenário ambíguo, impreciso, que a sociedade negocia com os diferentes aspectos da violência em busca de uma ordem social. Tarefa essa nada fácil de conseguir. Pensando no processo de socialização da violência junto às diferentes instâncias sociais, essa negociação acontece por meio da própria ritualização da violência: a normatização do uso de armas, a defesa dos direitos humanos, as regras das competições esportivas, os acordos para o término de guerras e batalhas, as leis de conduta pacífica na cidade e no campo etc. (MAFESSOLI, 1987).

Os exemplos dados acima de regulamentação social nos ajudam a perceber que a sociedade vai encontrando possibilidades de gerir a violência, controlando-a, de modo que a vida possa seguir segundo a normalidade estabelecida pelos homens. Na verdade, as sociedades contemporâneas desenvolvidas, permanentemente, instalam mecanismos de controle dos desafios que encontram. Observamos, então, um movimento de instrumentação social efetivado por meio de agências de controle e de manipulação. A este respeito, Michaud (2001, p. 62) nos diz que, apesar de inúmeros estudos, ainda não sabemos nada de definitivo sobre as causas da violência, mas alcançamos relativo sucesso em seu controle, apesar de também não termos completo domínio dos elementos utilizados para tal feito:

tentamos o tempo inteiro controlar situações das quais não conhecemos todos os fatores e utilizamos meios que não conhecemos nem dominamos completamente. Não se trata de fazer apologia do ceticismo, e muito menos da improvisação, mas de reconhecer a circularidade inextinguível de nosso conhecimento da sociedade – nós mesmos, nosso conhecimento e nossas ações, fazemos parte do objeto estudado e manipulado e não há lugar exterior onde poderíamos nos situar para adotar uma visão objetiva e desinteressada.

## 1.7 O controle social da violência

Na maioria dos países desenvolvidos, e no Brasil não é diferente, a insegurança é um fenômeno com características mais urbanas. A violência acontece em subculturas pobres onde, na maioria das vezes, os próprios indivíduos recebem por parte da família uma educação considerada violenta. Quem deveria ajudar na construção de um modelo político, cultural e econômico em busca de uma vida social dinâmica e afetiva, contemplada por relações significativas que favoreçam o respeito a si e ao próximo, acaba exercendo um papel contrário diante dessas pessoas. Não encontram apoio dentro da própria morada. A desestruturação das famílias, mães solteiras que quase não têm contato com os filhos devido a extenuante jornada de trabalho ou a presença de pais alcoolizados, que seriam responsáveis pela criação dos filhos, comumente, é um fator que favorece a socialização para a violência entre as crianças e os jovens presentes nesta esfera social. As palavras de Mendes (2001, p. 13) exemplificam a ausência familiar e nos dão indícios que a abertura à violência fica facilitada sem o convívio desta esfera social:

Dona Eida, minha mãe, dizia que até os seis anos eu era um santo. Meu pai, seu Luiz, dizia que eu era um débil mental. Disso lembro bem. (...) Meu pai, desde que me lembro, já bebia. Passava dias fora de casa, sem dar notícias. Quando ele chegava bêbado em casa (e era quase todo dia), eu me escondia na casinha da cachorra, Dinda. A cadela era meu maior amigo. O homem chegava ensandecido, procurando motivo para brigar e bater. Me apavorava, vivia sobressaltado, com medo dele. Ele dizia que eu tinha medo, mas não tinha vergonha. Medo eu sabia de quem, mas vergonha de quê, de ser menino? Por qualquer motivo, mandava que eu fosse buscar o cinturão de couro no armário e dizia, sadicamente, que iríamos ter uma conversa. Era uma tortura, era mesmo! Pegava pelo braço e batia, batia, batia...até ficar sem fôlego. Eu sentia que era com raiva, prazer até. (...) Minha mãe ficava na cozinha chorando, sem fazer nada. Para ela aquilo fazia parte da educação de uma criança, era normal. Para mim, aquilo era o fim do mundo. Odiava-o com todas as forças do meu pequeno coração. Vivi a infância toda fermentando ódio virulento àquele meu algoz e envenenando minha pobre existência. Quis crescer, ser grande e forte para arrebatá-lo a socos e pontapés.

Nas entrevistas com os presos, na Penitenciária Lemos Brito, ouvimos relatos semelhantes ao da citação anterior, evidenciando que se os elementos familiares, caso tivessem participado ativamente em suas vidas, poderiam ter impedido as ações violentas que fizeram que chegassem à prisão:

*Se eles [mãe e pai] tivessem me dado mais atenção, eu poderia não ter feito tanta quiaca. Nunca deixaram sem comer, sempre tinha comida em casa. É difícil falar essas coisas... mas acho que não tinha atenção, entende?! (...) Com meus filhos, to sempre escrevendo. (DETENTO PLB 5).*

O contato que tivemos com os presos confirmou a tese de Ferreira (1996, p. 56) em que os vínculos familiares não apenas intervêm na constituição de uma identidade delinquente em uma pessoa. A família efetivamente é corresponsável por esse processo. O histórico familiar assinala

(...) para a grande maioria dos detidos, a total ou parcial ausência da figura masculina. Quer por abandono do lar, quer por ter sido uma relação casual, que ainda por problemas ligados à embriaguez, drogas, jogo, ou também por ausências que se devem à necessidade de trabalhar. (...) Com relação à figura feminina, embora os sentimentos e referências a ela sejam cercadas de especial respeito e profundo amor e idealização, ela se apresenta submissa e servil, como é a imagem do feminino esposa-mãe, no universo simbólico próprio da nossa sociedade.

No contexto prisional, muitos dos pais e das mães dos sujeitos que ali estão, por diferentes razões, inclusive por demandas de trabalho e de sobrevivência, não se fizeram presentes na vida de seus filhos, não acompanharam o crescimento e o desenvolvimento deles. Desse modo, o diálogo, elemento básico nas relações humanas, não ocorria entre os entes familiares. Isso facilitou a inclusão de novas pessoas nas relações sociais estabelecidas. *“Eu vim saber o que era ser homem de verdade aqui. Vê falou uma coisa: foi os meus amigos do gueto que me ajudaram chegar aqui”* (DETENTO PLB 1).

O exemplo acima simboliza apenas um evento entre tantos outros parecidos que podemos encontrar no dia a dia prisional. Houve muita carência material entres os que estão por trás das grades. Mas, sobretudo, houve extrema carência imaterial. Demonstrações de ternura, de apreço, de carinho ao próximo, amor de mãe, proteção de pai, entre outros sentimentos advindos dos entes queridos, são manifestações pouco vivenciadas por aqueles que optaram por seguir o caminho da violência até a chegada à prisão. Entre esses, a família não contribuiu no desenvolvimento de qualidades afetuosas fundamentais para a composição de um modo de ser socialmente valorizado, isto é, para a percepção de suas identidades enquanto seres responsáveis também pela preservação da ordem social, já que teriam que ter tido “a oportunidade de estabelecer

vínculos afetivos significativos; ligações emocionais com pessoas importantes que permitissem o desenvolvimento [de cada um]” (DIAS, 1992, p.07).

Quando esses vínculos não são constituídos com a família, a probabilidade é grande de se encontrar espaços vagos na constituição das premissas necessárias à formação da personalidade que conduza o indivíduo a uma vida social equilibrada. Desta maneira, a identidade dos homens tende a ser fundada por outros valores – agora, marginalizados. Dependendo da vulnerabilidade social que estes sujeitos se encontram, as propostas para uma vida delinquente não tardam em aparecer. O mundo adverso começa a emergir com maior intensidade e assiduidade. E os que sugerem esse outro mundo são, justamente, aqueles que adquiriram um espaço relevante no cotidiano destas pessoas, suprimindo o vazio deixado pelos elementos familiares (SILVA, 2007).

Além da ausência da família, do distanciamento sentimental dela, outra influência, digamos, externa que contribui com a violência urbana vivida atualmente, com a formação de identidades delinquentes, é a total falta da escola ou a precariedade dos estudos escolares na vida das pessoas que chegaram à prisão, fatos aqui sintetizados como um processo geral de exclusão escolar. Entre seus processos institucionais, principalmente no que se refere às questões disciplinares, protegida por seus regulamentos, regimentos, estatutos, projetos, planos etc., a escola faz uso de uma violência implícita contra a vida dos seus estudantes, levando-os à exclusão das suas atividades e da sua vida como um todo. Afirmamos em outra oportunidade, Silva (2004), que esse processo de exclusão realizado pela escola não acaba nela mesmo. Pode haver sérias consequências no sentido de colaborar igualmente com a formação de mais identidades delinquentes. Banidos, excluídos, agora, estes ex-alunos, têm a oportunidade de se organizarem fora do espaço escolar, podendo criar resistências ao controle social das situações cotidianas. Além disso, o saldo pode ser bem pior: o desafio às normas presentes, o acesso facilitado aos valores marginalizados, a conduta segundo essas normas oficiosas, o exercício da violência como um padrão comum etc. Ações que, na verdade, funcionam como uma retribuição social à violência que foi cometida, primeiramente, pela escola contra eles.

No campo da violência urbana, os casos aqui apresentados perpassaram por duas microculturas importantes no contexto do nosso macrossistema social: família e escola. Estas duas esferas, somadas às demais experiências sociais vivenciadas pelas

peças, englobam diversos valores que norteiam seus pensamentos e suas ações no dia a dia das cidades. A família e a escola são instituições sociais que deveriam privilegiar a integração das diferentes pessoas que delas participam. Integração com significado de preenchimento, de socialização de culturas diferentes. Mas, entre os presos, parece que essa dinâmica social não houve limite. Levisky (2002, p. 27) destaca que “a filosofia do ‘tudo vale, tudo pode’ vem crescendo, tornando ambíguo o conceito de integração social. Condição altamente frustrante e desencadeadora de raiva, ódio e agressão. O cidadão vive momentos difíceis na discriminação dos limites entre o individual e coletivo, público e privado, ético e antiético”. E a manifestação desta filosofia colabora com a violência urbana, especificamente, com a formação da identidade delinquente de uma pessoa. É preciso que os sujeitos percebam que suas vontades somente serão legítimas se os mesmos assumirem os seus limites e os limites circunscritos à sociedade.

Além da violência urbana, outro objeto de estudo importante no contexto da criminalidade é o comportamento policial, que permite determinar os riscos de violência que comporta e as medidas para controlá-la. A polícia, no caso brasileiro, as polícias – seja civil, militar ou federal, juntamente com as Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica, fazem parte do grupo de ofício relacionado diretamente à violência. Responsáveis por controlá-la, a prática desses profissionais ultrapassa os aspectos teóricos, transcritos em forma de leis pelas autoridades que governam a sociedade. Por isso que é preciso, primeiramente, perceber que o policial vivencia uma situação virtualmente neurótica:

Ele deve representar a regra, tende a identificar-se com ela, e tem por profissão estar sistematicamente atento à irregularidade – quando nós, ao contrário, nos baseamos nas regularidades. O uniforme e o armamento o singularizam. Tais condições particulares tendem a atrair para a polícia sujeitos já agressivos (MICHAUD, 2001, p. 64).

Não pretendemos aprofundar a polêmica diante de temática tão controversa. É claro que o foco principal ainda é o da repressão, o do combate às diferentes formas de violência: assaltos, sequestros, tráfico, crimes virtuais, lavagem de dinheiro, organizações criminosas etc. Todavia, é preciso enxergar o trabalho do policial, suas tarefas diárias, indo além deste tipo de controle social da violência. Hoje cada vez mais observamos as forças policiais envolvidas na resolução de pequenos conflitos sociais: desentendimento entre vizinhos, acidentes de trânsito, circulação de pessoas bêbadas



nas ruas, discussões conjugais, monitoramento e prevenção em escolas, estádios de futebol, casas noturnas e outros aparelhos que concentram um número elevado de pessoas etc.

A pluralidade de tarefas cotidianas fez com que a polícia, além da composição em polícias, criasse diferentes grupamentos em seu interior, diferenciando suas funções e especializando-os conforme as especificidades locais e o número de ocorrências percebido naquele contexto social. Assim, por exemplo, no caso da Polícia Militar do Estado da Bahia, observamos diferentes unidades que compõem o Comando de Policiamento Especializado, a saber:

- Batalhão de Polícia de Guardas – responsável por executar os serviços de policiamento ostensivo de guardas nas unidades prisionais, escoltas e custódias de internos, guarda de prédios públicos.
- Companhias Independentes de Policiamento Especializado Cerrado, Cacaueira, Litoral Norte, Polo Industrial, Sudoeste, Caatinga, Mata Atlântica e Semiárido – policiamento em importantes regiões do território baiano.
- Companhia Independente de Polícia Rodoviária – controle e fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais.
- Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – exerce com exclusividade o policiamento ostensivo fardado visando à preservação da vida no meio ambiente.
- Esquadrão de Polícia Montada – policiamento ostensivo montado com solípedes.
- Batalhão de Polícia de Choque – tropa de reação treinada para missões de exigência técnica especial ou de alto risco.
- Esquadrão Águia e Grupamento Aéreo – policiamento com o uso de aeronaves.

Outro aspecto interessante que merece destaque é que, diante da diversidade de tarefas em situações de notável tensão devido aos riscos inerentes à profissão, que também provocam um enorme cansaço físico e mental, as corporações procuram amenizar o cenário sobrecarregado da vida do policial com o “aprimoramento da formação psicológica, a constituição de equipes mistas menos machistas, a mistura de policiais de origem étnica ou de comunidades diferentes” (MICHAUD, 2001, p. 64). Essa organização, somada ao uso de armamentos eficientes e meios de comunicação

modernos, ajuda a diminuir o medo e o sentimento de insegurança que os próprios policiais trazem consigo para a rotina de trabalho, fazendo-os também a ter fundamentos e técnicas menos agressivas, pois se sentirão mais protegidos e seguros de suas ações.

Juntando-se à violência urbana e ao comportamento policial, a violência nas prisões é o outro componente que completa a tríade a respeito do controle social da violência destacado por Michaud (2001). Apesar de explorarmos mais detalhadamente esse contexto logo mais adiante, no momento, interessa-nos relacionar a violência nas prisões às questões relativas à administração da justiça, ao controle da criminalidade, enfim, a diferentes preocupações sociais, pois tal violência – assim como outra qualquer – não pode ser combatida por si só.

A história do sistema prisional se relaciona às histórias de violência das sociedades. Com o pensamento de transformar a conduta violenta das pessoas, elas são presas e recebem penas de privação de liberdade que preveem, implicitamente, suas correções. Neste movimento de entrada e saída de sentenciados, a prisão vai exibindo o que é realizado em seu espaço, ou seja, resultados das ações benéficas à vida humana e também, principalmente, das terapêuticas penais destruidoras. Esse paradoxo, que já percebemos que está presente na violência, também acompanha a prisão na sua finalidade e nos métodos empregados para lograr êxito em sua missão social.

Ao longo dos tempos, inúmeras situações de violências no cárcere tornaram-se públicas, seja no Brasil ou em outros países: violência dos agentes penitenciários contra os detentos, violência da polícia contra os detentos, violência dos detentos contra os agentes penitenciários, violência entre os próprios detentos etc. Tantos são os casos de violência que chegam ao conhecimento da população que logo dúvidas foram surgindo quanto ao seu propósito, isto é, a manutenção da ordem e o cumprimento efetivo das penas. Neste sentido, vale lembrar que a própria rotina carcerária tem pouca relação com o que se espera efetivamente do aparelho prisional e a participação, quando há, dos sujeitos presos nas atividades propostas pela administração do cárcere acontece de maneira espontânea.

Não há um só tipo de prisão no Brasil. Nos últimos anos, temos acompanhado a construção de unidades específicas para a detenção de públicos

particulares. Assim, há prisões, hoje, que somente abrigam pessoas que cometeram delitos leves, indivíduos de baixa periculosidade. Em outros casos, há unidades consideradas de segurança máxima que recebem pessoas filiadas às organizações criminosas. Há também unidades no interior do país que abrigam somente pessoas que residem na região de suas localizações. Há prisões para aqueles que cometeram crimes de uma única ordem, como os crimes sexuais, e assim por diante.

É claro que a violência da prisão também acontece pelo fato de que ela é constituída por pessoas que já eram consideradas violentas, e por isso mesmo foram separadas do convívio social com o restante da população. Contudo, a violência ali desenvolvida é graduada devido às péssimas condições de vida em seu espaço. Fatores de ordem quantitativa (superpopulação; quadro funcional mínimo; número insuficiente de pontos de trabalho; poucas vagas também na escola encarcerada; carga horária destinada aos estudos em sala de aula quase que desprezível; inexistência de outras atividades socioculturais etc.) e de ordem qualitativa (trabalhos repetitivos, pouco produtivos socialmente; ensino escolar alienante; rotina opressiva; impossibilidade de expressão etc.) colaboram para que tenhamos uma atmosfera tensa, triste, sombria, sem vida. E deveria ser exatamente o contrário. Com base na defesa e na vivência da vida é que os presos deveriam cumprir suas penas.

Apesar da obrigatoriedade da reclusão, os dias poderiam ser concebidos sob outra perspectiva, ao menos, no campo das ideias. Em cima disso, a tranquilidade e a esperança seriam os subsídios primordiais na concepção da pena e dos dias vividos na prisão. No caso, o interessante é que essa perspectiva política que apresentamos aqui a respeito da prisão, que responderiam às violências existentes em sua estrutura, provavelmente, podem receber críticas contundentes. Não seria espanto para nós que, para a grande maioria da população, a prisão deveria agir com maior rigorosidade diante do seu público. Alguns dirão que os presos necessitam efetivamente de medidas disciplinares opressoras, que têm que trabalhar de maneira forçada, assemelhando-se às cenas de filmes onde os condenados trabalham acorrentados com uma bola de ferro presa aos pés. Outros entenderão que os presos não devem ter assistência médica, que sequer deveriam alimentar-se diariamente. Terão ainda aqueles que

(...) questionarão o regime dos presos, achando-o confortável demais, ou observarão que, na falta de penas substitutivas efetivas, o desencarceramento significa despenalizar delitos menores. Em

outros casos, como o das permissões concedidas aos detentos ou da liberdade antecipada, vão sublinhar os perigos de reincidência ou denunciar os crimes cometidos pelos que obtiveram as permissões (MICHAUD, 2001, p. 65).

No senso comum, a prisão não pode ser confundida com colônia de férias, com hotel. Para Carvalho Filho (2002, p.75), no caso específico da nossa realidade, “como grande parcela da população brasileira, não delinquente, sofre sérias privações materiais, não faria sentido conceder ‘privilégios’ a presos, tratá-los a ‘pão de ló’, eles que merecem punição”. É até compreensível que as pessoas em geral façam tal avaliação. Todavia, vale registrar que não há, na verdade, privilégios. Direitos não podem ser confundidos com privilégios. Mas se serve de consolo aos que assim pensam, é interessante que saibam que a maioria das prisões brasileiras não cumprem, efetivamente, as prerrogativas da lei que tenderiam a facilitar o processo de reabilitação dos presos. Pelo contrário. As prisões no Brasil reforçam ainda mais seus valores negativos, gerando mais e mais atos de caráter violento daquelas pessoas com histórico de violência.

Os movimentos de formulação de políticas penais, que originaram várias experiências práticas observadas em diferentes países, nos mostraram que, dependendo de qual seja essa concepção, a violência pode ser valorizada em sua origem, isto é, no próprio ser humano, responsável por iniciativas destruidoras, causadoras de mais violência. Assim, a prisão acompanhava tais pensamentos, fundando sua rotina também pela concepção que fazia do homem, do preso.

Uma das correntes penais mais conhecidas, inclusive aquela que fundamentou o aparato jurídico brasileiro, originada na segunda metade do século XIX, foi a escola penal positiva. Segundo seus elaboradores, o homem violento é um doente. Um enfermo estimulado à violência principalmente por diferentes fatores biológicos que lhe alteram a percepção da realidade e suas próprias vontades individuais, fazendo-o agir de maneira irracional (SÁ, 1996). Mesmo reconhecendo sua importância histórica, para compreender melhor a violência, a criminalidade, não podemos nos modelar simplesmente a essa ordem natural das ações humanas.

Especificamente a respeito da teoria penal brasileira em vigência, Silva (2001, p.121) relembra que são três as finalidades básicas à pena: “o conceito de tríplice finalidade é bastante familiar mesmo ao homem comum do nosso tempo, para quem, ao

menos no plano racional, o preso é colocado em uma penitenciária com vistas a ser punido, intimidado e, principalmente, reformado”. Com base nestas intenções é que a prisão deveria formular e executar seus atos, ou seja, em termos práticos, seus funcionários deveriam elaborar um “programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório”, envolvendo as peculiaridades do seu espaço em tal concepção (Lei 10.792, art. 66)<sup>21</sup>.

A implantação, aliás, da LEP – lei nº 7.210/1984 no Brasil evidencia os direitos dos detentos. A referida lei, indiretamente, também faz uma denúncia sobre o descaso observado em toda história do direito penal e das ciências penais no que se refere ao não tratamento proporcionado a esse público específico. Todavia, Ribeiro (2011, p. 44) nos lembra de que a mera disposição das assistências destinadas aos presos na lei não resgata, e nem garante, o sentido da sua recuperação:

Deflagra-se nesse novo milênio a urgente necessidade de revisão do Código Penal vigente, o real cumprimento da LEP. A efetividade dessa Lei certamente modificaria o cenário carcerário. Os ordenamentos jurídicos esvaziariam o descrédito na eficácia legal e a penalização excessiva do preso teria uma execução justa. O que hoje se vê é a desarmonia entre a lei e o cárcere, que resulta na falência do sistema penitenciário brasileiro. (...) A execução penal terminou por expor a justiça à vergonha em aplicar a pena, tendendo sempre a imputá-la de maneira sigilosa. A eficácia da pena será atribuída à sua fatalidade e não à sua intensidade visível. A justiça utiliza-se da mecânica exemplar da punição e não mais assume publicamente a parte de violência a que está ligado seu exercício.

E neste cenário de lacunas entre o que se prevê e o que se pratica, o entendimento popular, ainda assim, sinaliza que a prisão é a última possibilidade de se efetivar um processo formativo com características opostas aos valores construídos na delinquência. Porém, paralelamente a essa perspectiva, a população não acredita na eficiência dessa instituição. Por não efetivar sua proposta reabilitadora, como veremos mais adiante, a prisão acaba tendo uma atuação na vida dos presos parecida com as performances da família e a da escola, vivenciadas em momentos anteriores. Ela reforça a formação delinquente das pessoas.

---

<sup>21</sup> A lei 10.792, de 01 de dezembro de 2003, alterou alguns artigos da Lei de Execução Penal, lei 7.210, de 11 de julho de 1984).

Por mais que algumas ações venham sendo realizadas esporádica e isoladamente, percebemos que tem sido muito pouco para mudar a imagem de cemitério de vivos que foi criada em torno da prisão. Para tanto, um projeto político emancipatório e uma prática coletiva, de funcionários e presos, libertadora são fundamentais para humanizar essa instituição. Ações planejadas e executadas junto com os presos que intervenham no cenário opressor, promovendo ininterruptamente a defesa da vida humana com ética e benignidade.

## Capítulo 2

# Telejornalismo Popular

---

*Não existem “culturas” inteiramente isoladas e paradigmaticamente fixadas, numa relação de determinismo histórico, a classes “inteiras” – embora existam formações culturais de classe bem distintas e variáveis. As culturas de classe tendem a se entrecruzar e a se sobrepor num mesmo campo de luta. O termo “popular” indica esse relacionamento um tanto deslocado entre a cultura e as classes. Mais precisamente, refere-se à aliança de classes e forças que constituem as “classes populares”. A cultura dos oprimidos, das classes excluídas: esta é a área a qual o termo “popular” nos remete. E o lado oposto a isso – o lado do poder cultural de decidir o que pertence e o que não pertence – não é, por definição, outra classe “inteira”, mas aquela aliança de classes, estratos e forças sociais que constituem o que não é “o povo” ou as “classes populares”: a cultura de bloco de poder.*

*Stuart Hall*

## 2.1 A prática sensacionalista

Após apresentarmos um panorama da violência no Brasil, e antes de adentrarmos ao mundo prisional, ambiente de realização da pesquisa que consolida empiricamente esse trabalho, vamos abordar um pouco a história da televisão no Brasil para que possamos compreender a presença do subgênero telejornal com formato popular e de temática policial em sua programação. Para isso, observando sua trajetória do início aos dias de hoje, destacaremos as principais transformações deste meio de comunicação no que diz respeito, principalmente, ao telejornalismo com tom sensacionalista e espetacular. A ideia deste capítulo é situar os telejornais policiais no contexto popular, tendo como embasamento o panorama sociocultural da população brasileira. Assim, é preciso compreender que os crimes, hoje, na televisão, são repercutidos enquanto notícias que constroem determinadas realidades (GUERRA, 2008).

Como vimos no capítulo anterior, as representações sociais, inclusive aquelas que tratam sobre a violência, são construídas a partir dos valores e das ideias de quem as constroem. Sendo assim, na investigação de como a violência é representada no contexto televisivo, necessariamente, temos que incluir os sentidos que são atribuídos a ela por essa esfera cultural. O que nos interessa são os programas de telejornalismo, mais precisamente os telejornais.

O telejornalismo se manifesta por meio de determinados produtos que são projetados de acordo com suas formas e seus conteúdos. O subgênero telejornal sempre fez parte da programação das emissoras brasileiras, desde as primeiras transmissões da TV Tupi, o primeiro canal de televisão no país, com o Imagens do Dia, podendo ser considerado um dos programas televisivos de maior tradição no Brasil (REZENDE, 2000). Devemos lembrar que, nos dias atuais, os telejornais estão entre as principais fontes de informação dos brasileiros, haja vista que cerca de 80% da totalidade dessas informações são recebidas por meio dos referidos programas (BRASIL, 2007).

Os telejornais não são simples figurantes da programação das emissoras. Na história do telejornalismo brasileiro, temos exemplos de sucessos de audiência ao longo dos anos, como o Repórter Esso (TV Tupi), o Jornal de Vanguarda (TV Excelsior), o TJ Brasil (SBT) e o Aqui Agora (SBT), além, é claro, do Jornal Nacional.



Com alcance internacional, nacional, regional ou local, tendo cobertura correspondente a cada um desses níveis, fundamentalmente, os telejornais se apresentam ao público como fontes de informação. E assim também são reconhecidos. Desse modo, é possível se informar desde notícias violentas da vizinhança até aquelas que ocorreram do outro lado do mundo, dependendo da opção selecionada entre as grades de programação das emissoras.

Os programas de jornalismo na televisão apresentam um determinado mundo ao telespectador que pretende ser o mundo real. Contudo, as notícias são advindas de um mundo exterior àquele que a televisão tem controle. A realidade apresentada é fruto de uma construção que envolve diferentes aspectos em sua lógica de produção, desde os interesses que estão em disputa em cada reportagem às competências tecnológicas das emissoras de televisão. Por isso é tão importante compreender como são construídos e efetivados os acordos entre os programas e suas audiências<sup>22</sup>.

Com um formato padrão, aparentemente, os programas telejornalísticos não possuem grandes diferenças entre si. No entanto, quando analisados atentamente, é possível diagnosticar profundas variações no modo como se relacionam com suas audiências. O aspecto inicial que nos chama a atenção, e que servirá para delimitarmos nosso olhar, é a quantidade de programas temáticos existentes na praça, abarcando, assim, diferentes gostos e interesses: políticos, esportivos, musicais, motores, agropecuários, policiais etc. Dependendo do modo como são produzidas e direcionadas ao público telespectador, essas opções temáticas podem compor o telejornalismo popular.

Inicialmente, devido à disponibilidade de uma vasta bibliografia nacional que faz referência ao telejornalismo popular, enquanto produtos de ordem sensacionalista, acreditamos que seja importante revelar o que há por trás de tal terminologia. Para tanto, vamos resgatar fatos marcantes da história da televisão brasileira, procurando compreender a construção midiática ocorrida diante da dinâmica social de nossa população. O entendimento dessa perspectiva permitirá avançar nos

---

<sup>22</sup> No capítulo 4, iremos analisar um programa popular, procurando entender o seu modo de endereçamento.

referidos estudos televisivos, levando-nos ao panorama adotado na tese, a saber, os estudos culturais como base de reflexão da televisão e da sua programação.

Os meios de comunicação atuam como instrumentos de representação da sociedade. A televisão, especialmente, até mesmo por se fazer tão presente no dia a dia dos brasileiros, pode ser considerada como uma das instituições sociais de maior influência no processo de formação das pessoas. No caso específico dos programas de telejornalismo, a violência é limitada quase que única e exclusivamente aos acontecimentos empíricos. Há a intenção explícita de espetacularizá-la, promovendo uma correspondência com a autêntica violência do cotidiano, a partir da descrição de alguns episódios da vida social de uma população.

Descrição, por sinal, parece ser o limite da abordagem sobre a violência realizada pela televisão brasileira. Talvez essa relação direta com a realidade empírica seja suficiente a esses programas. Não para nós. Tratá-la apenas como sinônimo de determinados fatos ocorridos no mundo real é minimizar a amplitude do seu sentido. Os episódios empíricos mostrados nas reportagens, quase que em sua totalidade, discorrem sobre a violência física cometida e/ou sofrida por pessoas em diferentes situações cotidianas. Temos, invariavelmente, brigas, estupros, homicídios, assaltos, sequestros e tráfico de entorpecentes, crimes cada vez mais comuns no cotidiano de um grande centro, como destaques diários da programação destes programas. Contudo, antecedendo este tipo de violência aberta e, ao mesmo tempo, interagindo com ela, chamamos a atenção para a violência velada, implícita no contexto social brasileiro, caracterizada pela pobreza, opressão, ódio e conflito. Estes aspectos são desconsiderados no processo de construção das matérias, por mais que o pano de fundo delas seja a comunidade desprovida, a periferia, o subúrbio, o gueto, a favela – locais de conhecida carência, material e imaterial.

É a vida mundana, com suas problemáticas sociais - violência, acidentes, drogas, crimes, tragédias e denúncias - , que faz o telejornalismo sensacionalista. França (2006, p. 42-43), referindo-se à televisão contemporânea de modo geral, afirma que ela em si mesma é um

(...) espaço de diálogo da vida social; colada ao cotidiano, aos sentidos que permeiam a vida social. Essa nova televisão é apenas uma televisão que acolhe questões, temas e sujeitos que saem do gueto e passeiam pela cidade, povoam a rua. (...) Esta nova

televisão não é uma televisão revolucionária, nem tampouco uma maré de detritos; ela fala de um cotidiano cada vez mais saturado de diferenças, de diferenças que reivindicam espaço e clareza. A realidade das periferias e da exclusão social, afastada dos olhares e das residências das classes abastadas, as assombra agora nas ruas, e penetra também na televisão.

Esta interação dos meios de comunicação com a vida social cotidiana não é fato recente. Singer (2001), refletindo sobre o início do sensacionalismo popular a partir dos episódios cotidianos do mundo moderno em fins do século XIX, assinala que a descrição da vida urbana sempre esteve presente na imprensa em tom alarmante. A vivência em um novo mundo, acelerado e urbano, que passava por um processo de transformação industrial, capitalista, foi mostrando a vulnerabilidade física do homem moderno, transformando os fundamentos fisiológicos e psicológicos das experiências subjetivas dessas pessoas. A imprensa, por sua vez, trabalhava neste contexto, representando em seus meios os estímulos que as pessoas recebiam da sociedade moderna. Com isso, a periculosidade de se viver na grande cidade foi incitando a ansiedade, a tensão e o medo populares. Tendo como referência os jornais impressos, o autor destacou que “os retratos da modernidade urbana [pareciam] flutuar entre uma nostalgia antimoderna de uma época mais tranquila, de um lado, e uma fascinação básica pelo horrível, pelo grotesco e pelo extremo, de outro. As imagens da imprensa ilustrada eram, paradoxalmente, uma forma de crítica social e, ao mesmo tempo, uma forma de sensacionalismo comercializado” (SINGER, 2001, p. 110).

O sensacionalismo, então, foi vinculado ao campo da comunicação a partir dos jornais impressos. Com o progresso tecnológico, esse sensacionalismo foi se estendendo ao rádio, às revistas, à televisão e ao ambiente virtual da internet. Passados mais de cem anos, o cenário que se apresenta hoje não é muito diferente, quando pensamos nos programas televisivos sensacionalistas. Porém, os perigos de se viver numa metrópole como Salvador, por exemplo, foram se acentuando e, ao invés de acidentes com bondes elétricos, mortes de trabalhadores mutilados por máquinas de fábrica e quedas de grandes alturas, os recentes programas, especificamente, noticiam furtos e roubos, confusões com armas brancas, assassinatos com armas de fogo, embates entre as polícias e os bandidos etc.

Neste contexto, Nogueira (2000, p. 131) relembra que as bases do jornalismo moderno foram lançadas à época com o objetivo de conquistar um número

cada vez mais expressivo de leitores: manchetes garrafais, artigos sensacionalistas, seções esportivas, numerosas ilustrações, entre outros aspectos. No entanto, completa a mesma autora, é possível encontrarmos dois grupos distintos no sensacionalismo, o positivo e o negativo: “sensacionalismo positivo é o que focaliza de uma forma sensacional (grande alarde, manchetes garrafais e um certo de exagero no tratamento jornalístico) notícias de real importância para a evolução da humanidade. O sensacionalismo negativo, por outro lado, contém apelos a emoções destrutivas, geralmente de cunho sado-masoquista”.

Por sua vez, Amaral (2006, p. 20), a par da relevância das notícias veiculadas, apresenta uma divisão do sensacionalismo em três grupos, de acordo com a metodologia utilizada para exposição das notícias – o sensacionalismo gráfico, o sensacionalismo linguístico e o sensacionalismo temático: “o gráfico ocorre quando há uma desproporção entre a importância do fato e a ênfase visual; o linguístico é baseado no uso de determinadas palavras; e o temático caracteriza-se pela procura de emoções e sensações sem considerar a responsabilidade social da matéria jornalística”.

Independentemente do tipo de sensacionalismo construído, o que nos interessa aqui é perceber que este determinado modo de se fazer jornalismo, com o passar do tempo, foi sendo estereotipado no meio midiático, quando comparado com um determinado padrão socialmente reconhecido, por meio da expressão “imprensa amarela”. Para entendermos melhor o porquê dessa denominação, recorremos a Angrimani (1995) que, tomando como exemplo o panorama em dois países, relembra a presença do sensacionalismo desde o início da imprensa escrita. Na França, por exemplo, era comum os jornais trazerem notícias relacionadas ao mundo criminal ou a acontecimentos espetaculosos: “crianças martirizadas ou violadas, parricídios, cadáveres cortados em pedaços, queimados, enterrados; assim como eclipses, cometas, grandes catástrofes, tremores de terra, inundações, desastres de trem, naufrágios” (ANGRIMANI, 1995, p. 20). Quando cita os Estados Unidos, por sua vez, o referido autor ressalta que foi ali que esse modo de fazer jornalismo ganhou força. Exemplo maior ficou por conta da disputa entre dois jornais novaiorquinos, o *New York World* e o *Morning Journal*, que fez surgir o termo “imprensa amarela”<sup>23</sup>. Com o tempo, no

---

<sup>23</sup> Aos domingos, o *World* publicava uma história em quadrinhos de muito sucesso onde o principal personagem era um menino que vestia roupa amarela, o *Yellow Kid*. Passado um tempo, o desenhista da HQ se desvinculou do *World* e foi trabalhar no *Journal*, que começou também a publicar histórias do

Brasil, tal expressão foi adaptada para “imprensa marrom”. Provavelmente, houve uma apropriação do termo para a referida cor, acompanhando a expressão francesa *impremeur marron* que fazia referência aos impressores ilegais do século XIX na Europa. O caráter marrom, então, dava indícios de que certos procedimentos, situações e mercadorias não inspiravam confiança. Amaral (2006, p. 19), no entanto, com base em entrevistas do jornalista Alberto Dines, nos diz que a expressão ficou generalizada a partir do uso no jornal Diário da Noite (RJ) em 1960:

Dines, repórter do jornal na época, soube que alguém havia se matado por ter sido chantageado por uma revista de escândalos e fez uma manchete mencionando que a imprensa amarela havia levado um cineasta ao suicídio. Calazans Fernandes, chefe de reportagem, teria alterado a manchete: trocou a expressão “imprensa amarela” por “imprensa marrom”, relacionando o marrom à “cor de merda”. Desde então, a expressão “jornalismo marrom” é usada no Brasil para designar jornais e revistas de escândalos.

Quando o trabalho da imprensa é qualificado dessa maneira, percebemos a grande sobrecarga de valores depreciativos que está inserida neste processo. Imprensa marrom, minimamente, é tida como suspeita em nosso país. Isso acontece porque o sensacionalismo é utilizado como uma estratégia específica da mídia para cobertura dos fatos sociais onde há uma clara opção esquematizada com as seguintes características: “superposição do interesse público; exploração do sofrimento humano; simplificação; deformação; banalização da violência, da sexualidade e do consumo; ridicularização das pessoas humildes; mau gosto; ocultação de fatos públicos relevantes; fragmentação e descontextualização do fato; denunciamento; prejudgamentos” (AMARAL, 2006, p. 21). Tal posicionamento faz surgir dúvidas sobre a credibilidade desses produtos, seja no impresso, no rádio, na televisão ou na web. Mas será mesmo que sensacionalismo e credibilidade são conflitantes? Não será possível conciliar essas duas orientações do jornalismo?

As práticas sensacionalistas não devem ser acusadas de imorais, libertinas, coisas sem valor, indecentes. É preciso entender o produto sensacionalista como um veículo com características e estratégias próprias, destinado a um público específico, pautado em um tipo de cobertura que dramatiza os fatos sociais de tal modo que haja

---

menininho amarelo. Os dois jornais passaram a fazer uso da mesma imagem para divulgação de seus exemplares diários. O personagem, então, passou a ser um registro simbólico para os críticos do estilo sensacionalista que, posteriormente, apresentaram um sentido pejorativo à cor.

uma espetacularização da realidade. Com isso, se tornou comum rotular esse tipo de programação como sendo de natureza sensacionalista. Aliás, o termo “sensacionalismo” é utilizado pela maioria das pessoas quando se deseja condenar um determinado programa, um jornalista ou até mesmo uma emissora de televisão. Podemos afirmar que é um recurso muito frequente para destacar a imprecisão na apuração dos fatos, a divulgação das notícias em tom espalhafatoso, enfim, exageros na linha editorial. Neste sentido, há uma clara intenção de enclausurar o produto midiático, isolando-o da chamada mídia séria. Angrimani (1995, p. 14) afirma que

Se um jornal (telejornal ou radiojornal) é tachado de sensacionalista, significa para o público que o meio não atendeu às suas expectativas. Na abrangência do seu emprego, sensacionalista é confundido não só com qualificativos editoriais como audácia, irreverência, questionamento, mas também com imprecisão, erro na apuração, distorção, deturpação, editorial agressivo – que são acontecimentos isolados e que podem ocorrer dentro de um jornal informativo comum.

Sendo uma palavra utilizada em diferentes situações, corre-se o risco de banalizá-la caso não se estabeleça adequadamente o seu contexto. Assim, é importante perceber que o jornalismo sensacionalista está ligado à valorização da emoção, à exploração do extraordinário, à opção pelo pitoresco, ao conteúdo sem contexto e sem aprofundamento. Ainda Angrimani (1995, p. 17), retomando dois importantes estudos realizados ainda na década de 1980, Pedroso (1983) e Marcondes Filho (1986), aponta que “o meio sensacionalista aparece como agente catártico das instâncias psíquicas, determinadas pela psicanálise. Meio, como artifício de realização, por procuração, do inconsciente”. Nas reportagens sensacionalistas há uma tentativa clara de valorização da emoção em detrimento da informação. Extrai-se da notícia a sua carga emotiva, apelativa, enaltecendo-a. Nutri o público para que ocorra a satisfação de suas carências instintivas. A preocupação não está com a informação em sua essência. O que interessa mesmo é a aparência, o lado externo do acontecimento, é a produção da notícia que extrapola o real.

Um produto sensacionalista, rotineiramente, é alimentado pelos chamados *fait divers*, notícias gerais de natureza predominantemente emocional, que não estão ligados diretamente a um editorial específico dos tradicionais veículos de comunicação. Envolvendo histórias de escândalos, desastres e crimes, temáticas desenvolvidas pela imprensa popular na segunda metade do século XIX, os *fait divers* apresentavam

ocorrências isoladas, informações autossuficientes, que se fechavam em si mesmas, sem contextualização política, econômica, social e cultural, fatos pitorescos, excepcionais ou insignificantes que atçam o imaginário da população, podendo causar um grande alarme em um dia e ser esquecida rapidamente, sem provocar alterações históricas e sociais. Barthes (1970, p. 58), a esse respeito, afirma que o sujeito que consome um *fait divers* não precisa conhecer nada no mundo, pois a informação “contém em si todo o seu saber; ele não remete formalmente a nada além dele próprio; evidentemente seu conteúdo não é estranho ao mundo; desastres, assassinatos, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, à sua história, à sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos”.

Apesar de ser um dos principais recursos, os *fait divers* não são a única fonte de construção de um produto sensacionalista. Folclores, crenças e credences populares também servem de inspiração às práticas desta natureza. Há uma subversão da lógica do interesse público. O que vemos é a exposição de interesses pessoais e a presença constante de elementos ficcionais no fazer jornalístico desta natureza. No entanto, Amaral (2006, p. 52) nos apresenta outras características:

Baseia-se no entretenimento e não na informação, mistura gêneros, utiliza fontes populares e muitas vezes trata a informação de um ponto de vista tão particular e individual que, mesmo dizendo respeito a grande parte da sociedade, sua relevância se evapora. Muitas vezes, o interesse do público suplanta o interesse público não em função da temática da notícia, mas pela forma como ela é editada, com base na individualização do problema, o que dá a sensação da não realização do jornalismo.

Ainda em torno das especificidades dos produtos sensacionalistas, talvez o que os distingue efetivamente dos informativos comuns é a sua linguagem, que sugere o estabelecimento de uma relação direta entre o objeto e o sujeito, não admitindo distanciamento e neutralidade diante da informação veiculada. É uma linguagem coloquial, caracterizada pela repetição e o emprego de gírias e obscenidades, que envolve emocionalmente o receptor com a notícia, rompendo a blindagem protetora de uma linguagem formal, fazendo-o interagir com os personagens. É uma linguagem que choca, que mexe com as estruturas psíquico-sociais das pessoas. Angrimani (1995, p. 40-41) nos apresenta o contexto dessa linguagem no meio televisivo:

Na televisão, a edição de um jornal sensacionalista não pode ser a mesma de um jornal analítico-informativo. Há necessidade de

mostrar justamente o que o outro não mostra. O repórter tem que provocar emoção, precisa narrar a notícia em tom dramático. A edição não pode cortar a imagem da mãe que chora desesperada a morte de seu filho. Ao contrário, deve, de preferência, mostrar o cadáver, ou o sangue no chão (se a reportagem tiver chegado tarde). Quando o repórter do jornal de TV sensacionalista estiver entrevistando, por exemplo, um esturador de menores, não pode igualmente optar pela objetividade e distanciamento. O ideal é assumir o papel de “superego”<sup>24</sup> e ser bastante agressivo com o transgressor, usando o microfone, as imagens e as perguntas como um chicote punitivo (esse exemplo se encaixa nas entrevistas que eram feitas pelo repórter Gil Gomes no telejornal “Aqui Agora”).

Deve-se salientar que o envolvimento emocional, o aparecimento do clichê<sup>25</sup>, não é por si só sensacionalista. Um telejornal (ou radiojornal) não-sensacionalista pode mostrar imagens dramáticas (ou relatos) que emocionem as pessoas. Por exemplo, quando a polícia resgata uma criança sequestrada e ela corre para ser abraçada por seus pais, depois do abraço emocionado, a família chora e diz algumas palavras aos repórteres. É uma imagem forte, de impacto emocional garantido. Clichê de felicidade familiar. Mas para essa história ser utilizada de forma sensacionalista é preciso que seja editada e relatada, reforçando constantemente os clichês, que apareceriam o tempo todo envolvendo a edição e não apenas em fragmentos. O telejornal sensacionalista não pode ter equilíbrio entre o signo e o clichê. A apresentação deve ser chocante, exigindo o envolvimento emocional do público. Haveria mais imagens de gente chorando (às vezes, o repórter também se “emociona” e chora com os personagens principais da notícia). As cenas seriam centralizadas na ação policial, mostrando armas e o assalto dos policiais à casa, onde a criança estaria presa. O repórter, acompanhado pela equipe, entraria em seguida, como se fizesse parte da força de resgate, proporcionando prazer vicário ao telespectador, como se ele não estivesse protegido em sua casa, mas participando da ação repressiva. O tom da narração seria carregado de dramaticidade e a edição poderia ser apresentada como se fossem em “capítulos” de novela, percorrendo todo o telejornal, que encerraria com a união da família e, se possível, com a punição dos criminosos.

A partir desse posicionamento, percebemos que o sensacionalismo poderia ser resumido como uma opção diferenciada de informar a população. Deixa-se de lado o modelo cético, a realidade pasteurizada, as entrevistas quebradas, o mito da neutralidade

---

<sup>24</sup> Baseando-se na teoria psicanalítica, a partir da estrutura do aparelho psíquico, o autor entende que o superego projetado no meio de comunicação exerce uma função controladora e punitiva, submetendo o ego aos imperativos morais da mente humana, representados pelos valores socialmente aceitos pela população. O superego desempenharia, então, o papel de um juiz responsável pela condenação dos egos transgressores.

<sup>25</sup> O autor destaca que a linguagem que caracteriza as práticas sensacionalistas é a linguagem-clichê, marcada pela espontaneidade, pelo estilo exagerado e o uso de chavões, aproximando o público receptor das notícias veiculadas. Diferenciando-se desta, há a linguagem signica, que seria uma linguagem mais protocolar, neutra, que mantém distância dos acontecimentos noticiados nos meios de comunicação.



e da imparcialidade. A linguagem utilizada não passa despercebida. Há uma escolha bem definida por um tipo de narrativa que transporta o telespectador às cenas de cada uma das reportagens. Humaniza-se o relato televisivo a tal ponto de quem esteja assistindo se sinta o próprio autor da história. A narrativa sensacionalista, no que tange aos aspectos emocionais da reportagem, tem uma intensidade maior do que a narrativa tradicional.

As mensagens de um programa telejornalístico sensacionalista, por exemplo, expõem abertamente a tentativa de manutenção dos valores e da ordem social por meio da exibição dos perigos enfrentados por aqueles que tendem a desafiá-la. Permanentemente, as emoções são provocadas, convocadas, em um jogo repetitivo a fim de distinguir os limites entre as ações corretas e incorretas, legais e ilegais, benéficas e maléficas. “No caso do sensacionalismo, a linguagem, além da repetição, traz um jogo emocional, um clima de pulsação constante, tocando sempre em material recalcado, que se refere a um tabu rompido e ao restabelecimento desse mesmo tabu, através da assimilação da ordem” (JANEIRO, 1994, p. 33). E, para amenizar o fato de que a violência parece estar cada vez mais próxima do telespectador, o telejornal reduz esta questão de maneira simples e maniqueísta, dividindo o mundo em dois lados, o “lá” e o “aqui”:

O *lá* (onde fica o mal) é o que está distante: o mundo da marginalidade, os sequestradores e criminosos entrevistados pelos repórteres. O *aqui* é onde está o apresentador e seus telespectadores, fechados e isolados dos acontecimentos trágicos mostrados pelas câmeras nas ruas das cidades. Mesmo aqueles que vivem próximos à violência acabam por sentir-se distantes dela, privilegiados por não estarem envolvidos no que ocorre do lado de lá (SERRALVO, 2006, p. 27-28).

Historicamente, sempre tivemos situações de discórdia, de conflitos e de violência envolvendo os sujeitos sociais. Desse modo, qualquer discurso que destaque a necessidade de recuperarmos a paz e a harmonia entre as pessoas observadas tempos atrás corre o risco de tornar-se nostálgico e fora da ordem, afinal a sociedade sempre se fez por meio de constantes negociações em busca de um consenso, mesmo que momentâneo. E assim a vida se fez e vai se fazendo. É como destacou a politóloga belga Chantal Mouffe: “é um equívoco acreditar que uma ‘boa sociedade’ é aquela na qual os antagonismos foram erradicados e onde o modelo adversarial de política se tornou obsoleto” (*apud* VASCONCELLOS, 2009, p. 84). Entretanto, contrapondo-se a essa

visão, percebemos que a maioria dos que criticam a televisão sensacionalista parece mesmo que o faz tendo em mente um mundo que já não existe mais (se é que houve), transparecendo um discurso descontextualizado, desprovido de sustentação social da vida contemporânea, repleto de ranços preconceituosos contra um modo diferente de se fazer televisão.

A propósito, acreditamos que os telespectadores, convocando suas experiências e suas expectativas, são os que melhor podem determinar o sensacionalismo, ou não, dos programas quando percebem e compreendem as mudanças empreendidas pelos meios de comunicação responsáveis por aquelas emissões. Afirmar, por exemplo, de forma antecipada, que os programas que destacam questões de segurança pública no Brasil contrariam as regras da moralidade é um grande disparate, até mesmo porque há programas que o modo de endereçamento aos telespectadores é excessivamente conservador. Com a retrospectiva que faremos a seguir será possível perceber como ocorreu o crescimento dessa modalidade jornalística na televisão brasileira.

## **2.2 Histórico da programação popular**

A violência faz parte do dia a dia da televisão brasileira. E esse fenômeno não é recente. As pessoas mais novas podem pensar que o telejornalismo com editoria voltada à segurança pública teve início na década de 1990. Certamente, recordam-se do *Aqui Agora*, telejornal do SBT que marcou tendência como telejornal com formato popular de muito sucesso à época, que ocupou a programação televisiva de milhões de brasileiros nos finais de tarde, e que serviu de inspiração para novas produções, como o *Cidade Alerta* (Record), o *190 Urgente* (CNT Gazeta), o *Na Rota do Crime* (Manchete), o *Brasil Urgente* (Band) e o *Repórter Cidadão* (Rede TV!). Efetivamente, podemos afirmar que em tal período houve um processo marcante de transformação histórica na televisão, a partir da inclusão dos chamados programas policiais na grade de programação das principais emissoras brasileiras. Campello (2008, p. 31) destaca que

O universo policial, que até poucos anos atrás era tabu na televisão, a partir daquele momento vai se incorporando ao dia-a-dia do telespectador brasileiro. O que não quer dizer que a televisão não noticiasse fatos violentos antes, mas sempre o fazia de forma suave, sem explorar o potencial de apelo e de sensacionalismo inerentes a esse tipo de cobertura.

Por sinal, a proliferação de tais programas, ocorrida na última década do século XX, tem como conjuntura a disputa pela audiência entre as emissoras. Desse modo, foi possível perceber um radicalismo cada vez maior nos processos de produção dos programas televisivos, revigorando a proposta de uma programação popular (LANA, 2009). Não seria exagero de nossa parte se afirmássemos que o que houve mesmo foi uma exacerbação dessa programação, tamanha a abertura da grade para esses programas. Até mesmo a Rede Globo acompanhou tal tendência, adaptando-a ao seu padrão de qualidade, como tentativa de recuperar a audiência perdida. Em seus telejornais, por exemplo, as notícias começaram a dar mais ênfase às “denúncias de corrupção, reclamação dos órgãos públicos, [intermediando] os problemas de uma comunidade, considerada um conjunto de moradores de um bairro ou da sociedade em geral, do cidadão, do consumidor, do contribuinte” (BORELLI; PRIOLLI, 2000, p. 120).

Apesar de reconhecermos que a batalha por altos índices de audiência colaborou para a explosão de programas populares durante a década de 1990, não podemos nos esquivar dos aspectos histórico-sociais que a televisão vivenciou nos anos anteriores e também das próprias características da sociedade brasileira àquela época. O precursor do formato popular em nossa televisão não foi o Aqui Agora. Desde o início da televisão no Brasil o estilo popular na programação esteve presente. Citamos alguns deles: Tribunal do Coração e Domingo de Verdade (TV Tupi), O Homem do Sapato Branco (Globo e Record), Aqui e Agora (TV Tupi e Bandeirantes)<sup>26</sup>, O Crime e a Lei (SBT), O Povo na TV (Excelsior, Tupi, TVS, Bandeirantes e SBT)<sup>27</sup>. Todos esses já enfatizavam questões de pessoas comuns, histórias reais da vida cotidiana, com certa ênfase às questões da violência urbana.

Os primeiros programas populares, em sua maioria, traziam elementos da linguagem radiofônica, base principal para o desenvolvimento técnico-operacional da televisão no Brasil. Além disso, a diversidade das *fait divers*, com conteúdos que

---

<sup>26</sup> Segundo Roxo (2010, p. 194), “O programa ‘Aqui e Agora’ (com ‘e’) era apresentado com esse nome na TV Tupi e na TV Bandeirantes. Foi somente no SBT que o título perdeu o ‘e’, tornando-se ‘Aqui Agora’. A mudança no título ocorreu porque o nome do original era de propriedade do argentino Hector Mazelli. A emissora não comprou o nome, mas manteve a semelhança, no título e no formato”.

<sup>27</sup> No período de SBT, o programa O Povo na TV manteve a estrutura temática e o modelo de organização do antigo Aqui e Agora, até mesmo porque a equipe de profissionais havia migrado para a mais nova rede de televisão brasileira, após a cassação da concessão da TV Tupi no ano de 1980.

extrapolavam as notícias sobre política e economia, conduziu o cenário televisivo nacional que buscava conquistar um público telespectador heterogêneo por meio de uma programação de entretenimento baseada no sensacionalismo dos fatos e humanização dos relatos. Freire Filho (2001), inclusive, destaca seus sucessos entre os anos de 1950 e 1960. O sentido empregado ao que é entretenimento, desde o início da história da televisão no Brasil, principalmente no que se refere à relação com o jornalismo, parecidos, foi uma das grandes dificuldades de percebê-lo como elemento importante no processo de produção da programação televisiva brasileira. Enxergar o entretenimento como algo negativo, contrário à cultura, ao conhecimento, à arte, filosofia, à verdade, foi o caminho adotado pela mídia num passado recente. No entanto, como assegura Gomes (2008b, p.98-99), o entretenimento, hoje, parece definir bem a cultura contemporânea:

O entretenimento parece um excelente ponto de partida para a compreensão das transformações culturais do mundo globalizado das tecnologias digitais, já que aparece como uma categoria suficientemente ampla e partilhada – o que de modo algum significa afirmar que entretenimento tem um sentido unívoco e transparente que atravessa culturas, sociedades e tempos históricos distintos. Ao contrário, o sentido do entretenimento é altamente contextual, tanto do ponto de vista semântico quanto do julgamento de valor sobre os produtos. Mas, de todo modo, o fenômeno do entretenimento tem caracterizado o que chamamos hoje de cultura global.

Mesmo não tendo sido o precursor da programação popular na televisão brasileira, certamente, o telejornal *Aqui Agora* foi o maior expoente do segmento jornalístico com formato popular. Seu sucesso também se deu pelo fato de que a televisão brasileira estava despossuída há anos de programas do chamado “mundo cão”, consequência do processo de higienização que a própria mídia se deu, acompanhando os ideários dos governos militares durante os anos de ditadura, isto é, primando pela submissão solícita durante o respectivo período, e, pior, construindo e apresentando à sociedade uma realidade distante daquela vivenciada pela população brasileira (BENTES, 1994).

Diferentemente dos outros programas produzidos até então, que apresentavam um estilo híbrido, entre noticiário e programa de auditório, o *Aqui Agora* surgiu, de fato, como um programa jornalístico, planejado e executado por jornalistas profissionais. Claro, não se pode negar que as produções passadas tenham influenciado

no seu formato temático e organizativo. No entanto, acompanhamos Campelo (2008), quando o autor afirma que, em termos de produções jornalísticas, dois programas abriram caminho para que a cobertura sobre polícia e segurança, em especial, conquistasse um lugar cativo na programação diária das emissoras brasileiras, a partir do sucesso de audiência alcançado pelo *Aqui Agora*. A primeira experiência foi protagonizada pela extinta Rede Manchete, em 1989, com o programa *Documento Especial*, documentário que abordava temas pouco explorados até então na televisão brasileira. Criado pelo jornalista Nelson Hoineff, tendo apresentação do ator Roberto Maya, o referido programa ganhou repercussão por romper tabus, a partir de exibições que privilegiaram o universo do *underground* brasileiro. A segunda experiência veio como uma resposta da Rede Globo, a maior emissora do país, que contra-atacou, no ano de 1990, com a primeira versão do *Linha Direta*, programa semanal temático que envolvia elementos do telejornalismo e da teledramaturgia<sup>28</sup>. Para Mendonça (2010, p. 262), “o advento do *Linha Direta* constitui-se, naquele momento, em um dos capítulos mais bem resolvidos, do ponto de vista da capacidade narrativa e de produção, de uma história de produtos jornalísticos fundamentados em uma certa espetacularização da violência”. A partir de reconstituições com a participação de atores, eram apresentados casos de polícia que não haviam sido resolvidos, até então, pela justiça nacional. No fim, eram apresentados números de telefones para que os telespectadores denunciassem os envolvidos às autoridades competentes e/ou à produção do programa, fazendo jus à designação do mesmo<sup>29</sup>.

Outro aspecto que não podemos esquecer, para a compreensão do crescimento dos populares no Brasil, está relacionado aos aspectos econômicos, pois o aumento do poder aquisitivo das camadas mais carentes da população acarretou num

---

<sup>28</sup> A primeira fase do *Linha Direta* durou apenas quatro meses, de março a julho de 1990, e teve apresentação do jornalista Hélio Costa. Essa primeira versão se dedicou mais aos casos extraordinários, ligados à experiência paranormal. O programa só retornou à grade de programação da Rede Globo nove anos depois. Idealizada pelo diretor-geral de criação, Roberto Talma, essa reedição trabalhava com os mesmos elementos do programa anterior (depoimentos, jornalismo investigativo e dramaturgia), mas dava maior ênfase ao serviço de utilidade pública. Foi apresentado, primeiramente, pelo jornalista Marcelo Rezende. Após a saída deste da emissora, o comando da apresentação ficou a cargo de Domingos Meirelles (Fonte: Memória Globo. Disponível em <<http://memoriaglobo.globo.com>>. Acesso em 03 de outubro de 2011).

<sup>29</sup> O programa tinha uma central telefônica disponível 24 horas por dia, para receber denúncias de telespectadores, com garantia de sigilo total. A partir de maio de 2000, as denúncias passaram a poder ser feitas também pela página do programa na Internet. Desde a estreia, através das denúncias dos telespectadores repassadas às autoridades, foi possível localizar mais de 380 criminosos procurados pela Justiça por crimes de assassinato, estupro e sequestro (Fonte: Memória Globo. Disponível em <<http://memoriaglobo.globo.com>>. Acesso em 03 de outubro de 2011).

maior número de domicílios providos de aparelhos televisores. Com o objetivo de conquistar essa audiência que crescia cada vez mais, as emissoras lançaram mão de uma programação popular. Mattos (2010, p. 158) afirma que “essa nova audiência [entre as classes C, D e E] acirrou a briga entre as redes de TV aberta, principalmente pelo fato de terem perdido grande parte da audiência das classes A e B, que passaram a compor a audiência dos canais de assinatura”. Essa evolução, em termos quantitativos, da televisão brasileira fez com que a programação construída fosse ressignificada diante de um cenário global também reconfigurado<sup>30</sup>. Mira (2010, p. 172) corrobora esse cenário de popularização do veículo, apresentando números expressivos:

(...) foram vendidos cerca de 28 milhões de aparelhos de televisão, entre 1994 e 1998, em todo o país, praticamente o mesmo número de televisores em uso no ano anterior, que era de 31,5 milhões. (...) Dos 28 milhões de aparelhos vendidos, cerca de 6 milhões representavam o primeiro televisor da família. Foram adquiridos, portanto, por pessoas situadas num nível muito baixo na escala socioeconômica, gente que teve que esperar quase cinquenta anos para ter um televisor em casa. Esses ingressantes no mercado televisivo tendem a ser pessoas com pouca instrução formal ou, na expressão de Pierre Bourdieu, com pouco “capital cultural”, o que amplia as possibilidades de sucesso de programações mais populares.

É neste contexto que transitou a programação popular da televisão brasileira em um período de grande expansão. E, em tempos de acirradas disputas pela audiência, as emissoras apostaram numa radicalização cada vez maior de seus formatos, isto é, quanto mais inacreditável fosse o programa, maiores seriam as chances de alcançarem bons índices de audiência. Tivemos, com isso, uma imersão profunda na proposta popular de como se fazer televisão.

Mesmo reconhecendo que a história dos programas populares surgidos nos anos de 1990 teve sua raiz nos programas exibidos havia, no mínimo, trinta anos, não se pode dizer que foram produzidas simples cópias dos antigos produtos. Houve, sim, significativas mudanças, até mesmo porque é preciso considerar a grande capacidade

---

<sup>30</sup> Em termos de período histórico, mesmo reconhecendo o risco que se corre quando se tenta dividir a história humana em fases predeterminadas, principalmente por apresentar o fechamento de datas dos respectivos períodos, poderíamos relacionar o momento de expansão da programação popular na televisão brasileira à fase da globalização e da TV paga (5ª fase: 1990-2000), mencionada por Mattos (2010, p. 84-85). Além desta, o referido autor apresenta outras seis fases do desenvolvimento da televisão no Brasil, com o intuito de alcançar um perfil global de sua evolução: 1) A fase elitista (1950-1964); 2) A fase populista (1964-1975); 3) A fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985); 4) A fase da transição e da expansão internacional (1985-1990); 6) A fase da convergência e da qualidade digital (2000-2010); 7) A fase da portabilidade, mobilidade e interatividade digital (2010- ).

tecnológica incorporada pelas emissoras ao longo dos anos, além dos próprios aspectos socioeconômicos vivenciados pela população brasileira. Prova disso foram as renovações constantes de formato dos programas veiculados ao longo das últimas décadas na programação das emissoras. Mira (2010, p. 175) faz uma abordagem a esse respeito, quando destaca que as mudanças na televisão brasileira acompanharam as próprias transformações sociais observadas em nosso país nos últimos anos:

Nada do que se fazia há cinquenta anos era assim tão diferente do que há hoje na televisão aberta e em alguns canais pagos. De fato, comparados com a atualidade, os programas antigos parecem até inocentes. Porém, a produção do espetáculo era muito mais pobre, mais precária, o que sempre causa a impressão de que o que se via era mais “vulgar”, mais “grotesco”. Sob novas fórmulas, os programas “popularescos” reaparecem. Por vezes são criticados, saem do ar por uns tempos, mas acabam voltando. São cada vez mais bem aceitos. Os padrões morais e estéticos é que de fato mudaram muito ao longo da segunda metade do século XX.

O formato popular aproxima-se mais da vida cotidiana da cidade, dos seus moradores, por meio da abordagem de situações corriqueiras da população. O telejornalismo popular trouxe à tona os sujeitos pertencentes à classe trabalhadora e, conseqüentemente, a cultura dessa parcela da população apresenta-se como o foco principal das produções deste formato televisivo.

### **2.3 A realidade da televisão**

Qual seria a justificativa para o êxito dos programas populares na televisão brasileira? Independentemente da resposta a ser apresentada, certamente, ela deverá permear as estatísticas de violência no Brasil. Como vimos anteriormente, são mais de 40.000 (quarenta mil) homicídios por ano entre a população total de nosso país. Especificamente em Salvador, incluindo os municípios da região metropolitana, após cada final de semana, são propagadas em torno de 20 (vinte) mortes<sup>31</sup>. É no contexto desta sociedade violenta que encontramos explicação para a existência dos programas telejornalísticos populares com temática policial no Brasil. E se é dever do jornalista divulgar os fatos que sejam de interesse público, as demandas do campo da segurança pública, obviamente, estão entre aquelas que têm legitimidade no conjunto de notícias veiculadas por essa esfera midiática.

---

<sup>31</sup> Houve situações, durante o ano de 2010, sempre as segundas-feiras, que o apresentador Zé Eduardo do telejornal policial Zé Liga Bocão observado por nós, fazia questão de ir enumerando a cobertura dos homicídios ocorridos no fim de semana anterior.

Durante o período de expansão da televisão brasileira, a construção da programação de telejornalismo popular transcurso por elementos da realidade e da ficção. Para entender este processo de produção e emissão dos referidos programas, vamos limitar a percepção sobre o que é realidade e o que é ficção. Entendendo a realidade como aquilo que se refere ao mundo real, concreto e, em contrapartida, a ficção como algo que nos transporta para um mundo imaginário, abstrato, é possível relacionar essa visão dicotômica para o mundo televisivo. Neste contexto, resgatando Eco (1989), podemos delimitar a programação da televisão em dois grandes grupos, o de programas de informação e o de programas de ficção. Nos informativos, os acontecimentos que são veiculados possuem autonomia perante a televisão, eles acontecem realmente no cotidiano da sociedade. Já os ficcionais apresentam um mundo de fantasia, que não é verdadeiro, efetivado pela imaginação humana.

Foi no contexto das produções de ficção que a televisão no Brasil foi crescendo e amadurecendo seu potencial de indústria cultural. Com base em Marcondes Filho (1994), percebemos que esse período corresponde à segunda fase da televisão apresentada pelo autor, momento em que ela deixa de ser um meio de reprodução que apenas dava uma roupagem diferente às peças de teatro, aos humorísticos do rádio, aos jornais impressos, passando a ser um sistema que produz sua própria linguagem, sua própria representação dentro de uma linguagem específica<sup>32</sup>. A televisão foi aprendendo a dizer as coisas ao seu modo, não mais servindo como meio, mas funcionando como produtora cultural.

Após ser reprodutora de outros meios de comunicação, suplantar esta fase modesta até consolidar-se como indústria rentável e com uma linguagem própria, novos sistemas eletrônicos são introduzidos, permitindo a multiplicidade de emissores, a pluralidade de mensagens, a construção de uma variedade de formatos. A ameaça do monopólio vai sendo fragilizada. Se, no início, a TV era vista como uma janela que se abria ao mundo, no final dos anos 80, em nosso país, a televisão também foi considerada como uma transparência perdida.

Mesmo reconhecendo o quanto é difícil e arriscado estabelecer limites que caracterizam o início e o término de um período histórico, essa periodização da

---

<sup>32</sup> O referido autor apresenta uma divisão histórica da televisão em duas fases, “surgimento e rejeição” e “supremacia e autocentramento”.



televisão nos ajuda a compreender as transformações ocorridas na sociedade e, claro, na própria tevê. Ajuda-nos a perceber o quanto a televisão foi se fragmentando e, com isso, suas produções, por mais que abordassem questões relativas ao mundo exterior, fossem, paulatinamente, construindo um mundo particular. Neste processo, trazemos mais uma etapa, pautada nos princípios de uma realidade construída, a que Jean Baudrillard denominou de hiper-realidade, onde a televisão apresenta-se como a sustentação de si mesma. Ela começou a produzir a própria realidade.

O importante é falar de si mesma e estabelecer contato com o público, procurando entretê-lo, independentemente do que seja transmitido. É a tevê-narciso para Marcondes Filho. Assim, a transparência não é mais a personagem principal. Ela envelheceu, perdeu público que, munido do controle remoto, começou a decidir quando deixá-la. A opacidade, apelidada também de simulação, sua maior concorrente, começou a atrair espectadores: assim, os canais estabeleceram uma acirrada disputa. Transmitir o mundo? Não, fabricar mundos parece dar melhores resultados, maior audiência (NOGUEIRA, 2000, p. 111).

Com essa construção de um mundo próprio, a televisão colocou em xeque aquela antiga divisão que se fez presente no início do seu funcionamento entre os programas de informação e os programas de ficção. E, mesmo que os telespectadores possam ainda distinguir entre aquilo que é verdadeiro e aquilo que é falso, cada vez mais percebemos o quanto ficou enfraquecida a fronteira entre esses elementos devido à eficácia da televisão em legitimar suas proposições.

A televisão deixou de exercer o papel de intermediadora, passando a ser o personagem principal veiculado por ela mesma. Com isso, o pressuposto da verdade, que servia como referência na separação entre a realidade e a ficção, desaparece. O real, agora, para existir necessita ser veiculado pelos meios de comunicação, no caso em especial, pela televisão. Um determinado fato social em que não houve captação midiática corre sério risco de não ser considerado real. São os registros veiculados pelos meios de comunicação que provam que o fato “verdadeiramente” ocorreu. A televisão, então, sanciona as práticas sociais na medida em que os acontecimentos são conhecidos por meio dela.

Esse resgate histórico, observando a televisão não como um simples aparelho tecnológico, um objeto material, mas principalmente enquanto um produto cultural, simbólico, fruto das diferentes relações estabelecidas com o público

telespectador em um determinado contexto social, é de fundamental importância para entendermos como acontece a construção da realidade. A televisão, por meio dos seus programas, atua no processo de produção de sentido à sociedade, à vida, no contexto da recepção dos seus diferentes gêneros. Os motivos que levam as pessoas à televisão e, por conseguinte, às suas escolhas – de horário, de emissora, de programação, são diversos, perpassando também pelos elementos de realidade e ficção. Todavia, compreendemos que os limites entre realidade-informação e ficção-imaginário estão desaparecendo. Daí surge a dúvida: será que determinado programa diz a verdade ou representa uma ficção?

Para responder ao importante questionamento acima, acreditamos que seja preciso refletir, primeiramente, acerca dos posicionamentos da televisão diante dos acontecimentos. Para tanto, é necessário saber se a tevê cria a realidade, presta serviço a ela ou é a realidade que está a serviço da televisão. De qualquer maneira, considerando a televisão como um dos principais instrumentos de conservação dos acontecimentos sociais, de organização dos fatos históricos, não seria de todo errado percebê-la enquanto produtora de realidades, ou melhor, de telerrealidades. Com relação à produção do acontecimento jornalístico, essa telerrealidade se configura como uma realidade discursiva que trabalha a favor da autenticação do real, conforme destaca Leal (2010, p. 94-95):

É essa realidade discursiva, fruto de operações linguísticas, que é ofertada ao receptor e que deseja, para não dizer necessita, de sua adesão para se autenticar como verdadeira. Assim, as notícias devem ser concebidas como espaços de negociação, que envolvem diversos atores sociais e entre eles, de modo privilegiado, está o receptor. Assim, cada mídia, cada programa ou produto, manifesta uma experiência da vida social e a oferta aos seus receptores, numa relação que é menos de manipulação e mais de apropriação mútua. Em outras palavras, como produto de linguagem, o acontecimento noticioso exige que o seu receptor realize operações que lhe atribuam sentido e o (re)insiram no cotidiano. Para tanto, busca antecipar, orientar, conduzir, apropriar-se do gesto de recepção à espera de que o receptor tome a notícia para si, dê-lhe validade, autentique-a.

O sentido que é estabelecido para a realidade está relacionado ao posicionamento empregado, então, tanto pelo veículo televisivo quanto pelo telespectador frente aos acontecimentos sociais. É muito provável que os fatos sociais que se efetivam em nosso cotidiano se transformem, a partir do momento em que as

câmeras de televisão são ligadas. Eco (1989) sinalizou dois aspectos fundamentais acerca desse fenômeno da dramatização das notícias: o conhecimento de que o fato será registrado implica em sua preparação; e as câmeras exercem efeito no desenrolar do acontecimento. Vamos explicitar um pouco mais essa ideia, tomando como exemplo os programas telejornalísticos temáticos, objeto de nossa investigação, tão presentes na programação das emissoras de televisão país afora.

Num rápido olhar, podemos identificar esses programas funcionando em um dos níveis lógico-temporal, apontados anteriormente. Senão, nos atemos à cobertura das operações das forças de segurança pública veiculadas constantemente, onde se destaca o modo operante dos policiais. Muitas vezes, essas operações parecem acontecer do modo como acontecem, por causa da presença das câmeras. A abordagem dos cidadãos, a fala empregada, a “quebra” no modo operante para o atendimento ao repórter e ao cinegrafista, o banner da delegacia no fundo da imagem, entre outros pontos, nos dão a impressão de que há algo mais por trás desses acontecimentos. Para melhor compreender esse processo, necessitamos das respostas aos questionamentos anteriores, assim transformados para o caso em questão: Os programas estão a serviço da polícia? Ou é a polícia que se coloca a serviço dos programas? Ou, ainda, os programas têm poderes para provocarem determinadas manifestações das forças policiais?

A partir do programa telejornalístico destacado para a nossa investigação, esperamos minimizar as dúvidas acima, quando da análise dos mesmos. No entanto, desde já, após as exposições realizadas, não seria impossível revelar que o referido programa tenha, sim, poderes para criação de acontecimentos. Mas é preciso perceber que essa (nova) realidade é confusa, duvidosa, pois ela é construída de modo ambíguo. Giovannini (1987, p. 274), para falar dessas ações, utiliza o termo “pseudo-acontecimentos”, afirmando que eles apresentam uma tendência de ocultar os eventos que ocorrem espontaneamente:

São mais “dramáticos”, mais fáceis de difundir de maneira vívida e espetacular; podem ser repetidos à vontade; custam dinheiro (e por isso exigem interesses diversos); são mais compreensíveis e tranquilizadores, mais “socializáveis”, mais adequados para se tornarem objeto de conversas (onde constituem testes interpessoais para se constatar até que ponto alguém está “informado”); enfim, geram outros pseudo-acontecimentos numa progressão geométrica.

É perfeitamente possível associar cada um dos aspectos levantados na referência anterior ao telejornalismo popular, principalmente aos programas que lidam exclusivamente com as questões policiais. Afinal, a temática, por si só, já envolve elementos de tragicidade, a partir da cobertura dos dramas do mundo contemporâneo. Além disso, as reportagens destes programas mostram o mundo de maneira extraordinária, com misérias sociais e, principalmente, ações espetaculares das forças de segurança. Também não se pode esquecer o quão tranquilizadores são, haja vista a condução do próprio enredo, mostrando que, no duelo entre a polícia e os criminosos, no final, quem está do lado do bem sempre vence e, assim, a sociedade pode ficar mais tranquila porque o Estado, atento às demandas no campo da segurança, está fazendo a sua parte.

Aproveitando o ensejo do ritual polícia contra ladrão, relembrando as antigas brincadeiras infantis, como tentativa de completar, momentaneamente, as considerações a respeito dos elementos de realidade e ficção existentes na televisão, arraigados ao processo de construção televisiva do mundo, não podemos deixar de mencionar o elemento lúdico que também se relaciona às estratégias televisivas no processo de dramatização da sociedade. Quando o trabalho jornalístico é voltado à perspectiva popular da televisão, o domínio da informação se aproxima aos aspectos sociais da maioria quantitativa da população brasileira: saúde, educação, trabalho, esportes e segurança pública, por exemplo. Neste contexto, o elemento popular se aproxima muito do elemento lúdico, haja vista as relações de vida que são efetivadas entre as pessoas diante das situações do cotidiano social. Assim sendo, a temática policial nos programas populares é um indício de que a vida pode ser representada como um jogo na televisão. Jost (2004, p. 39) cita a classe de jogo *Agôn*<sup>33</sup>, que podemos relacionar aos telejornais com temática policial por causa da semelhança com o contexto de conflitos observados diariamente na tevê. Prestemos atenção às suas palavras:

Na categoria *Agôn*, os jogos se centram na luta ou na competição, coletiva ou individual, física ou cerebral. A satisfação do candidato não vem mais da atividade lúdica enquanto tal, mas da sanção simbólica ou não que se mede do real: ter competências reconhecidas, ser melhor que o outro ou, ao contrário, ser o ponto fraco. (...) O competidor busca, através do jogo, um

---

<sup>33</sup> Além do grupo *Agôn*, o autor faz menção a três outros grupos: *Ilinx*, jogos fundados nas sensações; *Alea*, jogos estabelecidos pelo acaso; *Mimicry*, jogos de simulação.

reconhecimento, intelectual ou físico, que repercute sobre a pessoa real, distinguida por seu mérito, qualquer que ele seja.

A construção da realidade na televisão brasileira perpassa também por questões de ordem técnica. A inserção das novas tecnologias de comunicação no conjunto televisivo facilitou o trabalho dos profissionais para produção de reportagens mais emocionantes e performáticas. Os programas telejornalísticos não privilegiam unicamente a informação por si só. Ela já não basta. Com isso, nos é apresentado um novo horizonte informativo. Nele, a representação da notícia toma o lugar principal (MARCONDES FILHO, 1994). Talvez o exemplo que melhor simbolize essa montagem da informação, entre reportagens com temas que transitaram pelo campo da violência na sociedade nos últimos anos, seja o de Eco (1989), quando da Guerra do Golfo, que também ficou conhecida como nome de filme, Operação Tempestade no Deserto. Com as palavras de Nogueira (2000, p. 145-146), conseguimos ter uma breve noção de como se dá a construção da notícia de forma representativa:

O que caracteriza este exemplo é que o jornalismo de guerra, desde o final dos anos 60, foi se distanciando cada vez mais do jornalismo clássico, aquele que tinha como premissa ser livre: não havia interferência do governo na produção de notícias e os correspondentes não sofriam quaisquer tipos de retaliações. No caso da Guerra do Golfo, a outrora liberdade deu lugar à “prisão”, à um tipo de ação vinda das camadas altas – poderosos organismos militares e políticos, que comandavam a linha editorial a ser seguida: elas diziam o que podia ou não ser gravado pelas câmeras, indicavam quais pessoas poderiam ser entrevistadas e aquelas que não poderiam falar olhando para as câmeras, qual dos lados deveria ser ouvido etc. As atrocidades, os crimes hediondos, a barbárie decorrentes da guerra deveriam ser “filtrados”. Assim, toda a imprensa se calava, como marionete, revestida de plástico, curvada às imposições de uma dinâmica autoritária. Controladora, tal dinâmica passou a ter diretrizes no sentido de se realizar uma triagem dos jornalistas que “teriam direito” de fazer a cobertura de guerra. Os escolhidos tinham de ter um certo tipo de “passaporte”: aquele no qual constava, ao invés do RG e caracterização da formação profissional no campo do jornalismo, a rubrica “advogados da causa”. Não deve ser à toa que dizem que o Direito é subjetivo... Trata-se de uma “mera coincidência” a atividade de jornalista ser trocada pela de relações públicas ou de publicidade governamental.

Mesmo sabendo que o contexto empregado para as palavras acima diz respeito a uma situação limite, um conflito armado entre nações, acreditamos que não seria de todo tortuoso transportá-las ao cotidiano das atuações policiais observadas na maioria das cidades brasileiras, claro, com algumas adaptações. Entretanto, o fim é

basicamente o mesmo: assim como aconteceu com a Guerra do Vídeo Game<sup>34</sup>, onde as reportagens foram apuradas e mediatizadas pela televisão, a probabilidade de ocorrer fatos semelhantes com as notícias de segurança pública nos programas telejornalísticos populares não pode ser descartada. Em cima disso, independentemente de se tornarem entretenimento para os telespectadores, o que nos chama a atenção é o objetivo explícito de impressionar as ações humanas no campo da violência, seja pela crueldade dos criminosos, pela truculência do aparato policial, pela publicidade governamental, pela ridicularização dos sujeitos presos, enfim, por todo conjugado de aspectos que envolvem a performance midiática dos programas em questão.

## **2.4 A cultura popular**

Quando trazemos à tona das discussões acadêmicas o telejornalismo popular procuramos nos desprender de qualquer (pré)conceito que poderia destacar alguma deformidade no que diz respeito à sua função social no processo de informar e, conseqüentemente, formar o telespectador. De início, então, acompanhamos Amaral (2006, p. 16) quando afirma que esse tipo de jornalismo identifica uma “imprensa que se define pela proximidade e empatia com o público-alvo, por intermédio de algumas mudanças de ponto de vista, pelo tipo de serviço que presta e pela sua conexão com o local e o imediato” por meio de produtos destinados às pessoas de baixa renda. O modelo popular de televisão é estabelecido através da integração com o seu público. Os telespectadores se reconhecem nos programas, relacionam suas vidas às situações abordadas, identificam-se com os casos noticiados. E, assim, os telespectadores vão se aproximando gradativamente da programação popular, construindo relações de confiança com os programas. Esse clima de intimidade com os telespectadores é essencial para a experiência telejornalística popular.

Com o crescimento da programação popular na televisão brasileira, houve significativas discussões no campo da prática telejornalística. Segundo Gomes (2008a), nos últimos anos, tais discussões estiveram voltadas ao reconhecimento do referido fenômeno com as seguintes identificações: mais notícias locais e menos internacionais,

---

<sup>34</sup> Denominação dada após a difusão de imagens do avanço das tropas ocidentais no deserto a bordo dos tanques e, principalmente, dos aviões de combate com seus “bombardeios cirúrgicos”, que apresentavam as coordenadas exatas dos alvos que deveriam ser destruídos. Com o transcorrer da guerra, as notícias de que esses bombardeios não eram tão cirúrgicos assim foram sendo divulgadas: casas, hospitais, abrigos de pessoas desarmadas também foram alvos dos tais bombardeios, fazendo vítimas milhares de homens, mulheres e crianças da população civil.

mais imagem e menos texto, mais histórias de interesse humano e menos notícias políticas e econômicas, ênfase na abordagem da vida privada, do grotesco, da criminalidade, da tragédia, da transgressão, da sexualidade e da vida das pessoas comuns e das celebridades. Vale destacar que, caso os procedimentos de análise de um programa popular forem ao encontro das perspectivas tradicionais do jornalismo, com certeza, os resultados descobertos apontarão para um jornalismo de péssima qualidade, haja vista a sobrecarga de julgamentos de valor que levam esses produtos: linguagem marcada por suposições dos acontecimentos; qualificações dos sujeitos em destaque; comentários descontextualizados; posicionamentos confusos diante das informações noticiadas; texto repetitivo; tratamento editorial exagerado, entre outros. Esse cenário caracteriza um modo de fazer jornalismo diferente daquele que está preocupado somente com a informação que é relevante socialmente, orientado pelo princípio do interesse público, de maneira imparcial e objetiva. A perspectiva que contrapõe esse desenho tradicional das práticas jornalísticas direciona o olhar à cultura popular da população, ou seja, à inclusão de grupos que, até então, foram marginalizados pelos meios de comunicação. Gomes (2008a, p. 60) apresenta as principais características desse tipo de jornalismo: “a personalização da política, a cobertura da vida privada, a ênfase nas celebridades e na transformação do homem comum em celebridade”.

Reiteramos que é necessário analisar tal programação à luz de outra ótica. Janeiro (1994, p. 27-28), por exemplo, acompanha o pensamento de Maria Cristina Daniels, quando ela destaca que “o jornalismo sempre foi uma farsa de objetividade e, hoje, como a farsa está desmascarada, as pessoas preferem ver o sensacionalismo, (...) que não é somente um gênero jornalístico paralelo ao informativo, ao opinativo; é uma paródia de toda forma pretensamente iluminista de se fazer jornalismo”. Também concordamos. Se paródia é sinônimo de “imitação engraçada ou crítica de uma obra (literária, teatral, musical)”<sup>35</sup>, não seria um absurdo afirmar que os programas de jornalismo popular imitam o formato tradicional do telejornalismo, mas trazendo à cena alguns elementos que divertem os telespectadores. Se não há uma identificação com os programas sérios, há uma opção pelos populares que, além de mantê-los informados sobre os acontecimentos que dizem respeito diretamente às suas vidas, conseguem entretê-los, trazendo-os para dentro do espetáculo que se organiza para fasciná-los.

---

<sup>35</sup> Dicionário Aulete online de Língua Portuguesa. Disponível em < <http://aulete.uol.com.br>>. Acesso em 29 de setembro de 2011.

Das reportagens sensacionalistas dos telejornais às notícias de fofocas com as celebridades, “a massa busca um espetáculo que a divirta e ao mesmo tempo a integre, ainda que imaginariamente, no espaço público – espaço, como se sabe, historicamente difícil de se constituir num país como o Brasil, cujas elites sempre sufocaram o Estado e a república com seus interesses privados” (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 110). Observar a programação popular pelo viés do sensacionalismo não é de todo errado, em um primeiro momento, afinal, como foi possível perceber até aqui, é preciso reconhecer a importância desta perspectiva analítica ao longo da história da televisão brasileira. Todavia, é preciso ir além. Restringir a análise somente no contexto do espetáculo, acreditamos, delimita a possibilidade de compreender de forma mais aprimorada o que acontece no processo de construção dos programas por parte das emissoras e de recepção dos mesmos por parte dos telespectadores, enfocando também os aspectos socioculturais que envolvem estas ações.

Nossa opção de análise caminha na perspectiva dos *cultural studies*<sup>36</sup>, corrente de investigação que, no campo da comunicação, questiona e redefine as concepções dominantes, de matriz racional-iluminista, do jornalismo. Acompanhamos Dahlgren (2000) quando argumenta que é necessário mudar a maneira de se pensar o jornalismo diante de todas as transformações vividas pela mídia nos últimos tempos, principalmente devido ao incremento tecnológico que passou a decidir os rumos das práticas dos profissionais da comunicação. Para o mencionado autor, o jornalismo precisa se aproximar da cultura popular por meio dos recursos sensoriais, que são tão marcantes na estética do popular, como a imagem, a linguagem sem formalidades e com entonação chamativa, os efeitos sonoros, entre outros. Os Estudos Culturais, por sinal, são situados nesta reflexão como um movimento teórico de investigação que contribui para o entendimento da área da comunicação, em especial aos estudos de recepção, sobretudo naquilo que se refere aos processos de construção de sentido na cultura, ou seja, aos valores e significados incorporados às suas vidas pelos sujeitos telespectadores, em nosso caso.

---

<sup>36</sup> Raymond Williams, Richard Hoggart e Edward Thompson, na Inglaterra dos anos de 1960, reformularam o conceito de cultura, a partir do momento que trouxeram para o centro das atenções as classes trabalhadoras e, desse modo, vincularam a cultura popular à dinâmica dos processos comunicativos, de produção de sentido, diante das relações efetivadas na sociedade, dando origem aos chamados *cultural studies*.



A estratégia de pesquisa junto aos telespectadores deve ser aquela que facilite o esclarecimento de como eles conferem sentido às notícias, investigando a experiência social que ocorre junto à televisão. Dahlgren (2000, p. 7) destaca que a cultura popular também se apresenta como um processo de apropriação interpretativa dos produtos sociais: “o encontro da cultura de massa se dá dentro de contextos múltiplos da vida cotidiana, onde as práticas interpretativas das pessoas, incluindo suas várias táticas de resistência ideológica, geram e fazem circular significados”. O sentido do trabalho de recepção televisiva, então, deve ser o interpretativo, de modo a analisar como é estruturada e articulada a construção cultural no ambiente em que os telespectadores estão inseridos.

A cultura popular possui particularidades que, a princípio, poderiam ser contraditórias, mas não o são. Ela pode ser entendida como um bem voltado à acomodação social, traduzindo a adesão negociada das pessoas a um determinado modo de vida que encobre e dissimula as desigualdades sociais. Naturalizando essas disparidades observadas na sociedade, as pessoas que detêm o poder ensaiam perpetuar um determinado modelo social, construindo uma relação de cumplicidade mútua no processo de manutenção da ordem simbólica. Todavia, contrariando essa almejada naturalização social, os grupos populares apresentam resistência a essa subordinação, expondo as relações de disputa entre as partes (HALL, 2008). Assim, a cultura popular também pode ser apresentada como possibilidade de transformação social, a partir do momento em que se percebe a tentativa clara de mudança do processo de imposição da cultura dominante perante a camada popular da população. Observamos, então, a cultura como cenário onde ocorre a luta pela supremacia e influência de um grupo perante o outro.

Gramsci (1978) contextualizou esse cenário de disputas sociais, quando discutiu a questão da hegemonia, destacando principalmente o papel político daqueles que lutavam contra o bloco dos que detinham o poder em um determinado período. Com isso, a noção de movimento popular foi sendo ampliada, fazendo referência àqueles que lutavam pela hegemonia, e não mais ficando restrita a um determinado grupo social. Mas vale destacar que esta noção de hegemonia necessita ser articulada com a concepção que Gramsci faz de Estado, como forma de compreender as particularidades no processo de formação e reprodução das relações de poder nas

sociedades onde o capitalismo tem alcançado cada vez maiores níveis em seu desenvolvimento.

Nestas sociedades o poder é exercido através da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativo-burocrático e político-militar, pelos quais a classe detém que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio; e da sociedade civil, formada pelas instituições que elaboram e/ou divulgam as ideologias, possibilitando a formação de consenso, base de sustentação das relações de poder (SCHLESENER, 2001, p. 18).

É essa articulação entre a sociedade política e a sociedade civil que proporciona o exercício completo do poder. De início, o grupo social que mantém a supremacia deve dominar efetivamente o grupo adversário, exercendo comando sobre ele. Concomitante a esse processo, é preciso legitimar esse poder. E isso acontece por meio de uma orientação moral e intelectual. Essa junção de domínio e supervisão forma uma unidade ideológica capaz de dar sustentação ao grupo que está no poder. Entretanto, essa constituição do consenso via propagação de um modo de conceber o mundo não garante o controle sobre toda a sociedade. É muito provável que a classe dirigente encontre dificuldades no exercício do poder. Os conflitos, nascidos devido à diversidade de opiniões e às contradições sociais, farão emergir novos movimentos que lutem por uma nova hegemonia.

O exercício da hegemonia pode assumir diferentes sentidos, dependendo da maneira como os grupos sociais estabelecem suas relações diante das forças em luta<sup>37</sup>, ou seja, a organização do Estado, as capacidades materiais de produção capitalista, as práticas coercitivas, o processo de disciplinamento, a participação política dos cidadãos, as ações de conscientização política etc. A hegemonia é uma relação ativa, que não só se modifica, mas também provoca mudanças. Ela não só realça os conflitos existentes entre pessoas e grupos numa mesma sociedade, como evidencia o modo de pensar, expressado no campo político, e, principalmente, de agir, efetivado no cotidiano social. “Conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a

---

<sup>37</sup> Gramsci assinala que, nas estruturas de poder, existem correlações de forças que podem se manifestar através da força e do consenso, da dominação e da hegemonia, da violência e da civilização, do momento individual e do universal, da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, entre outros aspectos.

ampliação da participação política e da organização da sociedade civil” (SCHLESENER, 2001, p. 19).

É nessa luta pela hegemonia, por meio da relação entre sociedade política e sociedade civil, que se promove a direção do desenvolvimento histórico, fazendo-nos perceber a concepção de Estado que vivenciamos. A hegemonia vai sendo exercida, via de regra, pelo ajuste da força e do consenso<sup>38</sup>, e expressada pelos órgãos da opinião pública. Estes, por sinal, se apresentam como indispensáveis no preparativo da população para a concordância de determinadas ações políticas realizadas pelo Estado. Em outras palavras, os órgãos de opinião pública são primordiais tanto na conquista quanto na manutenção da hegemonia. Dentre esses aparelhos, é claro, o que nos interessa são os meios de comunicação, que pleiteiam organizar e estruturar a vida da sociedade, destacando alguns dos seus elementos, cultivando um clima favorável em torno dos projetos e das ações políticas advindas dos grupos que estão no poder. Veremos adiante que a televisão, especificamente, pode ser utilizada como uma estratégia política em defesa e benefício da sustentação estatal hegemônica. Mas, vale lembrar, mesmo que haja o uso da mídia no sentido de manipular uma dada situação, os telespectadores, no caso, possuem elementos de resistência a essa possível subordinação. Neste contexto, as palavras de Gomes (2008a, p. 75) nos ajudam a compreender a importância de Antonio Gramsci no refinamento da noção de cultura popular na tradição dos Estudos Culturais:

Antonio Gramsci possibilita aos estudos culturais compreender que a cultura de massa opera de dentro do popular. Ou seja, os textos da cultura de massa só têm pertinência quando reelaborados pela cultura popular; é dentro da cultura popular que as formas e os conteúdos “de massa” são apropriados, interpretados e revestidos de sentido. Assim, as estratégias da cultura comercial não são nunca puramente manipuladoras porque, junto com o apelo e a trivialização, há também elementos de reconhecimento e identificação. Os estudos culturais adotarão, então, a expressão *cultura popular* para se referir, de modo geral, à cultura contemporânea caracterizada pela presença das tecnologias da comunicação e da informação, num movimento teórico e político que reconhece a articulação das práticas populares na cultura. É nessa perspectiva que faz sentido falar em cultura popular massiva.

---

<sup>38</sup> Em uma sociedade democrática, a ideia que se faz presente é de que haja um equilíbrio entre as duas esferas, não deixando que a força exceda explicitamente o consenso. Porém, muitas vezes, trabalha-se para que a força apareça apoiada no consenso.

Gramsci reconhece o quanto é difícil para as classes dominadas chegarem ao poder e exalta a importância das lutas para que se alcance a ascensão hegemônica. Mesmo assim, e até por isso, ajuíza a importância das ações populares, inclusive aquelas de iniciativa autônoma, num processo histórico mais amplo em que a organização política propicie condições de resistência e oposição aos procedimentos institucionais e políticos que revigora a ideologia dominante. Temos, então, uma relação dinâmica de resistência a favor da transformação e de renovação em defesa da reprodução.

A hegemonia não deve ser concebida apenas com o uso da força. É preciso também a assimilação de sentido pelo poder, sedução para estabelecer uma relação de cumplicidade. É o processo de enculturação das camadas populares que explica a presença de diversas marcas da cultura popular nos produtos midiáticos massivos. É a memória popular sendo aproveitada para a constituição histórica do massivo (MARTIN-BARBERO, 2006). Historicamente, frisa Jesus Martin-Barbero, grande expoente dos Estudos Culturais no campo da América Latina, as camadas populares nunca apresentaram uma postura de inatividade diante das forças dominantes. De um lado, a classe hegemônica trabalhava para suprimir a cultura popular. De outro, o populares, enquanto resistiam às tentativas de dominação, foram reavivando a própria cultura, transformando-a conforme os elementos e princípios estabelecidos e vivenciados à época.

O popular, então, vai sendo estruturado pelas relações de resistência e de associação. Há, portanto, uma ambiguidade inerente ao processo da cultura popular. Ambiguidade percebida na posição das pessoas e dos produtos denominados populares. “Ela se relaciona com o reconhecimento de que a cultura popular é, ao mesmo tempo, a expressão de uma posição de classe subordinada e carente de poder e uma fonte autônoma e potencialmente libertadora de diferentes formas de vida, opostas à cultura oficial ou dominante” (GOMES, 2008a, p. 76). Em termos de cultura midiática, a ambiguidade se apresenta, por exemplo, no processo de imposição ao povo de um determinado programa, tendo essa programação origem nas experiências, gostos e costumes desse mesmo público. A partir disso, Santos (2009, p. 46) nos chama a atenção para a lógica de mercado-consumo, onde o popular é entendido como algo que deve ser vendido, com o objetivo de alavancar índices de audiência:

Os programas de televisão seguem uma lógica de mercado capitalista onde a indústria sugere os padrões de programação em busca de uma audiência cada vez mais fragmentada. É dessa forma que a mediação constitui ponto de articulação entre os processos de produção da mídia, e o uso cotidiano dos mesmos, onde as audiências constroem e reconstróem continuamente as suas identidades singulares e coletivas.

Os programas televisivos, quando direcionam as atenções às camadas populares, incorporam alguns elementos desta esfera social, com o interesse de demarcar alguns efeitos no processo de mediação com esse público. A estratégia utilizada para o sucesso em questão é a ênfase na família, na comunidade, na fala, no vestuário, na moradia, enfim, na vida cotidiana. Afinal, “o mundo concreto e local é o que pode ser compreendido, manuseado, é aquele no qual se pode confiar” (GOMES, 2004, p. 109-110). Essa importância dada aos aspectos pessoais, íntimos, na cultura popular apenas autentica Hoggart (1973), quando ele afirma que a vida das pessoas comuns é de extrema grandeza e significância.

Não visualizamos o jornalismo preocupado somente em reproduzir os interesses das classes altas. Com ele, é possível ir além. Inclusive, no modo de se pensar o próprio jornalismo. São diversas as possibilidades de expressão desta prática contemporânea que vivenciamos nos dias atuais. É possível perceber o jornalismo, inclusive, como parte da cultura popular que se relaciona à mídia massiva. Cultura esta que ultrapassa os limites da arte, da estética, dos valores morais. Acompanhamos Williams (2011) quando interpreta a cultura como um modo inteiro de vida. E é a representação dessa vida concreta o grande diferencial do jornalismo popular. Vida que é real, cotidiana, onde as práticas interpretativas das pessoas produzem determinados significados das ações humanas diante de um determinado contexto social.

No segmento popular do jornalismo, o povo é percebido como portador de uma cultura de múltiplas características, ancorada à realidade concreta da vida. Essa cultura torna-se, então, a prioridade dos produtos jornalísticos populares. O foco é a exploração humanizada, individualizada, das mazelas sociais, sem ter a preocupação de se buscar as causas que conduzem a esse perfil da sociedade. Segundo Sodré e Paiva (2002, p. 131), as representações construídas pela televisão abordam a vida de um corpo

grupal<sup>39</sup>, com o auxílio de imagens e fantasias comuns a todos os membros da coletividade:

Na sociedade midiaticizada de hoje, a televisão, enquanto mídia hegemônica, tende a instituir-se como esse “corpo grupal”, reinterpretando semioticamente determinados discursos do senso comum e tornando-se, por força do mercado de consumo, mais assimilável pelo público do que verdadeiramente comunicativa. Daí, a afirmação de uma identidade entre a televisão e seu público. Atuando sobre a imediatez da vida cotidiana, regulando ou interagindo com seu fluxo, a televisão literalmente incorpora-se à ideia que o indivíduo tende a fazer de si mesmo e de seus pares.

Nos programas televisivos populares, em especial, nos programas telejornalísticos, a cobertura dos acontecimentos que se relacionam à vida das pessoas comuns é a base de sustentação dessas produções diárias. A cultura popular é explorada pelo fascínio estético das imagens e pela participação dos sujeitos comuns enquanto personagens do espetáculo. Com raízes no século XVII, para aquilo que Martin-Barbero (2006) qualificou de espetáculo total, as produções melodramáticas, com ênfase na oralidade, no sentimentalismo, na espetacularização visual e sonora, marcaram época e foram incorporadas à cultura de massa, tanto que é possível observar essas características nos programas atuais da televisão brasileira. “No melodrama, o povo pode olhar para si mesmo. É uma encenação que estabelece uma grande cumplicidade com o público. Público que procura nas cenas não palavras, mas ações e grandes paixões. O apelo para as emoções, aliás, é uma das principais marcas do melodrama” (ROSÁRIO, 2009, p. 16). Esse apelo emocional, nos programas televisivos, faz com que o telespectador vivencie quatro sentimentos básicos – medo, entusiasmo, dor e riso, visto que, assistindo cenas da vida de terceiros, se depara com semelhanças de sua própria vida. Tais sentimentos são correlacionados a quatro tipos de situações/sensações – terríveis, excitantes, ternas e burlescas, personificadas por quatro personagens – o traidor, o justiceiro, a vítima e o bobó<sup>40</sup>. Juntos, realizam a mistura de quatro gêneros – romance de ação, epopeia, tragédia e comédia (MARTIN-BARBERO, 2006).

---

<sup>39</sup> Segundo os autores, a principal matéria-prima para os conteúdos da televisão são as representações sociais que, na fronteira do individual com o social, incorporam conteúdos (opiniões, atitudes, informações) realistas e imaginários, relativos à vida cotidiana, reorganizando-os numa modalidade de saber adaptada à fácil comunicação. E é a força do trânsito social dessas representações que relativiza a dicotomia indivíduo/grupo.

<sup>40</sup> Em uma produção melodramática, o traidor é a figura do mal, do sedutor, que engana a vítima. O justiceiro é aquele que salva a vítima e condena o traidor. A vítima, por sua vez, é a heroína, aquela que simboliza a inocência, o bem. Esses três primeiros personagens representam o clima de tensão que é

A matriz melodramática trabalha com recursos narrativos que estão implícitos no telejornalismo popular. Eles são responsáveis por seduzir, informar e divertir o público, podendo também convalidar as exclusões sociais observadas no dia a dia. Entretanto, no fundo, o melodrama coloca em cena a luta por se fazer reconhecer e o combate às injustiças sociais. Amaral (2006, p. 74) registra que o melodrama permite a configuração de um sentido de comunidade, de forma avessa aos costumes contemporâneos capitalistas:

O melodrama retorna em produtos culturais cultivados em meios de comunicação que se mostram totalmente sintonizados com a lógica da sociedade de consumo. É frequente constatar em jornais, revistas e programas que o mundo aparece como se fosse governado por valores pessoais, emocionais e morais. Há uma resistência a tudo o que for teórico e abstrato. Todas as soluções para os problemas do mundo vêm da força de vontade do homem e na sua vontade de ver um final feliz.

A cultura vai sendo entendida enquanto fenômeno de transformação social. Assim como não se pode reduzi-la aos artefatos concretos do dia a dia e aos trabalhos intelectuais, também é preciso percebê-la além dos simples atos de morar, vestir, comer etc. Enquanto um modo de vida, o termo “cultura” deve ser encarado como um amplo processo de caráter social. Gomes (2004, p. 128) sinaliza que

Pensar a cultura como um modo de vida e, sobretudo, colocar o centro do seu interesse na cultura da classe trabalhadora permite aos Estudos Culturais rejeitar a ideia de uma cultura de massas e o próprio conceito de massa que lhe dá sustentação. Em consequência, atinge-se também a ideia de manipulação das massas, que era então o termo chave com o qual se explicava a relação do homem com a cultura e a comunicação contemporâneas. Implica, também, recusar a ideia correlata de uma cultura sem classe.

Há uma relação inseparável entre cultura e sociedade. Hall (2008, p. 241) destaca que a cultura popular é identificada nas “formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas; que estiveram incorporadas nas tradições e práticas populares”. Assim sendo, “o essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a cultura popular em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura

---

construído no melodrama. Para finalizar, o bobó, diferentes dos demais personagens, é aquele que representa a parte satírica da história, causando um relaxamento emocional do público.

dominante”, completa o referido autor. Constatamos, deste modo, um entendimento de cultura que se polariza em torno dessa dialética cultural.

A cultura popular, então, se apresenta como processo de formação de um território permeado de tensões advindas pela presença dos ideários dominantes e as consequentes negociações estabelecidas pela classe popular. É neste contexto de luta pela hegemonia, no confronto entre as camadas dominantes e as forças populares, que a cultura popular é organizada e o jornalismo popular exercido. Deste modo, a cultura popular deve ser entendida como “a esfera na qual se naturalizam e se representam as desigualdades sociais – inicialmente desigualdades de classe, hoje cada vez mais desigualdades de gênero, raça ou etnia. Mas, ao mesmo tempo, cultura é também o meio através do qual os diferentes grupos subordinados vivem e opõem resistência a essa subordinação” (GOMES, 2008a, p. 74). Sendo, então, algo vivo, dinâmico, a cultura popular está em permanente mudança, acompanhando as próprias transformações sociais e, por consequência, as relações dos diferentes grupos sociais com o sistema dominante.

A noção de espaço de luta, própria da cultura popular, deve ser levada também quando se deseja investigar o campo do jornalismo popular. Bourdieu (1996), com sua noção de campo enquanto espaço de luta para se ocupar uma posição dominante, ajuda-nos a pensar o telejornalismo popular de maneira distinta àquela do telejornalismo tradicional. De todo modo, qualquer que seja o formato telejornalístico, vale destacar que a relação entre emissor e receptor não se dá numa mera decorrência de estímulo e resposta. Seria um grande erro de nossa parte acreditar que os meios de comunicação têm o poder de imposição de uma relação unilateral entre uma instância dominante e outra dominada. Mesmo não seguindo em nossas análises a perspectiva de leitor-modelo de Eco (2004), vale ficar atento ao pensamento do referido autor quando nos diz que os textos necessitam de alguém que os ajudem a funcionar. Em nosso domínio, este texto pode ser qualquer uma das reportagens do jornalismo popular televisivo e sua expressão é entremeada de espaços em branco a serem preenchidos, atualizados, pelo leitor, no caso aqui, telespectador. Esse sujeito precisa ter a iniciativa de interpretá-lo. Há um movimento consciente de cooperação entre o que foi enunciado e o que está sendo interpretado. Neste processo interpretativo, de produção de sentido, das práticas comunicativas, Hall (2008a, p.368-369), reconhecendo que entre a



codificação e a decodificação das mensagens midiáticas há lacunas que não devem ser esquecidas, faz um importante alerta:

Antes que essa mensagem possa ter um “efeito” (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma “necessidade” ou tenha um “uso”, deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. É esse conjunto de significados decodificados que “tem um efeito”, influencia, entretém, instrui ou persuade, com consequências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas. (...) Os códigos de codificação e decodificação podem não ser perfeitamente simétricos.

Assim sendo, não basta pensar o processo comunicativo somente a partir da emissão. Este, sim, é um campo importante, já que ativa o repertório de competências culturais dos receptores. Porém, é necessário pensar também no modo como essas pessoas constroem tais competências para negociar sentido àquela mensagem. Os profissionais que produzem os programas televisivos até podem almejar uma injunção, mesmo que dissimulada, perante seus telespectadores, quando selecionam os acontecimentos e os transformam em notícias, construindo a realidade sob uma determinada ótica. Podem, por exemplo, informando como estão as práticas de violência no Brasil, indicar abertamente como (não) deve ser a conduta dos cidadãos.

Gomes (2003, p. 49) enfatiza que é preciso “pensar as condições de uso da comunicação, os contextos, as intenções dos falantes, as circunstâncias nas quais o sentido é produzido, sem privilegiar um dos polos, mas a partir de uma análise do processo comunicativo, que deva, ele sim, ser colocado no lugar do sujeito da comunicação”. No caso do tipo de programa citado, os telespectadores – também moradores da periferia<sup>41</sup> – são convocados a legitimar o discurso dominante e reproduzi-lo no cotidiano, naturalizando as lacunas encontradas no contexto social. Sodré (1972, p. 62), em texto pioneiro sobre a “estética do grosseiro”<sup>42</sup> na televisão brasileira, alerta sobre os riscos dos mitos criados pela televisão:

---

<sup>41</sup> É muito comum observar os apresentadores de programas de jornalismo popular mencionando os nomes dos bairros onde estão localizadas suas audiências. É uma das estratégias utilizadas para a aproximação com o público telespectador.

<sup>42</sup> Conseguimos observar a “estética do grosseiro” em diferentes situações que apresentam a figura do rebaixamento, operadas por diferentes elementos, “com referência frequente a deslocamentos escandalosos de sentido, situações absurdas, animalidade, partes baixas do corpo, fezes e dejetos – por isso, tida como fenômeno de desarmonia do gosto ou *disgusto*, como preferem estetas italianos – que atravessa as épocas e as diversas conformações culturais, suscitando um mesmo padrão de reações: riso, horror, espanto, repulsa” (SODRÉ e PAIVA, 2002, p. 17). Com efeito, ainda nos dias atuais, é comum o

São constantes as ilusões de objetividade fabricadas pela televisão. Isto implica numa armadilha para o receptor: certo de defrontar-se com o real, este pode deixar-se influenciar ainda mais pela mensagem, entregando-se sem rédeas aos processos de identificação e projeção. Neste ponto, a tevê converte-se num veículo socialmente perigoso, pois tende a conformar o indivíduo à sua pseudo-objetividade (o que não ocorre, por exemplo, com o cinema, cujo mundo imaginário é sempre denunciado pela presença dos atores, dos truques, das elipses narrativas etc.) que no caso do Brasil é bastante medíocre e conservadora.

Acreditamos, porém, que os telespectadores não são sujeitos vazios, folhas em branco, que recepcionam passivamente as informações veiculadas na televisão. Pelo contrário, eles possuem um repertório de conhecimentos, uma carga formativa, antecedente àquela vivência televisiva do momento, que colabora no processo de interpretação das reportagens e na construção social da realidade. “Mesmo que os telespectadores absorvam apenas uma parte do conteúdo (informação), eles ainda constroem significado do que viram. A recepção envolve um fazer sentido ativo. Construir sentido é interpretar ativamente o mundo e o seu lugar nele. Isto se dá pelos horizontes da vida cotidiana” (DAHLGREN, 2000, p. 13). Dito de outro modo, tomando como base os programas de telejornalismo popular, os telespectadores não são pessoas desprovidas do ato de pensar. Conhecem como ninguém as ruas escuras e sombrias que aparecem representadas nos programas populares. Têm clareza, inclusive, de que a periferia não é lugar somente de violência, reduto de delinquentes e criminosos.

Uma das proposições que acompanha a produção de programas de telejornalismo popular, ao longo da história da televisão brasileira, é de revelar “a vida como ela é”<sup>43</sup>. É por isso que a construção de um programa popular sempre considera os aspectos sociais, econômicos e culturais da maioria da população, pertencente às camadas populares, que é o público-alvo dessas produções. Os problemas individuais são utilizados como estratégia de contextualização da totalidade social. “Quando o jornalismo assume o estilo popular, normalmente, suas notícias são mais concentradas nos problemas individuais do que em instituições, a ênfase empregada está no imediato

---

apelo à estética do grosseiro, onde os programas desenvolvem estratégias cada vez mais agressivas em busca de maior audiência, em defesa do formato popular hegemônico.

<sup>43</sup> Esse foi o slogan do telejornal *Aqui Agora* durante sua fase inicial. Acabou por se tornar também um mote para todos os outros programas que seguiam, e continuam seguindo, a tendência popular da televisão brasileira, ou seja, mostrar a dramaticidade da vida real dos brasileiros.

e não nas projeções internacionais e de longo prazo” (SANTOS, 2009, p. 42). Entretanto, apesar dos fortes indicativos convocados por suas produções, onde há o destaque ao sofrimento alheio, às operações policiais de repressão ao consumo e tráfico de drogas, às prisões de infratores, ao extermínio de vidas, ao sangue etc., os programas de telejornalismo popular têm a capacidade de agendamento de debates públicos, por meio das emissoras de televisão, sobre a questão da segurança pública. Além do mais, não se pode subestimar a habilidade que os telespectadores têm em compreender reportagens com cobertura jornalística mais aprofundada.

A prática telejornalística, enquanto processo de comunicação política, se organiza e se estabelece no atrelamento entre os cenários da esfera privada e da esfera pública. É possível fazer diferentes usos do jornalismo (DAHLGREN, 2000). Alguns telespectadores dos programas de telejornalismo popular, por exemplo, podem direcionar suas atenções às informações veiculadas, transparecendo efetivo interesse nas notícias do mundo, ansiando pelos acontecimentos ligados ao seu bairro, à sua casa, aos seus amigos e demais pessoas conhecidas. Mas o jornalismo pode ser usado com propósitos que ultrapassam a questão da informação. Desse modo, outras pessoas, diferentemente, podem dar outro destino aos programas, aproveitando-os unicamente para distração e, assim, desprenderem-se da realidade concreta em que vivem.

Os telespectadores da programação popular da televisão brasileira conhecem, com efeito, os espaços veiculados acelerada e agressivamente pelas emissoras, sabem bem que há acontecimentos positivos que poderiam ser noticiados por esses e outros programas de televisão. O grande problema é que a programação popular, de forma geral, não mostra este lado da moeda, isto é, famílias trabalhadoras, ações de solidariedade entre vizinhos, trabalhos sociais desenvolvidos junto àquela população etc. Assim, a cobertura da violência apresenta-se como a única que traz referências concretas para esse público. A mídia, então, é lembrada como espaço privilegiado de (re)produção da violência por meio de suas representações sociais. Pior, a própria postura jornalística, quando banaliza as situações do cotidiano veiculadas diariamente nos programas televisivos populares, pode ser considerada como uma expressão de violência contra a sociedade brasileira.

Sabendo que os programas telejornalísticos constroem suas representações sociais a partir de um determinado ponto de vista, incluindo também aquelas

relacionadas à esfera da violência, e acreditando que os telespectadores possuem autonomia para tomarem suas próprias decisões após assistirem aos respectivos programas, é preciso compreender qual o lugar que a programação televisiva popular, especificamente, ocupa no processo de construção dessas representações junto à sociedade<sup>44</sup>. A representação da realidade social mediatizada pelos programas populares destaca diferentes faces da vida cotidiana, mas sempre sob a ótica de um só ângulo, apresentando uma simplificação das dinâmicas sociais e, o que mais nos preocupa, estereotipando o elemento “popular” no processo de construção de tal programação. Mas o que é o popular na cultura popular? A resposta para este importante questionamento é dada por Dahlgren (2000, p. 6):

Etimologicamente, o termo, é claro, tem a ver com “povo”. Mas o termo “povo” não necessariamente inclui todo mundo: há distinções, classificações sendo feitas. (...) Aqueles que têm escrito e teorizado sobre a cultura popular não tem, geralmente, se considerado parte do “povo” e, conseqüentemente, “popular” veio a significar uma qualidade de alteridade, tanto no sentido do vulgar quanto no sentido do exótico: “eles”, não “eu” ou “nós”, empenham-se nas atividades e diversões oferecidas pela cultura popular.

É preciso, então, avançar na ideia de que a cultura popular está restrita às classes mais baixas da população. Recusamos a mera distinção hierárquica entre alta cultura e cultura popular, assim como acreditamos que é preciso um melhor posicionamento para o jornalismo popular do que a simples passagem para um “outro” tipo de jornalismo, que é diferente do jornalismo sério, bom e verdadeiro. Seguindo os preceitos dos Estudos Culturais, entendemos que, a partir de uma ampla e radical redefinição das noções tradicionais de cultura, a cultura popular encontra seu equilíbrio diante de duas visões que se completam, mas que, em alguns momentos, parecem ser competitivas (DAHLGREN, 2000). É por isso que Gomes (2008a, p. 65) sinaliza que o popular não evoca a expectativa de uma cultura ou uma experiência social autêntica, genuína, tradicional:

Do mesmo modo que *povo* é compreendido como um conceito que inclui uma variedade de grupos sociais que estão constantemente mudando sua relação com o sistema dominante e que deve ser visto como uma aliança de formações que estão permanentemente em deslocamento e que são relativamente transitórias, a cultura

---

<sup>44</sup> No capítulo 4, iremos trabalhar mais precisamente com um grupo social, os sujeitos privados de liberdade, observando como se dá o processo de recepção televisiva desses programas.

popular é também efêmera, multifacetada, de modo a corresponder à fluidez ou flexibilidade das próprias formações sociais populares.

Não são poucas as pessoas que se manifestam contra a presença dos programas jornalísticos populares na grade das emissoras brasileiras. Na própria academia, inúmeros são os ataques a tal programação. Os questionamentos mais frequentes giram em torno de três aspectos: a função social desses programas na realidade do país, o interesse social dos conteúdos com temáticas que envolvem a violência e a relevância dessas informações à população. Compondo a tessitura de tais questionamentos temos as operações policiais, os tiroteios entre as forças de segurança e os infratores, as prisões realizadas, os corpos mortos ensanguentados, o sofrimento dos entes familiares e o constrangimento dentro dos distritos policiais.

Decorrentes desse processo, alguns críticos começaram a atacar abertamente a programação popular da televisão brasileira. Leal Filho (2006, p.130 e 114), por exemplo, denominando os referidos programas como “infernos televisivos”, afirma que eles

São perniciosos e assustadores porque agem cotidianamente, inculcando o medo na sociedade em doses homeopáticas. (...) A intenção é assustar o telespectador, mostrar que o perigo ronda a sua porta e apresentar a solução mais fácil e rápida – ou seja, mais violência. Expõe-se um problema e logo é dada a solução, com muita veemência e verborragia. Ao telespectador não é dado o direito de refletir, raciocinar e elaborar a própria opinião. Tudo já vem pronto, com o nítido objetivo de reforçar o conservadorismo arraigado em amplas camadas da população. A televisão rouba, dessa forma, o direito à reflexão e a transformação do próprio indivíduo e da sociedade.

Seguindo essa linha de pensamento, encontramos Chauí (2004, p. 11) que, apoiada nos estudos da psicanalista Maria Rita Kehl, afirma que a violência da televisão não está nas temáticas ou nos conteúdos veiculados diariamente, mas sim na sua forma intrínseca, isto é,

Na imagem enquanto imagem, uma vez que esta é elaborada e transmitida de maneira não só a substituir o real, mas sobretudo para oferecer um suposto gozo imediato do telespectador e, com isso, impedir os processos psíquicos e sociais de simbolização, sem os quais o desejo não pode ser transfigurado e realizado e o pensamento não pode efetuar-se, isto é, a dúvida, a reflexão, a crítica, o diálogo encontram-se totalmente bloqueados. Paralisa do desejo no narcisismo, impossibilidade de simbolização e ausência de pensamento, a imagem televisiva, em sua imediateza persuasiva

e exclusiva, só é capaz de propor e provocar atos sem mediação e é exatamente nisso que ela é violenta e sua violência transita livremente no interior dos indivíduos e da sociedade.

Bucci (2004, p. 129 e 133), por sua vez, refletindo sobre o mal-estar ético da mídia contemporânea, afirma que as premissas do primeiro jornalismo surgido no calor das revoluções burguesas – objetividade, transparência, independência editorial e equilíbrio, são incompatíveis com o projeto de verdade jornalística apresentado pelos programas nos dias atuais.

A busca da verdade era um projeto da razão e os conglomerados [comerciais da mídia] há muito se divorciaram da razão. Não porque seus gestores sejam pessoas mentirosas, mas pela própria natureza dos conglomerados e da comunicação tiranizada pela imagem. Onde quer que a notícia esteja a serviço do espetáculo, a busca da verdade é apenas um cadáver. Pode até existir, mas, sempre, como um cadáver a serviço do “dom de iludir”.

Estamos subordinados a uma “ética” (grafada assim, com aspas) da violência, do lucro, da exclusão e do espetáculo. Aí estão os padrões éticos consagrados na mídia. (...) Se tomarmos por base a ética original do jornalismo para entendermos a comunicação de massa, viveremos uma espécie de “tilt” moral, uma paralisia do pensamento, um vazio onde deveria haver formação da vontade e a ação.

As críticas à programação popular da televisão brasileira não ficaram restritas ao espaço acadêmico. A sociedade foi se organizando e, com a promoção de debates públicos em diferentes âmbitos, foram surgindo propostas de defesa e de melhoria da qualidade da televisão no Brasil.

Nascida no ano de 2002, a partir de uma deliberação da VII Conferência Nacional de Direitos Humanos, a campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, parte integrante do “Movimento pela Ética na TV”, pode ser considerada a maior das manifestações contra a programação popular ocorrida na história da televisão brasileira. O objetivo era promover o respeito à dignidade do cidadão, aos princípios éticos e os direitos humanos nos programas de televisão. A referida campanha, que é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em parceria com entidades da sociedade civil, continua em plena atividade. Uma de suas ações mais conhecidas é o ranqueamento dos programas que mais recebem denúncias de má qualidade por parte da população. Desse modo, sistematicamente, é divulgado o Ranking da Baixaria na TV, após análise das denúncias com base na

legislação brasileira. Por meio de revelações feitas, principalmente, ao Ministério Público e ao Ministério da Justiça, a ideia é pressionar as emissoras de televisão para que promovam mudanças em suas programações.

Além disso, é feito um trabalho de consciência junto aos empresários para que não patrocinem programas que desrespeitem a cidadania<sup>45</sup>. Essa iniciativa objetiva atacar a manutenção dos programas com baixaria, alertando a classe empresarial quanto ao risco de ver seus produtos atrelados aos programas de baixa qualidade, apesar dos bons índices de audiência que possam apresentar, pois as mudanças vindas das próprias emissoras de televisão seriam mais difíceis de serem conquistadas devido aos seus interesses mercadológicos. A esse respeito, Rezende (2000, p. 24), destacando a prática jornalística na televisão, afirma que “é improvável que o telejornalismo esteja cumprindo satisfatoriamente essa missão social [papel de conscientização do telespectador], uma vez que está atrelado às grandes corporações que controlam as estações de TV, motivadas muito mais por seus interesses econômicos e políticos do que pelas necessidades das camadas populares da audiência”.

A título de exemplo, trazemos os números do 16º Ranking da Baixaria na TV, divulgado no ano de 2009. Nele, o telejornal destacado em nossa pesquisa, o Se Liga Bocão, aparece entre os cinco programas mais denunciados pela sociedade brasileira. No geral, as principais acusações contra esse programa, que originaram denúncias fundamentadas por parte da Comissão, abordaram o sensacionalismo, a apologia à violência, o desrespeito à pessoa humana, a incitação à violência e a incitação ao ódio<sup>46</sup>. Esse desenho mostra, minimamente, o descontentamento de parte da população quanto à programação da televisão na Bahia, especificamente.

Ainda neste contexto, outra ação merece ser destacada: a classificação etária dos programas televisivos. Por meio da Portaria nº 1.220, de 11 de julho de 2007, do

---

<sup>45</sup> Não é segredo que a televisão no Brasil já nasceu comercial. Anúncios publicitários sempre entrecortaram a programação das emissoras. As agências de publicidade, por sinal, exerciam forte influência em suas programações. Aliás, alguns programas levavam os nomes dos seus patrocinadores. Borgerth (2003) relembra que as agências já levavam os programas prontos ou, ao menos, o roteiro do que desejavam às emissoras. Boliche Royal, Espetáculos Tonelux, Ginkana Kibon, Gessy Apresenta o Sucesso, e por aí afora, são alguns dos exemplos da época. No campo do jornalismo, Repórter Esso pode ser citado como o grande expoente. Foi um dos telejornais mais famosos que a televisão brasileira já teve e teve sua procedência na mídia radiofônica.

<sup>46</sup> Nos anos de 2010 e 2011, o telejornal Se Liga Bocão continuou entre os cinco programas com maior número de denúncias dos telespectadores. Para maiores detalhes sobre a campanha e sobre os referidos rankings, acessar <http://www.eticanatv.org.br>.

Ministério da Justiça, houve a regulamentação do processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres. Com base nos critérios de sexo e violência, os programas de tevê são classificados em seis categorias etárias, vinculadas às faixas horárias de programação das emissoras. O principal argumento dos defensores da classificação indicativa é a preservação e a promoção dos interesses das crianças e dos adolescentes. Apesar do caráter eminentemente informativo, o que circunda essa portaria ministerial é a sua menção pedagógica no processo de formação dos novos cidadãos brasileiros.

Valendo-se destes aspectos que caracterizam o universo empírico de nossa pesquisa, nos propomos a lançar um olhar diferenciado aos programas populares, não os observando enquanto simples espetáculos da televisão brasileira. E, em tempo, um aspecto necessita ser destacado: pensar o jornalismo atual conforme os preceitos de tempos passados, não observando as mudanças ocorridas nos indivíduos e na sociedade, é acreditar na preeminência de tal atividade social. A própria violência, hoje, é apresentada na televisão de maneira mais relaxada. As situações de morte, por exemplo, paulatinamente, ano após ano, foram se tornando corriqueiras, quase banais, tamanho o volume de imagens, em circunstâncias nacionais ou internacionais, veiculadas por diferentes emissoras de tevê, em programas populares ou não.

Percebe-se, então, que a violência foi se articulando no embaralhamento de fronteiras entre os elementos do jornalismo e do entretenimento<sup>47</sup>, no chamado *infotainment*, fenômeno cada vez mais frequente nos produtos midiáticos que, no caso, propicia ao telespectador momentos de diversão enquanto ele se informa sobre os acontecimentos sociais. De acordo com Gomes (2008b, p. 103-104), as discussões sobre *infotainment* ocorrem com base no reconhecimento do fenômeno e na sua descrição, seja pelas estratégias semiótico-discursivas que aplica, seja pelos conteúdos que privilegia.

Do ponto de vista das estratégias, procura-se dar conta de recursos muito distintos, mas que se reúnem sob o propósito de atrair a atenção do espectador (recursos sonoros e visuais: cores, gráficos,

---

<sup>47</sup>Acompanhando Gomes (2008b, p. 99), consideramos entretenimento “um valor das sociedades ocidentais contemporâneas que se organiza como indústria e se traduz por um conjunto de estratégias para atrair a atenção de seus consumidores”. Dessa forma, o vinculamos ao cunho histórico-cultural do jornalismo e também ao prazer corroborado pelos sujeitos no processo de recepção dos produtos midiáticos.



vinhetas, selos, trilhas sonoras; narrativa leve e agradável; discurso mais pessoal e subjetivo; bate-papo entre apresentadores e entre apresentadores e repórteres; a construção dos apresentadores, âncoras e repórteres como celebridades). No que se refere aos conteúdos, o destaque vai para aquelas áreas da vida voltadas ao prazer e ao âmbito privado (esferas da produção cultural: cinema, teatro, música, dança, turismo, lazer, moda; ênfase na vida privada: exibição da vida das celebridades, transformação de pessoas comuns em celebridades, comportamentos e histórias pessoais; a ênfase em comportamento, bem-estar e cuidado com o corpo).

A partir das qualidades sinalizadas pela autora em questão, o tipo de produto gerado, quando pensamos do ponto de vista do telejornalismo que lida com a violência do cotidiano, é aquele que versa sobre as práticas criminosas, as tragédias, as contravenções e a consequente resposta do Estado. É o que denominamos aqui de telejornais policiais. Nestes produtos, o elemento do entretenimento caminha concomitantemente ao lado do elemento da informação. Entretenimento entendido como algo prazeroso que colabora para manutenção e evolução da vida cotidiana. Prazer que, por sinal, juntamente com outras questões como a corporalidade, a fantasia, a afetividade, o desejo e a transgressão, é levado “para enriquecer a análise da cultura e (...) para o entendimento de que a relação entre os *media* e seus consumidores não se restringe a um problema de interpretação de uma mensagem, entendida no sentido discursivo, mas remete também a questões de percepção e sensibilidade” (GOMES, 2008b, p. 100). Vejamos, agora, como se dá a relação que envolve dois dos pontos assinalados acima, o prazer e a transgressão, na ótica dos telejornais policiais, para compreender um pouco mais sobre a cultura popular no Brasil.

## 2.5 Os atuais modelos policiais

Estão enganados aqueles que pensam que os telejornais policiais desapareceram da televisão brasileira. Reconhecemos, sim, que eles foram perdendo espaço na programação nacional das emissoras devido aos baixos índices de audiência. Para se ter uma ideia, dentre os programas já citados aqui anteriormente, apenas o Brasil Urgente (Band) está no ar atualmente<sup>48</sup>. Contudo, fora da grade de programação

---

<sup>48</sup>No ar desde o final de 2001, o Brasil Urgente já passou por muitas mudanças. Ficou nítido, por exemplo, o redesenho que houve no programa para que pudesse se ajustar ao Manual de Classificação Indicativa lançado pelo Ministério da Justiça em 2006. Se comparado ao seu estilo inicial, podemos afirmar que o programa está mais leve, mais sutil. Deixou de dar ênfase às questões de caráter efetivamente prático-policial, a partir do momento que ampliou seu leque de cobertura, envolvendo notícias de saúde, trabalho e comportamento, como destaca a própria página do programa na internet, <http://band.com.br/brasilurgente/sobre.asp?ID=14>, acessada em 11/08/09. Sua longevidade, talvez, possa

nacional, os telejornais policiais ainda se fazem presentes em diferentes praças dos grandes centros do país. Nas emissoras filiadas à Rede Record, por exemplo, encontramos diversos telejornais desse estilo, como é o caso do Cadeia Neles (Record Mato Grosso, Cuiabá), Fique Alerta (TV Pajuçara, Maceió), Gazeta Alerta (TV Gazeta, Rio Branco), Cidade 190 (TV Cidade, Fortaleza), Ronda Geral (TV Tribuna, Recife), entre outros.

Atualmente, não seria errôneo afirmar que a televisão brasileira vivencia um período de sua história com um quantitativo nunca visto de produções voltadas às demandas do campo da segurança pública. Os chamados programas policiais, rotulados como programas sensacionalistas, se fazem presente na maioria das emissoras brasileiras, principalmente por meio de suas afiliadas, com produções que abarcam os acontecimentos da realidade local e voltados ao alcance da audiência delimitado à geografia das unidades federativas.

A classificação de sensacionalista, por sinal, não deveria voltar-se única e exclusivamente aos programas com *fait divers* ou que transitam por questões sociais que denunciam as péssimas condições de vida da população (saneamento básico, moradia, transporte público, emprego etc.), expondo diferentes elementos trágicos da experiência humana, assemelhando-se ao que Lana (2009, p.14) denominou de telejornalismo dramático, isto é, aquele que “configura e reconfigura a vida cotidiana a partir de acontecimentos comuns de uma grande cidade brasileira”. Se atentarmos à amplitude dos processos comunicativos, observaremos que toda e qualquer mensagem enunciativa traz consigo expedientes do sensacionalismo, pois há a intenção patente de despertar sensações no receptor, sejam elas físicas ou psíquicas. Todavia, de modo geral, o sensacionalismo na comunicação é marcado pelo tom exagerado de uma notícia, em sua divulgação, melhor dizendo, na exploração que é feita por ela.

---

ser relacionada aos seus números, afinal o Brasil Urgente quase sempre está entre os cinco programas mais vistos da Rede Bandeirantes de Televisão, conforme nos mostra os dados de audiência nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro gerados semanalmente pelo Almanaque Ibope ([www.almanaqueibope.com.br](http://www.almanaqueibope.com.br)) a partir das bases de dados e produtos comercializados pelo Ibope. Vale registrar que, em junho de 2011, após cinco anos fora do ar, a Rede Record retomou o projeto do programa Cidade Alerta com José Luiz Datena reassumindo a apresentação do programa. Entretanto, o referido apresentador ficou no comando do programa pouco mais de um mês, quando retornou à apresentação do Brasil Urgente pela Band. Com sua saída, a Rede Record ainda tentou manter o Cidade Alerta por um período, mas em setembro do mesmo ano, o programa foi engavetado pelo departamento de jornalismo da emissora devido aos baixos índices de audiência.

Os telejornais policiais apresentam um maior nível de envolvimento dos seus apresentadores nas matérias veiculadas. O discurso empregado por eles apresenta uma autonomia diferenciada quando comparado ao discurso observado nos demais telejornais. Não relatam as notícias simplesmente. Há o envolvimento, a assunção da fala diante do cenário levado ao público telespectador. Até mesmo a forma de tratamento com os demais membros da equipe técnica ocorre de maneira peculiar. Serralvo (2006, p. 105-106), a partir da postura de dois importantes apresentadores de telejornais policiais, exemplifica o que estamos abordando aqui:

A forma como os apresentadores dos telejornais policiais dirigem-se aos repórteres e equipe técnica seria algo impensável no Jornal Nacional, por exemplo. Ao conversar com o repórter sobre a rebelião de presas no Carandiru, Datena [no Brasil Urgente] chama o repórter de “meu filho”. Nesse mesmo dia [24/08/2004], no Cidade Alerta, Marcelo Rezende conversava com o delegado do Denarc<sup>49</sup> por meio de um link – o apresentador pede para o cameraman: “Abre a câmera, meu filho!”

Lana (2009, p. 40-41), por sua vez, analisa mais profundamente um dos programas populares citados anteriormente, o Brasil Urgente, investigando as aproximações e as distâncias existentes em relação ao telejornalismo tradicional, em especial, o Jornal Nacional. Vejamos:

Ainda que seja classificado na grade de programação como telejornal, a audiência não espera que Brasil Urgente seja semelhante ao Jornal Nacional. Há uma promessa comum em ambos os programas: as histórias que apresentam devem ser “reais”, a figura do repórter em cena indica a existência real dos sujeitos, do cotidiano. Entretanto, na construção do programa, os formatos de Brasil Urgente não são dispostos como os do Jornal Nacional. Com isso, a promessa feita por Brasil Urgente afasta-se daquelas apresentadas pelo telejornalismo tradicional. (...) O telespectador não espera que a performance de Datena seja a mesma de William Bonner, do Jornal Nacional. O conteúdo de Brasil Urgente não possui variedade temática e nem dá conta de todo o território nacional – o telespectador também não buscará isso no programa. O sucesso do Brasil Urgente indica que suas estratégias funcionam; o público reconhece não apenas os conteúdos levantados como as maneiras de falar construídas por seus quadros.

O crescimento das produções telejornalísticas no Brasil, seja na rede aberta ou na rede fechada, nas últimas décadas, proporcionou ao telespectador o aumento de

---

<sup>49</sup> DENARC é o Departamento Estadual de Investigações Sobre Narcóticos, órgão de execução da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

alternativas de escolha em sua televisão. A comparação envolvendo diferentes telejornais com o Jornal Nacional (Rede Globo) é muito comum, afinal ele é o telejornal de maior tradição da televisão brasileira, além de ser a grande referência do telejornalismo no país, servindo de modelo, inclusive, às outras emissoras. Borelli e Priolli (2000, p. 77) salientam que mesmo deixando de ser a opção exclusiva dos brasileiros, o Jornal Nacional “continua sendo um dos eleitos no quesito informação e uma opção indispensável” entre a maioria da população brasileira<sup>50</sup>.

Se comparações com outros informativos comuns é rotineira, o que dizer, então, com programas do telejornalismo popular, principalmente os telejornais policiais?! Giannini (1992) fez uma dissociação entre os estilos sérios dos telejornais comuns, destacando o Jornal Nacional, e o estilo sensacionalista dos telejornais populares, destacando o Aqui Agora no auge do seu sucesso:

O Jornal Nacional utiliza montagem narrativa clássica e frenética do cinema americano, que comprime notícias díspares em um único bloco. O Aqui Agora utiliza a montagem apenas nas chamadas das matérias e faz um uso inédito na televisão do plano-sequência: câmera na mão, o som direto e o tempo real criam empatia imediata com o espectador [...]. Os repórteres-cinegrafistas agem como se substituíssem o olho do telespectador. A câmera vai na mão, sobe e desce quando o cinegrafista passa por um buraco, balança nervosamente quando a cena é tomada no meio de uma multidão. O repórter conta o que descobre à medida que apura os fatos. O resultado esteticamente é mais tosco do que nas reportagens concorrentes, mas garante o impacto das imagens ao vivo, desperta no telespectador a sensação de testemunhar os acontecimentos enquanto eles se desenrolam.

É claro que os anos passaram e mudanças ocorreram. O Jornal Nacional, por exemplo, mesmo que de forma tímida, gradativamente, tem apresentado mudanças em seu modo de fazer. Mas o que nos interessa mesmo aqui é o Aqui Agora, telejornal que deixou heranças significativas para o telejornalismo popular no Brasil. A maior delas, talvez, foi a utilização da câmera aberta, registrando as ações espontâneas do repórter, num processo ininterrupto, permitindo que os telespectadores se transportassem àquelas cenas durante todo processo de cobertura da matéria. Durante o processo de produção da matéria, a equipe de jornalismo acompanhava *in loco* as operações policiais com a câmera ligada. Parecia mesmo que a câmera caminhava apressadamente atrás dos

---

<sup>50</sup> Tendo estreado no dia 01 de setembro de 1969, o Jornal Nacional está no ar há mais de 40 anos. Para conhecer um pouco mais dessa trajetória, ver *Jornal Nacional: a notícia faz história* (Ed. Jorge Zahar, 2004) e *Jornal Nacional: modo de fazer* (Ed. Globo, 2009).

suspeitos dos crimes noticiados. Esse processo, além de contrapor-se à postura engessada, com texto decorado e pose ensaiada, dos programas tradicionais, garantia o realismo da notícia. O Aqui Agora se foi, mas temos a certeza de que podemos visualizar panorama parecido, quiçá igual, nos telejornais policiais presentes nas principais praças do nosso país.

Ainda com relação aos apresentadores, outro ponto que merece ser destacado são os elementos dramáticos que eles trazem aos estúdios por meio de suas performances. Nos telejornais policiais, o corpo, decisivamente, fala. Movimentação de um lado para o outro, tom de voz alto (quase gritando), gesticulação facial (testa franzida, olhos arregalados e boca bem aberta), movimentos exagerados com os braços e pernas, deslocamentos abruptos em direção à câmera, enfrentamento dela com dedo em riste, são características comuns aos apresentadores do telejornalismo popular. Além disso, explicam repetitivamente o teor das matérias veiculadas, fazem análises, relacionam com outras situações de violência já noticiadas, deduzem fatos que ainda não foram esclarecidos, anunciam probabilidades de motivos para o cometimento do crime, indicam supostos culpados<sup>51</sup>, apresentam possibilidades de elucidação, imaginam o desenrolar da história, projetam desfechos para os casos, sinalizam as chances de condenação no julgamento etc. Enfim, atuam como legítimos especialistas no campo da violência, inclusive, apresentando soluções para o seu fim. Soluções, quase que em sua totalidade, que privilegiem tão somente “a polícia na rua”, fazendo a alusão de que para os casos de violência e criminalidade a única solução viável é o trabalho das forças policiais.

No fundo, esses mediadores não somente apresentam as notícias. Eles atuam em cena, são também personagens no contexto das histórias que estão sendo comunicadas diariamente. “Os comentários<sup>52</sup> feitos pelos apresentadores, quando

---

<sup>51</sup> Como forma de isenção diante de possíveis acusações empreitadas por aqueles que tiveram suas vidas relacionadas a crimes que ainda não foram concluídos, julgados, as emissoras de televisão têm por recurso utilizar o tempo verbal “futuro do pretérito” no verbo auxiliar “ter”. Desse modo, não fica claro um prejulgamento por parte dos apresentadores e repórteres. Serralvo (2006) nos apresenta alguns exemplos mais comuns: “teria pedido”, “teriam colocado”, “teria sido”, “teria cometido”, “teria feito”, entre outros.

<sup>52</sup> A autora alerta que os comentários contrapõem-se às narrativas ou aos relatos, na medida em que tem uma maior autonomia. Assim sendo, por meio deles, os apresentadores de telejornais policiais imprimem em seus discursos marcas de subjetividade, tornando a fala mais próxima do telespectador. A neutralidade da narração ou do relato é deixada de lado no telejornalismo policial. Deste modo, os apresentadores assumem a responsabilidade por aquilo que dizem, proporcionando uma maior interação com os receptores da mensagem comunicativa.

expressam indignação e revolta pelos fatos trágicos que acometem os cidadãos no dia-a-dia dos grandes centros urbanos, são marcadamente hiperbólicos. (...) [ É ] uma forma de fragilizar o telespectador, de envolvê-lo ainda mais nos assuntos veiculados” (SERRALVO, 2006, p. 80).

A fala dramática, em tom de revolta, por sinal, funciona como um dispositivo de persuasão que se faz presente em todas as reportagens de um telejornal policial. Não basta informar a respeito dos acontecimentos no campo da segurança pública. O objetivo é convencer o telespectador das verdades ditas ali, fazendo-o ficar mais envolvido com as matérias apresentadas. Para isso, os apresentadores fazem uso de alguns procedimentos de argumentação, tornando a fala mais contundente, que resultam na maior expressividade de suas mensagens e no impacto perante o telespectador. Há um permanente diálogo com os telespectadores, construído por meio de questionamentos que atraem o público, buscando a empatia diante das situações dramáticas veiculadas nas reportagens. Passagens como “você concorda comigo?”, “ou será que eu estou errado”, “vamos refletir juntos”, “já pensou se fosse contigo?”, “ou a senhora acha que eu estou mentindo?”, “não é mesmo?”, entre outras, funcionam como tentativas de conquistar a concordância do público diante das veracidades expostas.

Sabendo disso, acreditamos que é preciso compreender o discurso dos apresentadores como um objeto cultural, marcado por determinações ideológicas, em permanente relação com as condições sociais que o produziu. E é neste contexto que se desenvolve, por parte do telespectador, o processo de produção de sentido das notícias desses telejornais. Isso faz lembrar Foucault (1996) quando nos esclarece que a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída com a finalidade de convocar seus perigos e poderes.

Os telejornais policiais não estão preocupados em impor limites no tratamento de suas matérias. Existe um posicionamento mais aberto, relaxado, no que diz respeito à falta de restrições na expressão das imagens. A ideia é mostrar mais do mesmo, sempre de modo dramático. Deste jeito, os telespectadores se deparam com cenas de dor, sofrimento, lágrimas, desespero e angústia, exploradas nas imagens em *close*<sup>53</sup>, que entram em suas casas sem qualquer cerimônia. Junto a elas, o fundo

---

<sup>53</sup> Nos telejornais policiais, o enquadramento da câmera acontece de duas maneiras, basicamente: plano geral (PG) e grande primeiro plano (GPP) ou close-up. Na primeira, os repórteres e demais personagens

musical contribui para que a tragédia pareça ser ainda mais verdadeira, fazendo com que o ambiente imagético fique em estado de tensão ou de melancolia, a depender do acontecimento. É fácil perceber que há a tentativa de se construir, diariamente, pequenos dramas da vida real, mais atraentes do que os conhecidos dramas da vida ficcional brasileira, as telenovelas. Nesta busca, os apresentadores, que estão localizados em um espaço privilegiado de representação social, são peças-chave para corroborar aquilo que está sendo mostrado nas reportagens. As imagens, na verdade, ajudam a evidenciar as verdades que estão sendo ditas e reditas aos telespectadores. Contudo, o discurso que seria pontual, específico àquela matéria veiculada, se transforma em universal, servindo de padrão para outros panoramas sociais, não podendo ser desmentido, pois vem acompanhado de ilustrações que garantem sua legitimidade.

O foco dos telejornais policiais, é claro, está ligado aos acontecimentos das esferas de segurança pública e justiça, em toda diversidade de temas que permeiam tais fatos, ou seja, a violência criminal. A televisão, com esses programas, produz um sentido de sociedade caracterizado, grosso modo, por uma divisão da população, estabelecida pelo senso comum, entre as pessoas de bem e os criminosos. Neste meio, a periferia, em muitas ocasiões, é representada nas edições dos programas de modo tendencioso, arbitrário. É como se ali fosse local somente de criminosos, do caos, da miséria e da subversão, onde o Estado se faz presente principalmente, senão somente, por meio das forças de segurança. Pimentel (2009, p.73-74) nos chama atenção para este aspecto quando afirma que

Para as classes mais pobres, o Estado brasileiro tende a atuar apenas como Estado Policial, que tem como elemento central o sistema de Justiça Penal, compreendido aqui como o conjunto de instituições e órgãos voltados para combater o crime: polícias, Ministério Público, Poder Judiciário e sistema penitenciário. O braço forte do Estado aparece constantemente em práticas punitivas, mas está ausente, por outro lado, em outras esferas de igual importância como a saúde pública. Um cidadão sem documentos, por exemplo, não pode ter acesso ao atendimento na rede pública de saúde. Paradoxalmente, ele pode ser preso, processado e condenado a uma pena privativa de liberdade. Para a saúde pública, ele não existe, para o sistema penal, sim.

---

são apresentados de corpo inteiro, inseridos num determinado ambiente; utiliza-se principalmente no início da matéria, quando há a contextualização do crime. Na segunda, o destaque é dado ao rosto do sujeito preso, preferencialmente; utiliza-se principalmente no fim da reportagem, quando da prisão dos sujeitos envolvidos no crime que está sendo divulgado.

A maioria dos programas de telejornalismo policial existente hoje no Brasil não se acanha em demonstrar suas preferências diante dos casos de violência. Assim, a polícia se apresenta como única solução para o estabelecimento da ordem, da justiça, em um processo de apaziguamento, de busca de um estado de serenidade e disciplinamento. Caso a atuação dos jornalistas continuar somente privilegiando o aparato policial, haverá grande possibilidade de se repetir o mesmo que ocorreu no Rio de Janeiro tempos atrás, onde a classe jornalística foi sendo vista como alcaguete da polícia e se deparando com reações de hostilidade por parte dos moradores de comunidades periféricas, pois eles foram percebendo que a imprensa se limitava a acompanhar a polícia e noticiar suas operações, deixando de lado toda diversidade de vida existente naqueles espaços (RAMOS; PAIVA, 2007). Com posicionamentos como esse, deixa-se de lado, por conseguinte, outras ações que se enquadrariam num projeto político mais amplo, com visão global dos problemas sociais, apresentando possibilidades de prevenção desses acontecimentos. Todavia, percebemos que há mudanças em curso. Temos presenciado práticas jornalísticas que envolvem o campo da segurança pública que apontam para um caminho diferente.

Em termos impressos, atualmente, está cada vez mais difícil encontrar um jornal do tipo “espreme que sai sangue”. Existe a atenção ao uso de uma linguagem simples, didática, compreensiva aos setores populares da população das regiões metropolitanas. É raro encontrar uma grande empresa de comunicação que persiste em manter uma editoria específica para assuntos policiais, afinal, questões de polícia, de segurança pública, estão envolvidas num contexto maior, relacionadas a outros importantes aspectos da vida cotidiana. Não dá para separá-las, por exemplo, do campo educacional e da esfera trabalhista dos cidadãos brasileiros. Prestemos atenção às palavras de Ernesto (2007, p. 16):

A abordagem dos assuntos mudou muito. Hoje a ordem é ‘esqueçam o cadáver’... Mostrem o que está em volta do cadáver, isso é que é importante atualmente. Essa é uma mudança violenta. Nos anos 50, e isso foi assim durante muito tempo, era proibido voltar para a redação sem o ‘boneco’. O boneco da vítima, a foto. Se voltasse sem o boneco, era melhor não voltar. Se não tivesse a foto do rosto do morto, tinha que ter imaginação para pegar a foto com a família, do álbum de casamento, da parede da casa, de onde fosse. E às vezes tinha que mentir, dizer para a família que isso ia ajudar na investigação.



As histórias inventadas eram muitas. Não tinha esse negócio de ética na imprensa. (...) Dos anos 60 aos 80, até quase a década de 90, havia muita cumplicidade entre polícia e repórter. Durante a ditadura tinha muito isso. (...) Tinha muita cumplicidade com a polícia. Isso hoje mudou muito. Tem que ter fontes na polícia, mas tem que checar. Tem bons jornalistas investigativos hoje, mas não pode entrar nessa em que alguns jovens entram, de fazedor de release, de nota oficial.

De forma geral, hoje, os jornalistas que cobrem a área da segurança pública estão mais qualificados, com mais estudos especializados, inclusive, obtendo maior respeito por parte dos seus colegas, diferente de anos atrás, onde quem trabalhava na cobertura da criminalidade era taxado de jornalista de segunda categoria. Prova dessa mudança, que ainda está em curso, são as premiações que os jornais populares têm recebido nos últimos anos em diferentes programas de reconhecimento de mérito aos profissionais da imprensa no Brasil<sup>54</sup>.

Mesmo que um programa seja produzido de forma limitada a um só modo de ser, é plenamente viável que o mesmo desenvolva um jornalismo de qualidade. Aliás, temos observado na programação das emissoras nacionais produtos que caminham na perspectiva de sustentar a qualidade diante da prática jornalística popular. É necessário, então, perceber que as premissas que circundam essa prática popular são construídas sob um ponto de vista diferente daquele apresentado em uma prática hegemônica, muitas vezes defendida nos cursos de comunicação e presente nos manuais de ética jornalística. No jornalismo popular, a credibilidade é construída também através dos alicerces do entretenimento e não unicamente da informação. O que vale mesmo é a atração do público. A ideia é fazer o público sentir-se integrante daquela realidade noticiada, correspondendo suas expectativas individuais ao relatar suas histórias e as injustiças cometidas contra si, haja vista que os temas abordados só ganham significado relevante se estiverem associados aos problemas cotidianos do mundo contemporâneo.

---

<sup>54</sup> A título de exemplo, podemos citar algumas premiações importantes: Prêmio CNT de Jornalismo – Luiz Ernesto Magalhães, do jornal O Globo, com a reportagem “A máfia do transporte pirata no RJ”, Giovanni Grizzotti, da Rádio Gaúcha, com “Exército do crime” (11ª edição), Juliana Verboonen, da Rádio Sulamérica, com “Histórias de violência no trânsito” (15ª edição) e Mariana Brambilia, da Rede Record, com “Roubo de carros” (17ª edição); Prêmio Esso de Jornalismo – Alberto César Araújo, do jornal A crítica, com “Horas de Tensão” (2001), Sérgio Ramalho, do jornal O Dia, com “Morto sob custódia” (2002), Ronaldo Brasiliense, do jornal O Paraense, com “A impunidade dos senhores de escravos” (2003), Fábio Gusmão, do jornal Extra, com “Janela Indiscreta” (2005), Mônica Puga e equipe, do SBT, com “Confronto na Linha Vermelha” (2009); Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos – Josmar Jozino, do jornal Agora São Paulo, com “Cobras e lagartos” (2005), entre outros.

A maior força do jornalismo popular no Brasil é a exclusão vivida pela maioria da população. Histórias que transitam por ela em seus diferentes níveis – social, econômico e cultural, antes de fazerem parte do contexto popular do jornalismo, são problemas efetivos observados na sociedade brasileira. O processo de produção popular deve perceber a fragilidade de uma prática que pretende ser de responsabilidade pública, mas que cobiça, ao mesmo tempo, seduzir o público final (AMARAL, 2006). É neste sentido que as críticas realizadas sobre esse segmento devem apreender as estratégias que são utilizadas naquele processo, procurando “sair da fácil e sistemática denúncia, levada a cabo em nome de alguns mitos de pouca veracidade, para compreender melhor o que ele nos traz – e que pode ser muito interessante e mesmo enriquecedor” (RIBEIRO, 2004, p. 97).

Acreditamos que um dos caminhos vislumbrados, aquele que seguimos aqui, seja a compreensão de como o jornalismo popular se relaciona com a vida de seu público, percebendo como ocorre a interpretação dessas produções através da articulação entre as análises dos textos comunicativos e a análise do contexto cultural da sociedade. Para tanto, acompanhamos Amaral (2006, p. 12-13) quando assegura que “nem o segmento popular da imprensa é simplesmente fruto de interesses empresariais, nem seu público responde cegamente aos chamados do produto”. Se jornais, programas e revistas fazem sucesso, é porque há algo atraente, significativo, para o público em questão. “Mais do que ser uma perversão e uma fonte de exploração da miséria humana, [o jornalismo popular] está indissociavelmente associado a uma forma ancestral de se contar histórias. E o povo gosta. E como gosta” (ROXO, 2010, p. 178). É esta complexa relação entre a produção e o consumo que necessita ser investigada.

## Capítulo 3

# O MUNDO PRISIONAL

---

*Ao descrever todos esses pensamentos, que realmente passaram pela minha cabeça já faz tantos anos e que agora voltam em tropel com uma terrível nitidez, penso até que ponto o silêncio absoluto, o isolamento completo, total, infligido a um homem moço, fechado numa solitária, podem provocar, antes de causarem a loucura, uma verdadeira vida imaginativa. Tão intensa, tão viva, que o homem literalmente se desdobra. Ele sai voando e vai passear onde melhor lhe parece. Rememora sua casa, seu pai, sua mãe, sua família, sua infância, as diversas etapas de sua vida. E, além de tudo isso, viaja por tudo aquilo que seu espírito fecundo inventa, com imaginação tão incrivelmente aguda, que, nesse desdobramento fabuloso, chega a crer que vive tudo aquilo que está sonhando.*

*Henri Charrière - Papillon*



### 3.1 O surgimento da instituição prisional

Há uma relação proximal entre os termos prisão e pena. Contudo, a pena é mais antiga do que a prisão. Seu surgimento se dá nos primórdios, quando ela era utilizada para manter a moralidade nas sociedades primitivas. Durante muitos anos a pena perdurou como um método punitivo em forma de retribuição pessoal, fazendo com que o apenado sofresse uma vingança pelo ato cometido, e intimidação social, pois as punições, em sua maioria, ocorriam em lugares públicos e eram assistidos pela população em geral. Qualquer método de punir utilizado era muito cruel e tirano. A maioria era punida com a morte mediante diferentes formas: mutilação, decapitação, enforcamento, esquartejamento, apedrejamento, afogamento, estrangulamento e flagelação.

As punições não estavam relacionadas com a perda da liberdade. Mesmo assim, havia prédios que funcionavam como carceragens, porém, não tinham função ressocializadora. O cárcere era utilizado para abrigar as pessoas infratoras que aguardavam seus julgamentos e condenações. Além da pena de morte, as condenações variavam nas formas de suplício, degredo, açoite, mutilação de membros, galés (embarcação onde os presos remavam sob a ameaça do chicote), trabalhos forçados, penas corporais, queimaduras com tenazes, confisco de bens e multas (SALLA, 1999). Percebe-se, então, que “o encarceramento era um meio, não era o fim da punição. Não existia preocupação com a qualidade do recinto nem com a própria saúde do prisioneiro. Bastava que o cárcere fosse inexpugnável” (CARVALHO FILHO, 2002, p. 21).

No Brasil, especificamente durante toda época colonial, a determinação legal, abordando as práticas criminosas e as possíveis punições aos transgressores, esteve consolidada nas Ordenações Filipinas<sup>55</sup>. Este documento servia, inclusive, como instrumento para que os colonizadores afirmassem suas condutas arbitrárias.

As punições praticadas nos vilarejos e cidades do mundo colonial giravam, basicamente, em torno da tortura corpórea do condenado. Todavia, era comum que as

---

<sup>55</sup> “A legislação em vigor em Portugal, na época do descobrimento do Brasil, estava reunida nas chamadas Ordenações Afonsinas, em virtude de terem entrado em vigor em 1446, durante o reinado de D. Afonso V. Recompiladas e reavaliadas, foram substituídas, ainda no século XVI, pelas Ordenações Manuelinas, promulgadas em 1521 por D. Manuel, o Venturoso. E, em 1603, depois de nova reelaboração, porém sem grandes alterações, entram em vigor as Ordenações Filipinas, também conhecidas como Código Filipino, em razão de ser Felipe I, rei de Portugal e Espanha, quem o promulgara” (Helvecio Gusmão. In: SALLA, 1999, p.33).

condenações variassem de acordo com a condição social do infrator. O mesmo crime poderia ser punido, portanto, de formas distintas: “se o indivíduo era peão ou escravo poderia ser recolhido à prisão, pagar multa ou ainda ser açoitado ou condenado à morte. Porém, se fosse um indivíduo de maior condição, pagava apenas a multa ou então era degredado” (SALLA, 1999, p. 35).

No final do século XVIII e início do século XIX, o suplício das penas foi sendo considerado inútil, culminando numa certa desmoralização da pena de morte. Organizadas por intelectuais, algumas manifestações ocorridas nos Estados Unidos e na Europa, além de estimularem a discussão em torno da questão criminal, ajudaram no desenvolvimento de uma política pública diferente, marcando uma reação da sociedade no combate à criminalidade.

Filósofos, professores, médicos, juristas e parlamentares, no debate de qual seria a melhor forma de punição, analisaram diversas sugestões de reformulação das penas para os transgressores sociais. A ideia presente era de que a punição não tivesse mais a característica vingativa dos suplícios. Com isso, as atenções voltaram-se à prisão. Porém, agora, sua natureza se modificaria. Ela não mais serviria como simples abrigo de pessoas que estariam aguardando suas condenações. A prisão seria a própria condenação!

Com o argumento de respeito à vida, pois em cada homem, por pior que fosse, havia alguma humanidade que deveria ser respeitada, pretendia-se humanizar as punições. Entretanto, para que isso ocorresse, era preciso que o cárcere fosse substituído “pela ideia de um estabelecimento público, severo, regulamentado, higiênico, intransponível, capaz de prevenir o delito e ressocializar quem o cometeu” (CARVALHO FILHO, 2002, p.21).

Este modelo de punição adequou-se perfeitamente aos padrões sociais de respeito à vida, além de possibilitar o aproveitamento do trabalho das pessoas que estariam economicamente marginalizadas. A prisão, enquanto pena punitiva, “surgiu tão ligada, e em profundidade, com o próprio funcionamento da sociedade, que relegou ao esquecimento todas as outras punições que os reformadores do século XVIII haviam imaginado” (FOUCAULT, 1977, p. 208).

Neste novo modelo de punição, troca-se o castigo corpóreo explícito dos suplícios pela punição corretiva da alma<sup>56</sup>. O aprisionamento representaria, então, um meio de punir e recuperar a pessoa condenada. A prisão, com isso, transformou-se no elemento fundamental do sistema punitivo.

O princípio básico de correção dos condenados se fundamentava no isolamento social. A recuperação destas pessoas passaria por um processo de reflexão dos fatos ocorridos, arrependendo-se dos erros cometidos. Com isso, o condenado, em liberdade futura, não praticaria novos crimes, pois já saberia qual seria o seu castigo, ou seja, perderia mais tempo atrás das grades.

No início da utilização da pena de prisão, o Brasil não tinha sequer espaços próprios para recolher seus criminosos. As acomodações ocorriam em casas alugadas que não apresentavam condições adequadas de higiene, segurança, alimentação e iluminação, além de apresentar uma grande desordem interna (SALLA, 1999).

Este quadro de precariedade das instalações e do próprio funcionamento dos estabelecimentos prisionais foi uma das principais preocupações demonstradas pelos governantes do país após a emancipação política brasileira. A Constituição Imperial de 1824, o Código Criminal do Império de 1830 e o Código de Processo de 1832<sup>57</sup> foram importantes documentos que registraram as mudanças que deveriam nortear as práticas das autoridades policiais e judiciárias.

Vale lembrar que as penas de morte e galés foram mantidas nas leis criminais do país. Contudo, predominantemente, o encarceramento seria a pena mais utilizada. A prisão, como dissemos, foi transformada no principal recurso de punição, que isolaria o infrator e deveria reabilitá-lo por meio da valorização do seu trabalho.

---

<sup>56</sup> A expressão “alma” não possui uma representação religiosa ou ideológica. Para Foucault (1977, p.28) a alma (...) “tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência”.

<sup>57</sup> Maiores detalhes da legislação criminal adotada no Brasil durante o período imperial, ver Salla (1999).

Para que as ideias pudessem ser concretizadas foram construídas, na década de 1850, uma casa de correção em São Paulo e outra no Rio de Janeiro. Durante o processo de construção, houve um intenso debate sobre o sistema penitenciário e a melhor forma de funcionamento para as novas prisões. A grande dúvida girava em torno do sistema organizacional a ser adotado: Sistema da Filadélfia ou Sistema de Auburn<sup>58</sup>. O modelo auburniano foi adotado devido à possibilidade da introdução de oficinas onde os internos seriam submetidos a uma intensa jornada de trabalho.

Com o funcionamento, após alguns anos, mesmo apresentando melhoras em alguns aspectos de organização e funcionamento, se comparadas às cadeias existentes nas províncias, as casas de correção não conseguiram transformar o quadro precário de encarceramento no Brasil e, pior, reproduziram cenas de violência comuns no período colonial. De acordo com Salla (1999, p. 66), as casas de correção, na verdade, serviram de “depósitos, melhor construídos e mais organizados, para um variado leque de indivíduos que para lá eram recolhidos, envolvendo não só os condenados propriamente à pena de prisão com trabalho, mas também vadios, menores, mendigos, loucos, órfãos, mulheres, escravos, africanos ‘livres’”.

A partir de 1870, após frequentes denúncias de ineficiência no funcionamento das Casas de Correção de São Paulo e do Rio de Janeiro, foram organizadas várias Comissões Inspetoras compostas por juristas, médicos, administradores e parlamentares. Estas Comissões visitaram diversas vezes os dois principais estabelecimentos penais do país e realizaram, além de um levantamento dos pontos críticos, um direcionamento das soluções que deveriam ser adotadas para que as prisões deixassem de ser meros depósitos de pessoas e alcançassem a eficiência prevista para as penas de prisão com trabalho.

Estes grupos de estudiosos sobre o sistema penitenciário, mais uma vez, acompanharam as discussões que vinham ocorrendo na Europa e, prevendo adaptações necessárias à sociedade brasileira e à sua legislação, aderiram ao Sistema Irlandês, idealizado e implementado por Walter Crofton, em 1853, na Irlanda, que

---

<sup>58</sup> Estes foram dois modelos de sistemas penitenciários que se desenvolveram nos Estados Unidos no final do século XVIII e início do século XIX. O Sistema da Filadélfia, também chamado de Pensilvânia devido à iniciativa de organização em 1790 ter sido de William Penn, previa o regime fechado e celular contínuo. Se houvesse trabalho, deveria ocorrer na própria cela. O Sistema de Auburn, implantado em 1821 na prisão de Auburn, na cidade de Nova Iorque, por sua vez, era baseado no isolamento noturno com regime de comunidade de trabalho durante o dia. Ambos exigiam o silêncio absoluto (SÁ, 1996).



(...) articulava aspectos do regime da Filadélfia com o de Auburn. O regime progressivo irlandês elaborou quatro fases a serem percorridas pelo condenado, desde sua entrada na penitenciária até a liberdade total. São passos progressivos, de conquista cada vez mais ampla de liberdade. São fases correspondentes a quatro momentos do processo de disciplinamento do prisioneiro, sendo que cada uma delas tem raízes em outras experiências disciplinares (SÁ, 1996, p.97).

O pensamento das pessoas que formavam as Comissões Inspetoras das Casas de Correção influenciou a formulação do Código Penal de 1890. Com o Brasil já vivendo sua fase republicana, as instituições de controle ocuparam uma posição de destaque no contexto de recomposição do Estado<sup>59</sup>.

A ruptura com a herança imperial significava organizar as instituições de modo a colocar o país nos trilhos do progresso. A ciência e a razão eram consideradas os instrumentos essenciais para esta missão. E na modelagem desta nova sociedade as formas de controle social assumiram um papel muito mais relevante do que tiveram até então (SALLA, 1999, p.141).

O Código Penal Republicano de 1890 estabelecia a pena de prisão celular com trabalho obrigatório para grande maioria dos crimes. Além disso, as penas de morte, galés e açoite foram abolidos. Mas, apesar da estrutura teórica formulada para que se implantasse um regime penitenciário no padrão irlandês, não havia no Brasil um local adequado onde se pudessem desenvolver os três primeiros estágios do regime progressivo<sup>60</sup>.

Devido à necessidade de um edifício que fosse capaz de responder às demandas da época e que funcionasse segundo o modelo progressivo de pena, promovendo a inserção social do condenado de maneira gradativa, foi iniciada a construção da Penitenciária do Estado em 1911, na cidade de São Paulo.

---

<sup>59</sup> Salla (1999, p.175) aponta que as elites da época tinham uma grande preocupação de “(...) ‘higienizar’ e disciplinar o espaço urbano. Isto significava criar um conjunto de instituições capazes de absorver os contingentes ‘soltos’ que perambulavam pelas cidades, não eram incorporados pela estrutura produtiva e ainda não faziam parte do retrato da vida urbana feito pela elite paulista”. Com isso, hospício para os alienados, instituto disciplinar para menores, colônia correccional para vadios, além da criação de cadeias públicas, escolas e hospitais, foram construídos com a finalidade de moralizar a sociedade brasileira.

<sup>60</sup> Primeiro estágio: isolamento absoluto num período de oito a nove meses. Segundo estágio: Trabalho diurno, coletivo, em silêncio e isolamento noturno em cela individual. Terceiro estágio: O condenado é transferido para uma prisão intermediária, com menor vigilância, sem uniforme, com permissão para conversar e circular internamente pela prisão. No quarto e último estágio o preso recebia o benefício da liberdade condicional (SÁ, 1996).

A nova prisão deveria ser um modelo inovador, se comparada às outras cadeias existentes no Brasil. Sua construção, além de visar os aspectos de segurança, ofereceria espaço escolar, biblioteca, salão para atividades religiosas, enfermaria, farmácia, refeitórios, locutório, oficinas de alfaiataria, sapataria, marcenaria, papelaria, entre outros espaços inexistentes até então em qualquer outro estabelecimento penal brasileiro.

Com sua estrutura organizacional, a Penitenciária do Estado tornava-se uma representação concreta de combate à criminalidade com propostas efetivas de recuperação do sujeito criminoso. Ela também servia de modelo

(...) de disciplinamento do preso como trabalhador, ajustando-se assim ao momento de avanço da industrialização e urbanização pelo qual passava o Brasil e, em particular, a cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, foi a expressão de posições que viam a prisão como um local de cura, onde o preso é tido como um doente cujos “males” devem ser diagnosticados e a partir dos quais se formula e desenvolve um tratamento “científico”, individualizado (SALLA, 1999, p.185).

Desde o seu planejamento até o curso de funcionamento, a Penitenciária do Estado sempre acompanhou as tendências penitenciárias que vinham sendo implantadas por todo o mundo. Foi assim que as elites brasileiras do início do período republicano seguiram o movimento intelectual conhecido como Escola Positiva<sup>61</sup>.

As correntes positivas procuram focar o crime no sujeito e nos fenômenos biológicos, psicológicos e sociais que determinavam a sua ação. O conhecimento do criminoso é mais importante do que o crime. A pena não é vista como um castigo, mas como um meio de cura e de defesa social, pois o criminoso é considerado um doente, um enfermo que comete ações que escapam ao seu arbítrio.

Se a este [ao criminoso] escapam os motivos e a própria consciência do cometimento de ações criminosas, nada mais “natural” e “justificável” do que a ação corretiva, regeneradora que a pena de prisão deve realizar (SALLA, 1999, p.150).

---

<sup>61</sup> Movimento também conhecido como escola lombrosiana, pois teve como referência inicial o médico italiano Cesar Lombroso (1836-1909). “A ideia inicial de Lombroso é a do criminoso nato. Para ele, o criminoso verdadeiro é uma variedade particular da espécie humana, um tipo definido pela presença constante de anomalias anatômicas e fisiopsicológicas” (Aníbal Bruno. In: SÁ, 1996, p.103).

Na Penitenciária do Estado, a ação regeneradora iniciava-se com o processo de observação do criminoso nos diferentes ambientes da prisão, além da realização de um diagnóstico abordando aspectos da sua vida familiar, dos antecedentes criminais e dos seus traços psicossomáticos. Com isso, “a área médica, representada sobretudo pela figura do psiquiatra, ganhava uma projeção até nunca vista nos presídios brasileiros” (SALLA, 1999, p.202).

O psiquiatra ocupava uma posição que ultrapassava os limites do tratamento médico dado a um preso. Ele era uma figura fundamental na organização da penitenciária, pois sua atuação, além de direcionar a execução penal, oferecia subsídios às decisões judiciais<sup>62</sup>. A partir do seu diagnóstico, que indicava o estado de doente mental de determinado preso, a vida desse sujeito passava a ter um controle maior dentro da prisão. O passo seguinte era a transferência para o manicômio judiciário, homologando na prática, a incapacitação mental do preso. Com isso, mesmo tendo cumprido sua pena, o preso não conseguiria retornar à sociedade e, conseqüentemente, à vida criminosa.

Este aspecto de promover a incapacidade do preso, além do prosseguimento de práticas arbitrárias de controle e disciplinamento, fez com que os ideários de regeneração dos criminosos, a partir dos ensinamentos modernos e científicos da época, fossem se descaracterizando com o passar dos anos. A Penitenciária do Estado, apesar de representar um importante acontecimento na história do sistema penitenciário brasileiro, não conseguiu êxito no programa de reabilitação baseado nas ciências médicas e biológicas.

Uma mudança relevante, abordando questões referentes ao tratamento realizado junto aos presos, irá acontecer a partir de 1984, ano que começou a vigorar a Lei de Execução Penal. Entretanto, antes de refletirmos sobre as novas perspectivas práticas implantadas<sup>63</sup>, é importante abordarmos alguns aspectos da punição imposta ao

---

<sup>62</sup> Na conduta das práticas penais da Penitenciária do Estado era comum estigmatizar um detento como doente mental. Salla (1999) aponta que a porcentagem de presos considerados anômalos, nos primeiros anos de funcionamento, girava em torno de 20%.

<sup>63</sup> Logo mais a frente, acompanharemos as mudanças ocorridas nas leis penais brasileiras. Com a Lei de Execução Penal, sancionada em julho de 1984, foram feitos importantes apontamentos de caminhos que deveriam ser trilhados para superação dos inúmeros problemas que vinham afetando a execução das penas no Brasil, salvaguardando os direitos da pessoa humana, com perspectivas reais de ressocialização dos presos. Hoje, contudo, após quase 30 anos de vigência da Lei de Execução Penal, notamos que muitos dos seus dispositivos que garantiriam a ressocialização do sujeito preso não saíram do papel.

preso quando é encaminhado à prisão e o processo vivido de desfiguramento da personalidade.

### **3.2 A prisão e a perda de identidade**

Quando abordamos o termo identidade, fica difícil não citar o professor de sociologia Erving Goffman. Segundo ele, a identidade pode ser caracterizada em três ângulos: social, pessoal e, aquela que nos interessa aqui, a identidade do “eu”. Por esta identidade, entende-se “o sentido subjetivo de sua própria situação, continuidade e caráter que um indivíduo venha a obter como resultado de suas várias experiências sociais” (SÁ, 1996, p.35).

Foi esta identidade, submetida a um processo de punição, que Goffman também procurou dedicar-se em suas análises. Punição aqui está relacionada a um regime de procedimentos recuperatórios que ocorrem em determinados locais denominados “instituições totais”. Estes estabelecimentos podem ser caracterizados como lugares que abrigam pessoas que se encontram em situações parecidas, arrancadas da grande sociedade, vivendo tão e somente ali, reguladas permanentemente por um sistema de regras formais explícitas e por um grupo de funcionários que controlam rigorosamente todas as atividades em horários pré-estabelecidos (GOFFMAN, 1974).

As instituições totais podem ser divididas em cinco grandes grupos de acordo com o tipo de público a ser atendido: asilos, manicômios, prisões, escolas e conventos. No caso específico das prisões, o sociólogo cita que estes estabelecimentos são organizados “para proteger a comunidade contra os perigos intencionais, e o bem estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato” (GOFFMAN, 1974, p.17). Na verdade, dentro da prisão acontece uma verdadeira destruição interna do indivíduo. Essa perda de identidade é nomeada de diferentes maneiras por vários estudiosos: morte civil (SÁ, 1996), desreconhecimento do sujeito (SANTOS, 1996), mortificação do eu (GOFFMAN, 1974), destruição da personalidade (OLIVEIRA, 1998).

A transformação que se dá na vida daqueles que vivenciaram o cotidiano prisional é tão marcante que Jocenir (2001, p.171) afirmou que “um homem nunca é o mesmo depois da cadeia”. O processo de perdas é bem maior do que se imagina. Longe da família, dos amigos, do seu meio social, sendo frequentemente humilhado,

rebaixado, o preso sofre um profundo abalo emocional. Isso sem falar nas perdas materiais, de consumo frequente, como um simples sanduíche ou uma ducha quente. Todos estes aspectos colaboram no desnudamento do seu “eu”.

O passo seguinte, após a citada deterioração, é a estrutura de uma nova identidade. Silva (1997, p.137) denominou de “identidade institucional”, construída principalmente a partir da interação entre as diferentes pessoas presentes em uma instituição que abriga, por exemplo, pessoas privadas de liberdade. Mesmo enfocando um público específico – crianças órfãs e abandonadas entre 1958 e 1964 que viveram em São Paulo sob a tutela do Estado – o trabalho do autor serve para nos mostrar que por trás de uma simples internação há uma complexa construção e vivência de uma identidade delinquente.

Dentro de um estabelecimento prisional presencia-se, sem muito esforço, uma forte hierarquia vertical entre seus diferentes profissionais. Psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais acabam sendo coadjuvantes do diretor geral e do diretor de disciplina/segurança, normalmente oriundos da área do Direito.

A subordinação das ciências sociais, humanas e biológicas à ciência jurídica é mais enfática ao verificarmos que apenas esta última possui um pensamento científico sistematizado, que se traduz por meio da norma jurídica. A norma jurídica – o direito penal – consubstanciou-se em uma linha de ação – a Lei de Execução Penal – da qual as demais se tornaram meras executoras (SILVA, 2001, p.306).

Independente da maneira como cada ciência - humana, social, biológica ou jurídica -, esteja envolvida no processo de privação da liberdade, é necessário que todas se percebam como parcelas significativas no conjunto prisional. Uma só ciência não conseguirá desenvolver todo o processo educativo necessário à conscientização dos presos e, por conseguinte, também não conseguirá transformar o estigma de que a prisão reproduz somente mais violência.

Sem esta *união de forças* de advogados, assistentes sociais, psicólogos, professores, sociólogos, médicos e agentes de segurança, a prisão continuará devolvendo à sociedade pessoas que apenas passaram por um isolamento, um castigo. Pessoas que não desenvolveram suas habilidades, não participaram de reflexões críticas sobre a vida e o mundo, não construíram pensamentos e ações voltados à vida humana.

Enfim, se o trabalho realizado pela terapia penal não for desenvolvido de maneira conscienciosa por parte dos profissionais que nela atuam a chamada ressocialização não será alcançada.

Ressocialização. Muitas pessoas levantam uma dúvida: há possibilidade de ensinar alguém a viver em sociedade, respeitando suas leis e normas de convivência, estando fora dela?

Realmente, o questionamento acima é bastante polêmico. A problematização aumenta ainda mais quando percebemos que o dia a dia do aparelho prisional sequer valoriza o preso como pessoa. Dependendo do período em que ficará afastado das relações sociais externas, será mais complicada sua volta, surgindo assim, a possibilidade efetiva de não adaptação à vida externa e, conseqüentemente, o retorno ao mundo do crime se torna mais factível. É com esta perspectiva que alguns teóricos defendem o fim da prisão<sup>64</sup>. Segundo eles, além de não recuperar, o sistema penitenciário acaba deformando ainda mais as pessoas que passam por sua estrutura. Contudo, recorrendo novamente a Foucault (1977, p.208), parece que a prisão continua sendo a “detestável solução de que não se pode abrir mão”. A sociedade, de maneira geral, não encontrou outra opção para sua substituição.

É muito difícil encontrarmos relatos, experiências positivas envolvendo o funcionamento da instituição prisão. Não quer dizer que não existam. Porém, são raros os casos onde aparecem saldos benéficos ao Estado, à sociedade e ao encarcerado. As próprias opiniões dos presos caminham nesta direção. Lima (2001, p.119), por exemplo, reconhece que “longe de transformar criminosos em trabalhadores, nossas prisões fabricam novos criminosos e nos afundam em criminalidade maior. Triste é o destino de uma instituição que, quanto mais fracassada, mais necessária se torna”.

No Brasil, historicamente, a administração de questões pertinentes à criminalidade, na maioria das vezes, esteve baseada no Código Penal – lei nº 2.848/1940 por meio da pena de privação da liberdade. O lema por aqui sempre foi “contra o crime, cadeia”! Nos últimos anos, esse cenário começou a se modificar, em partes. Com a promulgação da Lei das Penas Alternativas (PMAs) – lei nº 9.714/1998, que colabora para que não aumente ainda mais o número de pessoas presas nos

---

<sup>64</sup> Sobre o abolicionismo penal, verificar Oliveira (2001) e Passetti; Silva (1997).

estabelecimentos penais, prevenindo também o pernicioso contato carcerário e a decorrente estigmatização do condenado, o paradigma da pena privativa foi sendo superado e, atualmente, o número de pessoas com PMAs é 25% superior ao total de pessoas reclusas nos estabelecimentos penais de todas as unidades federativas.

Apesar de reconhecermos que as penas alternativas se tornaram mais comuns em nossa sociedade, o Brasil possui um déficit de quase 200 mil vagas em seu sistema penitenciário, sendo que a população carcerária brasileira gira em torno de 500 mil pessoas<sup>65</sup>. Na Bahia, especificamente, estado com 8.054 detentos nas unidades prisionais, há um excedente de 1.641 pessoas em relação às vagas oferecidas<sup>66</sup>. Ao menos, então, é preciso acabar com algumas características presentes atualmente nas prisões brasileiras que colaboram na destruição interna da pessoa presa.

A imagem de oficina do diabo ou de escola do crime demonstra a que ponto chegou a prisão em nosso país. Fracassado e desmoralizado perante a opinião pública, o sistema penitenciário necessita de urgentes transformações, pois

(...) além de não conseguir a ressocialização com as celas superlotadas e um tratamento retrógrado, onde o preso passa os dias sem produzir absolutamente nada e enfrentando condições subumanas de sobrevivência, ele ainda fabrica bandidos, e não são poucos os casos de homens que foram pegos por vagabundagem e acabaram sendo transformados em criminosos (LOPES, 2000, p.172).

A questão da ociosidade é tão marcante na vida dos internos das prisões brasileiras que, em algumas situações, sentem-se à beira da loucura pela falta do quê fazer. A reflexão abaixo, descrevendo uma cena ocorrida dentro de um estabelecimento penal, exemplifica bem este comportamento:

A monotonia e a ociosidade da prisão quase o enlouqueceram. Perdeu gradativamente seu perfil, e com ele foi-se o interesse pelas coisas e pelas pessoas. [...] A ilusão dos pensamentos era tão perfeita que ele parecia um paranóico, esperando pela repetição dos pensamentos, enquanto ficava andando, aguardando o cansaço. Às

---

<sup>65</sup>Dados correspondentes ao primeiro semestre de 2009, divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, por meio do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. Disponível em <<http://www.mj.gov.br/depen>>. Acesso em 15/09/09.

<sup>66</sup>Informação divulgada em 05/02/2010 pelo UOL Notícias. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/02/05/retorno-de-presos-a-bahia-e-adiado-por-falta-de-vagas-no-sistema-prisional.jhtm>>. Acesso em 07/02/2010.

vezes perguntava: “Será que estou enlouquecendo?” (RAMOS, 2001, p. 93-112).

Um dos fortes argumentos empregados no discurso oficial para intervenção e modificação de comportamento dos internos é a oferta de trabalho na prisão. Todavia, mais uma vez, não passa de argumentos teóricos, pois na prática a situação é completamente diferente. O comentário que segue de um detento, associando o processo de recuperação previsto pela prisão às reais oportunidades encontradas em seu espaço, incluindo o trabalho, é bastante pertinente: “cadeia é para recuperar, mas recuperação é questão de tratamento e de oportunidade; o que recupera o preso é a penitenciária que arrisca a dar uma oportunidade pra ele, pra ver se ele pode voltar ao convívio social” (In: PAIXÃO, 1991, p.52).

Percebemos, pelo relato acima, que os próprios presidiários apontam as soluções para um melhor funcionamento do sistema penitenciário. Caminhos, algumas vezes, também conhecidos pelas autoridades responsáveis pela área. Entretanto, o que vemos é uma eterna continuidade de omissões. Enquanto isso, o ciclo não para: prende-se, o sujeito cumpre sua pena, não há recuperação, o livramento acontece, novas prisões são feitas, muitas vezes o antigo encarcerado retorna à prisão...

A separação do mundo prisional, mesmo após a tão sonhada liberdade, não acontece de modo fácil, rápido. Jocenir (2001, p.107), quanto a isto, falou que (...) “a prisão deixa sequelas que nunca mais se apagam na vida de quem nela esteve”. Negrini (2002, p.132) completa, destacando o quanto desagradáveis são as recordações do período em que estiveram presos:

Aquele que conseguir chegar vivo ao final de sua pena terá presenciado e vivido violência de todos os tipos, e aqui não se está falando das violências mais óbvias das borrachadas, pauladas, espetadas e facadas. Fala-se das violências morais, psicológicas, das violências impostas à sua cabeça, de ter convivido em celas com dezenas de presos, de ter ingerido comidas intragáveis, de ter passado dias em solitárias, de ter sido humilhado, de ter sabido de humilhações impostas a seus familiares, de ter assistido a espancamentos e mortes, de ter sido obrigado a puxar facas e a agredir, de ter participado de rebeliões, de ter visto e ouvido fantasmas, de ter até matado. Todos esses momentos e todas essas imagens retornarão aos pensamentos daqueles que passaram por cadeias e presídios e, muitas vezes, eles acordarão assustados no meio da noite, porque sonharão ter voltado para aquele lugar.



Na citação acima, o autor expõe claramente que, além das violências psicológicas, a violência física continua sendo comum nas penitenciárias. E ela não acontece somente entre os internos. Muitos funcionários cometem ações que negam a vida humana. Triste realidade para quem deveria ser um agente educador. Acompanhemos mais alguns relatos sobre o assunto:

Os ninjas batiam nas costas e nas solas dos pés, com os tacos de beisebol. Vi dois presos desmaiando de tanta dor. Depois disso, jogaram água em cima de nós e aplicaram choques com os bastões; com requintes de crueldade, alguns procuravam a área genital para aplicar as descargas (RODRIGUES, 2002, p.25).

O sistema penitenciário é assim. Dizem que não tem tortura, a lei da tortura: não pode torturar o preso. O que mais tem dentro do sistema penitenciário é a tortura, nas penitenciárias por aí. (...) Em Álvares de Carvalho, dia sim, dia não, nós apanhava. Os cara faziam a gente andar pelado no pátio com muito frio, batendo com o cano de ferro nas costas, cabeça, perna. Muitos desmaiavam, eles acordavam na cacetada (sic) (DU RAP, 2002, p.180-181).

Os guardas também espancavam e torturavam presos. Isso acontecia numa sala, isolada dos prédios da prisão, que ficava na parte de baixo da caixa-d'água do campo de recreação do pavilhão 8 [do Carandiru]. Batiam de cano de ferro, pau, e havia um que só batia de corrente. As vítimas demoravam meses para se recuperar. Quando não ficavam aleijadas ou mesmo morriam (MENDES, 2001, p.411).

Há pessoas que acham que os presos merecem tal tratamento, pois só estão pagando pelo que fizeram. E é até compreensível que uma grande parcela da sociedade pense conforme a lei do “olho por olho e dente por dente”. Porém, quando verificamos que tais ações desumanas são obras daqueles que deveriam zelar pela vida dos presos, a conclusão que podemos chegar é que estas atitudes são inaceitáveis.

Não se pode concordar que pessoas com formação acadêmica – estamos nos referindo, principalmente, à equipe gestora – sejam coniventes com ações desta natureza. Se bem que muitos desses diretores não possuem um comprometimento com a humanização do sistema penitenciário. Quanto a isso, Milton Marques Viana, ex-detento do sistema penitenciário paulista, explicita suas impressões desta maneira: “convivi anos no sistema e o que vi foi engabelação. Cabides de emprego, diretores improvisados – ex guardas de presídios que conseguiram um diploma de advogado nas faculdades de fim de semana” (In: RAMOS, 2001, p.272).

É preciso pôr um fim nestas práticas e acabar com o discurso de que a tortura é parte integrante da cultura prisional. São condutas como estas que permitem que a prisão seja considerada um ótimo local para estruturação e desenvolvimento da vida criminosa. Aqueles que “entram ruins saem de lá piores ainda; os bons saem com ódio e rancor no coração, transformando-se em iguais aos outros” (RODRIGUES, 2002, p.27).

As dores que os sujeitos presos passam extrapolam os limites físicos. Este “rancor no coração” nos dá uma ideia da violência moral que é cometida contra estas pessoas. Além de aguentar a solidão, a ausência de familiares e amigos, as incertezas quanto ao futuro, a ociosidade, a falta de cursos profissionalizantes e atividades culturais, o preso ainda tem que suportar violências físicas vindas de pessoas que deveriam ajudá-lo neste período de sua vida. É a própria prisão colaborando na construção do ódio entre aqueles que sofreram humilhações dentro do seu espaço. Mendes (2001, p.335) esbraveja sua revolta contra as pessoas e contra o mundo sem meias palavras:

Doía tudo. Pensava com que direito me espancaram tanto. Dava um estremeamento pelo corpo todo de revolta e ódio. O mundo todo agora era composto só de inimigos, e doravante é assim que os encararia. Eles iam ver... Não haveria dó ou piedade de ninguém. Agora compreendia o que era ser bandido. Entendia que bandido era sinônimo de crueldade e perversidade. Nunca matara ninguém, agora estava arrependido por não haver matado quantos pudesse! Só apanhara e sofrera desde criança. Mas eu agora sabia: podia demorar, mas eu sairia e aí as coisas seriam diferentes. Não era o bicho que eles queriam? Pois era o que iriam ter!

Atitudes de tortura, de espancamento só atrapalham qualquer proposta que almeja a reabilitação dos sujeitos presos. O que se tem, na prática, após a libertação destas pessoas que foram humilhadas na prisão, é uma maior probabilidade de reincidência criminal. Mesmo conseguindo chegar ao fim de sua pena, saindo dos muros da prisão, com o pensamento de seguir uma vida diferente daquela que o fez chegar à prisão, o estigma de ex-presidiário aparece como uma marca comprovativa de que o homem sai da prisão, mas a prisão não sai do homem.

A recuperação do direito pleno de liberdade não devolve o tempo perdido e não garante a retomada dos contatos e afazeres cotidianos, pois estes estão mais distantes do aparato jurídico. Nestas relações há o envolvimento de questões subjetivas,

peçoais, morais. Du Rap (2002, p.105-184) aborda essa questão: “na nossa sociedade, o ex-presidiário vai ser sempre ex-presidiário. A sociedade me colocou um carimbo: ex-presidiário. Me deram uma carteira de bandido. (...) A sociedade discrimina, não dá oportunidade. Quem passa por aqui [pela prisão] fica suja sua imagem”.

Se, por um lado, funcionários, diretores e técnicos precisam mudar suas posturas, por outro, a sociedade também necessita envolver-se com os acontecimentos da prisão. A imagem de que “ladrão não presta” e de que “na cadeia só tem gente ruim” precisa ser desmistificada. O crime deve ser rejeitado, não o ser humano. Na prisão há vida! São pais e mães que sentem a falta dos filhos. São maridos e esposas que choram de saudade dos companheiros. São parceiros que vivem de acordo com as regras da lealdade, do respeito, da solidariedade e da dignidade. São pessoas que se alegram com a bagunça das crianças nos dias de visita. São humanos que sonham com a liberdade (MOLLINA, 2000).

Com a valorização de aspectos que legitimam a vida humana em seu nível físico, histórico, social e cultural pode-se tentar um envolvimento concreto com o ambiente da prisão. Porém, são muitas as dificuldades encontradas para que isso aconteça. Silva (2001, p.127), por exemplo, nos lembra que,

(...) diferentemente de outros países, a cultura jurídica brasileira define, por exemplo, que a pena de privação da liberdade seja competência exclusiva do Estado, com pouca ou quase nenhuma participação da sociedade civil e pouca ou nenhuma interferência das instâncias além de suas muralhas (...) sendo inconcebível a ideia de se admitir alguém para realizar qualquer trabalho ou atividade dentro de uma prisão com o objetivo de revolucioná-la, de transformá-la ou de implodi-la.

Algumas atividades, vale lembrar, são apontadas como toleráveis, justamente, porque conseguem suprir falhas do próprio Estado no oferecimento das mesmas. Sendo assim, atividades escolares, oficinas culturais e espaços de trabalho profissionalizante são alguns segmentos que podem receber intervenções da sociedade civil sem causar grandes preocupações aos dirigentes prisionais. Estas atividades, ao nosso entender, são primordiais à vida dos presos quando se pensa numa tomada de consciência visando à transformação da realidade prisional. Além disso, qualquer iniciativa que *movimente* a prisão é muito bem recebida pelos presos.

A intensificação do isolamento dos presos, cada vez mais praticada pelas autoridades governamentais, e a política de construção de mais presídios estão sendo consideradas as duas linhas de ação do binômio idealizado para solucionar os inúmeros problemas apresentados no sistema penitenciário. Todavia, o problema prisional deriva-se do problema da segurança pública. Esta, por sua vez, está relacionada aos aspectos socioeconômicos. Não será com polícia e prisão que resolveremos a questão criminal no Brasil. Lima (2001, p.127) aponta que é preciso investir na educação escolar, na formação de crianças e jovens: “Quantas centenas de prisões terão que ser construídas até os poderosos compreenderem que precisam construir escolas, precisam dividir benefícios”.

A necessidade de uma profunda mudança no processo de exclusão social, com projetos de valorização escolar, formação cultural e melhorias no quadro econômico da classe trabalhadora, é fundamental para qualquer pretensão inicial de diminuir as ações que rompem o equilíbrio social. Para evitar assaltos, sequestros e a formação de valores negativos na vida de muitos são necessários projetos de habitação, alimentação, educação, profissão e saúde.

As soluções existem e para a sua aplicação basta haver uma real inversão das prioridades governamentais. Na hora em que o social for realmente contemplado, tenham a certeza de que diminuirá a criminalidade e os nossos presídios começarão a ter capacidade ociosa (MARQUES, 1991, p.50).

Mudanças sociais amplas são imprescindíveis. Contudo, essa não pode ser a desculpa para o descaso com relação ao sistema penitenciário. A realidade problemática está aí e aguarda medidas, até certo ponto, simples para aliviar a tensão duradoura das prisões brasileiras. Soluções muitas vezes apontadas pelos próprios presidiários:

Nós presos não precisamos de piedade, precisamos sim de que a lei seja cumprida, que ela não seja letra morta, que as prisões se transformem em locais de resgate de identidade, de aprendizado humano. Que haja trabalho nas prisões, que haja escola para todos...(LIMA, 2001, p.125).

Não é que é problemático. Se você colocar o companheiro num sistema onde ele possa trabalhar, possa ter a sua visita, possa ter seus dias remidos, ele vai se conformar, ele vai saber que ele vai sair dali, ele vai estar sendo tratado como ser humano (DU RAP, 2002, p.182).

### **3.3 A prisão e a formação superior no crime**

A prisão, enquanto aniquila a vida do sujeito preso, vai promovendo a formação de novas competências nesta mesma pessoa. Na área da segurança pública, não é difícil encontrarmos alguns posicionamentos que afirmem que a fase terminal de uma vida criminosa se fecha junto com a tampa de um caixão. Como trabalhamos sempre com a perspectiva da vida, optamos por considerar a prisão como a verdadeira etapa final de um ciclo que teve início, na maioria das vezes, nos períodos da infância e da adolescência. Com a prisão, observamos transparecer o processo de construção de uma identidade criminosa caracterizado, de acordo com o senso comum, pela divisão social entre as pessoas de bem e os criminosos. Popularmente, a prisão é reconhecida como uma escola do crime. Ela é parte integrante da formação criminosa de uma pessoa. É o estágio final, o Ensino Superior. A primeira aprendizagem realizada na rua é como se fosse a etapa da Educação Infantil. O Ensino Fundamental cursa-se nos reformatórios juvenis e o Ensino Médio nas cadeias públicas, nos distritos policiais. O jornalista Percival de Souza, em sua obra que aborda diferentes histórias de presos da antiga Casa de Detenção de São Paulo – CDSF, o Carandiru, na capital paulista, ratifica esta aprendizagem que acontece por trás das grades.

Muitas vezes se fala que os presídios não passam de escolas de preparo de delinquentes. E, realmente, muitos dos que vêm parar aqui nada sabem de crimes, de estelionato, de entorpecentes ou de pederastia. Mas na escola que freqüentam tudo aprendem. E dela saem sabendo de tudo. (...) Benedito era cobrador de uma indústria frigorífica. Um dia, atropelou um pedestre, e acabou sendo condenado a três meses de detenção. Durante esses três meses, ouviu as grandes aventuras contadas pelos companheiros de cela. E de tanto ouvir, uma idéia foi se firmando: quando saísse, iria assaltar a firma na qual já havia trabalhado (SOUZA, 1977, p.103).

A aprendizagem relatada acima, talvez, é a que mais acontece no espaço prisional brasileiro. Muitas vezes, um sujeito comete uma infração ocasional, é preso e condenado a cumprir uma pequena pena num estabelecimento penal qualquer. O ato infrator, por si só, não qualifica a pessoa enquanto um delinquente, pois esta faz menção à sua vida de modo completo. Todavia, Portugues (2001, p. 88) destaca que “qualificar o ato do indivíduo transgressor na escala de toda uma vida, tipificando-o cientificamente como delinquente, é o que possibilita o surgimento da criminologia, legitimando o poder de punir da ação penitenciária, no intuito de transformar este indivíduo”. Com isso, o homem preso se torna nada mais que um homem preso. Sua vida por completo – passada, presente e até futura, restringe-se ao artigo do crime

cometido. Lima (2001, p.44), à época preso na Penitenciária de Bangu III no Rio de Janeiro, destaca esta questão: “somos, simplesmente, assaltantes. Ou estelionatários. Ou homicidas. Entre os direitos que perdemos se encontra o de sermos conhecidos pela totalidade das nossas ações, boas e más, como qualquer ser humano”.

O retrato do modo de vida dos detentos brasileiros não é nada animador. Celas superlotadas, ociosidade – não trabalham, não estudam, não participam sistematicamente de atividades esportivas e culturais, maus tratos, precariedade no atendimento psicossocial, ausência de profissionais da área da saúde, alimentação inadequada e distância familiar são algumas características marcantes das prisões brasileiras. Cada uma dessas lacunas demonstra que a instituição prisional não está preocupada com o processo de educação que deveria ser efetivado com os presos<sup>67</sup>.

Pouco adianta perceber a população reivindicando do governo que os ladrões, traficantes, estupradores e assassinos sejam presos e, depois, após a separação destas pessoas, observarmos esta mesma sociedade não assumir uma postura de discussão dos fatores que geram estes atos criminosos, não se preocupando também com os locais onde estas pessoas permanecem presas e com as ações realizadas durante o período em que ficam sob a responsabilidade do Estado, além do modo como elas retornarão ao convívio social, após o cumprimento de suas respectivas penas.

Quando o assunto é a relação existente entre a prática criminal e as condições sociais em que a pessoa que vereda pelo caminho do crime vive, é preciso cuidado para que não se apresente uma visão simplista, determinista, deste processo. Porém, a pobreza pode ser percebida como um dos principais aspectos que propiciam novos crimes. Sampaio (1985, p. 122), por exemplo, afirma isso sem hesitação: “isso deveria estar muito claro em nossa cabeça: é a pobreza que causa o crime, porque as

---

<sup>67</sup> Em outra oportunidade, (Silva, 2007), já defendíamos que entre reeducação, ressocialização, reintegração, reinserção, recuperação, reabilitação, e outros *res*, optávamos por educação, pois esta se apresenta como um processo permanente na vida de cada pessoa, proporcionando o desenvolvimento físico, moral e intelectual da mesma. Estamos aprendendo e ensinando diariamente nos mais diferentes ambientes sociais: família, trabalho, igreja, clube, escola e, como não poderia deixar de ser, também na prisão. A educação construída ali dentro não pode, em hipótese alguma, ignorar as diferentes características pessoais existentes em seu ambiente. A prisão deve aproveitar a diversidade cultural presente em seu espaço e transformar-se num local estruturado e organizado de convivência entre as pessoas que cumprem suas respectivas penas. Desta maneira, seria também um local de construção que objetivasse uma realidade modificada, construída pelos próprios presos, após a emersão de um cotidiano alienado e a imersão num mundo crítico, participativo e libertador, desconstruindo, assim, toda educação autoritária e repressora existente há anos nesta instituição.

pessoas não se conformam com a injustiça. (...) Na medida em que essa população aumenta, e na medida em que a situação de miséria aumenta, a criminalidade aumenta exponencialmente”.

Compartilhamos, sim, de que a pobreza motiva o crime, mas há outras causas que não devem ser esquecidas. Com as entrevistas realizadas junto aos presos da Penitenciária Lemos Brito tivemos uma breve noção da diversidade de fatores que levam as pessoas para o cometimento de ações criminosas. As palavras do criminólogo Fredic Wertham (In: JOANIDES, 1977, p.16), de certo modo, resumem os aspectos relatados:

Os motivos pelos quais o homem mata não são tão diferentes para outras coisas erradas que fazem. Baseiam-se em todas as espécies de emoções negativas: avareza, ciúme, medo e lembrança persistente do medo; distorção e frustração do desenvolvimento sexual, sede de vingança, raiva e irritação mesquinhas, hostilidade, ambição desenfreada, fixações sádicas, ressentimentos, humilhações não perdoadas, rivalidades quase que em qualquer esfera.

É possível perceber, então, que os agentes do crime vão além da miserabilidade humana, das disparidades sociais observadas nos dias atuais. Cotidianamente, nos noticiários televisivos, por exemplo, nos deparamos com reportagens que mostram pessoas ricas e/ou com boa formação acadêmico-profissional envolvidas em acontecimentos criminosos. Nem sempre são ações cometidas com o uso da violência física, mas beiram o plano moral. A diferença maior, já ingressando na questão da punição e da prisão, é que esses indivíduos não são condenados à pena de privação. Na prisão é raro encontrar pessoas de classes mais elevadas. Os depoimentos abaixo mostram que a relação entre pobreza e prisão não pode ser totalmente descartada.

A lagoa é grande, mas só dá peixes pequenos. Não temos leis (digo, anzóis) para peixes grandes (RODRIGUES, 2002, p.262).

A corrupção nos meios jurídicos era profunda. Estávamos convictos de que só estávamos presos porque não tínhamos capital (MENDES, 2001, p.412).

A delinquência do pobre o coloca fora da lei, fazendo com que ele sofra algum tipo de punição. Com o rico, isso não acontece. O rico molda a justiça da lei conforme seus interesses, por meio de dinheiro e prestígio social, garantindo sua impunidade e a

consequente conquista de continuar sendo um homem de bem (PINHEIRO; BRAUN, 1996).

Existem bandidos em todas as camadas sociais, mas, na cadeia, estão apenas os pobres. Quando o bandido é pobre ou ignorante, age de forma precária, bruta, rápida, imediata, visível. Torna-se por isso um alvo fácil para a Polícia, que logo se encarrega de interromper sua ação ou impor limites a ela. Quando o bandido é rico, tudo muda de figura. Sua ação nunca é diretamente individual, nem facilmente reconhecível, e a vítima não é uma pessoa que possa gritar por socorro na hora do crime. O bandido rico não precisa usar de violência direta, e sua brutalidade não aparece. Usa de corrupção e má-fé, manipula números, dinheiro, cheques, ações, cargos e influências. A Polícia raramente é lançada contra ele e, pela natureza de seus procedimentos, quando isso acontece é sempre mais difícil reunir as provas para incriminá-lo (LIMA, 2001, p.119).

Há uma aceitação quase que unânime entre a população carcerária de que a pobreza é a maior causadora da criminalidade. Nos relatos ouvidos, constantemente, surgem argumentos que indicam a desigualdade social como a grande vilã das histórias pertencentes ao mundo do crime. Aliado a este aspecto, é possível notar a introspecção de valores simbólicos de uma sociedade capitalista representada por uma cultura da opulência e do consumo. É muito comum observar os presos demonstrando indignação por não terem condições de inserir suas vidas nos padrões sustentados pela ideologia dominante. Esta necessidade de serem reconhecidos socialmente por meio daquilo que deveriam possuir, em alguns casos, fez com que optassem pelo crime. Percebe-se, então, a incorporação de valores que elevam a existência individual e que se concretizam em domínios materiais.

A cultura do consumismo tal qual observamos em nossa sociedade faz com que as pessoas reafirmem suas identidades por meio da maior quantidade possível de bens. Desse modo, um indivíduo bem sucedido socialmente é aquele que é proprietário de casas, carros, joias, roupas de grife etc. (RUIZ, 2003). O desenvolvimento igualitário de uma sociedade é colocado em perigo pelo o aumento progressivo do individualismo, pois “há valores mínimos que uma sociedade necessita compartilhar: os da cooperação, do reconhecimento do outro e do direito à vida” (PERALVA, 2000, p.180). Sem esses valores mínimos, a construção democrática de uma sociedade fica ameaçada, abrindo espaço para a conduta no mundo do crime.



Os atos criminosos, até mesmo aqueles praticados por um grupo, por uma facção, são atos individuais. Pellegrino (1996, p.108) afirma que o infrator<sup>68</sup>, ao cometer o seu crime, “não pretende nenhuma transformação da sociedade. Ao contrário, busca identificar-se imaginariamente com o seu inimigo, copiando-lhe os defeitos e deformidades”. Na verdade, então, o crime contribui para que a desigualdade social que se faz presente mantenha-se entre nós. A pessoa que opta pela vida criminosa, paulatinamente, vai incorporando os valores daqueles que persistem, por interesses próprios, pela manutenção do *status quo* de nossa sociedade.

Se a sociedade brasileira almeja uma convivência entre os cidadãos baseada no respeito igualitário, por meio de um conjunto de leis comuns, é preciso que haja um forte combate a todo e qualquer tipo de problema social. A criminalidade, assim como qualquer outro grande nó nacional – fome, concentração de renda, desemprego, saúde, educação, habitação, poluição, reforma agrária, exploração sexual infantil, narcotráfico etc., necessita de soluções profundas advindas de um projeto político que questione a atual realidade e oriente o caminho à transformação que se faz necessária.

Transformação, ressalte-se, que deve ser planejada e edificada não somente por aqueles que detém os poderes legalmente constituídos em nossa sociedade. A participação das minorias sociais neste processo é de extrema importância. Por isso que os projetos políticos observados atualmente que objetivam incluir socialmente as camadas menos privilegiadas da população brasileira são fundamentais, inclusive, para dar continuidade ao processo de aniquilamento da violência criminal que, infelizmente, persiste em acompanhar nossas vidas nos quatro cantos do país. Exemplo disto é a regularidade dos alertas transmitidos pelos responsáveis da área da Segurança Pública para a necessidade de ações conjuntas envolvendo autoridades de outros setores como Educação, Cultura, Saúde e Trabalho.

No Brasil, comumente, o excluído não encontra espaço para apresentar seus pensamentos, seu modo de compreender a violência na sociedade. Onde os bens materiais básicos à vivência cidadã já não são acessíveis, ele sequer possui o direito à

---

<sup>68</sup> Ramalho (1983, p.10) estabelece uma distinção entre o infrator e o delinquente. O infrator é aquele que efetivamente cometeu um determinado crime. O delinquente, por sua vez, pode ser um infrator da lei, entretanto, a delinquência “também se estende por toda uma classe social, composta pelos grupos mais pobres da população, e que formam a classe trabalhadora brasileira”. O autor completa afirmando que tal atributo é expressão do preconceito afirmado com relação a certos grupos sociais.

manifestar-se. Não tem consciência do mundo em que vive? Não poderia contribuir com a mudança social? A violência, a opção pela criminalidade, também caminha por estes questionamentos. Na rua, a grande maioria da população marginalizada encontra inúmeras dificuldades de construção de projetos que sinalizem para um novo contexto social. Já nos estabelecimentos prisionais, por diferentes fatores, o corpo funcional também não propicia condições para que os encarcerados participem enquanto sujeitos do desenvolvimento das ações educativas que ocorrem naquele espaço. Dito de outra forma, são os opressores que pensam pelos oprimidos. Neste contexto, é praticamente impossível vislumbrar uma vida social diferente.

Maciel (2000, p.29), fazendo uso da expressão “ressurreição”, diante de uma hipotética situação de vivência social tranquila, igualitária, prazerosa, erótica<sup>69</sup>, destaca que este desejado contexto social só ocorrerá por meio “da mobilização popular que parte da conscientização e da vontade política em prol de projetos de mudança de uma sociedade autoritária para uma sociedade democrática onde todos de fato possam se tornar sujeitos de direitos”. Cada pessoa tem responsabilidade na construção de uma vida social misturada. Assim como colaboramos na formação de uma pessoa, nossa própria formação também se dá pela participação do outro. Não há pessoas iguais. O convívio entre pessoas diferentes deve ser plenamente possível e absolutamente comum. Freire (1983) afirma que as diferenças encontradas na sociedade ajudam na denúncia das condições opressivas, além de colaborar na tomada de consciência dos oprimidos, sinalizando caminhos para a libertação de cada um por meio da real atuação em suas vidas.

No ambiente prisional a situação não é diferente. Os desrespeitos e as aflições vivenciadas, além do desprezo do Estado, podem servir como marcos para que os presos ampliem suas visões de mundo, compreendendo que, no fundo, eles também são vítimas de um sistema que extrapola os limites das muralhas e abarca normas e valores que ultrapassam aqueles vivenciados no cotidiano prisional. Esta almejada libertação, sinônimo de conscientização, no interior de um estabelecimento penal só ocorrerá num contexto de resistência e de adesão. Resistência ao mero processo de adaptação à prisão, à cultura da exclusão, aos valores individualistas e aos processos de

---

<sup>69</sup> Erótica, expressão utilizada por Freud, no sentido de Eros do Banquete platônico, relacionada à vida, à união, à agregação, à conservação.

violência que se manifestam ali dentro. Além disso, é necessário que haja a participação nas raras atividades que são propostas *pela casa*. O vínculo familiar também precisa ser valorizado. O empenho no reconhecimento da importância de sua vida e da vida do outro *companheiro* também é primordial. Todos estes pontos são capitais quando pensamos na concretização de uma proposta, de fato, educativa, contrariando aquela observada na grande maioria das unidades prisionais espalhadas pelo Brasil.

O objetivo da prisão se apresenta de modo paradoxal. Ao mesmo tempo em que há a punição, deseja-se também educar as pessoas que ali estão. E isso, de fato, só acontecerá se houver um trabalho diversificado envolvendo os presidiários com ações comprometidas com a humanização do cárcere, contrapondo-se ao cenário de violência e repressão, construído ao longo de sua história. E vale o destaque: não adianta nada promover várias atividades que *movimente* a casa, se a preocupação estiver voltada somente às questões disciplinares.

A própria população carcerária, em sua maioria, reconhece que está ali por uma questão de justiça<sup>70</sup> e garante que para *tirar a cadeia numa boa* é essencial que as vigilâncias disciplinares não ultrapassem os limites legais presumidos em uma condenação de privação de liberdade. Todavia, rotineiramente, mesmo que de maneira velada, a ênfase dada volta-se à represália, à retaliação e à retribuição dos males causados à sociedade. Com isso, ações de caráter violento – torturas, espancamento físico, rebaixamento moral e desrespeito à família, vindas por parte daqueles que deveriam atuar como educadores, tornam a rotina da prisão incoerente a qualquer projeto educativo que se ambicione desenvolver em seu espaço. E mais: esses exemplos reais são apontados pelos presos como motivadores à indignação coletiva e, conseqüentemente, à promoção de rebeliões entre aqueles que estão atrás das grades.

Quem afirmar que o significado da prisão no Brasil é a violência, certamente, não está de todo errado. É notório o esforço para se manter uma prática de repressão àqueles que estão cumprindo suas penas privativas de liberdade. Se as atitudes do corpo funcional dirigem-se, quase que exclusivamente, às questões da disciplina e da segurança institucional, como se pensar em processos educativos, libertadores, junto aos presos?! A verdade é que não pensam nesta proposição. Com isso, lembrando Freire

---

<sup>70</sup> É claro que é muito comum ouvirmos, em qualquer unidade prisional, relatos de sujeitos presos que alegam terminantemente inocência. Na PLB não foi diferente.

(1983), não fica dúvida que a educação que se sobressai ali dentro é uma educação que tem por significado o controle, a opressão, a alienação e a domesticação. Deste modo, fica difícil se pensar na veracidade da libertação após o cumprimento das respectivas penas.

Conforme já destacado aqui, a prisão se apresenta socialmente como se fosse uma das últimas esperanças entre aqueles que almejam uma sociedade livre de bandidos, criminosos. Apesar desta construção de uma imagem salvadora, ela fundamenta o seu trabalho em princípios vitais que edificam a formação dos homens, isto é, ela se organiza em torno de concepções educativas, mesmo que não sejam efetivadas em seu dia a dia. Sendo assim, estudo escolar, atividades laborais, religiosas e esportivas funcionam como base no cotidiano prisional. Neste sentido, há de se perceber que tais aspectos, supostamente, fizeram parte da constituição da identidade de cada um daqueles que, hoje, estão presos. Contudo, quando há uma aproximação real às vidas dessas pessoas, fica perceptível que ficaram espaços em branco no processo de formação dos diferentes “eus” ali presentes.

É absolutamente comum observar que a data de saída da prisão é a ocasião mais aguardada pela população carcerária. O sonhado dia da liberdade é o grande propulsor pela sobrevivência individual dentro da prisão. Contudo, acreditamos que a verdadeira liberdade é aquela que ultrapassa os limites concretos do *xis* e da muralha. A libertação por nós sonhada tem a ver com o processo de construção de uma consciência crítica entre a coletividade encarcerada. Essa, sim, deveria ser a projeção legítima do aparelho prisional quando pensada e planejada qualquer proposta de educação a ser desenvolvida junto aos presos. Dito de outro modo, a preservação de suas vidas e a busca permanente pela conscientização destes sujeitos são os dois principais pontos que devem estruturar o trabalho de todos os estabelecimentos penais brasileiros.

A vida humana não pode ser pensada somente na exterioridade, ou seja, em seus aspectos físico-biológicos. Aquilo que diz respeito às questões históricas, culturais e espirituais também precisa ser apreciado. Todavia, na prisão, parece que tudo isso é ignorado, desrespeitado, não valorizado, inclusive a vida em sua materialidade. Tendo ciência desta situação, com base no rompimento ético de toda e qualquer prática opressora, a prisão deve ser reconfigurada e fundamentada em uma concepção política efetivamente libertadora. E, esse cenário almejado, a conscientização dos homens

presos pode ser construída partindo da própria realidade alienante do sistema penitenciário atual. As práticas opressoras podem, no fundo, servir para que os presos se enxerguem enquanto sujeitos que têm direitos e deveres, percebendo os porquês de estarem ali, as causas de entrada no mundo do crime, ampliando suas visões de mundo, de tal modo que se compreendam como outras vítimas de uma sociedade excludente.

A criticidade da população prisional pode partir da própria participação do sujeito preso nos acontecimentos do cárcere. O acolhimento da sua fala por parte da direção da *casa* já seria um bom início. Os presos, mais do que qualquer outra pessoa, conhecem bem a prisão, sabem o que funciona e o que necessita de acertos. E para eles se torna muito mais conveniente *tirar a cadeia* em um espaço a vida é respeitada e valorizada. A humanização do espaço prisional perpassa por esse processo de conscientização da sua população.

Demandas sobre educação, trabalho, esportes, religião e cultura, a base da organização prisional, podem ser pensadas com o apoio da população carcerária. Os presos precisam expor aquilo que pensam sobre o cárcere, sobre a vida, pois, conforme destaca Freire (1998, p. 154), “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”. Mas o que vemos é uma grande dificuldade da técnica penitenciária em acolher a voz daqueles que estão presos. Fica a sensação de que não há o acolhimento dos que estão silenciados por mero receio de se estabelecer uma relação de igualdade com eles, como se isso fosse dificultar o *andamento da casa*.

A participação dos presos nos assuntos que envolvem o dia a dia da prisão não pode ser efetivada por meio de um ato de anuência por parte daqueles que detém o poder ali dentro. O envolvimento da população carcerária não pode acontecer devido à tolerância dada pela equipe gestora da instituição. Aliás, se a meta é edificar um espaço prisional humanizado, uma das atitudes básicas que necessita ser tomada é esta referida valorização da fala do preso. Fala esta que é autêntica e capaz de estimular cada vez mais o processo de construção da sua autonomia, afinal, como diria Freire (1983), toda palavra que tem autenticidade se materializa na práxis, isto é, no movimento de ação e reflexão do sujeito sobre o mundo com o objetivo de transformá-lo.

Conversando informalmente com funcionários da Penitenciária Lemos Brito percebemos que há uma forte opinião a respeito da população carcerária, ao menos, da maioria que está presa ali: de que eles estão fadados às regras do mundo do crime, mesmo após o cumprimento da pena. Esse tipo de pensamento é muito prejudicial ao ambiente em questão. Não podemos crer que já houve a conclusão no processo histórico de suas vidas, afinal eles ainda estão em vida. Se os presos instauraram uma ótica criminosa em seus cotidianos, podem muito bem vivenciar outro tipo de formação. Os agentes penitenciários têm por dever ético pensar que a transformação da vida das pessoas presas e, conseqüentemente, da vida social é plenamente possível. No caso, os presos não só possuem condições, mas também anseiam viver em um mundo diferente daquele que os fizeram seguir pela criminalidade.

A ação criminosa, no fundo, é uma maneira de se manifestar contra as desigualdades sociais existentes em nosso país. Há um desejo implícito de mudança social, quando da opção pelo crime, mesmo que seja uma mudança vinda por meio da ilegalidade. Desse modo, acreditamos que a vida pregressa do homem preso não deve ser descartada pela técnica penitenciária. Não no sentido de estigmatizá-lo como um eterno sujeito do crime, é claro. Mas, sim, de se pensar em um projeto de vida diferente a ele, tendo a clareza de que a sociedade brasileira também precisa de mudanças (SILVA, 2004).

Assaltos, sequestros, assassinatos e tráfico precisam ser analisados antes das ações propriamente ditas. O velho ditado que diz que *é melhor prevenir do que remediar*, aqui, se ajusta perfeitamente. Educação, saúde, moradia e trabalho também precisam vir à tona quando se fala em projetos que combatam os males sociais, até mesmo porque o afronto a esses direitos básicos de cidadania, de dignidade da vida humana, não deixa de ser um tipo de violência social. É por isso que “valores que incentivam o individualismo, que transformam interesses particulares em universais, que enfatizam o consumo extremo, que reduzem a grande maioria da população a um papel coadjuvante no mundo da minoria dominante, só proporcionam mais desigualdades e, por consequência, mais violência” (SILVA, 2007, p. 203). Neste sentido, então, a busca por um cenário social de igualdade diante de um múltiplo contexto de diversidade deve pautar o trabalho daqueles comprometidos com o sonho de transformação. E, claro, tal modo de pensar deve também acompanhar aqueles que

atuam na esfera carcerária. Afinal, modificando a prisão, estaremos transformando também a sociedade.

### 3.4 A prisão e seu modo de vida

A prisão pode ser considerada um mundo a parte. Dentro dela, imperam diversos códigos que ajudam no *andamento* de suas atividades fazendo com que a rotina prisional não saia da sua “normalidade”. Os códigos, as regras e os combinados que fazem parte do dia a dia da prisão não estão escritos em nenhuma lei ou portaria oficial de qualquer governo. São partes da cultura penitenciária. É aquilo que se aprende vivenciando. São informações que transitam entre os presos mais velhos e os recém-chegados. Com isso, estes saberes são mantidos e valorizados por cada nova geração de sujeitos que cumprem suas penas privativas de liberdade nas penitenciárias brasileiras. Sobre isso, Souza (1977, p.16) escreveu:

Na cidade-presídio [Casa de Detenção de São Paulo] existem estranhas normas, estranhos conceitos, estranhos códigos de ética. É, como diz Luís Antônio de Paula, chefe de disciplina do pavilhão 5: “Isso (todas essas coisas) não está escrito em nenhum lugar”.

A não concordância e, por consequência, o não seguimento destas regras pode gerar sérios problemas ao indivíduo transgressor. Não é raro acontecimento onde, por uma simples palavra mal empregada, o preso paga com a própria vida a *mancada* efetuada diante do *coletivo*. Contudo, há espaço para o debate, para novas opiniões, para a construção de novos *procederes* na esfera do mundo do crime. Esse processo cultural que ocorre dentro da prisão se dá através da educação experimentada pelos diferentes sujeitos que ali estão. Sendo assim, esta “cultura não é vista como um conjunto inerte e estático de valores e conhecimentos a serem transmitidos de forma não-problemática a uma nova geração, nem ela existe de forma unitária e homogênea (MOREIRA; SILVA, 1995, p.26).

Estas regras, aliadas aos relacionamentos e aos procedimentos, efetuadas pelos sujeitos presos podem ser percebidas como uma forma cultural específica das prisões. Mesmo que muitas não estejam registradas oficialmente, tudo ocorre de modo processual entre os sujeitos participantes, fazendo-nos lembrar da semelhança destas práticas às representações da vida cotidiana destacadas por Hoggart (1973). Na prisão há uma frequente construção – de normas, valores e tendências, criada durante a rotina

prisional, desde o primeiro dia de encarceramento, assim como relatado por Obaluaê (1999, p.53-54):

Ao chegar [à prisão], com um discurso de praxe, o diretor nos “repcionou”, a mim e aos demais que comigo chegaram, energeticamente. Falou sobre a conduta ali admitida e sobre o respeito que devíamos aos funcionários e coisas assim. (...) Ao se chegar na cadeia, recebe-se informações até preciosas daqueles que têm mais prática. Estes instruem sobre o que se pode ou não fazer. Na fala do diretor, também nos é aconselhado a obedecer cegamente às instruções.

Além das recomendações da diretoria da prisão, os novos presos recebem instruções dos “juízes de xadrez” (RAMALHO, 1983, p.76), ou seja, daquelas pessoas experientes, que possuem um maior conhecimento da prisão. Du Rap (2002, p.168), a este respeito, narra assim sua chegada à prisão:

Eu fui pago no X 369-E, terceiro andar, 9369-E. (...) No nosso dialeto o companheiro mais velho é o boi. Sempre tem aquele que tá mais tempo no xadrez, que tá ali e sabe as coordenadas do xadrez – o ritmo do xadrez, que a gente fala. Aí ele falou: “Ó, cê vai ficar se possível pegando a boia e o café, e o outro triagem [novato] que chegou com você faz a comida. E o que precisar a gente ajuda”.

O juiz de xadrez, considerando a prisão uma escola, é como um professor que ensina, conversa, resolve os pequenos problemas da cela e faz prevalecer o *proceder* entre os encarcerados. Ele é o que tem maior tempo de vida na cadeia, que conhece o melhor modo de comporta-se perante as diferentes situações do cotidiano prisional. Para tanto, a linguagem é um recurso importante para que se efetivem tais procederes. Rodrigues (2002, p.18) conta que é impossível passarem despercebidas as peculiaridades existentes:

Era divertido ouvir a quantidade de gíria que eles utilizavam para se comunicar. Eu não entendia bulhufas. E até Camões ficaria com inveja de vocabulário tão diversificado. Cadeia também é cultura. Esforçava-me para descobrir particularidades desta linguagem própria.

Este tipo de linguagem, muitas vezes, não fica restrito à vida dos presos. Não são raros os casos de funcionários que acabam adquirindo valores e costumes inerentes aos internos. Rodrigues (2001, p.10), após quase 30 anos de trabalho em contato diário com os sentenciados, publicou um livro contando suas vivências em uma prisão de segurança máxima. No seguinte trecho de suas memórias, ele narra seu



ingresso no sistema penitenciário: “após a *vacilação* natural, chego ao primeiro portão da Penitenciária do Estado, caipira de Borborema, interior de São Paulo, vindo a capital em meados de 1962, com meus pais e mais cinco irmãos”.

Com a citação acima, fica fácil perceber traços da cultura prisional construída durante os anos passados no sistema penitenciário pelo funcionário em questão. A linguagem utilizada é própria dos presos. “Vacilação” é a mesma coisa que um abalo, ou seja, aquela atitude que não houve *firmeza*, que gerou dúvidas. É uma expressão muito utilizada entre os presos. *Vacilão* é aquele que *pisou na bola*, cometeu alguma *mancada*, decepcionou os outros *trutas*, os outros presos.

Os funcionários não apenas incorporam o modo de falar dos presos. Em muitas ocasiões, eles, funcionários, cometem ações violentas contra o encarcerado, parecendo incorporar valores e costumes que, a priori, seriam próprios dos criminosos. Esses fatos são marcantes no sistema penitenciário brasileiro. De modo geral, as “autoridades parecem convencidas de que, ao ser presa, a pessoa perde o direito à integridade física e moral. Espancamentos e torturas são tratados como fatos normais” e, muitas vezes, recebem cobertura dos diretores das unidades prisionais e dos próprios juízes corregedores, responsáveis de cuidar da integridade física dos condenados (PIETÁ; PEREIRA, 1993, p.197).

A conduta que marca as relações sociais praticadas pelos presos, por incrível que pareça, estabelece um princípio que deve ser seguido objetivamente: evitar agredir diretor ou funcionário. Sá (1996, p.176) relata que esta agressão pode acontecer e se expressar sob várias maneiras:

Por exemplo, pelo uso do palavrão, por desobediência a uma ordem ou solicitação, diretamente através do ataque físico com o emprego de arma ou simples emprego da força pessoal. Ela deve ser evitada, em princípio, porque o revide da autoridade será sempre superior à agressão sofrida. Além do mais, pode-se, através do desrespeito ao superior, desencadear a ira institucional sobre todos os presos ou simplesmente sobre o violador da regra.

É a fidelidade aos códigos carcerários que garante a formação da identidade de *ladrão* e que diferencia os presos dos funcionários em geral. Se o coletivo de encarcerados, na maioria das vezes, apresenta uma postura de respeito, mesmo que forçado, aos funcionários, como podem estes, não manterem uma ética profissional

quando estão em contato com os presos? Segundo Obaluaê (1999, p.99), lembrando os espancamentos recebidos na prisão, esta conduta agressiva dos funcionários, além de ser desrespeitosa ao ser humano, é um afronto às leis oficiais e às leis da cadeia: “é uma situação contraditória: os presos estão ali por terem desrespeitado a lei e têm que conviver com ‘cidadãos’ que também a desrespeitam e que os exploram. Até no crime tinha que haver regras e ética. Isso a polícia [funcionários] não mais estava respeitando”.

Os códigos carcerários nada mais são do que uma parte da cultura presente nas relações estabelecidas na prisão. Sá (1996, p.182-183) destaca alguns aspectos que são fundamentais para que a ordem não seja violada, mantendo assim o respeito coletivo: “pedir licença ao entrar na cela, tirar os sapatos, limpar os pés no chão, tirar a camisa ao fazer a faxina, não arrotar, não escovar os dentes, não ir ao *boi* [banheiro], não raspar a garganta e não limpar o nariz enquanto almoça ou janta, varrer a cela todo dia e tomar banho também diariamente nos momentos previstos (hora da água)”.

O relacionamento diário entre os internos de uma cadeia pode variar bastante de local a local. Não é difícil encontrarmos relatos de situações vividas onde preso rouba preso, os mais fortes abusam, maltratam, humilham os mais fracos, enfim, cenas que retratam o desrespeito presente entre a *malandragem*. Entretanto, já ocorreram experiências organizadas pelos próprios internos que tentaram estabelecer um sentimento de união entre a *massa*, organizando “a convivência entre os presos, conscientizando cada um deles de que só através da união teriam força para reivindicar seus direitos, mas que para isso era necessário cumprir com os deveres e principalmente acabar de uma vez por todas com qualquer tipo de rixa ou desavença (LOPES, 2000, p.118).

Amorim (1994, p.81) narra um episódio sucedido em uma penitenciária carioca em meados da década de 1970 mostrando que se a união entre os presos não acontecia de forma democrática, a força, em última instância, predominava entre os diferentes grupos de criminosos:

[Foi dado] um recado bem claro para as quadrilhas que atormentavam a vida no interior da cadeia: “O inimigo está fora das celas. Aqui dentro somos todos irmãos e companheiros”. Com esta primeira manifestação de repúdio aos crimes de outras falanges, os presos do “fundão” lançavam um grito de guerra que

também valia como sentença irrevogável. Uma sentença que foi posta em prática imediatamente: dentro da Galeria B ficava proibido, sob pena de morte, desrespeitar um companheiro. Essa declaração de intenções dos primeiros líderes do “fundão”<sup>71</sup> foi perfeitamente entendida do lado de fora da galeria.

Esta organização dos presos teve início com o contato que os presos comuns tiveram, naquela época, com os presos da LSN – a chamada Lei de Segurança Nacional, ou seja, com os presos políticos. A princípio, esta organização foi o modo encontrado pelos presos de sobreviverem perante as adversidades encontradas na prisão (LIMA, 2001). Este novo modo de disposição representou uma mudança de atitude e comportamento da população carcerária. O respeito próprio, a lealdade para com os companheiros, a denúncia aos maus tratos e as atitudes pensadas coletivamente foram valores que edificaram o Grupo União, que depois passaria a ser chamado de Falange Vermelha e, em seguida, de Comando Vermelho – CV (MEINEL, 1998).

Essa foi a primeira iniciativa que se tem notícia de uma grande união entre os presos numa penitenciária nacional. Com o passar dos anos, o grupo formado para denunciar as péssimas condições de vida dentro das prisões e exigir melhorias aos responsáveis públicos, foi se tornando a maior facção de crime organizado do país. Negrini (2002, p.118) abordando, de modo geral, estas organizações que foram surgindo ao longo dos anos no sistema penitenciário brasileiro, afirma que (...)

elas acabaram por se tornar sindicatos de crimes, para cometer crimes. Forçam a libertação de presos, geralmente traficantes poderosos e assaltantes de bancos, lá fora podem levantar dinheiro rápido para compra de armas pesadas, execução de ações importantes e financiamento de grupos de libertação. Essas atividades exigem investimentos.

Este deve ser um dos motivos para que haja tanta repressão, nos dias atuais, de funcionários e diretores de prisão, imposta aos presos, coibindo qualquer iniciativa de mobilização interna. Sabemos que o assunto é polêmico e problemático. Não estamos aqui, de modo algum, querendo defender organizações criminosas. Porém, é importante destacar este poder de mobilização existente entre os presos. Rodrigues (2002, p.63), por exemplo, presenciou este fato em uma penitenciária e traçou um paralelo interessante:

---

<sup>71</sup> “Fundão” foi o nome utilizado como referência às celas “solitárias construídas no fundo das galerias, isoladas por portas de aço” (MEINEL, 1998, p.26) no, já extinto, Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro.

Isso me faz pensar que, se realmente existissem união e organização, poderíamos ter uma ONG, que teria muita representatividade, e, com a ajuda que essas organizações recebem do exterior, poderia proporcionar ao preso um auxílio fundamental para quando ele saísse da prisão. Mas esse negócio de política parece ser muito complicado aqui dentro. Se os políticos verdadeiros pouco se incomodam, quem sou eu para pensar no assunto? Vou ficar na minha.

É preciso pensar alternativas para transformar esta realidade marcada pelo fracasso. A coletividade de presos, apoiada por aqueles que administram institucionalmente o sistema, possui condições de realizar mudanças que tragam dignidade e esperança às vidas humanas ali presentes. Contudo, o desânimo do referido preso, à época, contudo, é compreensível. Ele sentiu na pele o descaso das autoridades com relação ao sistema penitenciário. O jornalista Percival de Souza, certa ocasião, falou sobre isso: “o mundo prisional é ignorado nos gabinetes onde se tomam decisões sobre ele, ou seja, não se conhece muito o lugar em que se manda” (In: LIMA, 2001, p.10).

A passividade dos representantes legais da população, a respeito dos aspectos relacionados com o sistema prisional, só coincide com a postura da maioria das pessoas da sociedade. Poucos são aqueles que se interessam pelo que acontece por trás da muralha. Muitos só enxergam a cadeia quando há noticiários jornalísticos, normalmente enfatizando algum tipo de violência ocorrida ali dentro, ou quando algum familiar ou pessoa conhecida está fazendo parte da população carcerária.

A prisão, na verdade, não pune somente a pessoa condenada. A família de cada preso, indiretamente, também sofre uma punição. Os familiares, durante o cumprimento da pena privativa de liberdade de um parente, são rotulados como supostos criminosos perante a grande sociedade devido ao parentesco com aquele que efetuiu o crime realmente. Além disso, estarão sujeitos a humilhações durante as revistas promovidas pelos funcionários, antes de entrarem na prisão para visitarem seu ente. Estes fatores são motivos mais do que suficientes para que muitos familiares se distanciem do sujeito preso, desfavorecendo ainda mais um possível êxito dos processos de reabilitação desenvolvidos na prisão.

O preso sente necessidade do contato familiar até mesmo para aliviar as tensões vividas durante a semana. Com as visitas, o sentimento de solidão desaparece

momentaneamente, as notícias da rua chegam e uma aparente alegria se fixa na prisão. Rodrigues (2002, p. 35) afirma que “é indispensável que o preso tenha algum apoio de fora, caso contrário as chances de naufrágio são extremamente elevadas”. Este “naufrágio” não é tão difícil de acontecer. Não são todos os presos que possuem a felicidade de contar com o apoio familiar até o fim de suas estadias na prisão. Muitas relações vão sendo destruídas ao longo do caminho. E essa ausência é muito sentida entre os presos:

A pior coisa que tem pro cara que tá preso é ele sentir falta da sua família, do amigo, de uma irmã, de uma namorada, de uma esposa. É a maior companhia pro preso – é a esposa, é a companheira, é a família.(...) Muitas vezes o cara que está preso, ele perde a família dele, ele perde a esposa, ele perde seus filhos. Porque muitas vezes as pessoas não têm estrutura (DU RAP, 2002, p.55-98).

Minha esposa vem sempre me visitar aos domingos. Sou considerado um cara de sorte, porque não perdi a mulher – como acontece com a maioria, cujas esposas os abandonam, envergonhadas ou cansadas de carregar sacolinhas (Milton Marques Viana, In: RAMOS, 2001, p.236).

De alguma maneira, os presos acreditam e valorizam a força e a importância da instituição familiar, até mesmo porque não tiveram uma família, quando crianças e adolescentes, estruturada e harmoniosa. Vemos que é um pensamento bastante retrógrado, pois maximizam a família, elevando-a como guardiã da estabilidade social, na tentativa de encontrar respostas aos diferentes problemas encontrados no cotidiano de suas vidas.

Já o convívio entre os presos, no dia a dia da prisão, normalmente, se dá com muita humildade, igualdade, lealdade e solidariedade. Amizade, amizade verdadeira, é difícil de ser construída na prisão. Amigos ali dentro são aqueles que já se conheciam na rua, que já eram *parceiros*. Isto não significa que não haja confiança entre eles. Geralmente, os presos confiam naqueles que moram no mesmo xadrez. Jocenir (2001, p.94) relatou o caso da sua cela: “a maioria dos detentos cumpria penas longas que estavam quase prescritas. Tinham o propósito de não se envolver em nenhum problema a fim de alcançarem logo a liberdade. Em pouco tempo percebi que naquela cela havia encontrado uma família. Conquistei dos companheiros o respeito, a amizade e o carinho.

Excluindo os casos daqueles condenados pelos artigos 213 (estupro) e 214 (atentado violento ao pudor) do Código Penal Brasileiro, dentro do sistema penitenciário não existe preconceito entre os presos. Seja branco ou negro, velho ou jovem, assaltante ou homicida, o respeito prevalece entre eles. Esta solidariedade existente entre os criminosos muitas vezes ultrapassa o limite das muralhas e, mesmo após a libertação, o ex-detento não esquece os *irmãos* que ficaram no presídio. Lima (2001) caracteriza a ajuda aos que estão presos como um gesto comum, afinal, depois de um longo período de contato diário, a pessoa sente necessidade de colaborar com quem ficou atrás das grades. Além disso, não deixa de ser um gesto de não-traição aos códigos mantidos na prisão. Os relatos a seguir demonstram que a participação e a interferência do conjunto de funcionários acontece de forma ínfima. O Estado pouco interfere na vida atrás das grades.

São os presos que criam os modelos de comportamento que tornam possível levar a pena até seu final. O Estado em quase nada interfere, relativamente à vida atrás das grades. Ele atua para ditar a pena, colocar, transferir e tirar o preso da cadeia. Absolutamente nada faz para ensinar-lhe qualquer coisa nem para protegê-lo. (NEGRINI, 2002, p.162).

Os guardas só abriam e trancavam as portas e faziam contagem, o resto funcionava sob o controle dos presos (MENDES, 2001, p.411).

São eles [os presos] que determinam a vida cotidiana na prisão (JOCENIR, 2001, p.85).

Estes depoimentos são mais uma prova de que quem entende de prisão são os próprios presos. Se eles administram informalmente a cadeia, então, por que não envolvê-los de forma ativa nos programas que são desenvolvidos ali dentro? As experiências vividas por eles, aliadas aos estudos realizados por estudiosos comprometidos com a área, pode ser o princípio de desenvolvimento de uma política social que objetive, de fato, a construção de novos modelos para o sistema penitenciário nacional.

### **3.5 A prisão e a esperança da reabilitação**

Como já vimos, a prisão surgiu historicamente para pôr fim às penas de suplício. Seu objetivo, além de punir, é recuperar o condenado através de um isolamento social aliado a um tratamento prisional fundamentado nos valores considerados

legítimos pela grande sociedade. Contudo, quando falamos do atual sistema penitenciário brasileiro, o processo previsto de reabilitação torna-se uma grande demagogia. A realidade não fica distante dos suplícios passados. Nas entrevistas realizadas, não foram poucos os que afirmaram que *“pena de morte no Brasil é a própria prisão”*.

Teoricamente, o condenado, enquanto preso, está sob responsabilidade do Estado e continua possuindo todos os direitos de sobrevivência humana. Porém, estes direitos ficam restritos ao papel, pois na prática o contexto é outro, bem diferente, como nos aponta Iolanda Catão (In: LOPES, 2000, p.06):

As condições de vida lá dentro são péssimas. O sistema está falido. A comida é péssima, pouco nutritiva. A assistência médica péssima também. Cansei de ouvir depoimentos de presos que garantiram que só são atendidos quando estão na porta da morte. Apesar disso tudo, a sociedade prefere fechar os olhos e esperar que ele seja ‘ressocializado’ por um toque de mágica, que ele saia um professor ou motorista de táxi.

As palavras acima coincidem com o pensamento de outros estudiosos do assunto quando abordam a presença das muralhas nos presídios. Souza (2001, p. 08), por exemplo, lembrando Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, afirma que somente elas “não impedem ninguém de fugir: sua verdadeira função é esconder o que se passa lá dentro. Como se a sociedade não quisesse ver mesmo”.

Atrás dos altos muros esconde-se um mundo diferente, desconhecido por muitos. Alguns se aventuraram a retratá-lo, descrevê-lo. Essa tarefa, ao nosso entender, torna-se mais significativa quando realizada por personagens que viveram experiências do lado interno da muralha. Neste sentido, é importante a citação de um pequeno trecho de uma crônica escrita por um presidiário brasileiro, relatando o processo de punição após o surgimento da prisão:

Andava na cela e refletia sobre a natureza humana. O homem e sua maneira de punir. A prisão era certamente uma das maneiras mais perversas da humanidade. Seu objetivo era torturar física e mentalmente o indivíduo. Derivadas das armadilhas nas quais os selvagens prendiam as feras que os atacavam, as prisões nada mais eram que buracos, nos quais os civilizados depositavam seu “lixo” social (RAMOS, 2001, p.111).

É preciso transformar esta realidade. A sociedade, por meio do Estado, precisa investir na educação dos encarcerados. A visão de que os investimentos nos

sistema penitenciário são gastos sem rendimentos futuros precisa acabar. É importante lembrar que antes de ser considerado um criminoso, o sujeito é um ser humano. E, como sabemos, é função do Estado amparar e proteger seus cidadãos. Se em nossa Constituição não está prevista a pena de morte é porque acreditamos que é possível reabilitar o criminoso. Para isso, é preciso coragem para elaborar e realizar experiências educativas, respeitando o condenado e criando condições dignas e esperançosas para o cumprimento de sua pena. Ramos (2001, p.87) foi à essência do problema: “É perfeitamente compreensível julgar que criminosos não devam ter o direito à simpatia. Porém, é indispensável que comecem a ter o direito à cidadania”.

O aspecto da cidadania é tão desprezado no meio prisional que a todo o momento são realizadas ações que negam a vida passada da pessoa que está encarcerada. É como se fosse preciso nascer um novo sujeito, fruto da transformação interior que estaria submetido, levando-o ao arrependimento dos atos infratores cometidos. Esta transformação almejada pelo aparelho prisional possui estreitas ligações com o mundo científico. Para garantir uma legitimidade social, o encarceramento e o tratamento realizado junto aos presos fundamenta-se num aglomerado de saberes constituídos por diferentes “juízes da normalidade” (FOUCAULT, 1977, p.24), ou seja, intelectuais que representam os diversos segmentos da sociedade: arquiteto, pedagogo, psicólogo, psiquiatra, advogado, assistente social etc.

O resultado dessa aglutinação, dessa força centrípeta que a prisão desencadeou, traduziu-se numa série de princípios, de máximas que edificaram e consolidaram o aparelho carcerário: seu funcionamento, organização, estrutura e os programas que devem ser realizados, ou melhor, aos quais os indivíduos encarcerados devem ser submetidos, para que processe sua transformação (PORTUGUES, 2001, p. 75).

A citação anterior é interessante, pois o autor utiliza a palavra submeter, transparecendo que aos presos resta somente obediência ao tratamento penitenciário, tornando-os simples objetos das ações programadas pelo corpo técnico da prisão. Fica claro que não há uma participação dos presos na construção do tratamento onde eles são considerados os doentes. O que existe é simplesmente uma tentativa de convencimento do caráter legal dos modelos normativos vigentes na sociedade. Convencido, o preso deve aceitar estes padrões e incorporá-los para que no futuro possa viver em liberdade e não cometa outros crimes.



Surge uma dúvida. Será que os presos precisam ter uma postura tão passiva assim? Se o pensamento é manter uma relação com os padrões vigentes do outro lado do muro, supõe-se, então, que a sociedade apresenta-se de maneira apática, não questionando seu cotidiano, suas atividades?!

Em muitas ocasiões, os próprios presos, baseando-se no conjunto de normas sociais existentes, além das próprias lembranças das experiências que tiveram na rua, reclamam da posição adotada pela prisão. No fundo, há a nítida percepção de que a verdadeira transformação que ocorre na vida de cada um é a infantilização a que são submetidos.

De fato, a gente estranha o novo sistema, que me faz lembrar os tempos do Jardim de Infância Bueno Brandão. Hoje cedo, regressando da enfermaria, sentei-me no pátio para tomar um pouco de sol. O guarda advertiu-me que é proibido tirar ou abrir a camisa, exceto aos sábados, domingos e feriados<sup>72</sup> (BETTO, 1981, p.86).

Devagar, aprendi que a cadeia infantiliza o homem e que tratar de presos requer uma sabedoria pediátrica. Muitas vezes é suficiente deixá-los se queixar ou simplesmente concordar com a intensidade do sofrimento que referem sentir, para aliviá-los (VARELLA, 1999, p.96).

Uma maior participação dos sujeitos presos no dia-a-dia da prisão, principalmente na área de desenvolvimento dos planos de reabilitação de cada um, poderia colaborar na obtenção de melhorias a toda estrutura penitenciária, finalizando com a reabilitação efetiva dos condenados<sup>73</sup>. Mas o que temos observado que essa possível participação é quase utópica (SILVA, 1999; 2004; 2008). Através das descrições abaixo, podemos perceber que os presos sequer são ouvidos, parecendo ser uma ofensa o estabelecimento de um diálogo entre funcionários e presidiários.

---

<sup>72</sup> Betto esteve preso nos primeiros anos da década de 1970 por perseguição política das autoridades militares. Porém, durante os quatro anos de cárcere, teve seus direitos de preso político reduzidos. Ficou recluso com os presos comuns, submetido ao mesmo tratamento do restante da população prisional. Sobre este aspecto de comportamento na prisão, atualmente, as coisas estão um pouco modificadas. Dependendo do sistema prisional, hoje, o preso não deve, em hipótese alguma, tirar a camisa do corpo aos sábados, domingos e feriados, caso sejam os dias que acontecem as visitas familiares. Em respeito a elas, os presos devem seguir uma linha de *conduta*.

<sup>73</sup> De acordo com o Código Penal Brasileiro, o preso estará reabilitado quando recuperar os seus direitos de cidadão que haviam sido suspensos devido a sua condenação, ou seja, a reabilitação acontece a partir do momento em que chega ao fim a pena de privação da liberdade. Segundo Silva (2001, p.123), “a reabilitação implica no retorno do preso ao convívio social de forma produtiva e como pessoa capaz de assegurar seu próprio sustento e de sua família. (...) Reabilitação é a superação da condição inicial que motivou a prática do delito que levou o indivíduo à perda da liberdade e ao encarceramento”. O indicador prático que avalia a eficácia da reabilitação é a reincidência criminal.

O preso é alguém tão despojado, tão despossuído, que sua conquista do direito à voz soa como um anúncio da inevitável desestabilização, do caos, da insegurança coletiva. Já é uma rebelião em si (LIMA, 2001, p.107).

Tenho certeza que as condições das cadeias não seriam tão ruins; que o comportamento de carcereiros e policiais não seria tão desumano; que a comida não seria péssima, assim como a assistência médica e judiciária não seria tão precária, se os Juízes Corregedores visitassem, pelo menos uma vez por mês, como é de sua obrigação, as dependências das prisões e conhecessem mais de perto os presos e os ouvissem, tomando conhecimento dos problemas de cada instituição (NEGRINI, 2002, p.115).

Apesar de percebermos que a postura empregada, na prática, pelo conjunto penitenciário aos seus internos apresenta-se de modo passivo, não atuante, a reabilitação, de acordo com as técnicas de cada saber científico, somente ocorrerá se houver uma participação voluntária do encarcerado. Sendo assim, o indivíduo passaria a ter um posicionamento de sujeito deixando para trás aquela atitude de mero objeto no decorrer dos dias de cumprimento de sua pena (RODRIGUES, 1999).

A Lei de Execução Penal<sup>74</sup>, parte integrante de uma reformulação na parte geral do Código Penal, foi formulada com o objetivo de “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (art. 1). A LEP enumera direitos e garantias do preso, além dos benefícios que lhe são inerentes<sup>75</sup>. Porém, para assegurar o sucesso da reabilitação do condenado pela prática de crimes, pressupõe-se que haja um bom nível de qualidade do sistema penitenciário que receberá estes criminosos, isto é, infraestrutura adequada e pessoal qualificado para o trabalho junto aos presos.

Todos os funcionários que trabalham em uma instituição penitenciária desempenham um papel importante no conjunto da reabilitação pretendida aos presos. Entretanto, apesar de percebermos uma maior valorização daqueles que estão envolvidos na área da segurança e disciplina, o trabalho desenvolvido pelos diferentes peritos que compõem as comissões técnicas, dependendo como é desenvolvido, pode ser fundamental para a obtenção do desejado êxito da reabilitação.

---

<sup>74</sup> Lei 7.210, de 11 de julho de 1984.

<sup>75</sup> Segundo Silva (2001), a Lei de Execução Penal é um documento reconhecido pela comunidade internacional como um dos mais avançados instrumentos jurídicos de proteção ao preso, pois incorpora princípios fundamentais de defesa dos direitos humanos. Porém, muitos destes direitos nunca saíram do papel. A LEP, na verdade, “mascara” a desumana realidade prisional brasileira.

É necessário que psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, entre outros profissionais presentes no cotidiano prisional, além dos diretores de cada setor, não executem seus trabalhos de forma meramente burocrática. Cada profissional, independente da sua área de atuação, não deve limitar-se a uma rotina descompromissada com a possível e efetiva reabilitação, produzindo conclusões estereotipadas sobre a vida de cada sujeito que está encarcerado. Rodrigues (2002, p.121) nos chama atenção neste aspecto: “o sistema está a merecer reforma quanto ao modo de conduzir a avaliação dos presos, uma vez que na grande maioria dos casos não relata a realidade, passando a figurar mais uma etapa burocrática do sistema carcerário”.

É perceptível o exercício dialógico dos presos numa unidade carcerária. Desde o momento em que chegam à prisão, os presos estabelecem um contato entre si. Senão, vejamos as falas a seguir:

É normal quando chega um novo preso que os companheiros de cela queiram saber quem é, como foi sua prisão e o que ele fez...se fez (RODRIGUES, 2002, p.20).

Ao chegar na cela 408 me apresentei aos presos que ali moravam. Passei a conversar por longas horas com os homens que habitavam aquele X. Me esclareceram como funcionava tudo, quais eram as regras, a limpeza, a alimentação, a higiene, como proceder nos dias de visitas. Cada morador tinha deveres para preservar a ordem e permitir uma convivência pacífica (JOCENIR, 20001, p.84).

Durante o dia joga-se conversa fora, conta-se um ao outro o seu drama e a sua história (RODRIGUES, 2002, p.18).

Fica, então, o questionamento: por que não envolvê-los e, conseqüentemente, integrá-lo nos trabalhos da terapia penal? O que vemos hoje no sistema penitenciário brasileiro, de forma geral, é a ideia de que a reabilitação pretendida pelo Estado não acontece efetivamente. Parece que o único modo possível para que ela ocorra seria pela opção individual de cada sujeito. Contudo, a reabilitação baseada somente no esforço individual pode ser considerada ingênua, pois fica a impressão de que ela está acessível a todas as pessoas que desejam mudar de vida, sendo possível concretizar esta vontade através do sacrifício pessoal. Neste aspecto, Ramalho (1983) adverte que os presos sentem-se na obrigação de valorizar aspectos sociais considerados fundamentais para o retorno à sociedade. Sendo assim, o estudo e, principalmente, o trabalho adquirem um status básico no contexto de recuperação àqueles que se esforçam, que se sacrificam.

Existe, no entanto, um grande problema: as oportunidades de ocupação dentro da prisão não são oferecidas a todos. Sem contar que esta tentativa de estabelecer padrões idênticos aos existentes na grande sociedade, sem dar a atenção necessária às características próprias da prisão, pode ser um indício de menosprezo às inúmeras especificidades que se fazem presente neste organismo social. Só para dar um exemplo do que estamos falando aqui, vamos fazer uma rápida abordagem sobre a escola formal que existe dentro da prisão. Mesmo que a lei indique que a escola encarcerada deve integrar-se ao sistema escolar da unidade federativa, qual a explicação para o fato das aulas nos meses de julho e de janeiro serem suspensas? Será que os presos viajarão nestes períodos (PIETÁ; PEREIRA, 1993)?

Detalhes como estes não podem ser esquecidos, quando pensamos em programas que serão desenvolvidos dentro da prisão. O caminho à desejada reabilitação pretendida pelo Estado e pela sociedade em geral não é tão simples assim, não depende só da boa vontade da pessoa encarcerada. Silva (2001) aponta que a biografia pessoal e a capacidade de escolha dos sujeitos presos na adoção dos procedimentos sugeridos pela terapia penal são aspectos fundamentais para a eficácia da pena de privação da liberdade. Todavia, este envolvimento do preso só ocorrerá se as diferentes ciências ali presentes propiciarem condições de sobrevivência da vida humana.

São vários os fatores que, reunidos, favorecem a possível ressocialização do encarcerado. A instrução escolar, cursos profissionalizantes, o trabalho, a prática cultural e esportiva, as relações familiares e os hábitos religiosos, entre outros, são exemplos de alicerces necessários para se começar a pensar em reabilitação nas prisões brasileiras. O mais importante é que esta meta ultrapasse as fronteiras prisionais. É preciso ter em mente que a transformação que necessitamos é muito maior, não fica restrita aos encarcerados. A sociedade e sua ordem normativa precisam modificar-se. Derrubar preconceitos, reassumir os integrantes que ficaram ausentes durante um período, propiciar condições de uma nova socialização e eliminar cenários que apontem qualquer tipo de exclusão social, evitando assim um retorno aos atos infratores e conseqüentemente ao mundo prisional, são medidas mínimas quando pensamos numa real reabilitação e ressocialização dos sujeitos que estão sob pena privativa de liberdade.

Além de um comportamento diferenciado, são necessárias outras mudanças extremamente significativas quando desejamos uma profunda transformação nas

estruturas sociais. Se, teoricamente, enquanto o indivíduo estiver encarcerado, o Estado deve desenvolver valores sociais adequados a uma convivência futura onde não ocorram atos infratores, também não podemos esquecer que vivemos numa sociedade com enormes problemas e diferenças. Sendo assim, uma questão se faz presente: estará o ex-presidiário, já em liberdade, livre dos aspectos corruptos, discriminatórios e individualistas presentes no mundo em que vivemos?

É preciso também reabilitar a sociedade. Esta realidade que nos cerca, baseada em injustiça, pobreza, opressão, violência e criminalidade, precisa transformar-se. E esta mudança só vai acontecer através da participação de cada ser humano. Todos nós temos um papel a cumprir neste caminho de construção democrática de um mundo de paz e justiça social. Esta participação coletiva deve possuir uma fundamentação dialógica, sustentada na práxis, buscando sempre a libertação humana de modo que a criticidade e o respeito à vida humana estejam presentes.

### **3.6 A Penitenciária Lemos Brito**

Quem passa pela rua Direta da Mata Escura, também conhecida como antiga Estrada da Mata Escura, e não conhece o que se passa atrás dos portões de entrada do Complexo Penitenciário de Salvador, mostrados na foto abaixo, pode até imaginar o que existe por lá, mas, certamente, ficará surpreso(a) com a extensão do referido espaço penitenciário. São diferentes instituições localizadas ali, a saber: Penitenciária Lemos Brito e Centro de Observação Penal (condenados em regime fechado), Cadeia Pública de Salvador e Presídio de Salvador (presos provisórios em regime fechado), Conjunto Penal Feminino (presas provisórias e condenadas em regime fechado), Casa do Albergado e Egressos (condenados em regime aberto e limitação de fim de semana), Central Médica Penitenciária (assistência à saúde dos internos do Complexo Penitenciário) e a Unidade Especial Disciplinar (réus provisórios e condenados em regime fechado, sob o Regime Disciplinar Diferenciado – RDD).

#### **Imagem 1. Portão de entrada do Complexo Penitenciário de Salvador**



Conforme já destacado, o desenvolvimento prático de nossa pesquisa se deu no interior da Penitenciária Lemos Brito, uma das unidades que compõe o complexo penitenciário de Salvador. Presídio intitulado de segurança máxima, onde os sujeitos que ali estão foram condenados a cumprir penas de privação da liberdade em regime fechado. A PLB representa o modelo de prisão onde, habitualmente, o sujeito condenado permanece por mais tempo durante sua pena privativa de liberdade<sup>76</sup>. Concisamente, de acordo com a legislação brasileira, o cumprimento de pena imposta em regime fechado volta-se às pessoas que foram condenadas à reclusão por um período superior a oito anos, assim como aos condenados reincidentes, independentemente do tempo de condenação desta referida pena de reclusão, e aos autores de crimes hediondos<sup>77</sup>, também não se levando em conta a quantidade da pena aplicada e o possível fato de serem reincidentes.

A Penitenciária Lemos Brito, sem dúvida alguma, simboliza bem a configuração que foi instituída no Brasil no que se refere a sistema penitenciário. Observando seus antigos pavilhões, também chamados de módulos, carcomidos com o passar dos anos, que abrigam um quantitativo expressivo de internos, fica fácil perceber qual foi o ideário político penitenciário desenvolvido no século passado, isto é, a congregação da população carcerária de um estado, de uma região, quando não em um só lugar, em áreas que pudessem abrigar o maior número possível de presos. Este fato já

---

<sup>76</sup> Há casos, contudo, em que a pessoa, mesmo já condenada, chega a cumprir sua pena por completo em delegacias e/ou cadeias distritais devido à falta de vagas no Sistema Penitenciário.

<sup>77</sup> De acordo com a lei 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, alterada pela Lei 8.930, de 06 de setembro de 1994, os seguintes crimes são considerados desta natureza: tráfico ilícito de entorpecentes e drogas, prática de tortura, ações terroristas, homicídio, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, estupro, estupro de vulneráveis, epidemia com resultado de morte, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

seria o suficiente para demonstrar o quão é complexa a situação dos sistemas penitenciários existentes nos estados brasileiros. Vai ver por isso mesmo que o termo “complexo” seja o que melhor defina tal lugar.

Complexidade igual o Brasil também observou, ou continua observando, em Porto Alegre, com o Presídio Central, em Brasília, com o Complexo da Papuda, em Recife, com o Presídio Aníbal Bruno, em São Paulo, com o Complexo do Carandiru, no Rio de Janeiro, com o Complexo da Frei Caneca e com o Complexo de Gericinó (antigo Bangu), entre outros. Esses locais, assim como o Complexo Penitenciário de Salvador, são exemplos de unidades prisionais que abrigam muita gente em um só lugar. Claro, alguém sustentará a versão de que os presos não se encontram em uma só instituição, como é a realidade do Complexo baiano. Porém, estes espaços específicos, alguns deles, se dividem em outras mini-prisões, como é o caso específico da Penitenciária Lemos Brito.

A PLB é tão grande que uma equipe gestora apenas não consegue administrar seu andamento cotidiano. Assim, cada módulo possui uma equipe própria, tamanha é a tarefa para conseguir, ao menos, manter a segurança no local, principalmente no que diz respeito à entrada de artefatos ilícitos e às possíveis rebeliões e fugas. Mesmo após a desativação de um dos seus módulos, a PLB continua sendo a maior unidade penal do Estado da Bahia<sup>78</sup>. Sua atual edificação, no bairro da Mata Escura, foi inaugurada na metade do século passado, ou seja, são mais 60 anos em funcionamento. Centenas de milhares de pessoas viveram algum tempo de suas vidas naquele espaço. Nada mais normal, então, que os prédios apresentem desgastes em sua estrutura. Algumas reformas foram executadas ao longo dos anos, mas fica claro que alguns módulos não apresentam a menor condição de abrigar seres humanos por ali. Não há a mínima condição de vida digna para que os detentos possam cumprir suas penas.

---

<sup>78</sup> Além das unidades do Complexo Penitenciário de Salvador, o Estado da Bahia possui a Colônia Lafayette Coutinho, a Colônia Penal de Simões Filho, o Conjunto Penal de Feira de Santana, o Conjunto Penal de Itabuna, o Conjunto Penal de Jequié, o Conjunto Penal de Juazeiro, o Conjunto Penal de Lauro de Freitas, o Conjunto Penal de Serrinha, o Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, o Conjunto Penal de Valença, o Presídio de Ilhéus, o Presídio de Vitória da Conquista, o Presídio de Esplanada, o Presídio de Paulo Afonso, totalizando 21 estabelecimentos penais, segundo os últimos dados consolidados do Ministério da Justiça, datados de dezembro de 2007.

De acordo com a nossa Carta Magna, logo no seu início, onde há uma relação dos Princípios Fundamentais que a Federação deve seguir e respeitar para se constituir em um Estado Democrático de Direito, é possível observar a questão da dignidade da pessoa humana. Senão, vejamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político (BRASIL, 1988, Art. 1º).

Sendo um princípio fundamental, a dignidade humana emerge como um direito essencial dos brasileiros, próprio a todo e qualquer cidadão, que se materializa simplesmente com a existência do ser humano. Percebe-se, com isso, que o ideal presente na Carta Constitucional é de que a vida de cada brasileiro merece não só a atenção do Estado, mas também a sua proteção, para a efetiva consolidação de um Estado Democrático de Direito. A Constituição de 1988 menciona de modo preciso quais são os fundamentos, os princípios e os objetivos que orientam a vida da população brasileira. Assim sendo, o respeito aos princípios constitucionais torna-se indispensáveis, tanto pela grande sociedade quanto pelos poderes públicos estabelecidos. Este fato nos faz acompanhar o pensamento de Bobbio (1992, p. 24), quando afirma que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”.

Quando a Constituição destaca que a dignidade humana é um dos princípios que estruturam a sociedade brasileira, não dá para imaginar algum tipo de exclusão desta proteção a qualquer cidadão brasileiro, haja vista que tal princípio está relacionado à garantia de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, art. 5º). É preciso respeitar, então, todos os gêneros, etnias, classes, opções religiosas, pessoas presas ou em liberdade, enfim, evitar qualquer tipo de marca social, até mesmo porque o princípio da dignidade da pessoa humana é universal, afinal (...) “são bem poucos os direitos considerados fundamentais que não entram em concorrência com outros direitos, também considerados fundamentais, e que, portanto, não imponham, em



certas situações e em relação a determinadas categorias de sujeitos, uma opção” (BOBBIO, 1992, p. 20).

A questão principal é encontrar um ponto em comum para o conceito de dignidade dos homens diante da imensa variedade de características e de modos de vida de cada nação, de cada sociedade, em seus aspectos socioculturais, principalmente. A nosso ver, a unanimidade para o que venha ser dignidade da vida humana tem que ser construída por meio do respeito aos valores mínimos que o sujeito humano carrega consigo no que tange à sua integridade física e aos aspectos morais de sua vida. Dessa maneira, valores pessoais, de ordem familiar, e valores sociais, principalmente de educação e de saúde, tanto nos aspectos de preservação quanto de promoção, entre outros, precisam fazer parte da vida humana de tal modo que garanta ao sujeito uma vivência definida em condições éticas necessárias ao seu desenvolvimento biológico, psíquico e social. Perante isso, acompanhamos Sarlet (2001, p. 60):

O que se percebe, em última análise, é que onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e moral do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde não houver limitação do poder, enfim, onde a liberdade e a autonomia, a igualdade (em direitos e dignidade) e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e minimamente assegurados, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana e esta (a pessoa), por sua vez, poderá não passar de mero objeto de arbítrio e injustiças.

Se a ideia é preservar e promover a dignidade da pessoa humana seja ela quem for, os sujeitos do crime merecem, então, a mesma proteção que os demais cidadãos durante os trâmites dos seus processos penais, assim como a população carcerária enquanto cumpre a pena estipulada pela justiça nacional. A dignidade humana de todos os brasileiros, sem exceção, não pode ser desconsiderada. Para que isso se efetive, a sociedade necessita ficar precavida para com os poderes organizados a fim de que os direitos basilares à vida não sofram violações. Nesse contexto, o sistema penitenciário nacional carece de uma atenção maior devido à falência política de suas ações que deveriam privilegiar, primeiramente, a dignidade da vida daqueles que estão sob tutela do Estado. O que há, ao invés disso, é o afronto aos direitos dos sujeitos presos e, conseqüentemente, o descaso frente à libertação dos mesmos e a deterioração da sociedade que se reputa democrática.

Em uma sociedade que apresenta elevados índices de criminalidade, e que vê tais números crescendo vertiginosamente, onde a pena de privação da liberdade é um dos recursos mais utilizados pela justiça brasileira, o questionamento sobre a eficácia de tal processo punitivo é bastante pertinente, principalmente quando observamos aquilo que não tem sido realizado pelo sistema penitenciário, ainda mais com o déficit aproximado de 200 mil vagas existentes no Brasil. Este cenário pode ficar ainda pior, caso sejam cumpridos os mais de 500 mil mandados de prisão existentes em nosso país, conforme dados do Banco Nacional de Mandados de Prisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>79</sup>. Se já há uma defasagem no número de vagas, como ficarão as unidades penais com mais pessoas sendo presas?!

Como se percebe pela tabela abaixo, na Bahia, todas as unidades prisionais, juntas, totalizam 6.919 vagas. Contudo, o quantitativo de pessoas presas no estado é de 10.418. Conseqüentemente, temos um excedente de 3.499 presos, caracterizado uma manifesta superpopulação carcerária, com 50,57% de detentos além do número de vagas disponibilizadas. É como se o sistema penitenciário baiano precisasse de, no mínimo, outras dez novas unidades prisionais parecidas com aquelas que estão em funcionamento atualmente. Vejamos os números de forma mais detalhada:

**Tabela 5. Número de presos nas unidades prisionais. Bahia, out/2012.**

UNIDADE					POPULAÇÃO		
CAPITAL	MASC		FEM		TOTAL	CPCD	EXCD
	BRAS	ESTR	BRAS	ESTR			
Casa do Albergado	146	0	0	0	146	98	48
Colônia Laf. Coutinho	468	2	0	0	470	284	286
Centro de Obs. Penal	299	8	0	0	307	96	211
Hospital de Custódia	131	0	11	0	142	150	-8
Conj. Penal Feminino	0	0	174	7	181	128	53
Penit. Lemos Brito	1432	7	0	0	1439	1030	409
Presídio Salvador	1021	2	0	0	1023	784	239
Unid. Especial Disciplinar	308	0	0	0	308	432	-124
<b>Total Capital</b>	<b>3805</b>	<b>19</b>	<b>185</b>	<b>7</b>	<b>4016</b>	<b>3002</b>	<b>1014</b>
<b>INTERIOR</b>							
Conj. Penal F. de Santana	638	0	116	0	754	340	414
Conj. Penal de Jequié	713	0	57	0	770	416	354
Presídio Vit. Conquista	269	0	32	0	301	187	114
Presídio de Ilhéus	246	0	1	0	247	180	67
Presídio de Esplanada	144	0	0	0	144	112	32
Presídio de Paulo Afonso	244	0	27	0	271	122	149

<sup>79</sup>Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/no-brasil-ha-500-mil-mandados-de-prisao-nao-cumpridos-3882705#ixzz28bjLKtcs>. Acesso em 22 jun. 2012.

<b>Conj. Penal Teix. Freitas</b>	587	0	62	0	649	316	333
<b>Conj. Penal de Valença</b>	435	0	0	0	435	268	167
<b>Conj. Penal de Juazeiro</b>	622	0	31	0	653	348	305
<b>Conj. Penal de Serrinha</b>	494	0	0	0	494	476	18
<b>Conj. Penal Lauro Freitas</b>	432	1	0	0	433	430	3
<b>Conj. Penal de Itabuna</b>	933	0	65	0	998	478	520
<b>Colônia de Simões Filho</b>	252	1	0	0	253	244	9
<b>Total Interior</b>	6009	2	391	0	6402	3917	2485
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9814</b>	<b>21</b>	<b>576</b>	<b>7</b>	<b>10418</b>	<b>6919</b>	<b>3499</b>

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP/INFOPEN

Vale ressaltar que os números acima dizem respeito aos presos que estão em unidades prisionais mantidas pela Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP/BA). Dessa maneira, não estão incluídos os presos que estão custodiados nas dezenas de cadeias públicas das Delegacias de Polícia localizadas na região metropolitana de Salvador e no interior do estado, que são de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA). No final de 2011, os dados da SSP indicavam que as delegacias da região metropolitana abrigavam 1.129 presos, nas delegacias do interior havia 3.326 presos e nas delegacias especializadas 218 pessoas, totalizando 4.673 presos custodiados em todo o estado<sup>80</sup>. E, assim como acontece com as unidades da SEAP, a capacidade de acolhimento desses espaços da SSP é inferior ao número total de presos. Como último destaque, nos chama a atenção o fato da somatória de presos custodiados em delegacias e dos que estão nas unidades prisionais do sistema penitenciário ultrapassar a impressionante contagem de 15 mil pessoas encarceradas no referido estado nordestino.

Nos estabelecimentos prisionais superlotados, junto com preocupação de se preservar a dignidade das pessoas que estão atrás das grades, deve-se observar como os presos mantêm as referências com o mundo externo, no caso aqui, com as notícias propagadas pela televisão por meio dos programas jornalísticos, a fim de que se

<sup>80</sup> Dados disponíveis no site da SSP/BA, <http://www.ssp.ba.gov.br>. Acesso em 24 nov. 2011. Ainda de acordo com o referido site, no link da Polícia Civil, é possível perceber que as delegacias especializadas estão agrupadas em três departamentos: Departamento de Crimes contra o Patrimônio (DCCP) – Delegacias de Repressão a Furtos e Roubos, Delegacia de Repressão ao Estelionato e outras fraudes, Delegacia de Crimes Econômicos e contra a Administração Pública, Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos, Grupo Especial de Repressão a Roubos de Coletivos; Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) – Delegacia de Proteção à Pessoa, Delegacia de Homicídios, Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, Delegacia de Proteção ao Turista, Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Criança e o Adolescente, Delegacia para o Adolescente Infrator; Departamento de Narcóticos (DENARC) – Delegacias de Tóxicos e Entorpecentes.

vislumbre a interpretação que fazem do mundo e o sentido empregado à vida, principalmente em termos de expectativas após a saída da prisão.

Com números tão elevados e unidades prisionais precárias, como é o caso da Penitenciária Lemos Brito, fica difícil imaginar que a dignidade humana destes presos é preservada e promovida. Para se ter uma ideia do que estamos falando, no ano de 2008, com o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Penitenciário, foi possível detectar graves problemas de saúde existentes entre a população carcerária da unidade penal mencionada. O relatório da referida comissão afirma que “em Salvador, Bahia, no presídio Lemos Brito, para evitar que os ratos e as baratas saiam pelo ‘buraco’ imundo no chão (que chamam de privada), os detentos apelam para o jeitinho brasileiro: amarram, com um barbante, uma garrafa de refrigerante de dois litros, cheia de água e usam como ‘tampão’ no buraco fétido<sup>81</sup>”.

A principal característica da PLB, assim como das demais instituições penais de regime fechado, é o isolamento social por um longo período, sendo admitido o desenvolvimento de atividades laborais, educativas, esportivas e culturais durante o dia e a obrigatoriedade do repouso noturno. Na prática, no cotidiano da unidade, são poucas as atividades desenvolvidas junto aos internos. Talvez a mais significativa delas, garantida por lei, é a educação escolar. Todavia, o número de alunos matriculados é muito pequeno, quando comparado à população total, girando em torno de 15% de estudantes. As condições precárias das salas de aula, funcionando em alguns dos módulos em espaços improvisados, pode ser uma das explicações para a baixa presença dos presos nas atividades escolares, visto que eles podem remir um dia da pena a cada doze horas de frequência na escola encarcerada, de acordo com a legislação brasileira<sup>82</sup>. Precariedade, aliás, é um termo que circunda o dia a dia da Lemos Brito. Para confirmar o que estamos falando, vamos direcionar o olhar para outra atividade desenvolvida no cárcere, a principal na visão dos presos, que é o trabalho.

Desde a origem dos estabelecimentos penais, o trabalho ocupou lugar de destaque nas propostas de tratamento dos detentos. Historicamente, ele sempre recebeu

---

<sup>81</sup> Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/06/22/ult5772u4420.jhtm>>. Acesso em 10 nov. 2010.

<sup>82</sup> Lei 7.210, de 11/07/84 (Lei de Execução Penal). Art.126: O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela lei 12.433, de 2011).

maior valorização do que qualquer outra atividade dentro da prisão. É como se fosse peça-chave para a transformação e socialização dos presos, além de ser fundamental para o bom andamento da maioria dos estabelecimentos penais. Apesar deste reconhecimento, a oferta disponível é quase nula. Na PLB, por exemplo, poucos presos trabalham, até mesmo porque são pouquíssimos os postos disponíveis. As oficinas existentes, no fundo, são quase inexistentes, quando observamos o número de presos lotados em tais postos de trabalho e a quantidade total da população carcerária na unidade.

A maioria dos homens que trabalha tem a matrícula registrada nos afazeres de limpeza da própria prisão, isto é, não há a execução de uma atividade laborativa qualificada, fruto de um processo de formação que, no futuro, poderia colaborar no processo de reintegração social destas pessoas. As próprias oficinas, em sua maioria, colaboram muito mais com a direção da unidade do que com a vida dos presos. Afinal, os trabalhos repetitivos e alienantes observados ali, além de domesticar os corpos dos sujeitos presos, reforçam as relações de dominação existentes nos processos opressores, colaborando na manutenção da disciplina tão almejada pela prisão.

A principal recompensa para os presos que conseguem uma vaga em um dos postos de trabalho na PLB é o benefício de remição da pena garantido por lei<sup>83</sup>. Assim, para cada três dias de trabalho, o preso pode remir um dia de pena. Esse processo de progressão de pena, assim como o processo de regressão dela, ocorre de acordo com a conduta do preso no estabelecimento penal. Negrini (2002, p. 114) afirma que “o condenado progride à medida que vá cumprindo sua pena, por bom comportamento e, mais ainda, pelo fato de trabalhar na cadeia. A pena tem regressão quando o preso tem mau comportamento ou participação em rebeliões ou fugas”. O trabalho, de forma geral, é bastante valorizado entre os presos. Há um reconhecimento quase que unânime que o cumprimento da pena desenrola melhor quando se está trabalhando. Conforme eles dizem, “a cadeia passa mais rápida”. Entretanto, mesmo reconhecendo a importância do trabalho no interior das prisões, não deixam de apontar os problemas existentes neste quesito:

---

<sup>83</sup> Lei 7.210, de 11/07/84 (Lei de Execução Penal). Art.126: O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela lei 12.433, de 2011).

Com trabalho e estudo adequados, tenho a convicção de que, em um ano ou dois, é possível recuperar a grande maioria. A sociedade precisa acreditar mais no ser humano (RODRIGUES, 2002, p.122).

*Não tô trabalhando. Já pedi pra dona Tania [assistente social] várias vezes, escrevi. Minha família... Mas não tem. É pouca gente que trabalha aqui. [E aí, como fica?] O jeito é esperar. Tô na minha, falta pouco pra sair. Melhor que arrumar pra cabeça.* (DETENTO PLB 5).

Apesar de reconhecermos que o trabalho é componente fundamental na disposição da vida das pessoas, principalmente na vida daqueles que optaram pelo crime e foram presos, insistimos que esta prática não pode caminhar sozinha quando se pensa no processo de reabilitação destes sujeitos. Não concordamos com a supervalorização dada às atividades laborais no cárcere, fazendo parecer que sem elas não é possível desenvolver um programa qualitativo de reabilitação. Não há uma única solução. “Todos os segmentos da vida social devem ser contemplados. Escola, cursos profissionalizantes, oficinas culturais, atividades esportivas e as crenças religiosas são exemplos simples, reconhecidos pelos próprios detentos, que podem dinamizar o ambiente carcerário” (SILVA, 2007, p. 132). Alguns desses aspectos já possuem certa vida no interior da prisão. Todavia, muitas das vezes, não ganham a mesma importância, se comparado às atividades laborais.

Ensino escolar, trabalho ou outra atividade cultural qualquer, o mais importante é o desenvolvimento de práticas sociais que não estejam preocupadas meramente com o preenchimento de laudos técnicos sobre os presos. A rigurosidade, tão defendida por aqueles mais tradicionais, pode muito bem ser aliada à afetividade no processo de efetivação das propostas para o cárcere. Assim, a criticidade diante do mundo e o respeito advindo pelo reconhecimento do outro, atrelados por relações dialógicas e participativas, são características indispensáveis quando se deseja a conscientização dos presos e a conseqüente esperança nas vidas destas pessoas.

## Capítulo 4

# O TELEJORNALISMO POLICIAL NA PRISÃO

---

*No dia seguinte, o morro continuava ocupado pela polícia, o que levou muita gente a sair às ruas para acompanhar as diligências. Os primeiros jornais que chegaram à favela destacavam o fracasso do primeiro dia de operação e as informações sobre o ferido e os presos. Um jornal popular omitiu na lista dos detidos o nome de Juliano. Escreveu apenas as iniciais e a idade: J. M. F., 17 anos. Quem descobriu a notícia foi Mentiroso, que aproveitou a oportunidade para debochar de Juliano.*

*- J. M. F., 17, ta vendo? Você é quase nada, Juliano.*

*- Melhor se não tivessem escrito nada. Isso pode queimá o filme com todo mundo.*

*- Se preocupa não, VP. Um dia tu ainda vai sê famoso. Tua mãe vai ligá a TV na sala e vai dizê pro pessoal: venham vê, o meu filho virô artista.*

*- Artista eu vô sê mesmo. Tá com inveja, Mentiroso?*

*Mentiroso continuou com a brincadeira.*

*- Aí, dona Betinha vai percebê um detalhe na imagem, uma pulseirona prateada nos punho do filhão sendo levado pelos homi de preto.*

*Caco Barcellos - Abusado*

#### 4.1 A TV na PLB

Na atualidade, cada vez mais se torna difícil encontrar um lugar onde a televisão não se faz presente. Em nosso país, não há dúvida de que a televisão faz parte do cotidiano da maioria das famílias brasileiras. Ela é uma referência na vida das pessoas. Junto com outras instituições sociais, como família, escola e igreja, a televisão colabora no processo de formação humana, a partir do momento que enuncia uma heterogeneidade de valores que marcam uma determinada sociedade em certo momento histórico e constrói diferentes representações da vida.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – Pnad/IBGE, do ano de 2008, apontam que mais de 95% dos domicílios brasileiros possuem aparelhos de televisão. E não são somente nos ambientes domésticos, residenciais, que percebemos sua presença. É cada vez mais comum encontrá-la em bares, padarias, restaurantes, hospitais, clínicas médicas, rodoviárias, aeroportos, filas de bancos e supermercados, enfim, onde há fluxo de pessoas, certamente, há um aparelho de televisão ligado desempenhando diferentes funções: distrair, ocupar o tempo, relaxar, informar, fazer companhia, compartilhar opiniões etc.

A televisão também se faz presente no ambiente prisional. Ela está inserida na rotina de vida das pessoas presas. Se levarmos em conta que uma das fortes características da prisão é a ociosidade, veremos que, sem ter o que fazer, isolado da grande sociedade, a televisão aparece como uma opção de passatempo, entretenimento e informação ao sujeito privado de liberdade. Aliás, ela é uma grande mania entre os presos, uma constante companheira nos momentos de solidão e um excelente recurso para *matar* o tempo<sup>84</sup>. Embora estejam separados da grande sociedade, na maioria dos casos, os presos não são despojados de algumas necessidades básicas em suas vidas, tais como alimentação, visitas dos familiares, estudos, entretenimento etc.<sup>85</sup>. Todavia, o

---

<sup>84</sup> Essa questão do tempo entre os que estão atrás das grades, inclusive, foi destacada na canção de rap Diário de um detento, do grupo Racionais Mc's, escrita por um ex-detento da antiga CDSP: "Tic-tac, o relógio na cadeia anda em câmera lenta. / Tirei um dia a menos ou um dia a mais, / Sei lá, tanto faz, os dias são iguais. / Acendo um cigarro e vejo o dia passar... / Mato o tempo para ele não me matar". (...)

<sup>85</sup> A exceção se dá entre aqueles que estão cumprindo pena por condenação ou estão temporariamente em reclusão sob o Regime Disciplinar Diferenciado – RDD, Lei nº 10.792, de 1 de dezembro de 2003, que alterou a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. Em síntese, no RDD a pessoa fica presa isoladamente durante 22 horas do dia, saindo apenas por duas horas diariamente para banho de sol. As visitas semanais são limitadas a duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas. Também não é



modo como essas atividades são desenvolvidas no espaço prisional apresenta-se diferenciado, se comparado com a realização das mesmas atividades fora da prisão, “posto que o fator tempo mostra-se desigual entre os dois mundos. Se na sociedade extramuros o tempo social apresenta-se curto para as inúmeras atividades desempenhadas pelos atores sociais, dentro da prisão, por sua vez, este mesmo tempo arrasta-se, prolonga-se, transformando a pena, em todos os sentidos, como um tempo perdido na vida de quem a sofreu” (PEREIRA, 2009).

O tempo dos presos é organizado pela própria instituição prisional, pois regulando as atividades que são desenvolvidas ali dentro é possível vigiar melhor suas vidas. Esse aspecto do controle do tempo, como parte do processo recuperatório dessas pessoas, é uma das características das instituições totais. Há horários estabelecidos para todas as atividades, como alimentação, banho de sol, atendimentos com os profissionais do direito e da saúde, faxina, entre outras. A televisão pode ser considerada uma exceção, senão prestemos atenção às palavras de Jocenir (2001, p. 110), ex-detento do Complexo do Carandiru, em São Paulo: “existem celas em que os aparelhos são ligados na primeira hora da manhã e desligados quando a madrugada vai alta. Quase vinte e quatro horas no ar”. Essa ocorrência também foi comprovada por Miller (2008, p. 85) em um estudo que refletiu sobre a presença da televisão na rotina de um presídio feminino em Porto Alegre: “quem tem televisão na cela pode deixá-la ligada o tempo que desejar. Durante o horário de silêncio, entretanto, o volume do aparelho deve respeitar a tranquilidade das demais internas”.

A televisão apresenta-se como uma das poucas saídas que o interno possui para se sentir ainda como membro da sociedade da qual foi segregado. Tem a função de alargar os horizontes daqueles que estão presos, abrindo-os para o mundo, de forma também que eles possam perceber a organização hegemônica do tempo, percebendo a vida em tempo presente na sociedade. Goffman (1998) percebe que a televisão não traz simples fragmentos da rua aos presos, mas uma própria fatia do tempo presente. Os presos, então, não se apresentam como sujeitos defasados com relação aos acontecimentos do mundo exterior.

---

permitida a leitura de jornais e o contato com rádio e televisão, ou seja, é banida qualquer forma de contato com o mundo externo.

*Tem dois meses que eu tô como voz no xadrez. É muita correria: uma coisa aqui, outra correria ali. É preciso manter a ordem, a higiene. Muito macho junto, o senhor tá ligado como é, todos tem que seguir uma ordem. Tem que andar certo, não pode falhar. (...) Tem dia, a noite, que eu nem sei que dia é. Fico pensando no dia de amanhã, mas nem sei que dia vai ser. Aí, quando vejo o jogo na televisão, sei que vai ser quinta. [E o povo aí, gosta muito de futebol?] Gosta, gosta. Que cadeia não gosta de futebol? É muita tirada de ideia. Agora, então, com o Leão na final, todo mundo tá antenado nos programas<sup>86</sup> (DETENTO PLB 1<sup>87</sup>).*

Alguns programas televisivos, em particular, têm *moral* entre as pessoas que estão no cárcere. A programação de telejornalismo é uma que tem expressividade entre os presos. Assim, programas esportivos, aqueles que noticiam matérias futebolísticas, principalmente dos dois maiores times de Salvador, Bahia e Vitória, ganham repercussão e alimentam as conversas diárias entre os detentos da PLB. Nada muito diferente do que observamos as segundas e quintas-feiras, principalmente, nas rodas de conversas pelas ruas afora das cidades brasileiras, após cada rodada dos campeonatos de futebol. Programas que destacam a violência criminal também são expressivos lá dentro. Como os sujeitos presos possuem, notoriamente, histórias de vida atreladas ao mundo do crime, cenário construído e apresentado pelos telejornais que dão prioridade às questões policiais, esse tipo de programação apresenta uma audiência significativa atrás das grades.

*No meu xadrez tinha duas [televisões], mas uma queimou. A gente assiste junto um jornal, um filme. A gente vai passando um tempo. (...) Eu procuro um jornal pra ficar mais na atividade lá fora. [Atividade?!] É... saber o que tá acontecendo. [E que jornal você vê?] Record, Globo, Bocão... qualquer um. A gente fica lá... olhando, viajando. O que tá passando, o que não tá, quem tá*

---

<sup>86</sup> No ano de 2010, o Esporte Clube Vitória, um dos grandes times do Estado da Bahia, chegou à final da Copa do Brasil. Aos aficionados por futebol, principal aos torcedores do referido clube rubro-negro, a conquista da vaga para a final de um campeonato nacional importante é motivo de alegria e muita expectativa.

<sup>87</sup> Rapaz novo, falante. Como foi o primeiro a participar das entrevistas, percebi que procurou saber os detalhes da pesquisa, possivelmente, para retransmitir as informações para a coletividade do módulo III da PLB. A entrevista aconteceu de modo bem espontâneo. Apaixonado por futebol, abordamos também fatos do jornalismo esportivo na Bahia. Ajudou a propagar nossa presença entre os presos, ajudando para que houvesse o consentimento dos outros internos na participação da pesquisa. Segundo ele, a vida na cadeia é de muita correria, ainda mais por ser o preso mais antigo na cela, fato esse que o coloca em uma posição de liderança perante os demais. Em algumas situações, funciona como um professor para os presos mais novos. Demarcou seu posicionamento quanto ao Se Liga Bocão, quando afirmou que o telejornal não está ali para julgar se uma pessoa é criminosa ou não. “*Tinha que informar, só isso*”.

*passando, normal. [Quem tá passando...] É. Alguém da Boca. [Da boca?] Boca do Rio. Sou de lá (DETENTO PLB 3<sup>88</sup>).*

O Se Liga Bocão, apresentado pela TV Itapoan (Rede Record), um telejornal policial de caráter local com cobertura e veiculação voltadas ao Estado da Bahia, ganha prestígio entre os presos do Complexo Penitenciário de Salvador, pois propicia a atualização do tempo na vida dos encarcerados, já que são bem familiarizados com a realidade construída em cada reportagem e se reconhecem nos dramas da violência cotidiana. Além, é claro, da oportunidade de saberem sobre os casos de crimes atuais e sobre aqueles *irmãos de crime* que foram presos e/ou mortos pela polícia ou em confrontos com outros criminosos.

#### 4.2 Gênero televisivo

Implantada no Brasil na metade do século passado, a televisão está prestes a completar 60 anos de existência nacional. De lá para cá, foram muitas as transformações, tanto nos modos de produção quanto nos usos e recepção por parte dos telespectadores. Acompanhando essa dinâmica, as discussões e os estudos sobre a televisão também foram despertando diferentes olhares. França (2006, p. 14) identifica três grandes tendências dentro deste panorama:

A primeira delas diz respeito às abordagens mais gerais, que falam da relação televisão e sociedade, buscando delinear seu papel, funções e efeitos. Numerosas obras se dedicam a discutir o que a televisão significou e trouxe à sociedade. (...) Um segundo enfoque, mais interno, diz respeito à caracterização técnica do meio e de sua linguagem. Tais estudos são desenvolvidos, geralmente, por autores que trabalham não especificamente sobre a TV, mas sobre estética, imagens, meios visuais. (...) Por último, encontramos um vasto repertório de análises circunscritas a programas específicos. Fugindo das abordagens muito amplas e totalizantes, vamos encontrar, contemporaneamente, uma grande proliferação de estudos tratando ora dos aspectos da produção de tal ou tal produto, ora da sua audiência.

O estudo aqui apresentado está inserido neste último caso, ou seja, na reflexão de um gênero televisivo específico, o telejornalismo. No campo da

---

<sup>88</sup> Homem de mais idade, se comparado à maioria dos presos da PLB. Já foi preso por diversas vezes... *“perdi as contas”*. É um exemplo de piolho de cadeia, detento antigo que já conhece a rotina do sistema penitenciário. Pela forma que os próprios agentes penitenciários o trataram, percebe-se que é um preso conhecido e que não arruma confusão na cadeia. Foi possível perceber também que os demais presos demonstraram um respeito mais nítido à sua pessoa. Mais um crítico do Se Liga Bocão. Categoricamente, afirmou que o programa *“não presta”*, servindo apenas para deixar uma marca na vida daqueles que passaram por suas reportagens.

comunicação, são muitas as discussões que envolvem a questão dos gêneros. Podemos afirmar que há, inclusive, certa desordem entre diferentes percepções a respeito dos gêneros textuais, gêneros discursivos e gêneros literários. Para não adentrarmos nessas divergências teóricas, seguiremos Gomes (2006b) quando da adoção da concepção de gênero televisivo, já que o processo comunicacional que se evidencia aqui procura entender a televisão pelo viés da cultura, ou seja, como sendo produto das práticas culturais construídas em um contexto histórico-social.

O gênero apresenta-se como uma estratégia de interação entre a produção e a recepção situada em um determinado cenário histórico-social. Isso significa que devemos

(...) ultrapassar a dicotomia entre análise do produto televisivo e análise dos contextos sociais de sua recepção e oferecer um lugar ou momento a partir do qual analisar o “encontro” entre o produto televisivo e seus receptores nos leva a acreditar na produtividade da empreitada. No nosso entendimento, o desafio está em explorar empiricamente a existência de relações sociais e históricas entre determinadas formas televisivas e as sociedades e períodos nos quais essas formas são praticadas (GOMES, 2002, p. 25).

A forma televisiva que nos interessa é o telejornalismo. Esse gênero, por ser formado entre os campos jornalístico e televisivo, antecipa algumas características ao público receptor que, por sua vez, reconhecendo-as, baseando-se em seu universo de competências culturais, irá interagir com o programa de acordo com suas expectativas. Esse processo demonstra que, apesar de não se constituírem como modelos engessados dos produtos que observamos no campo da comunicação, os gêneros “delimitam as produções de sentido, demarcando a significação e os aspectos ideológicos dos textos, bem como o alcance comercial (e o público-alvo) dos produtos midiáticos” (JANOTTI JR., 2005, p. 59).

Uma prova dessa dinamicidade que envolve os gêneros é a quantidade de categorias que envolvem uma única estratégia de comunicabilidade. No caso do telejornalismo, a que nos chama mais atenção é o telejornal, subgênero de grande tradição na televisão brasileira. Apresentado em diferentes formatos, os telejornais são produtos culturais que medeiam as estratégias de produção e o sistema de recepção. Percebemos, então, uma negociação no processo comunicativo. No caso em questão, negociações que acontecem na conjuntura dos programas populares. Nossa investigação

preocupa-se com o entendimento dos usos sociais que o público receptor faz desses produtos televisivos, já que “o consumo não é apenas reprodução de forças, mas também produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais” (MARTIN-BARBERO, 2006, p. 292).

Reduzir os gêneros televisivos às prescrições estabelecidas pelas emissoras ou também aos classificados construídos pela sociedade tem impedido a compreensão de sua legítima função e de sua relevância metodológica, ou seja, a de funcionar como chave analítica dos programas veiculados pela televisão (DUARTE, 2006). Neste sentido, a noção de gênero é de fundamental importância no processo de análise dos telejornais, visto que é essencial perceber a produção de sentido por parte dos telespectadores remetida às dimensões cultural, social e histórica observadas nesse processo. Com isso, fica fácil notar a forte presença do popular na cultura. As mediações existentes no movimento de produção e recepção, ou seja, nos espaços, temporalidade e competências culturais, são aqui reconhecidas como o paradigma que ajuda a entender a necessidade de inclusão da cultura popular no campo da comunicação. Cultura esta organizada num território de conflitos, de disputas, entre os ideários dominantes e as negociações empreendidas pela classe popular em busca de sua hegemonia social.

Feita esta consideração conceitual a respeito do gênero televisivo, vejamos agora o conceito principal na composição metodológica de análise de telejornalismo adotada por nós, a noção de modo de endereçamento.

### **4.3 Modo de Endereçamento**

Com origem na esfera de análise fílmica, o conceito de modo de endereçamento tem sido utilizado no contexto televisivo, a partir de algumas adaptações, com o intuito de descobrir como determinado programa se relaciona com o público que o assiste. Sabemos bem que as notícias de um telejornal são construídas por uma equipe de profissionais, situada em um contexto específico, que apresenta a sua marca em relação ao acontecimento coberto e divulgado. Todavia, há outra orientação presente neste processo de produção. Uma orientação em relação ao receptor. Gomes

(2006a, p. 108) afirma que “a análise do modo de endereçamento deve nos possibilitar entender quais são os formatos e as práticas de recepção solicitadas e construídas pelos telejornais”.

O modo de endereçamento, de acordo com os estudos de recepção televisiva, faz menção aos eventos que são inerentes ao programa e atuam sobre os telespectadores. São configurações, métodos, acordos, assuntos, cenários, falas, tecnologias, sujeitos, enfim, uma série de formas e práticas comunicativas que, associadas, denunciam o estilo do programa em questão. No caso dos telejornais, por mais parecidos que sejam, sempre encontramos diferenças entre eles, tanto entre telejornais de emissoras distintas quanto entre dois ou mais telejornais de uma mesma emissora. Notamos, então, que o modo de endereçamento se arquiteta não só com os recursos materiais, concretos, mas também com as produções imateriais, simbólicas, presentes naquela dada circunstância comunicativa.

Gomes (2007), lembrando que a análise de programas jornalísticos televisivos não pode ficar restrita à descrição dos elementos semióticos da televisão, pois eles por si só não permitem a compreensão das estratégias de configuração dos modos de endereçamento, desenvolveu quatro operadores de análise que permitem a articulação dos elementos semióticos aos elementos discursivos, sociais, ideológicos, culturais e propriamente comunicacionais<sup>89</sup>. Com a tabela a seguir, identificamos esses operadores, apresentando suas principais propriedades.

**Tabela 6. Operadores de análise para compreensão do modo de endereçamento do programa telejornalístico. GPAT-UFBA, 2007.**

OPERADORES DE ANÁLISE	DEFINIÇÃO	QUESTÕES PARA ANÁLISE	PALAVRAS-CHAVE	EXEMPLOS
<b>O mediador</b>	São os apresentadores, repórteres, comentaristas e correspondentes do programa telejornalístico.	Como se posiciona diante das câmeras? Qual o vínculo com o telespectador? Como constrói sua credibilidade no campo da comunicação e a conduz para veiculação	Âncora Familiaridade Credibilidade Performance Texto verbal	José Luiz Datena, Brasil Urgente. William Borner e Patrícia Poeta, Jornal Nacional.

<sup>89</sup> O processo de desenvolvimento desses operadores de análise contou com a colaboração dos integrantes do Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo, coordenado pela própria professora Itania Gomes. Para conhecimento dos pesquisadores e de suas produções, ver site do grupo: [www.telejornalismo.facom.ufba.br](http://www.telejornalismo.facom.ufba.br).

		do programa?		
<b>O contexto comunicativo</b>	Compreende o emissor, o receptor e as circunstâncias espaciais e temporais em que ocorre o processo comunicativo.	Como os emissores se apresentam? Como representam seus receptores? Como situam uns e outros em uma situação comunicativa concreta?	Emissor Receptor Comunicação	Apresentação explícita do receptor: “Bem, amigos da Rede Globo”.  Apresentação implícita do modo de se comunicar: cenário, postura do apresentador.
<b>O pacto sobre o papel do jornalismo</b>	Diz respeito aos acordos tácitos construídos pelo programa para relacionar-se com sua audiência; as expectativas sociais sobre o jornalismo.	Quais os formatos de apresentação da notícia?  Como buscam o reconhecimento de sua autenticidade?  Qual a relação com as fontes de informação?  Como lida com as premissas, valores, normas e convenções que constituem o jornalismo?	Jornalismo Tecnologia Objetividade Imparcialidade Interesse público Atualidade Quarto poder Autenticidade Vigilância social	Transmissão vivo  Exibição das redações como pano de fundo para a bancada de apresentação.  As vezes utilizadas para a construção da notícia.
<b>Organização temática</b>	Faz referência às temáticas observadas no telejornal.	Como a temática em questão é abordada?  Qual o modo de organizar e apresentar as diversas editorias?	Editorias Temas Assuntos	Telejornais temáticos.  Editorias de economia, esporte, política, cultura etc.

Adaptação de Gomes (2007)

Estas passagens destacadas na tabela acima são perceptíveis em cada programa televisivo e, juntas, atuam sobre os telespectadores. Dessa maneira, não se deve concebê-las, aplicá-las e interpretá-las separadamente. Somente quando vinculadas, teremos o conhecimento da tendência que identifica o programa analisado. Portanto, a maneira mais simples de caracterizar a presença destes operadores num exercício de análise de um programa telejornalístico da tevê brasileira, por exemplo, é por meio de um layout que simboliza as relações de sobreposição que há entre os quatro operadores e a relação em ciclo com a ideia central, que seria o próprio programa estudado. Assim, teríamos algo semelhante à figura abaixo.

**Figura 3. Diagrama representativo dos operadores de análise em aplicação, a partir de um programa jornalístico televisivo.**



Tomando um telejornal como exemplo, a partir das especificidades de um operador, observadas no contexto macro do programa analisado, em conjunto e em cooperação com as demais características particulares dos outros três operadores, o analista televisivo consegue trazer à tona os predicativos utilizados pelos produtores no processo de orientação em relação à notícia veiculada e também em relação aos próprios telespectadores. Não há, então, neutralidade e imparcialidade no processo de construção das notícias. O que assistimos é que cada programa é único, com características próprias que o distingue dos demais.

#### **4.4 Os encontros com os presos na PLB**

O processo de coleta de dados no interior da Penitenciária Lemos Brito para a elaboração deste estudo não saiu como esperávamos. As condições de infraestrutura da unidade fizeram com que procurássemos alternativas para que se efetivassem os encontros com os presos. Primeiramente, isso aconteceu porque fomos direcionados a um único pavilhão, o módulo III. E lá, quando tivemos a oportunidade de *descer* para organizar o ambiente para o exercício da pesquisa, comprovamos mais uma vez o quanto o sistema penitenciário nacional anda falido. “Que podridão!” foi a expressão que veio ao nosso pensamento quando vimos as condições da cadeia. E não estamos nos referindo às celas, ao ambiente de convívio dos presos. O próprio espaço destinado aos agentes de segurança contraria qualquer normativa de vida saudável. Uma espécie de saguão de entrada do respectivo pavilhão. Lugar feio, sujo, fétido, com instalações antigas, precárias, quebradas. Insalubridade total. Esse exemplo nos mostra o quanto as instituições prisionais também não estão preocupadas com as vidas daqueles que trabalham em seus espaços.



Como precisávamos de um local apropriado para nos reunir com os sujeitos que participariam da pesquisa, inicialmente, o caminho escolhido por nós foi a escola encarcerada, basicamente por dois motivos. Primeiro, por nossa formação, atuação e pesquisa relacionadas ao espaço escolar, às práticas educativas na prisão. No entanto, a principal razão é o respeito que esse ambiente possui perante a população carcerária. Contudo, o que encontramos no módulo III não foi uma escola e sim duas singelas salas de aula, improvisadas e penumbras<sup>90</sup>. De qualquer forma, naquele espaço não foi possível, devido ao choque de horário com as aulas e também ao diminuto espaço físico que atrapalharia a interação com o grupo de presos. Logo de início, tivemos que replanejar nossas ações, adequando-as àquilo que a cadeia, aquele módulo especificamente, pudesse comportar.

Desde a construção do projeto de pesquisa, propusemos uma metodologia de trabalho empírico que contrariasse as bases autoritárias e controladoras próprias do ambiente prisional. Princípios como o respeito aos encarcerados e um posicionamento dialógico junto a eles, temos a convicção, são fundamentais para o exercício de uma prática investigativa na prisão, onde o preso seja “ouvido, valorizado, respeitado, tendo liberdade para pensar e expressar sua vida como um todo, onde o relacionamento e o trabalho sejam caracterizados pelo diálogo, pela confiança, solidariedade e disciplina, sem, ao mesmo tempo, deixar de ser um espaço de produção de novos conhecimentos e valores sociais” (LEITE, 1997, p.10). Efetivando essas proposituras, certamente, estaremos reconhecendo o preso como ator social do processo vigente.

Como havíamos previsto um desenho metodológico na perspectiva do grupo focal, pois entendíamos que tal procedimento permitiria a coleta dos dados por meio do desenvolvimento de atividades compartilhadas com os presos, garantindo as falas e as percepções dos sujeitos envolvidos na pesquisa de modo coletivo e participativo, mas não encontramos um local propício para a efetivação deste trabalho, fomos obrigados a adotar uma nova técnica de pesquisa, agora individual e mais particular, a entrevista. E, apesar desta ocorrência não ter nos agradado no início, percebemos depois que foi a saída mais satisfatória e condizente para o perfil de ambiente em que estávamos, com

---

<sup>90</sup> Apesar de a PLB possuir uma escola efetivamente, com direção e corpo docente, e um espaço propício para a realização dos planejamentos de aula, num anexo a um dos módulos, as salas de aula que os detentos frequentam ficam no interior de cada um dos módulos. Portanto, são espaços improvisados, que não foram projetados inicialmente para atender dinâmicas de ensino e aprendizagem.

rotina e regras próprias, muitas vezes desconhecidas pela grande sociedade, fazendo com que o interno seja obrigado a ter um determinado tipo de conduta para sua própria sobrevivência. Leme (2002, p. 20), enquanto atuou como professor numa escola encarcerada, expôs sua impressão quanto a isso: “[há uma] resistência acirrada dos presos a qualquer trabalho em grupo, pelo receio de se expor aos companheiros ou até mesmo ao educador”.

Rodrigues (2001) destaca que um preso esperto, *vivo*, apresenta uma conduta exemplar, ou seja, de *cobra criada*, que muito observa e escuta, mas pouco se expõe. Dependendo da forma como é realizada, esta exposição diante do coletivo pode *não cair bem*, haja vista o risco que se corre quando se fala algo que contrarie as normas do crime. Com o trabalho de entrevistas que foi desenvolvido, tendo somente a nossa presença, percebemos que os presos ficaram a vontade, sem receios daquilo que estavam falando, e puderam se expressar com maior facilidade, reconhecendo-se como especialistas daquela realidade contextualizada. Individualmente ouvidos, conseguimos entender como se constrói a interpretação dos fatos, já que a pauta em debate girou em torno de processos inerentes ao próprio público – a leitura de vida e a leitura de mundo, o que facilitou nossas conclusões a respeito das representações sociais do cárcere, do comportamento às práticas cotidianas dos presos, e de fora dele.

Na PLB, no interior do módulo III, por aquilo que observamos, o local mais adequado, o único, para nos encontrarmos com os presos seria um dos espaços religiosos do pavilhão, mas nem chegamos a cogitar tal possibilidade, sabedores que somos da dinâmica que envolve tais atividades no cárcere. Tivemos que nos render à proposta de um dos funcionários, ou seja, realizar nossa pesquisa no espaço destinado aos próprios agentes penitenciários, aquele mesmo relatado anteriormente, execrável à convivência humana. No entanto, com a colaboração dos mesmos, pudemos nos *ajeitar* numa minúscula sala, uma espécie de antigo parlatório, propício para rápidos encontros entre advogados ou entes familiares e os presos, talvez o único local limpo no meio daquela imundície toda.

A técnica da entrevista foi importante, pois criou uma relação de interação na medida em que houve estímulo e consentimento entre as partes envolvidas, ganhando “vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.34). Cada detento envolvido pôde discorrer seus pensamentos livremente,

alguns com maior desenvoltura, outros nem tanto, a partir daquilo que observava nos programas gravados e mostrávamos um a um. Desta maneira, o que poderá ser visto nas próximas páginas é a maneira como os presos enxergam a vida, coincidindo em muitas ocasiões com aquilo que nós também pensamos, afinal nosso “ponto de vista é o dos ‘condenados da Terra’, o dos excluídos”, como diria Freire (1999, p.16).

Acolher as palavras dos detentos, pensando num processo dialógico simétrico, entre iguais, em nada tem a ver com a concordância de suas práticas criminosas, pois as mesmas, na verdade, não contribuem para que aconteça a profunda transformação social de que o nosso mundo necessita. Todavia, se realmente desejamos a construção de uma nova ordem, é imprescindível apresentar o pensamento daqueles que estão à margem da sociedade. Procuramos, então, analisar a percepção televisiva deles no interior do cárcere. Para tanto, no decorrer das entrevistas, abordamos passagens de suas vidas desde a época da infância até a fase adulta. Sendo assim, temas como família, escola, trabalho e a entrada no mundo do crime, além do cotidiano da prisão, estiveram na pauta dos nossos encontros.

Na medida do possível, procuramos estabelecer um vínculo com o preso entrevistado. Inicialmente, nos apresentávamos, explicávamos o nosso envolvimento passado e atual com a prisão, mostrando inclusive algumas de nossas produções, falávamos um pouco sobre a nossa vida e a nossa profissão, até focarmos os esclarecimentos alusivos à pesquisa que estávamos efetivando ali na PLB. Estes pormenores foram fundamentais para que o preso sentisse *firmeza* na nossa presença e na pesquisa proposta. Assim, percebemos que as entrevistas aconteceram de modo franco e livre. Contudo, é preciso deixar claro, temos a ciência de que as declarações obtidas não focalizaram inteiramente o que acontece dentro da rotina de uma prisão. Neste aspecto, vale o registro de um famoso preso brasileiro<sup>91</sup>: “sonho em escrever minhas memórias da prisão. Mas aí eu precisaria estar longe, de preferência na Noruega, com meu filho. Ninguém contou a verdade sobre a vida prisional. Se o fizesse, morreria no dia seguinte (Hosmany Ramos, In: GIRON, 2002, p.39).

---

<sup>91</sup> Hosmany Ramos é um dos mais conhecidos presidiários brasileiros. Formado em medicina, foi cirurgião plástico renomado e membro da alta sociedade brasileira nos anos 70. Na década de 80, porém, iniciou sua relação com a criminalidade. De lá até o final da década de 90, ele foi indiciado em mais de 23 inquéritos, desde roubos até sequestro. Recebeu 8 condenações que chegam a 47 anos de prisão. Porém, deste total, ele nega ter cometido o assassinato ao qual também foi condenado. Hosmany é escritor e possui 11 livros publicados.

A escolha dos presos entrevistados aconteceu de acordo com a dinâmica observada no módulo III da PLB. Dessa maneira, primeiramente, tivemos que expor nossas ideias a um preso especificamente que atua como se fosse o Relações Públicas do pavilhão, o principal interlocutor da população carcerária junto à diretoria da unidade, para que ele tomasse conhecimento do que seria desenvolvido ali dentro e concordasse com a participação dos internos. Foram três dias de expectativa para que ele apresentasse um retorno ao nosso pedido. Pelo que entendemos, ele não estava conseguindo se reunir com as demais lideranças do pavilhão para socializar nosso pedido. Por fim, tudo resolvido. Selecionamos os presos aleatoriamente, a partir de rápidas conversas próximas à entrada do pavilhão. Assim, no visual e na intuição, fomos elegendo *novatos e piolhos de cadeia*, isto é, pessoas novas e velhas, em termos de idade e de passagens pela prisão.

#### **4.5 O Se Liga Bocão na fala dos presos da PLB**

O telejornal policial Se Liga Bocão é mais um programa televisivo que teve origem na esfera radiofônica. A marca que leva o nome do programa existe há uma década, pois teve início no ano de 2001 na Rádio Transamérica da Bahia<sup>92</sup>, tendo sempre a condução do jornalista José Eduardo Figueiredo Alves, popularmente chamado de Zé Eduardo, ou simplesmente Bocão. Após ter se tornado uma referência entre os programas de rádio da capital baiana, o Se Liga Bocão estreou na televisão no dia 07 de agosto de 2006, inicialmente com o nome de Bom Dia Bocão, pela manhã, e depois, no horário de almoço, com o próprio nome Se Liga Bocão, ambos transmitidos pela TV Aratu, emissora afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Apresentando-se como um noticiário de denúncia e utilidade pública, cujo jornalismo era pautado pela transparência e pela credibilidade<sup>93</sup>, construídas desde os tempos do rádio, o programa não demorou a alcançar bons índices de audiência no seu horário de veiculação.

---

<sup>92</sup> Neste início, o programa era de entretenimento dos bastidores do axé e tinha como público alvo as classes A e B. Somente no ano de 2005, já na Rádio A Tarde (antiga 104 FM), o programa Se Liga Bocão tomou o caminho popular com denúncias apresentadas pela parcela mais carente da população baiana (ALBUQUERQUE; FIALHO, 2008).

<sup>93</sup> Informações obtidas nos arquivos do Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo que, no ano de 2007, realizou diferentes análises do referido programa.

Os presos da PLB também reconhecem o Bocão no rádio, pois o Se Liga Bocão também faz parte da programação da Rádio Itapoan FM. Indo ao ar diariamente das 18h às 19h, destaca os mesmos conteúdos policiais vistos na tevê, acrescido de algumas informações sobre o trânsito e acontecimentos populares nas cidades da RMS. Mas o que nos chamou a atenção foi a ênfase dada ao apresentador longe do campo da denúncia popular e das temáticas policiais. É traçada uma relação de audiência na esfera esportiva, outro campo de atuação de Zé Eduardo, já que ele também comanda, ao lado do apresentador Márcio Martins, o programa dos Galáticos, um dos preferidos dos baianos, também na rádio Itapoan FM<sup>94</sup>. Exibido sempre de segunda a sexta, das 20h às 22h, a programação tem transmissão de jogos ao vivo, além de comentários e participação dos ouvintes.

**Figura 4 – Logomarca do programa esportivo Galáticos. Rádio Itapoan FM. Bahia 2012.**



Não seria erro afirmar que o nome Bocão, na verdade, se transformou numa grande marca comercial na mídia da Bahia. Além da presença na televisão e no rádio, o Bocão também está na internet, com o site de notícias Bocão News, que transita por notícias da política, da segurança pública, dos esportes, da cultura, enfim, com vídeos, imagens, charges, artigos e entrevistas.

**Figura 5 – Logomarca do site de notícias Bocão News. Bahia 2012.**



---

<sup>94</sup> De acordo com o IBOPE, entre os meses de maio e julho de 2012, o Galáticos confirmou a liderança absoluta de audiência na RMS.

Há uma rede midiática, com televisão, rádio e websites<sup>95</sup>, que alimenta os produtos que levam a marca Bocão. Mas, agora, prestemos atenção às palavras dos presos da PLB a respeito do apresentador Zé Eduardo:

*Eu sempre gostei do Zé. Quer dizer, lá fora, sempre ouvia ele, a noite, nos futebol. Como eu trabalhava, não via o Bocão na tevê. Sabia que tinha polícia, que tinha ladrão, que mostrava morte. Mas comecei a ver mesmo aqui, mas não gostei. [Por que?] É muita bestagem. Tomei raiva. [Mas continua vendo?] O pessoal vê. Aí fico de butuca. Mas não gosto. Quando ele fala de polícia, essas treita, ele é um abestalhado, não sabe de nada. (...) No futebol, ele é mais sério. Tem as bobagens, mas é melhor. [E continua ouvindo rádio?] Parei. Os homi avacalharam meu rádio, quebraram. [Mas por que você aponta que ele é mais sério no rádio, no futebol?] Ele fala as coisa com mais nitidão. [precisão, nitidez] Não tem essa gritaria aí. [referindo-se ao programa na tevê] (DETENTO PLB 8<sup>96</sup>).*

*Na televisão, nestes programa [Se Liga Bocão], tem dia que ele é um porre. Tem um tiozão lá dentro [na cela] que já acha ele porreta. Depende de cada um. Ele vive falando que esse cara [o Bocão] tem coragem de falar, que mete o pau, não tá nem aí, não tem medo de morrer. Eu sô dos que vê isso tudo como tudo armado, é muita pilha [mentira]. Ele já sabe o que tá gravado. [Mas o programa é ao vivo...] Ao vivo nada, pai, as matéria é tudo gravada. O senhor não tá vendo? É tudo combinado com a polícia. Nos Ganático, Falátipo [Galáticos], a noite, tem isso não. E não é só ele que fala. Tem cada resenha! O senhor já ouviu? É verdade que ele é Vitória? (DETENTO PLB 4<sup>97</sup>).*

Com esses dois entrevistados, foi possível buscarmos mais detalhes da vida passada. Aproveitamos a espontaneidade de ambos para aprofundarmos o diálogo no que concerne ao mundo futebolístico. Como também gostamos de futebol, a conversa

---

<sup>95</sup> Além dos sites dos meios de comunicação que pertencem ao grupo Itapoan, a emissora de televisão e a emissora de rádio, [www.itapoanonline.com](http://www.itapoanonline.com) e [www.itapoanfm.com.br](http://www.itapoanfm.com.br), há os sites do programa radiofônico Galáticos ([www.galaticosonline.com](http://www.galaticosonline.com)) e do portal Bocão News ([www.bocaonews.com.br](http://www.bocaonews.com.br)).

<sup>96</sup> Mais um preso experiente. “Vários artigos... mas assalto é comigo”. Acredita que o Se Liga Bocão é mais pra fantasiar, um programa de entretenimento que aborda situações sociais delicadas. Não poupou críticas ao apresentador Zé Eduardo: “não entende nada daquilo que fala”. Afirmou que cansou do crime e que estava na hora de parar.

<sup>97</sup> Foi um dos poucos que, espontaneamente, fez referência ao crime cometido na rua. Não se intitula do crime, mas não nega que tem aprendido muito na prisão com os “*companheiros de sofrimento*”. Disse que o Se Liga Bocão pode fazer o homem pensar na vida, rever as escolhas, os caminhos percorridos. Porém, não acredita que alguém possa abandonar o crime por causa das reportagens veiculadas diariamente.

fluiu facilmente. Desta maneira, fomos resgatando lembranças da infância, procurando entender o porquê da caminhada rumo à criminalidade<sup>98</sup>.

(...) [Não sei (se o apresentador Zé Eduardo torce para o Vitória). Eu sei que eu torço para o melhor time do Brasil, o Santos! (risos). Nasci em Santos, era mais fácil torcer para o Santos, né?!] *O Santos tem um time bom... aquele Ganso é porreta. Eu sou Vitória. [Aí dentro tem mais Vitória ou Bahia?] Bahia, com certeza. Mas a gente arreia eles no baba. Sempre tamo jogando... dia de terça, segunda, depende. Sempre fui marrado em futebol. Se dé ousadia, tem todo dia. Tem uns tio que joga bem [na PLB]. Na rua, tinha época, acho que dia de quinta, ia em Piatã. Sou do Alto Coqueirinho. Cresci lá. [E a infância lá como foi?] Normal. Invasão. Todo mundo ajudando todo mundo. Andando certo. [E você sempre andou certo?] Claro. Nunca fui de picuinha. Sempre andei certo. Olhando minha vida, sem ter olho grande. [E por que caiu? Melhor dizendo, por que o crime?] Aí é coisa minha. Todo mundo tem um motivo. Mas nunca fui de enterrar a vida de ninguém. To respondendo um 121, mas é coisa minha. Nada de crime. Perdi a cabeça. Os dias tão passando. Logo chega a hora de picar fora (DETENTO PLB 4).*

(...) *Minha mulhé que fica curiando [o Bocão]. Eu não. Ela que me diz as coisa e os companheiro daqui. Só não quero que os biribano de casa vejam essas notícias. Já basta eu aqui. [Biribano?!] Os moleque... tenho três filhos. É muita bronca e também tem muita coisa inventada nisso aí. Eles força as situação. Te esculhamba.* (...) [E como você lida com isso: você aqui e os filhos lá fora...] *Eles sabem que eu to aqui por causa deles. Minha mulhé sabe disso. Quis dá um conforto, mas nunca dei de rei, entende? Também vi minha mãe ficá só. Mas comigo é diferente. Me preocupo com eles. To aqui dentro mas sei o que tá acontecendo lá fora. [E quando sair, como vai ser?] Como assim? Com relação a eles? Da mesma forma que sô aqui e era em casa. Junto deles. Não quero essa vida pra ninguém. Não vô falá que não volto pra cá... o futuro só Deus sabe. Mas, por mim, num caio mais nunca (DETENTO PLB 8).*

Essa questão da entrada no crime, percebemos, não foi abordada de maneira confortável pelos entrevistados. O passado, por sinal, dentro do cárcere, é trabalhado para que fique afastado das lembranças na memória, principalmente os episódios que fizeram com que fossem presos. Afinal, a prisão, e o conseqüente processo de perdas a que o sujeito é submetido, ambos, contribuem para que se seja construída uma aversão às escolhas passadas. A famosa máxima que diz que “o crime não compensa” é entendida, na prática, somente quando o criminoso passa alguns anos da vida atrás das

---

<sup>98</sup> Como forma de organização das transcrições das entrevistas, optamos - em alguns momentos - por não registrar as nossas falas, a não ser que seja de fundamental importância para o entendimento daquilo que os presos fariam em seguida.

grades. Ou, pior, quando também é acometido a passar o restante da vida sentado numa cadeira de rodas devido aos disparos de arma de fogo que o atingiu, caso não tenha o levado a óbito. Por isso tudo que o jargão “3C” é bastante conhecido entre a população carcerária: quem opta pelo crime, é preciso ter a noção clara de que, um dia, estará no caixão, na cadeira de rodas ou na cadeia.

Quando o sujeito é preso inicia-se, em sua vida, um longo processo de perdas materiais e imateriais. Silva (2007, p. 52) cita a fala de um antigo preso a respeito das perdas de consumo frequente, enquanto cumpria sua pena no cárcere: “Sempre procuro pensar no futuro, em ir embora. Também penso no passado, numas coisas banais (...) na cama com a mulher vendo uma *tela*; *pagando* uma ducha quente; comprar uma pizza, um sorvete. Uns bagulhos que dão saudade (...) abrir uma geladeira; pegar uma roupa cheirosinha na gaveta. É o mínimo na rua, mas aqui dentro é um sonho”. Com as entrevistas realizadas junto aos presos da PLB, também foi perceptível a preferência pelo futuro, por aquilo que os aguarda após a libertação, ao invés de se refugiar no passado. Sonhos, desejos, promessas, planos, projetos, e coisas do tipo, envolvem o pensamento destes sujeitos, claro, sempre de maneira contida, mas nunca perdida.

*Já perdi muito tempo aqui. Deu minha hora, já paguei o que devia. To agoniado pra ir embora. Tenho as obrigação aqui dentro [na cela] e não paro quieto pra não ficar pensando muito. Porque senão só endoia. Mas to precisando ver gente nova, mulher, tá ligado? (...) [Sente saudade de quê, especificamente?] Do pagode. Das ninja [mulheres] dançando...um latão gelado. De tudo. [Tudo?] Das coisas boas. Tem outras que deu branco na memória. [Que tipo de lembrança? Fala uma aí, pelo menos.] Não posso, deu branco! (risos) E é melhor que fique assim (DETENTO PLB 1).*

*Tenho vontade de sair com ela [filha]. Vou fazer isso ainda. Quando eu saí daqui, ela vai tá com... tá com seis... nove. [Tem muita vida pela frente ainda. Vai fazer, sim.] Tem, tem... mas já perdi um bocado nesta paletada. Tá chegando mais um dia da criança e eu aqui. Nem queria que a mãe levasse [trouxe] ela. Mas ela gosta. Vai ter muvuca de menino, de menina. Vai vim mais a mãe. Só criança mesmo. Ela querendo vim e eu quero sair. Levar no zoológico. Na moral, nem eu fui naquele lugar. Desde pequeno tenho vontade de conhecer lá, passava no humilhante [ônibus] ali na frente. [Com certeza, você vai fazer isso ainda. Mas e aqui dentro, como são os dias de visita. Pelo que eu entendi, tem festa aqui no Dia das Crianças.] A rapá tá nos preparativos. As criança dão esperança. É bom isso. A gente precisa disso. [E qual é a sua*



esperança?] *Sair logo. Tirar isso da cabeça. Tentar tirar o ranço de cadeia do corpo, da mente* (DETENTO PLB 11<sup>99</sup>).

O cotidiano vivido dentro de uma prisão não foge à vida no mundo exterior. Há um acompanhamento daquilo que se vive do lado de fora das muralhas. Em algumas situações, talvez, a prisão apresenta um posicionamento até mais valorativo, em relação às instituições sociais, do que o encontrado pela grande população das cidades brasileiras. A família, por exemplo, é algo sagrado na prisão. Mães, esposas e filhos representam, na maioria das vezes, o principal elo do preso com a vida fora dali. As crianças, em especial, simbolizam e indicam que há vida pela frente. É preciso, então, sabedoria e paciência para esperar o dia de sair. Enquanto isso, ainda lá dentro, os presos já sinalizam que têm consciência do quanto será difícil apagar as marcas que a prisão deixará em suas vidas. Mas, por ora, é preciso sobreviver para que se possa viver futuramente.

O telejornal *Se Liga Bocão* pode ser facilmente enquadrado nos ditos programas populares da televisão brasileira. O próprio nome do telejornal já nos apresenta um desses indícios. A princípio, a expressão *se liga* está relacionada à informalidade, à linguagem dos marginais, como os presidiários por exemplo. Em cima disso, Rodrigues (2001, p. 58), em seu dicionário de cadeia, aponta que o significado da referida gíria é “fique atento”, ou seja, algo no sentido de chamar atenção, de ter cuidado, de ficar alerta. É claro que, atualmente, a expressão *se liga* ultrapassou fronteiras e se estendeu a outros grupos sociais, podendo ser percebida em diferentes situações cotidianas. O *se liga* do programa, então, sugere sua propositura, qual seja, a de ser um canal de vigilância, sempre atento aos acontecimentos sociais, pronto para mostrar a realidade do povo baiano.

*Quem tem que se ligar é ele. É ele que é o bocudo. Te filmam lá e te mostra na tevê como se fosse o cão, tipo um monstro. Só querem queimar você. [Você quer dizer que esses crimes mostrados na tevê não aconteceram?] Aconteceram... até pode ter acontecido. Mas não quer dizer que o cara vai sair sentando o dedo em todo mundo, roubar as pessoas, invadir... Eles forçam demais. Por isso dá veneno. O que tem cabeça vazia, pode ficar mais revoltado e buscar frete (frente?) quando sair daqui. [Como assim?] De tanto ver, o cara vai alimentando aquilo na cabeça... o diabo dorme contigo aqui. Depois que vazá, pra arrumar quiaca não precisa de*

---

<sup>99</sup> Foi o entrevistado que mais falou da sua vida pessoal, fato difícil de acontecer no ambiente prisional onde família é quase uma religião. Quanto ao *Se Liga Bocão*, foi enfático: “*amigo de polícia, é meu inimigo*”.

*muito. Não tô dizendo que vai acontecer isso comigo. Eu tô na minha, na maresia, só esperando minha hora. Mas tem uns irmãos virado na porra.* (DETENTO PLB 6<sup>100</sup>).

O termo *bocão*, por sua vez, complementaria a prontidão do *se liga*, visto que o programa se propunha a dar voz ao povo com suas manifestações, protestos e reivindicações. Seria, então, um local onde a população poderia abrir a boca, soltar o verbo, de tal modo que o programa reunisse “jornalismo social, denúncia e entretenimento”, conforme sua auto-apresentação na internet<sup>101</sup>. O apresentador Bocão, intitulado-se o porta-voz dos mais humildes, o legítimo representante do povo, conhecedor da realidade da periferia, das carências e das necessidades da maioria da população, anunciava que o programa estava a serviço da sociedade, um instrumento de defesa dos cidadãos. O mesmo preso que comentou sobre os exageros observados na produção das matérias do Ze Liga Bocão, também destacou muito bem esse suposto lado salvador do apresentador Zé Eduardo:

*Quem mermo ele pensa que é? Deus, só pode, super homem! Tem rebate pra tudo, sabe tudo. O negócio dele é polícia. É um queixão, isso que ele é. Vai trocar de Bocão para Queixão. Nunca tá do nosso lado. [Lado de quem?] Do nosso. De quem é do gueto, de quem não tem condição. A gente errou? Errou! Mas tamo pagando. Ele espernia e fala sem conhecer. Vai morar lá, viver na pressão... num guenta. Não é povão. Falá sem pisar, ficar só matracando, é fácil* (DETENTO PLB 6).

Esse espaço de reivindicações da população, apresentando notícias do dia a dia da cidade de Salvador principalmente, como os problemas com questões de educação, saúde, habitação, segurança, transporte e emprego, abrindo espaço também para apresentação e divulgação de eventos culturais, foi uma marca do Se Liga Bocão até meados de 2008, quando concorria diretamente com outro programa de características parecidas, o Balanço Geral, transmitido pela TV Itapoan, afiliada da Rede Record, no horário de meio-dia. Contudo, ainda no mesmo ano, o Se Liga Bocão passou a fazer parte desta referida emissora, indo ao ar logo após o Balanço Geral, às 13 horas. Sua estreia nesta nova emissora aconteceu no dia 14 de janeiro de 2008. Com isso, foi nítida a mudança editorial que o programa sofreu, priorizando acontecimentos

---

<sup>100</sup> Durante a conversa demonstrou um sentimento de pertença à periferia muito forte. Fez questão de enumerar os diferentes bairros onde já morou em Salvador e Lauro de Freitas. Mostrou-se inconformado com as construções das reportagens, que criam “*monstros da sociedade*”, e que o sistema prisional colabora ainda mais para que estas pessoas se sintam rebaixadas.

<sup>101</sup> Retirado do site do programa (<http://www.itapoanonline.com/main/seligabocao/oprograma.aspx>) no dia 23/03/2010.

policiais em sua cobertura, mas continuando no conjunto dos programas populares da televisão brasileira em virtude, principalmente, “pelo jeito diferenciado de ouvir o povo e discutir assuntos do dia a dia<sup>102</sup>”. Na verdade, o Se Liga Bocão, fundamentando-se na credibilidade construída ao longo dos anos na rádio baiana e nas coberturas jornalísticas em emissoras locais de televisão, a partir deste momento, enquadrou-se no que chamamos aqui de telejornalismo policial, ou seja, “programas jornalísticos caracterizados, sobretudo, pela espetacularização dos fatos, voltados principalmente para a cobertura de fatos violentos (assassinatos, sequestros, estupros, traição) e a dramatização e exploração dos relatos de vítimas e parentes conhecidos das vítimas” (ARAÚJO, 2006, p. 47).

Diferentemente da maioria dos telejornais, a vinheta do Se Liga Bocão não é utilizada na abertura do programa, e sim no início dos blocos, a partir do segundo, além do fechamento de cada um deles. Tendo início às 13 horas, o telejornal começa com uma rápida conversa entre o apresentador Zé Eduardo e o apresentador do Balanço Geral, Raimundo Varela, programa que o antecede e que, se atentarmos exclusivamente às matérias de cunho policial, pode ser apontado como um prefácio do Se Liga Bocão, pois segue a mesma tendência popular em seu processo de produção<sup>103</sup>. A finalização de um programa, e a conseqüente abertura do outro, não é marcada por intervalos comerciais, *merchandisings*, vinhetas ou algo parecido. É feita apenas uma divisão da tela em duas imagens simultâneas, destacando os dois apresentadores em planos que variam de médio a próximo, onde é possível perceber que se encontram no mesmo estúdio, mas cada qual em seus respectivos cenários. A própria postura dos apresentadores denuncia esse fato, quando viram-se para os lados no intuito de dirigir à palavra ao colega presente.

## **Imagem 2. Início do telejornal Se Liga Bocão. TV Itapoan. Bahia 2010.**

---

<sup>102</sup>Retirado do site do programa (<http://www.itapoanonline.com/main/seligabocao/oapresentador.aspx>) no dia 03/04/2010.

<sup>103</sup> Entre os anos de 2010 e 2011, durante o período de gravações, análises e trabalho de campo na Penitenciária Lemos Brito, entrevistando os internos a partir da recepção das edições do programa, seu horário de veiculação era 13h, sendo antecedido pelo programa Balanço Geral. Hoje, o Se Liga Bocão vai ao ar às 12 horas e o Balanço, no início da manhã, 7h15min.



É uma entrada pouco convencional aos padrões televisivos brasileiros, principalmente por se tratar de produtos jornalísticos. Em rede nacional, são raros os casos, mas em programações regionais é mais comum observá-la, até mesmo como estratégia utilizada pela emissora para aproximar os telespectadores por meio de uma conversa informal e descontraída. Outro aspecto importante, quando do término e início dos programas sem a presença de intervalos comerciais, é a preocupação em manter a audiência daquele instante, haja vista os bons índices também apresentados pelo Balanço Geral. Com essa passagem simultânea de programa para programa, de apresentador para apresentador, o processo de fidelização do público à programação ofertada pela emissora pode ser facilitado.

Apesar de ser uma das pessoas midiáticas de maior reconhecimento na RMS, por sua longa trajetória de trabalho em diferentes programas na tevê baiana, Raimundo Varela não é tão prestigiado assim dentro da PLB. Vejamos algumas falas dos presos entrevistados que, indiretamente, discorrem sobre a vida no cárcere e as perspectivas em relação à televisão:

[No início da gravação, foi mostrado o Varela, do Balanço Geral, o programa que vem antes do Bocão. Vocês também assistem este programa?] *Não... sei não. Mas nesta hora tá na Globo, no esporte. Qualquer dia o velhinho vai dar um treco com as porradas na mesa. [Ah, então você assiste...] Eu conheço, mas não vejo, não. No que diz a mim, eu to puxando uma jega [dormindo]. É logo depois do grude. Mas eu acho... perainda... tá no Globo Esporte. Depois que eu acordo, umas meia hora depois, tá no Bocão (DETENTO PLB 2<sup>104</sup>).*

---

<sup>104</sup> Homem de meia idade, de pouco estudo, olhar fixo e respostas que combatem o estilo do programa Se Liga Bocão. Afirmou por mais de uma vez que a sua interpretação caminha pelo entendimento de que o programa existe para passar informações mentirosas à população, aos telespectadores, como se houvesse uma arquitetura para falar mal dos mais humildes.

[Então você acha que o Bocão grita muito é?] *E não grita?! Pooorra. Ele e as vozes. Vira e mexe, falo pros irmãos baixarem o som. Ele já grita, então tem que deixar o som baixo. O tio dos cartão é mais doido ainda com aqueles tapas (risos). A gente ri, mas o barato é sério. É tipo teatro aquilo, né?! Você que estuda, fala aí. [Eu tô aqui para saber o que vocês pensam, o que interessa aqui são vocês...] Pois é, pra mim é. Não precisa gritar pra falar. É igual criança, não é no grito que eles vão aprender. Imagina se todo mundo aqui começar a gritar...(risos) Eles querem chamar atenção. Se alguém tiver fazendo outra coisa, parar, sei lá.* (DETENTO PLB 8).

Diariamente, então, Varela e Bocão improvisam um rápido diálogo sobre uma temática que está em pauta, um acontecimento social, alguma matéria já veiculada ou que ainda virá ao ar. Comumente, é o momento em que o apresentador Zé Eduardo se esforça para deter a atenção dos telespectadores: mexe os braços, arregala os olhos, aumenta o tom da voz, repete por diversas vezes o fato que será mostrado na matéria produzida, enfim, cria-se toda a expectativa para o programa que está iniciando e que os telespectadores “*não vão acreditar no que aconteceu nesta cidade nos últimos dias*”, por exemplo, após um final de semana com dezenas de mortes em Salvador e nas cidades circunvizinhas no mês de março de 2010.

**Imagem 3. Apresentador Zé Eduardo. Escalada. Se Liga Bocão. TV Itapoan. Bahia 2010.**



Outro fato marcante entre os programas Balanço Geral e Se Liga Bocão diz respeito à definição das matérias que irão compor os dois programas. Em algumas ocasiões, notamos que um único material produzido pela emissora<sup>105</sup> é veiculado, no mesmo dia, em dois programas seguidos. Isso quando não mencionamos também o

---

<sup>105</sup> Optamos por generalizar na “emissora” os processos de produção das reportagens porque percebemos, em diferentes situações, a diferenciação de equipes por programas.

aproveitamento das mesmas reportagens para os demais telejornais locais. Um telespectador mais desatento ao horário e à dinâmica da emissora, por exemplo, se sintonizar a televisão na TV Itapoan durante o almoço, poderia confundir-se quanto ao programa que estava sendo veiculado naquele momento. Se for o caso da transmissão de uma reportagem de caráter policial, esse caso pode vir à tona mais facilmente. Exemplo disso foi no dia 18 de março de 2010 em uma reportagem que acompanhou uma operação da Polícia Civil em um bairro de Salvador. A matéria já havia sido apresentada no Balanço Geral e foi prometida pelo apresentador Zé Eduardo na escalada daquela edição: *“Veja só! Na Gamboa, ontem a tarde, fechou o cerco lá. Vai dra. Patrícia Nuno, descendo a Gamboa! Olha aí!”*, enquanto eram mostradas imagens de ilustração da operação com a inserção em roll da legenda *“Daqui a pouco no Bocão!”*. Logo no início do terceiro bloco, Zé Eduardo chama atenção dos telespectadores: *“E atenção, hein! O dia que a Gamboa parou. Bota aí! A delegada Patrícia Nuno desceu a Gamboa. Os homens da polícia, homens da polícia da 1ª Delegacia, se uniram pra fechar o cerco na Gamboa ontem por volta das duas horas da tarde. Corre-corre e a polícia descobriu, aí oh, dolões e dolões de maconha. Veja a matéria”*. Vale destacar o tempo gasto pelo apresentador para a leitura desta cabeça de matéria: 22 segundos. Já a matéria propriamente dita teve duração de exatos 20 segundos, sendo que após 5 segundos foi inserida mais uma vez a legenda *“Daqui a pouco no Bocão!”*. Ressaltamos que este anúncio aos telespectadores não era necessário visto que não foi dada continuidade à matéria. Aliás, jornalisticamente, há dúvidas, inclusive, se podemos chamar isso de matéria, pois não houve *off*, boletim, sonoras, passagem do repórter, enfim, nem o GC de reportagem e/ou de imagem foi inserido. Esta ocorrência exemplifica de forma singela que o telejornal em análise não está muito preocupado com alguns referenciais jornalísticos como apuração dos fatos, equilíbrio editorial e interesse público, pois é nítida a imprecisão e a falta de cuidado técnico com as informações transmitidas ao público.

A produção da escalada no início das edições fica circunscrita à ênfase dada ao assunto principal do dia. Com o tom de voz alto, quase gritando, o apresentador Zé Eduardo tenta prender a atenção dos telespectadores, informando quais serão as principais notícias daquele dia. Comumente, a escalada do Se Liga Bocão, na verdade, é composta por uma só manchete do telejornal, destacando a principal reportagem da edição, aquela que possui repertório de *“adrenalina pura”* conforme enfatiza o próprio

apresentador. Não é difícil de esta manchete vir acompanhada de alguma música de pagode baiano, com um ritmo forte, intenso, agitado e contagiante. É apresentado um clipe com trechos das matérias do dia, ressaltando aquela que tem um assunto mais polêmico e impactante.

Quase todos os dias, então, a evidência é dada às reportagens que mostram a desordem, a correria, o espanto, a repressão nas ruas da RMS, na maioria das vezes. Não é difícil perceber o significado dessa disposição física, emocional e mental entre aqueles que participam da construção do telejornal. O *teaser* que compõe a escalada do Se Liga Bocão quase sempre diz respeito às ações policiais do Estado da Bahia, sejam elas da Polícia Civil ou da Polícia Militar. No ano de 2010, tivemos a oportunidade de verificar o destaque dado ao acompanhamento das empreitadas policiais nos setores periféricos de Salvador, principalmente<sup>106</sup>. A título de exemplo, entre os meses de março e abril, podemos citar: troca de tiros envolvendo supostos criminosos e policiais da 9ª Delegacia no bairro da Boca do Rio (15/03/10); procura de assaltantes de carros no bairro do Pela Porco por parte de dois grupamentos da Polícia Militar – Rotamo e 2ª Cia. (17/03/10); operação da 5ª Delegacia prendendo jovens traficantes na região conhecida como Bananeira (18/03/10); abordagens de policiais militares da Rondesp no bairro da Fazenda Coutos (06/04/10); inspeção de um ônibus circular realizada pelos militares da Rondesp a procura de assaltantes no Subúrbio Ferroviário (08/04/10); operação da Polícia Civil nos bairros de Pernambués e Arenoso cumprindo mandatos de prisão (09/04/10). O ritmo pulsante proporcionado pelo processo comunicativo ao encontro entre emissores e receptores favorece uma interpretação dramática, sensacionalista, da vida na grande cidade. E os presos percebem esse aspecto nitidamente:

*Ó... só polícia. Ofensiva na calada, na miúda, pegando os irmãos na estreita. Nunca mostra as perda que eles têm. Só vitória pro lado deles (DETENTO PLB 1).*

*Você é novo, mas tua palavra não é só caneta. Tu não é leso, tem vivença. [Como assim?] Você veio na cadeia pra saber o que a gente acha do Bocão e do outro de preto [referindo-se ao apresentador à época do telejornal Na Mira, Uziel Bueno] (...) te pergunto: tu acredita nisso que passa? [É pra acreditar?] Cada um*

---

<sup>106</sup> Apesar de acompanharmos cotidianamente o referido telejornal, durante as semanas de 15 a 19 de março e 05 a 09 de abril de 2010 tivemos a oportunidade de sistematizá-los em nossas pesquisas, gravando-os e analisando cada edição minuciosamente.

*tem sua mente. [A sua o que diz?] Que pode ser assim, que pode não ser...acontece que a poliça precisa desses programa. [Pra quê?] Ôxe, pra anunciar que tá na rua. Pra sociedade não assustá. Que tão dando um jeito. [E tão?] Pára. Deixa de leseira. Vamo falá na franqueza... (DETENTO PLB 10<sup>107</sup>).*

*É batida... Todo dia tem uma batida dos homi para mostrar. Agitação... parece mesmo com os pagode que eles colocam. Cem por hora. Volta ali... ah, é bronca diferente. [É o começo do programa...] Tô ligado. [E é deste jeito mesmo na rua?] Quando chegam é cada um defendendo o que é seu. Eles fazem pra assustar, dá o choque. Mas quem já tá na estrada uns anos, não tem intimida, não (DETENTO PLB 8).*

*Do jeito que mostra parece que o bagulho é variado no seiscento. [Como assim?] Mil grau. [E não é?] É o que... vez outra... fazem pra aparecer. Mostrar que tão ali. Eles faz barulho e nois quieto, só na vigila. É assim... o que cada um escolheu. (DETENTO PLB 9<sup>108</sup>).*

Os recursos sonoros, por sinal, são bastante utilizados dentro do contexto comunicativo de todo Se Liga Bocão, não somente em seu início, como uma maneira de colaborar com a construção de sentido às matérias veiculadas. A própria vinheta do programa caminha nesta direção, evidenciando a temática que os telespectadores encontram no telejornal, apesar de não remeter muito ao nome do programa<sup>109</sup>. É apresentado um pano de fundo composto por três cores quentes, amarelo, vermelho e laranja, fazendo-nos associar a imagem ao fogo e, principalmente, ao sol, ainda mais que sobreposta a essa tela há dois círculos, um amarelo e outro branco, que giram em sentidos opostos, sugerindo movimento, dinamismo, agilidade e vivacidade. A seleção de tais cores não se dá por acaso, afinal transmitem um sentimento vibrante aos telespectadores, estimulando-os aos conteúdos oferecidos diariamente. Estudos psicológicos, inclusive, indicam que as cores quentes incitam a observação das pessoas, aumentando suas percepções e deixando-as mais espertas, atentas e inquietas,

---

<sup>107</sup> Outro preso que falou bastante. Em alguns momentos, exaltou-se um pouco enquanto falava, prova de que se inseriu rapidamente à proposta de trabalho que havíamos desenhado para aqueles instantes. Após assistir algumas reportagens do Se Liga Bocão, mostrou-se revoltado pela forma como o programa se posiciona diante dos fatos, principalmente quando se vincula ao lado das forças de segurança.

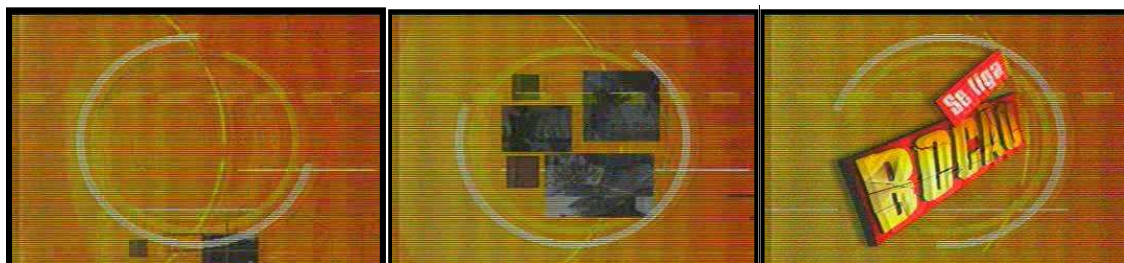
<sup>108</sup> Este entrevistado vivenciou situação semelhante àquelas que observávamos durante o nosso encontro na PLB, ou seja, quando foi preso, os policiais “*me jogaram na frente das câmeras*”. Foi uma das entrevistas que mais rendeu depoimentos sobre a violência, o Se Liga Bocão e a prisão.

<sup>109</sup> A primeira vinheta do programa, ainda quando da veiculação na TV Aratu/SBT, era formada por várias bocas em movimento, dando a entender que o programa era composto por diferentes falas que denunciavam as condições de vida dos moradores da cidade de Salvador, pois acompanhando as respectivas bocas eram exibidas imagens da capital baiana enfatizando aspectos da vida cotidiana da população de baixa renda.



comportamento condizente às reportagens que exploram a energia, a vibração e a excitação das operações policiais, por exemplo (SCOTT, 2006; FARINA, 1990).

**Imagem 4. Vinheta de abertura. Se Liga Bocão. TV Itapoan. Bahia 2010.**



O tempo total da vinheta é de cinco segundos e, antes da sua finalização com o deslocamento da logomarca Se Liga Bocão em direção ao centro dos círculos, são apresentadas imagens P&B, em forma de pequenos quadrados, com cenas de acontecimentos ligados à segurança pública, à violência mais precisamente. Os sons que acompanham a movimentação da vinheta favorecem para que seja construído o sentido de atenção, velocidade e mobilidade, próprio do programa, como se fosse um filme de ação e aventura, convocando os seus telespectadores para as cenas de emoção que serão transmitidas durante os próximos minutos.

Na organização temática do noticiário, as matérias de menor relevância, ou seja, aquelas que fogem do caráter explosivo do programa, com destaque às intrigas entre vizinhos, são deixadas para o final e quase sempre abordadas em tom de descontração, como tentativa de relaxar os telespectadores após os diversos casos de violência criminal. A matéria principal, por sua vez, exibida usualmente no segundo bloco, não é destacada somente na escalada do telejornal. Ao longo dos quarenta minutos, em média, do primeiro bloco, o mais longo do programa, o apresentador tem como estratégia chamar a atenção dos telespectadores em um processo repetitivo, com a mesma pequena chamada com VT, sempre de forma alarmante e espalhafatosa, demonstrando que objetividade não é uma das características do programa.

Se tomarmos a relação entre a verdade e a objetividade como um paradigma de mediação do jornalismo, veremos que o Se Liga Bocão não cumpre com esse pressuposto em sua forma de conceber suas edições diárias. Ser objetivo é saber distinguir o fato noticioso das emoções e das opiniões. Segundo Guerra (2008, p. 43),

para se conseguir a objetividade há, antes de qualquer coisa, a intenção de se querer atingi-la:

O jornalista é movido pelo imperativo ético fundante de sua profissão e procura corresponder à expectativa do próprio ambiente de trabalho, das fontes e também do público em relação a *sua* postura. A intenção de ser objetivo faz com que considere apenas os dados reais em sua investigação, deixando de lado qualquer elemento originado em outras esferas que não a da realidade. Dessa forma, atua no sentido de não se deixar influenciar pelas próprias opiniões, nem de alguma parte envolvida e nem de terceiros, cujas injunções possam se sobrepor ao fato que lhe foi designado cobrir.

Definitivamente, a fala de Zé Eduardo mantém enorme distância dos elementos de objetividade, pois ela é carregada de emoção, de opiniões próprias, de interpretações e, pior, de julgamentos propagados abertamente contra a maioria das pessoas que aparece em cada uma das matérias veiculadas, mesmo não se tendo provas efetivas contra elas. Neutralidade também não é uma palavra-chave do Se Liga Bocão. Afirmamos isso de modo muito seguro porque é visível a postura tendenciosa quando exalta o trabalho dos policiais. É praticamente impossível não presenciar o apresentador Zé Eduardo parabenizando, elogiando, glorificando, louvando a conduta dos agentes de segurança, e também defendendo melhores condições de trabalho e aumento da remuneração desses profissionais nas diferentes edições do programa.

Sempre ao final de cada matéria, na leitura da nota pé, há o cumprimento às forças policiais que participaram do episódio retratado. Exemplo claro do que estamos falando aconteceu no dia 17 de março de 2010, quando o apresentador Bocão, tecendo comentário sobre a situação da segurança pública baiana, afirma categoricamente que não se poderia “*colocar a culpa na polícia porque o policial faz o que pode, meu irmão. Um salário horroroso. A Polícia Militar tem feito operações diariamente. Parabéns a PM, parabéns mesmo!*” As congratulações não se dirigem apenas às instituições. Elas também são personificadas: “*dra. Isabel, dr. Jacinto Alberto, dr. Clayton*”, todos delegados, e “*maj. Sergio Freire, maj. Walter Menezes e maj. Costa Ferreira*”, comandantes militares, são lembrados por Zé Eduardo ainda nesta edição. Esses confetes, na verdade, testemunham uma forma explícita de agradecimento, não pelo trabalho de segurança exercido pelos setores policiais do Estado, preservando a vida dos cidadãos baianos, mas, sobretudo, por proporcionar a existência e o significado do referido telejornal. Alguns dos presos que entrevistamos também abordaram essa

parceria polícia-programa, a partir da visualização de algumas das matérias gravadas por nós:

*Ele sabe o nome tudinho dos verme. Parabéns a porra. (DETENTO PLB 1).*

*É tipo jogo isso daí. Um passando pro outro... se promovendo em cima do outro. Vão querer ser político. [Quem?] Todo mundo. O Varela já tentou... agora tá aquele joqueizinho que engrossa a voz...do outro, metido a valentão, do Na Mira, tem a delegada com cara de tabaroa. Eles querem o poder. Querem tá por cima (DETENTO PLB 5)<sup>110</sup>.*

*São aliado. Tão tudo junto. É igual aquele da noite, o senhor já viu? A noite. 24 hora de polícia. É imprensa e polícia lado a lado. Tudo contra nois. [E você acha que o Se Liga Bocão é do mesmo jeito?] E não é?! Quando eu caí na onze, nem saí da carroça, já tinha luz, microfone, mó zuada. Como eles sabiam, como? [Quando tu caiu, a imprensa tava presente?] Tavam no DP, na onze. Tavam de aviso, só pode (DETENTO PLB 9).*

Sem o consentimento da polícia e, mais especificamente, sem o pacto estabelecido com ela, o Se Liga Bocão não existiria. Ao menos nesta configuração, o programa não teria fôlego para continuar no ar, pois se percebe que o jornalismo praticado ali é um jornalismo preguiçoso, sem apuração dos fatos, que transforma as notícias no campo da segurança pública em fabulosos eventos policiais. Não há busca pela verdade. No máximo, há tentativas de se obter falas descontextualizadas dos sujeitos detidos confessando a participação na ocorrência, a autoria dos fatos narrados. Não existe clareza no processo de construção da notícia. Muitas vezes, primeiramente, o indivíduo é filmado na delegacia para, somente depois, a partir das falas policiais, apresentar o contexto daquela situação sociocriminal.

O telejornal Se Liga Bocão não demonstra preocupação com um processo próprio de produção jornalística: panorama social, investigação, cobertura contextualizada, reportagens especiais, entrevistas reveladoras, análises, críticas etc. Nada. Contudo, frequentemente, no processo de apresentação do principal acontecimento do dia para o telejornal, é feita a tentativa de firmar um pacto com os telespectadores, mostrando que o jornalismo do Se Liga Bocão busca a notícia em

---

<sup>110</sup> O entrevistado em questão citou duas pessoas muito presentes nos telejornais policiais da Bahia, o apresentador Uziel Bueno e a delegada Patrícia Nuno, à época, candidatos a uma vaga na Assembleia Legislativa da Bahia, nas eleições de 2010. O interessante é o vínculo que ambos estabeleceram com a esfera policial por meio do conhecido número 190, o telefone da Polícia Militar, que fez parte da composição dos números de suas candidaturas.

qualquer horário do dia, em qualquer lugar da cidade. Essa questão da atualidade jornalística é sempre explícita nas passagens feitas pelo repórter Adelson Carvalho quando usa o seguinte bordão em reportagens exclusivas: “*Eu sempre digo: só pega flagrante quem acorda cedo; quem trabalha sábado, domingo, feriado, madrugada e vê que a pressão sobe de verdade*” (09/04/2010)<sup>111</sup>. Entendemos que, na verdade, o jornalismo do Se Liga Bocão está apenas correndo atrás da polícia para a transmissão de algum acontecimento, preferencialmente bombástico, no dia seguinte. Às vezes, nem isso faz. Não corre atrás, corre junto com a polícia, como observamos no dia 18 de março de 2010.

Já na escalada do telejornal, o apresentador Zé Eduardo faz o alerta: “*Madrugada pesada no subúrbio de Salvador. Flagrante! Flagrante, velho*”. No início do segundo bloco, logo após um *merchandising*, que sempre é feito nos términos e inícios dos blocos, Bocão, enquanto lia a cabeça da matéria, no momento em que dava os créditos de imagens ao cinegrafista Alex Diaz, conversa com sua produção, olhando para o alto e dizendo: “*Ah, ele foi?! Ele foi, não foi? A moto funcionou, a gasolina teve, não teve problema algum*”. No fundo, um som em ritmo sacro de “*aleluia, aleluia*”. Concluiu-se que o cinegrafista em questão não deve ter comparecido a alguma cobertura passada e/ou alguma escala de plantão. Para nós, o que chamou mesmo a atenção foi o fato de que o meio de transporte enfatizado pelo apresentador não era imprescindível para a cobertura da operação realizada pela Polícia Civil. Afinal, o cinegrafista se dirigiu ao local da prisão dos jovens traficantes no carro da própria polícia conforme comprovam as imagens ao longo da matéria.

O fato da equipe do Se Liga Bocão se locomover junto com a polícia ao local da abordagem demonstra a cumplicidade que existe entre as partes. É a polícia utilizando a imprensa para se promover, de um lado, e a imprensa firmando o elo com sua principal fonte de informação sobre a criminalidade, do outro. Essa perspectiva pode ser notada através dos elogios diários transmitidos às forças de segurança por Zé Eduardo, como já destacamos anteriormente, e também na própria veiculação de matérias construídas a partir da cobertura de diferentes operações policiais,

---

<sup>111</sup> Repórter sempre presente no Se Liga Bocão e no Balanço Geral, Adelson Carvalho assumia o comando de um dos programas mencionados, sempre quando da ausência dos apresentadores Zé Eduardo e Raimundo Varela, respectivamente. Nos dias atuais, ele apresenta o Cidade Alerta Bahia, também na TV Itapoan/Record, diariamente as 17h30min.

principalmente aquelas realizadas no período noturno. Além disso, como forma de retribuição às coberturas realizadas pelo programa, mostrando o trabalho efetivado por ela, a polícia colabora com as equipes de reportagem para que, durante este processo, possam captar as melhores imagens, o depoimento exclusivo etc. Em cima disso, temos alguns exemplos marcantes. Vejamo-los a seguir.

No dia 08 de abril de 2010, após a prisão de um suspeito acusado de porte de arma de fogo, os policiais militares permitem que o cinegrafista e o repórter que os acompanham realizem seu trabalho defronte à delegacia, antes de entregá-lo aos colegas da polícia civil. O interessante neste episódio é que tal procedimento é permitido logo após o repórter dizer que o acusado estava “*sendo conduzido aqui para a 3ª Delegacia por policiais da 17ª Cia. Independente, comandada pelo Ten. Neris*”.

**Imagem 5. Homem conduzido à delegacia por policiais militares. Se Liga Bocão. TV Itapoan. Bahia 2010.**



*É deste jeito...mesma ficha. Por isso que to dizendo que são comparsa mesmo. [Percebeu semelhança entre essa reportagem e o que você passou?] Muda nada. Só que eu... fizeram enxame, juntô gente. E foi os investigadô da civil. [O que passava na tua cabeça?] Tava no veneno. Nem sei, nem lembro. Vai desculpando. Passa tanta coisa na mente... [Ainda por cima com um repórter e um microfone em cima...] Nem falei nada. O mané perguntô uma, duas...foi cansano e eu com a matraca fechada. Saiu de mim e foi com os polícia. Depois, dentro da onze, queria mangá pro meu lado. Veio com um papo que eu ia atrapalhar o trabalho dele. [E você, o que disse?] Fiquei quieto. Tranquilão. Não sô obrigado a falar. Ficar no veneno é pior. (DETENTO PLB 9).*

*É verme, tipo sanguessuga. Não querem saber de nada. Só humilhação. Qualquer coisa que o irmão falar é pior. Eles usa para te prejudicar. [Mas é obrigado a falar?] Se não falar é pior. Os polícia fica no veneno. Falam que tá desobedecendo. Eles querem te mostrar... mostrar que tu perdeu, como se tu fosse um bicho, tá ligado, tipo caça. Mas o mundo dá volta. Igual aquilo, um dia da caça o outro já é do caçador (DETENTO PLB 11).*

Esse tipo de ocorrência é muito comum. Praticamente todos os dias, presenciemos no Se Liga Bocão as forças policiais trabalhando em prol da mídia e esta, por sua vez, expondo com méritos as ações de segurança por parte do Estado. No dia 09 de abril de 2010, após agentes penitenciários descobrirem uma trouxinha de cocaína alojada na parte íntima de uma mulher que entraria no Presídio de Salvador em dia de visita aos internos, agentes do Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (GEOP) conduziram-na à delegacia. Durante o trajeto, a porta da viatura permaneceu aberta e os homens vestidos de preto, da cabeça aos pés, ostentavam suas armas de grossos calibres. O carro da emissora acompanhou a viatura lado a lado, enquanto o cinegrafista registrava as imagens que, vistas na televisão, lembraram algumas cenas históricas de filmes de Francis Ford Copolla, de Martin Scorsese ou Quentin Tarantino, tamanho o exibicionismo e a encenação cinematográfica de tal ação. Só lembrando, vale o destaque: era realizada somente a condução de uma mulher que havia sido pega, na porta do presídio, portando uma pequena quantidade de drogas que tentaria levar para dentro da referida unidade prisional.

Quando da chegada da viatura à delegacia, a ideia que se tem é que estão conduzindo um criminoso de alta periculosidade devido ao aparato belicoso e aos procedimentos envolvidos na operação: sirenes em alto volume, homens com touca ninja, armas de grosso calibre à mostra e interdição do trânsito. Ao descer da viatura, as agentes responsáveis pela condução da mulher ao interior da delegacia, contrariando a expectativa criada anteriormente, inusitadamente, param na frente da equipe de reportagem para que a mesma conceda entrevista ao repórter, ação impensada caso realmente fosse um sujeito perigoso, não demonstrando mais preocupação alguma com as questões de segurança.

**Imagem 6. Mulher conduzida à delegacia por agentes penitenciários. Se Liga Bocão. TV Itapoan. Bahia 2010.**



*Quando foi esta fita aí? [Ano passado.] Aqui na PLB? [Não, não. Foi no Presídio. O repórter disse que foi no presídio.] No cadeião, né?! Tô lembrado. Se acham os poderosos. Cheio de marra, ó os pano. Cheio de guere-guere. Quando tão junto, botam terror. Sem a fantasia, tudo pomba lerda. Gostam de se mostrar. [Mas você acredita que agem assim por causa da tevê?] Na certa. Se acham ator da Globo. Já fazem um monte sem os repórter, com a imprensa em cima, aí é que fazem mermo. Só que eles andam tudo certinho, mostra respeito por nois. [Não é sempre assim? É diferente quando os repórteres não estão presentes?] Oxe, eles botam pocando em cima de nós. Moço, é cacete mermo. Soco no peito, nas costa, na barriga. Com esses daí, num tive contato. Só com os poliça. Eles esculacha. É o troco. Faz parte. Já ouvi um bocado que tava apanhando pra aprender a não zoar na área deles. Acredita que eles mandam. Manda o cacete. (DETENTO PLB 10).*

*O senhor pode repetir? [Todo o programa? Desde o início?] Pode ser. Mas queria ver essa daí. [E o que te chamou a atenção?] Nada, num é nada. Precisa não. [Se quiser, a gente pode ver.] Tudo escondido. O senhor reparou? [O rosto...] Eu me encobria, tirava fora (na rua) porque eu tava na ilegal. Eles tão na ilegal? Num tão. Isso é medo que alguém veja. [Por causa da reportagem?] Nem só. Eles usam direto. Já fiz um bonde com estes de preto. O Bocão tá ali porque é mais desgraça pra mostrar. Só tem desgraça. Só aqui, o senhor já mostrou três. Todo dia, todo dia. [É pra isso que serve o programa, pra mostrar desgraça todo dia?] Pergunta rebocada... o que mostra ali é o que tem na rua. Se o senhor falar que tá violento, vô concordar. Só que tem diferença... o senhor vê (vem?) de um jeito, eu vivo de outro, minha irmã, com o Deus dela, sente outra coisa... Cada um é cada um. [E o Bocão nisso tudo?] Dá a amostragem de um pouco das coisas. As pessoas querem saber. [Você quer saber?] Eu to no envolvimento. O senhor tá nas leituras, nas gravações... a mãe de um tá querendo entender... o tio tá enfasiado com outros programas... tem aqueles que quer ver a desgraça do outro. Quando eu tirar o pé, num sei se vô continuar vendo. Quem sabe a gente se vê na Ondina e falo pro senhor (risos) (DETENTO PLB 5<sup>112</sup>).*

*A mulher tá querendo se esconder. E eles quereno filmar. O louco é que as pretinha tão tudo de ninja. Ninguém sabe quem é. Mas querem mostrar a mulher. Tipo peixe. Quando era moleque, ia pescar com meu pai lá pro lado da Ribeira. Ele vivia falando pra pescar um peixão que ele ia tirar um retrato. Tipo pra ninguém pensar que é história de pescador. A mulher naquilo ali era o peixe dos verme. Vamo baixar o volume. Mas fazem de nós tipo troféu. Esse pessoal de preto é do sistema. Metido a estilo, mas é espanta negrinha. [E o programa neste caso?] Tá pra arruaçar*

---

<sup>112</sup> Sujeito de fala fácil, bem comunicativo. Cursou até o sexto período de Ciências Contábeis, mas abandonou porque... “comecei a ganhar dinheiro, não via mais sentido na faculdade”. Percebe-se que é um sujeito que destoa da maioria na prisão devido a sua formação e suas experiências sociais distantes da periferia da cidade. Bastante crítico quanto ao Se Liga Bocão, não aceita que o programa menospreze quem está por baixo hoje, desmerecendo os moradores dos “lugares mais afastados”, pois não se pode “menosprezar os mais humildes”.

*tudo. Num tão nem ligano se a mulher tem filho, tem mãe. Querem queimar o filme pra todo mundo vê que você errou. As pessoas não quer saber se é verdade ou não. Passou na tela, é taca (DETENTO PLB 2).*

São muitas as reportagens em que aparecem, notoriamente, indícios de que há uma ligação entre as partes, televisão e polícia. Entretanto, nada foi mais explícito do que outra ocorrência registrada no dia 09 de abril de 2010. Após a prisão de uma mulher em sua casa logo no início da manhã, enquanto a levava para a viatura, o policial, percebendo a presença da equipe de reportagem e a tentativa da detida em esconder seu rosto, sem cerimônia alguma, pegando em seu pescoço, tenta erguer sua cabeça em direção à câmera.

**Imagem 7. Mulher detida por policiais civis. Se Liga Bocão. TV Itapoan. Bahia 2010.**



Certamente, alguns dirão que nada mais natural que a polícia seja a principal fonte do Se Liga Bocão, pois é ela a responsável pelo combate, registro e apuração das ocorrências criminosas. Entretanto, vale lembrar que “a ausência de muitos tipos de fontes acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada, na qual temas como direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça e etnia, gênero e violência doméstica, por exemplo, são pouco frequentes” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 39). O que há no Se Liga Bocão é a cobertura dos fatos policiais sob a perspectiva de um só ângulo. As notícias são construídas sem a apuração dos fatos. As verdades, supostas verdades, são construídas pela conduta dos repórteres e do apresentador, a partir das fontes policiais. Sabendo que uma das premissas jornalísticas é também fiscalizar a atuação da polícia em nossa sociedade, alguns questionamentos, neste contexto, são válidos: o jornalista que acompanha as forças de segurança em viaturas oficiais não estaria se expondo desnecessária e imprudentemente a uma troca de tiros entre os criminosos e os policiais? Haveria imparcialidade na cobertura de um ato criminoso



cometido pela polícia? Há legitimidade nas reportagens, quando se nota que foram construídas de maneira tendenciosa?

Não temos como objetivo aqui apontar como o telejornal poderia ser construído, indicando caminhos normativos ou coisas do tipo, mas é sabido em qualquer redação de órgãos da imprensa que, no caso de uma situação que envolva violência criminal, há diferentes fontes que podem ser consultadas no processo de construção da reportagem: vítimas, testemunhas, comunidade, especialistas, sociedade civil organizada, Ministério Público, entre outras. Todavia, no Se Liga Bocão, esses atores mencionados não se fazem presentes. O foco é direcionado à polícia e ao (suposto) criminoso. Ao menos, o espaço para que os autores dos crimes apresentem suas versões sobre o acontecido é concedido, fato não observado nos telejornais tradicionais. Contudo, percebemos que eles já são apresentados como sujeitos condenados, não pela justiça, mas pela polícia e pela própria mídia, mesmo que ainda não tenham passado por julgamentos, já que a última palavra é sempre do agente policial ou do mediador do programa. Para exemplificar, no dia 17 de março de 2010, em uma entrada ao vivo direto da 7ª Delegacia, onde o repórter João Kalil, após ter entrevistado inicialmente um casal acusado de assaltos cometidos com o uso de arma branca, que negava a participação nos ocorridos, entrevistou a delegada responsável que afirmou que os dois eram, sim, os responsáveis pelos delitos em pauta, descrevendo, inclusive, o *modo operandis* empregado por eles. Após isso, o repórter, explorando um pouco mais a presença do casal ali, direciona-se ao homem e indaga: “*E aí, Leonardo, é assim que funciona a coisa? Explica pra gente aí! A hora de você se defender é agora*”. Essa última frase dita pelo repórter, por si só, denuncia o posicionamento do programa, que tenta se legitimar também como um tribunal de justiça. Questionamos os presos a esse respeito, se poderiam fazer uso do espaço nas reportagens para se defenderem, e a resposta sou de modo unívoco:

*É a porra. O programa não é pra isso. É justiça, agora? Virô fórum? Eles vêm com essa conversa de se defender. Nem dão chance (DETENTO PLB 1).*

*Não tem defesa. Só fazem acusar. Tu apresenta uma versão, eles vêm e te derruba (DETENTO PLB 2).*

*Não. Querem é explorar você. Te taxá como delinquente, marginal (DETENTO PLB 3).*

*Isso é conversa. Dô nem espaço. O que eles tem com isso? (DETENTO PLB 4).*

*Eles são tão espertos que usam o que tu fala contra você. Te pressiona, tá ligado? (DETENTO PLB 5).*

*Cada um na sua. Eles querem mostrá... mostra. Mas fica nisso. Só que não fica. É pouco. Querem mesmo te passar a condenação. Eu me defendo onde tem que defendê. E não é com Bocão, na Mira ou qualquer tevê (DETENTO PLB 7<sup>113</sup>).*

*Eu não falei e nem vô falá se Deus me colocá numa parada dessa de novo (DETENTO PLB 9).*

*É uma coisa que já perguntei pra mim mermo. Dá minha versão, sei lá. Mas do jeito que aparece, que é mostrado, num tem versão nada. É humilhação só. Televisão não tinha que ser pra isso. [Pra isso o quê?] Pra te condená. [Mas ela condena?] Se tu fô filmado, já era. É Big Brother. Vão falá da tua vida. [Mas o Bocão, nisso tudo, serve pra quê?] Prum monte de coisa. Menos pra te passá uma sentença. Só que ele e os outro passam (DETENTO PLB 10).*

*É furada. Todo mundo sabe disso. É mesma coisa de inimigo. Não tem trocar de ideia. Não tem isso aqui. Não deixa você falar. Querem impor a verdade deles. Escrever na tua testa: bandido! É assim que é. Eles mistura as coisas (DETENTO PLB 11).*

O telejornal Se Liga Bocão esquece de que há diferenças entre um suspeito, um acusado, até mesmo um investigado, e um condenado. Nesse aspecto, é nítido o constrangimento daqueles que passam pelas tradicionais apresentações nas delegacias, visto que tal exposição provoca dúvida, inclusive, sobre sua jurisprudência nos trâmites da lei, podendo resultar em um processo judicial. Mas a verdade é que os policiais civis os expõem próximos ao banner, ou uma simples folha impressa no computador, que identifica a delegacia em questão, como se representassem a escória social que, agora, está apartada dos homens de bem. Na matéria citada anteriormente, observamos um policial civil, possivelmente um investigador, pegando pelo braço do acusado, posicionando-o à frente do banner da 7ª DP para que a equipe de reportagem pudesse filmá-lo, junto com sua companheira, de tal forma que identificasse os agentes de segurança envolvidos naquela operação.

**Imagem 8. Casal sendo apresentado na delegacia. Se Liga Bocão. TV Itapoan. Bahia 17/03/2010<sup>114</sup>.**

---

<sup>113</sup> Pouco falou. “Pensei que era outra coisa”, confessou a mim. Ficou incomodado com o gravador utilizado. Desse modo, registramos pouca coisa de sua fala. Contudo, como ele era um preso recém-chegado à PLB, vindo de Vitória da Conquista, pudemos abordar sobre a nova vida ali dentro.

<sup>114</sup> Imagem alterada por nós para não identificação das pessoas.



O Se Liga Bocão faz uso do discurso institucional, principalmente dos delegados, como tentativa de imprimir em sua prática jornalística um tom de credibilidade, legitimidade e autoridade, fazendo questão de expor isso aos seus telespectadores. Contudo, “importante ressaltar que nem o delegado, nem o apresentador têm a prerrogativa de julgar uma ocorrência criminal. E ao fazê-lo, induzem a sociedade a acreditar e a respaldar seu julgamento, visto que os jornalistas têm a chamada fé pública, que pressupõe que todo fato divulgado na mídia tenha um caráter de veracidade” (VASCONCELOS, 2009, p. 112). Por falar em credibilidade, o referido telejornal legitima o seu papel no telejornalismo baiano por meio das premissas de protesto e vigilância social principalmente, apostando na espetacularização da violência humana em detrimento da notícia.

O jornalismo do Se Liga Bocão não está comprometido com a realidade e a veracidade dos eventos narrados, ou seja, a preocupação maior que percorre todo o programa está voltada aos fatos ficcionados construídos. A verdade da notícia, então, não impera entre as suas premissas jornalísticas. O mais importante é a tragédia humana por si só, isto é, a cobertura dos fatos violentos, dando relevância às imagens, a dramatização e a exploração dos depoimentos dos sujeitos envolvidos, principalmente dos agentes policiais. Com as notícias, mesmo construídas na esfera da cultura popular, percebemos que não há o mínimo de contextualização daquela realidade apresentada de modo que houvesse uma maior projeção da sociedade e dos sujeitos envolvidos, oferecendo indícios para o entendimento das razões, das implicações e também das saídas factíveis para os episódios de violência observados no mundo contemporâneo.

Após presas, no momento de apresentação à imprensa, quando as pessoas dificultam a filmagem dos seus rostos, o apresentador Zé Eduardo esperneia: “*Pois é, os bonitinho (sic) usando nota falsa pra passar na Ilha [de Itaparica]. Aí não mostra a*

*cara quando caem. Na hora de aparecer no Bocão enchem a cara de camisa. Agora, tá preso, velho, engaiolado”,* quando da prisão de dois jovens acusados de uso de notas falsas. Episódio semelhante aconteceu na apresentação de uma mulher presa, junto com outros dois homens, todos, acusados de tráfico: *“Pena que não dá pra ver a cara da Marlene”*.

**Imagem 9. Jovens sendo apresentados na delegacia. Se Liga Bocão. TV Itapoan. Bahia 15/03/2010.**



**Imagem 10. Mulher concedendo entrevista na delegacia. Se Liga Bocão. TV Itapoan. Bahia 16/03/2010**



Zé Eduardo apresenta a mesma atitude de indignação quando se depara com pessoas que não respondem as perguntas dos repórteres, como uma matéria veiculada no dia 09 de abril de 2010 onde uma mulher havia sido presa: *“Essa mulher aí é ousada, hein?! [Rebatendo as perguntas direcionadas a ela] (...) perguntou ao repórter se é ele quem paga as contas dela. Agora você vai pagar suas contas na cadeia, filha”*. Ainda no dia 09 de abril, em outra matéria, presenciamos também o repórter Adelson Carvalho dizendo ironicamente *“não se estresse”* a uma jovem presa por policiais civis que ficou calada e virou o rosto quando o mesmo tentava entrevistá-la.

Outro aspecto que merece ser destacado no Se Liga Bocão é que a equipe de reportagem, em algumas situações, é composta somente pelo cinegrafista. Assim, cabe a

ele a tarefa também de entrevistar as pessoas envolvidas no acontecimento, fazendo lembrar um trabalho de videojornalismo<sup>115</sup>. Vimos isso na matéria onde o repórter cinematográfico acompanhou os policiais dentro da viatura oficial, quando de uma operação da Polícia Civil. Fato semelhante pôde ser visto na reportagem de um sequestro-relâmpago que foi ao ar no dia 09 de abril de 2010 onde somente o nome do cinegrafista, agora Robson de Jesus, é mencionado, não apresentando também a imagem do sujeito que entrevista as testemunhas do ocorrido. Acontece que o programa não identifica essas matérias como videorreportagens, dando indício de que não é um formato pelo qual o programa transita na construção de suas reportagens, até mesmo porque os cinegrafistas, que ora se apresentam sozinhos nestes exemplos, em outras reportagens estão acompanhados dos repórteres do programa. Parece mesmo que é uma questão de improviso para conseguir noticiar os acontecimentos mais relevantes da esfera da segurança pública. Em cima disso, cabe a pergunta: qual a relevância dessas matérias? O argumento de interesse público que o telejornal tenta criar se esvazia a partir do momento que mal consegue produzi-las efetivamente. Vão ao ar informações descontextualizadas – pautadas pela agenda da polícia baiana, que tem priorizado o combate ao tráfico de drogas – sem qualquer tipo de análise deste ou de qualquer outro ponto que faça parte do mundo da criminalidade nos dias atuais. Torna-se, assim, impossível enxergar esse tipo de jornalismo voltado para um relato atual e verídico sobre os fatos de interesse público, onde haja uma discussão democrática dos conflitos sociais existentes na Bahia.

Não é difícil perceber a construção sensacionalista efetivada pela equipe de produção do telejornal Se Liga Bocão em suas reportagens. Em uma operação dos homens da 5ª Delegacia, por exemplo, que se iniciou nas últimas horas da madrugada, havia a previsão de apreensão de drogas e a prisão de jovens traficantes em um bairro de Salvador. A reportagem do Se Liga Bocão acompanhou o comboio de carros da polícia saindo da delegacia sem alarde, até mesmo porque a ideia era surpreender os traficantes, em casa, ainda dormindo. E assim sucedeu. Contudo, a produção do telejornal, assim como sempre faz em matérias que deseja transparecer um clima de “*alta tensão*”, inseriu sons de sirenes policiais, quando do deslocamento da equipe nas viaturas, e

---

<sup>115</sup> Habitualmente, os termos videojornalismo e videorreportagem são tomados como sinônimos. Todavia, Silva (2010) nos aponta a diferença de significados entre eles. O videojornalismo faz referência à atividade do videojornalista ou videorepórter, ao conjunto de rituais solicitados para a elaboração de uma videorreportagem: captar imagens, entrevistar, produzir, escrever, editar. Já a videorreportagem, então, é o produto audiovisual materializado pela prática do videojornalismo.

latidos de cães, quando da movimentação a pé dos policiais, desfigurando assim o real cenário do acontecimento. Fica nítida a ausência de cuidados técnicos em relação ao *background* durante o processo de edição da matéria. A única explicação que encontramos para tal procedimento está relacionada à aspiração de se apresentar uma reportagem chamativa, escandalosa e impactante aos telespectadores, aumentando a dramaticidade do acontecimento, mesmo que para isso tenha que *esquentar* a circunstância, forçando assim um encontro ao padrão explosivo do programa. Esse aspecto exemplifica o esforço editorial de transformação do espaço televisivo num palco de exposição de reportagens sensacionalistas, onde “todos os recursos são considerados adequados para valorizar a notícia, para criar um clima de suspense e apreensão que fisga o telespectador diante da tela (...) causando, calculisticamente, uma reação de medo, pavor e terror” (VASCONCELOS, 2009, p. 100). Os presos da PLB apresentaram suas percepções a este respeito:

*Tem umas matérias que não tem nada a ver. [Você diz com relação ao acontecimento? Ao que tá sendo mostrado?] Não. Tô falando do visual, não dá nem pra vê. Tudo escuro, tá ligado?! Uns bagulho sem qualidade (DETENTO PLB 11).*

*Eles não tão nem se ligano na qualidade do barato. Passa qualquer coisa. Quero vê o senhor encontrar umas matéria assim na Globo. Não encontra. Acho que nem pode. Mas no Bocão pode... pode tudo. Se fô pra mal da gente, pode (DETENTO PLB 12<sup>116</sup>).*

*Tem cada matéria sem noção. Dá nojo. Dá pra entendê nada. Eles corre como fosse poliça, olha isso aí! (DETENTO PLB 10).*

*Como pode passar essas parada?! Como é que deixam? Os supervisô, sei lá, alguém tinha que vê antes de passar (DETENTO PLB 9).*

*[Por que tá balançando a cabeça?] É aquilo que eu disse... eles não passam na real. Esses barulho aí, não é real. Não faz sentido. O que os outro irmão tão falando pro senhor? [O que não faz sentido?] O jeito que passa. Eles pode fazer isso? [Fazer o que?] Mostrar deste jeito. Parece que eles querem arquitetar contra nós, mostrar o bagulho mais doido (DETENTO PLB 2).*

---

<sup>116</sup> Foi o único preso do grupo de entrevistados que alegou inocência no crime ao qual foi condenado, mas que merecia estar ali, provavelmente por causa de outros crimes não descobertos. Reclamou da qualidade das matérias do Se Liga Bocão, afirmando que o programa existe para falar mal de bandido, “só pra isso”. Por fim, fez duras críticas à PLB, ao sistema penitenciário como um todo, que não oferece nada aos internos para que possam, ao menos, pensar se querem continuar na vida do crime ou não.

O público telespectador do Se Liga Bocão, presume-se que seja a mais humilde parcela da população, visto que o mundo apresentado no programa diz respeito à realidade pobre de Salvador e de outras cidades baianas. Quase que a totalidade das matérias mostra as comunidades carentes, locais onde acontece a maioria das incursões policiais. O próprio apresentador ao longo do telejornal menciona nominalmente alguns bairros de Salvador<sup>117</sup>, todos, locais de conhecida carência, material e simbólica. Lugares que, observando a produção do programa, o Estado se faz presente principalmente, senão somente, por meio das forças de segurança.

O Se Liga Bocão, por intercessão dos seus mediadores, deixa claro que, para os casos de criminalidade, a melhor solução é o trabalho policial, deixando de lado outras ações que se enquadram num projeto político mais amplo, com visão global dos problemas sociais, apresentando possibilidades de prevenção desses acontecimentos. Vejamos alguns episódios: *“Aqui tem polícia, rebanho de canalha”*, quando da prisão de uma quadrilha de assaltantes (apresentador Bocão no dia 16/03/10); *“Esse homem aí é o dr. Jacinto Alberto [delegado da 27ª Delegacia] por quem eu tenho o maior apreço. Policial nato, homem de bem, homem sério, que está reconstruindo Lauro de Freitas. Então, velho, não vai praí roubar em Lauro de Freitas porque senão você vai pra gaiola e vai usar um brilhante par de algemas”*, quando da prisão de dois assaltantes (apresentador Bocão no dia 17/03/10); *“As Rondas Especiais da Polícia Militar aqui na avenida Suburbana. Nossa equipe é surpreendida justamente no momento em que os policiais param esse ônibus que seguia para Mirantes de Periperi. Muita tensão. A suspeita é de que assaltantes estejam dentro do ônibus”*, quando da operação da Rondesp (repórter Adsson Santana no dia 08/04/10). *“Esses são os verdadeiros guerreiros”*, em alusão aos policiais militares da Rondesp, da Caatinga e da 19ª Cia, após mais uma operação no subúrbio soteropolitano (apresentador Bocão no dia 14/04/10). *“Trinta viaturas, cento e cinquenta homens do COE, mandados de prisão. Cercaram Pernambués e Arenoso, hein?! Cercaram Pernambués e Arenoso. Duas pessoas presas. Cachorro, sinaleira ligada, veja aí, dentro de Pernambués hoje pela manhã. O dia em que Pernambués e Arenoso foram cercados pela polícia. Madrugada*

---

<sup>117</sup> Mussurunga, Cajazeiras, Mirantes do Periperi, Itinga, São Cristovão, Liberdade, Carametão, São Marcos, Pau da Lima, Caixa d'Água, Mata Escura, Curuzu, Tancredo Neves, Palestina, Nova Brasília, Águas Claras, Boca da Mata, Arenoso, Pernambués, Cana-brava, Baixa dos Sapateiros, Boca do Rio, Alto do Cabrito, Alto do Peru, Alto do Macaco, Fazenda Grande do Retiro são nomes frequentes na fala do apresentador Zé Eduardo que destaca sempre que o Se Liga Bocão *“é um programa do povo”*.

*pesada em Pernambués e Arenoso” (apresentador Bocão) e “A nossa equipe acompanhando o trabalho dos policiais civis e militares aqui no Arenoso, um local de alta pressão da capital baiana. Acompanhando cada passo, cada movimentação. Tem que ter muito cuidado. Não sabemos o que vamos encontrar pela frente. O que sabemos perfeitamente é que a polícia veio para cumprir mandados de prisão e mandados de busca e apreensão. É alta pressão mesmo aqui no Arenoso, local infestado de bandidos, bandidos de alta periculosidade, traficantes de drogas, malfeitores, foragidos da justiça” (repórter Adelson Carvalho) em referência ao trabalho da Polícia Civil em matéria veiculada no dia 09 de abril de 2010.*

Todas as passagens delineadas anteriormente demonstram a idolatria ao trabalho da maior parceira do programa, a polícia baiana. Isso é fato. Vamos, agora, cuidadosamente, nos deter na construção que fazem da periferia e, por consequência, do público telespectador. Sim, porque é esse público, morador afastado das áreas mais desenvolvidas, que é representado em cada edição do telejornal. Para isso, acreditamos que o último exemplo fala por si só. A repetição exagerada do nome dos bairros destacada pelo apresentador (Pernambués e Arenoso) e a qualificação feita pelo repórter (local infestado de bandidos de alta periculosidade) constroem, no caso, uma Salvador afundada no caos, vista como uma cidade miserável onde os criminosos ditam o seu andamento social. Com isso, a polícia se mostra como a única capaz de reestabelecer a ordem e a paz entre a população soteropolitana. E o Se Liga Bocão, por se dispor ao lado dela, afirmando que *“trabalha pra ajudar a polícia”* (06/04/10), estando *“sempre ao lado dos praças, do tenente que tá no combate, do capitão”* (08/04/10), como percebemos nas palavras do apresentador Zé Eduardo, acredita que tem desempenhado seu papel social.

Outra característica do programa é o refúgio dado às pessoas mais carentes, *“esquecidas pela sociedade”*, que precisam de dinheiro ou qualquer outro amparo para sustentação de suas vidas, configurando em sua prática uma espécie de assistencialismo. Desse modo, frequentemente, no quarto e último bloco do programa, em menos de três minutos, em média, é dado espaço para que a população, no estúdio, de forma bem rápida, quase atropelada, faça os seus pedidos ou receba as suas doações, fruto de alguns anúncios realizados ao longo do programa pelo apresentador. Além disso,



reafirmando o objetivo de “levar um pouco de esperança aos moradores”<sup>118</sup>, há o quadro da roleta onde os telespectadores, após ligarem para um número de celular e terem se cadastrado junto à produção do programa, ao receberem a ligação do Bocão, normalmente durante o terceiro bloco, podem ganhar uma quantia em dinheiro. Esse quadro simboliza bem a situação de *game* muito utilizada por programas populares, onde “pessoas comuns participam de gincanas, torneios, disputas das mais variadas naturezas, com o objetivo de conseguir o prêmio oferecido ao vencedor” (ARAÚJO, 2006, p. 54). É uma forma a mais do telejornal convocar sua audiência. No entanto, ressaltamos que não há um posicionamento claro da produção do programa diante do quadro, gerando dúvidas quanto à sua lisura e fidedignidade. No dia 15 de março de 2010, por exemplo, a ligação telefônica realizada pela produção caiu em caixa de mensagem. Já no dia 17 de março, a ligação foi atendida com um ‘alô’, ao invés do necessário ‘Se Liga Bocão’ para ter o direito de participar da disputa da roleta. No dia seguinte, nova caixa de voz. Mas quem garante que os números discados realmente eram de telespectadores que tinham se cadastrado anteriormente? A impressão que fica é que é feito algum arranjo para o prêmio ir acumulando, com seu valor sendo reajustado diariamente, e despertando ainda mais a atenção e o interesse dos telespectadores.

*Ele acha que tá fazeno favor. É migué, pai. O que ele dá não é nada. É esmola. Mas ele mostra como se fosse um santo (DETENTO PLB 9).*

*Ele acha que o povão é otário. Fica arrodeano e nada. Trata as pessoa com arrogança. Acha que é mais. Quem tá fim de ajudá, faz e pronto. Não fica se amostrano (DETENTO PLB 12).*

*Pra que serve isso aí? Mostra um monte de desgraceira no programa todo e, no fim, quer dá uma de bonzinho. É um Zé sem noção. O povo tá assuntado. Não tá desligado. (DETENTO PLB 5).*

É a partir desses quadros de prestação social – no fundo, individual, em que há a participação direta do telespectador, que o apresentador Zé Eduardo constrói a definição do Se Liga Bocão como um programa de assistencialismo social. Segundo ele, as premiações oferecidas pelo programa ajudam “*diminuir os problemas de quem tá na*

---

<sup>118</sup> Disponível em <[http://www.seligabocao.com/php/pg\\_oprograma.php](http://www.seligabocao.com/php/pg_oprograma.php)>. Retirado do site do programa em 26 de abril de 2010.

*pior*”. Não obstante, quando destaca que a audiência do seu programa vem em cima desse tipo de formato televisivo, Bocão deixa clara a sua verdadeira preocupação:

O Ibope é uma cocaína, você tá todo dia 5 horas da tarde esperando o Ibope chegar. Uma cachaça, você fica viciado. Então a gente se concentra nisso porque os anunciantes vão nesse ponto. Abriu, viu ali 27 pontos, ele pergunta: “Quem é esse cara? Vamos anunciar ali”. Não precisa nem o contato sair daqui. O dinheiro chega aqui na porta. Então isso [o Ibope] significa dinheiro, dinheiro significa casa e casa significa alegria pra todos nós, já que eu tenho um percentual do programa. Então o Ibope é dinheiro, é guerra. Só que tem um limite. Não pode descer a ladeira, tem que manter o tempo todo. Não pode descer. Tem que ter cuidado pra você não se perder (BOCÃO. In: ALBUQUERQUE; FIALHO, 2008).

Baseando-se nas palavras do próprio apresentador, nota-se nitidamente que a “casa” que recebe mais benefícios no contexto do programa não é a dos telespectadores que pedem telhado, areia, cimento, geladeira, fogão etc. Preocupado com o Ibope, ou melhor, com o dinheiro que entra no telejornal, Bocão não se esquivava, inclusive, dos *merchandisings* que dominam o programa em sua segunda metade, corroborando mais uma vez que o jornalismo construído ali não se levanta pela noção de independência. Ele mesmo chega a atuar como garoto propaganda de alguns dos produtos anunciados.

**Imagem 11. Merchan do apresentador Zé Eduardo. Se Liga Bocão. TV Itapoan. Bahia 29/03/2011.**



As estratégias e configurações das notícias no Se Liga Bocão são construídas a partir da presença do referido apresentador. É ele a principal referência na constituição das matérias e na organização dos enunciados, desempenhando o papel de mediador entre as notícias, o público telespectador, os repórteres, os entrevistados e todos os demais sujeitos que fazem parte do processo de captação/gravação e

transmissão/exibição do telejornal. Machado (2000) nomeia esse formato de modelo centralizado e opinativo. Zé Eduardo, no fundo mesmo, é o dono do programa. Certa ocasião, quando questionado se o processo de mudança da TV Aratu para a TV Itapoan tinha ocorrido porque havia um diretor que decidia qual matéria iria ao ar, foi contundente: “nunca decidiram nada. Quem decidia tudo ali [na Aratu] era eu. Aqui na Itapoan é a mesma coisa. Quem vive, quem faz o programa todo sou eu” (BOCÃO. In: ALBUQUERQUE; FIALHO, 2008). Um fato que nos chama atenção é que não são dados os créditos àqueles que participam da produção geral do programa, informando aos telespectadores, por meio dos caracteres, quem são os profissionais envolvidos na produção do programa.

Esses super poderes no processo de constituição do programa, notamos, contagiam também a performance cênica de Zé Eduardo, principalmente no que diz respeito à linguagem empregada, repleta de gírias e termos obscenos ou grosseiros, além de excessivamente julgadora, recorrendo sempre a comentários distorcidos, preconceituosos, intolerantes e estigmatizados. Tudo isso como tentativa de criar um ambiente dramático e impactante, sem a preocupação efetiva com a veracidade dos fatos mostrados, pois o mais importante nesta condição jornalística é criar um pacto de confiança com os telespectadores, seja através da máquina de sonhos, com a premiação do jogo da roleta em dinheiro ou a entrega de itens básicos aos necessitados que batem à porta da emissora, personificando um pouco mais os problemas sociais, da mesma maneira que faz com os fatos noticiados, seja através da vitimização daqueles que sofreram alguma forma de violência e imploram de modo emocionado por justiça (ARAÚJO, 2006). A representação desses super poderes é tamanha que o apresentador, atuando como delegado do povo, que combate os males que assolam a sociedade, chegou a anunciar categoricamente no dia 06 de abril de 2010: *“É por isso que eu estou dizendo: eu vou matar o crack. Vou dar dois tiros de bazuca e vou matar essa merda”*.

O posicionamento autoritário do apresentador Zé Eduardo exemplificado acima está intimamente vinculado ao modelo de sociedade, também autoritária, construído pelo programa. Foi possível notar que o Se Liga Bocão não se apresenta como uma lição de vida para os sujeitos privados de liberdade, pois eles possuem experiências concretas com fenômenos de violência que se diferenciam àqueles construídos pelo programa. Neste sentido, há uma rejeição e um afastamento dos presos à proposta de endereçamento do telejornal e também ao posicionamento político-social

que o programa convoca, não apresentando significado importante em suas vidas. Senão, vejamos:

*Lá fora o mundo é dos forte. Num dá pra falá o certo aqui. Tem que esperar saí. No Bocão dá pra vê isso. (DETENTO PLB 1).*

*Não me ajuda em nada. Se eu tive a fim mesmo de saí, tem que ser por minha cabeça. Não tenho que ficar na dependência de ninguém (DETENTO PLB 2).*

*Ajudar no quê? Pra saí? Sem isso! Serve pra ficar com mais atenção no que tá passando. Pra onde o mundo tá indo. [E pra onde tá indo?] O crime tá indo pra baixo. Cada vez pior, ficando mais sujo. Sou tio. Pra eles aqui, sou tio. Eles têm idade pra ser meus filho. Mas aqui não tenho filho. Só dô umas orientação. Caminhar pelo certo. Cada um cuida do seu aqui (DETENTO PLB 3).*

*Eu não sou do crime. Os irmãos sabem disso aqui. Minha situação é outra. Vou falar uma coisa pro senhor: aprendi coisa aqui, viu, muita coisa. É uma escola mesmo, Não pode vacilar. (...) Não sei se pros demais serve pra abandonar. Mas [o programa] faz pensar. É muita coisa ruim. Muita gente tombando. Ninguém quer morrer. Todo mundo tem família, tem mãe (DETENTO PLB 4).*

*Às vezes, revolta mais. Como são mostrada as coisas ali, pode revoltar mais. A mente aqui fica fechada. Aí o irmão vê uns ocorrido que pode perturbar mais ainda (DETENTO PLB 5).*

*O que tem cabeça vazia, pode ficar mais revoltado e buscar frete (frente?) quando sair daqui. [Como assim?] De tanto ver, o cara vai alimentando aquilo na cabeça... o diabo dorme contigo aqui. Depois que vazá, pra arrumar quiaca não precisa de muito (DETENTO PLB 6).*

*Num vai ser Bocão ou qualquer outra televisão que vai fazer eu parar. Eu vou parar por mim, porque eu quero parar. [E vai parar?] Parei! (risos) Mas é sério. Já deu. (DETENTO PLB 8)*

*O crime não compensa. Pelo que passa no Bocão já se vê que... apesar de forjá muita coisa. Tem que saber o que quer. Eu sei o que eu quero pra mim. Não quero pisá mais aqui (DETENTO PLB 9).*

*Nunca pensei por este lado (os irmãos caindo, a televisão mostrando). É muita coisa envolvida. Não é só “vou parar e pronto”. Tem muita coisa. A decisão é minha, a vida é minha, mas não é fácil assim. Não acho que o Bocão, com as tiração que mostra, vai fazê algum irmão querer parar. Pode parar porque chegou a vez dele (DETENTO PLB 10).*

*Tem isso não. Comigo tem isso, não. No que ele ajuda? Já viu inimigo te ajudar (DETENTO PLB 11).*

*Só se for pra perceber que eu não sou abestado, mesmo eles achando que eu sou, que todo mundo é (DETENTO PLB 12).*

Conhecedores que são da periferia de Salvador, os presos da Lemos Brito sabem como ninguém o que acontece nas ocorrências policiais divulgadas diariamente no Se Liga Bocão. As edições do telejornal fazem, sim, os internos construir suas interpretações, a partir das notícias do mundo do crime. Entretanto, com as entrevistas realizadas no módulo III da referida unidade prisional, percebemos que a consciência demonstrada para nós não eclodiu em prol da transformação de suas vidas, no sentido da certeza pela opção longe da violência criminal.

Temos ciência de que a pesquisa empírica realizada não contempla a imensidão do sistema penitenciário do Estado da Bahia. Todavia, acreditamos que o público investigado representa uma manifestação significativa, até mesmo porque pouco, ou quase nada, foi concretizado nesta esfera social quando a temática envolve a área da Comunicação. As explanações realizadas pelos presos sugerem que o telejornal Se Liga Bocão, apesar da alta audiência dentro da PLB, não possui a confiabilidade dos internos, seja pela união com os policiais, pela participação unitária dos sujeitos nos acontecimentos noticiados, pelo processo de apuração destas notícias, pela construção de um cenário diferente do qual eles têm vivência concreta etc., conforme observamos nos depoimentos transcritos ao longo do trabalho.

A pesquisa constatou que a construção espetacular realizada pela equipe do programa não atrai os sujeitos encarcerados, pois os mesmos têm conhecimentos vivenciais de que as cenas retratadas nas matérias não condizem com as circunstâncias encontradas nas ruas. Este aspecto causa indignação, até mesmo revolta, entre os telespectadores entrevistados, fazendo que o apresentador Zé Eduardo, reconhecido por eles como “*dono do programa*”, caia em descrédito entre a população carcerária por forjar determinadas situações que não acontecem no cotidiano daqueles que estão no crime.

A opção por construir o noticiário enquanto espetáculo midiático pode fazer com que os telespectadores o entendam como um programa que mostra uma realidade inexistente. Esse fato se confirmou com os telespectadores que estão atrás das grades. De forma geral, entre os presos pesquisados na PLB, há uma opinião consensual de que o Se Liga Bocão não mostra, de fato, o crime como ele é. Esse contexto se mostrou

bastante nítido, principalmente quando da veiculação das operações policiais, dos estardalhaços realizados pelo apresentador, do clima de tensão produzido pelos repórteres que acompanham as ações de segurança, da adrenalina causada pelo áudio da reportagem etc.

Os presos afirmaram contundentemente que o programa trama determinadas situações da vida criminal. Pequenos detalhes que saltam aos olhos daqueles que conhecem os fatos veiculados, mas que para a grande população podem parecer habituais. Essa construção efetivada pelo programa incomoda os sujeitos privados da liberdade. Sentem-se enganados enquanto telespectadores de um jornal que “*deveria passar as coisas como elas acontecem*”, que “ *mascara a real situação*” ou que “*força a barra nas matérias*”. É como se houvesse um deslocamento entre a construção efetivada pelo Se Liga Bocão e as interpretações realizadas pelos presos a respeito de suas próprias vidas, destacando a situação de envolvimento com situações criminosas. E aqui vale a ressalva de que não podemos pensar que a realidade do programa é, em si, mais verdadeira ou mais legítima, diante dos acontecimentos sociais, do que a realidade vivenciada pelos criminosos e vice-versa. O importante, sim, é perceber que eles vivem o cotidiano das ruas às suas maneiras, constroem as suas percepções a partir de elementos específicos, próprios da cultura popular presente nos espaços da periferia.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

*Meu gosto de ler e escrever se dirige a uma certa utopia que envolve uma certa causa, um certo tipo de gente nossa. É um gosto que tem que ver com a criação de uma sociedade menos perversa, menos discriminatória, menos racista, menos machista que esta. Uma sociedade mais aberta, que sirva aos interesses das sempre desprotegidas e minimizadas classes populares e não apenas aos interesses dos ricos, dos afortunados, dos chamados “bem nascidos”. (...)*

*Sou leal ao sonho. Minha ação tem sido coerente com ele. Exigente com a ética, considero que ela tem a ver com a coerência com que se vive no mundo, coerência entre o que se diz e o que se faz. Por isso, não temo a crítica ao trabalho que se realizou (...). Considero que a crítica, quando feita de maneira ética e competente, faz com que nossas ações se aprofundem ou se reorientem. Aprendemos com elas.*

*Paulo Freire*

A organização e a adequação da estrutura planejada para o desenvolvimento desta tese foram alcançadas com base na tríplice temática que forma o conjunto do trabalho. Violência, televisão e prisão, assim, foram campos de interesse que perpassaram a abordagem do nosso objeto de estudo, as apropriações que os presos fazem de um telejornal policial. Três matérias que, por si só, independentemente da ordem apresentada, podem movimentar as reflexões acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento. Tentamos, de maneira arriscada, uni-las para entender, especificamente, a relação que é construída entre o homem do cárcere e um subgênero específico da programação da televisão brasileira. Neste ínterim, a violência serviu como pano de fundo para compreendermos tanto a prisão quanto a televisão em nosso país, pois ela está imbricada nas relações e formas culturais das duas instituições sociais mencionadas.

A abordagem sobre a violência, por sinal, nos mostrou o quão complexo é este fenômeno social. São diversas possibilidades de estudá-la e compreendê-la para que sejam efetuadas proposituras que refreiem suas manifestações. Não há um único caminho a seguir para o alcance desta meta. É necessário, sim, apreendê-la sob a perspectiva de múltiplos olhares no interior de uma grande área teórica que se apresente de maneira interdisciplinar. Se a violência é intrínseca ao ser humano, suas manifestações nunca se mostram iguais, pois se transformam de acordo com a organização do grupo social em que ela é concebida. É também por este fator que devemos considerar os aspectos histórico-culturais, quando da análise de qualquer fenômeno social que envolva ações de ordem violenta.

Reconhecemos a dificuldade para se impetrar uma única definição para o que é violência. Todavia, seguimos o caminho em que a sua origem está relacionada ao uso da força por parte dos seres humanos de forma intencional, intimidatória e dominadora. Os esforços dos homens para conter as manifestações de violência, comumente, caminham em direção a mais violência. É preciso controlá-la. Mas esse controle não pode ser idealizado a qualquer preço. Vimos que, muitas vezes, os poderes públicos respondem com violência os atos de violência de sua população. E, antes mesmo de uma 'resposta', não podemos deixar de destacar que o próprio Estado é o primeiro a violentar seus cidadãos, a partir do momento em que não oferece as condições mínimas para que a vida seja edificada dignamente. Percebemos, desta



maneira, que a violência, em seus estados e atos, tem um caráter ambivalente em sua composição e aparição.

Nossa análise da violência também percorreu as esferas da televisão. Há a clara necessidade de mais estudos acerca da presença da violência na programação das emissoras de televisão, fugindo das já tradicionais reflexões que a vincula aos aspectos de comportamento agressivo ou aos efeitos catárticos nos seres humanos. Não concebemos uma relação de estímulo-resposta entre a tevê e seu público. Descartamos o puro e simples fato de que a televisão influencia as ações dos seus telespectadores. É preciso ampliar o olhar para o processo como um todo, percebendo a mediação que há entre as lógicas de produção, as competências de recepção, os formatos industriais e as matrizes culturais, conforme nos ensina Martin-Barbero e que tem sido estudado pelo GPAT para compreendermos os processos constitutivos entre comunicação, cultura e política. É por isso que os estudos neste campo audiovisual têm se apresentado de forma relevante nas linhas de pesquisa em comunicação.

Procuramos oferecer nossa contribuição, partindo para a realização de uma pesquisa empírica em que pudéssemos ouvir os participantes a respeito da recepção que realizam dos programas televisivos. Percorremos, para tanto, a cultura nacional, enfatizando os aspectos da violência social na contemporaneidade, de forma a entender o uso popular da televisão em nosso país, para que conseguíssemos realizar um estudo de recepção. Desta maneira, nos distanciamos de qualquer proposta teórica onde o público receptor fosse percebido enquanto seres passivos e submetido às manipulações do meio televisivo.

Não é tarefa fácil para o pesquisador encarar uma disciplina multiteórica, como é o caso da Comunicação. É preciso um processo permanente de avaliação daquilo que tem sido pesquisado mundo afora para não cair em devaneios isolados e de nula contribuição acadêmico-social. Tivemos a preocupação de não dividir a pesquisa, quando da análise televisiva, entre os elementos de produção e os elementos de recepção, assim como também não desconsideramos o contexto social pertinente a esse processo comunicacional. Para tanto, nossa opção de base investigatória foi a dos Estudos Culturais haja vista a possibilidade de abertura para diferentes áreas de conhecimento, facilitando a construção de uma metodologia que conseguisse contemplar o tripé temático destacado anteriormente.

A análise da televisão, em especial do jornalismo desenvolvido nesta mídia, deve ser realizada sob o olhar da industrialização da informação jornalística. Assim sendo, os processos sensacionalistas de construção da notícia, com dramatizações e espetacularizações da realidade, além da articulação e associação de duas importantes áreas da produção cultural, a informação e o entretenimento, fazem emergir um novo modo de fazer jornalismo, diferente do jornalismo tradicional, que envolve elementos da cultura popular. Cultura esta que, aqui, assumiu a realidade da vida nas periferias dos grandes centros urbanos, onde a violência é uma vizinha indesejada e a televisão uma das poucas amigas que informa e entretém.

Entre os diferentes tipos de violência, no nosso entendimento, a mais aparente delas é a violência criminal, não somente por sua visibilidade e marcas exteriores, mas também por seu impacto interior na vida das pessoas vitimadas e daqueles que a circundam. Rompe-se, na maioria das vezes, com as normas sociais, mas também proporciona danos no físico e no espírito da vítima. No Brasil, o crime que melhor retrata esse tipo de violência é o assassinato. E não são poucos que vêm ocorrendo em todo território nacional. Hoje, não podemos mais afirmar que somente as grandes cidades, capitais e regiões metropolitanas, que os grandes centros urbanos apenas, apresentam índices alarmantes de violência. Cresce, cada vez mais, os processos de espalhamento e de interiorização desse fenômeno por regiões e municípios que, até pouco tempo atrás, não conviviam com os fortes e tristes dramas alusivos a esta situação social.

No caso da Região Metropolitana de Salvador, cenário que compõe o contexto social que permeou a nossa pesquisa, ano após ano, os números da criminalidade têm crescido vertiginosamente. São quase duas mil mortes por ano provocadas, quase na totalidade das ocorrências, por armas de fogo. As vítimas são, em sua maioria, homens jovens, entre 15 e 24 anos de idade, moradores das zonas periféricas de um dos treze municípios da referida RM, que começaram a se envolver precocemente com o lado criminoso da vida. Tivemos a oportunidade de verificar como a relação juventude-criminalidade é presente e atuante na realidade baiana, por meio das visitas à Penitenciária Lemos Brito, no Complexo Penitenciário do Estado da Bahia, em Salvador. Observamos por lá centenas e centenas de jovens que, ao invés de estarem estudando e trabalhando fora dali, participando ativamente dos processos de aprendizagem e das atividades laborais na grande sociedade, encontram-se atrás das

grades, mantendo suas vidas sob a batuta da inoperância do Estado e da passividade dos homens que atuam naquele espaço, aguardando o tempo passar até a chegada da tão sonhada data da liberdade.

É este quadro social violento que alimenta diariamente os programas populares da televisão brasileira. No caso específico dos telejornais policiais, as notícias são construídas com base nas ocorrências de tráfico de drogas, assaltos, roubos e, principalmente, homicídios. O derramamento de sangue, por sinal, é a menina dos olhos de tal programação, principal motivo para a produção de notícias com o apelo dramático, onde as famílias aparecem desesperadas na tela da tevê devido à perda de um ente querido. As operações policiais, por sua vez, aparecem como o carro-chefe das reportagens, quando a intenção é mostrar a dinâmica de enfrentamento e repressão da criminalidade nas periferias dos municípios. Correria, muito barulho e fatos surpreendentes fazem parte deste universo espetacular que lembra filmes de ação hollywoodianos.

A produção sensacionalista do *Se Liga Bocão*, apesar de se mostrar importante no conjunto dos nossos estudos, não foi a única a nos chamar a atenção no desenvolvimento do trabalho. Também nos atentamos à interpretação dada às matérias veiculadas diariamente, ou seja, procuramos entender como o referido programa participa dos processos de produção de sentido realizados por seus telespectadores. Assim sendo, envolvemos em nossas análises o contexto social em que ocorre esse processo de produção e recepção. Esta perspectiva metodológica, baseada na variação do telejornalismo com temática policial, abordando as notícias do *Se Liga Bocão* enquanto formas culturais de um determinada realidade, nos ajudou a entender este telejornal como parte integrante da cultura da Grande Salvador. A vida cotidiana, portanto, permeia as produções do referido programa, fazendo-o ampliar a sua finalidade para além da simples informação, trabalhando também com a estratégia do entretenimento.

Acompanhando sistematicamente o telejornal *Se Liga Bocão*, e tendo realizado análises mais detalhadas do seu modo de endereçamento por um determinado período, podemos concluir que o programa se constrói em torno da presença do seu apresentador. Zé Eduardo, com a colaboração dos seus repórteres e cinegrafistas, principalmente, endereça para seu público mensagens que giram em torno da violência

criminal, temática que preocupa bastante a população nos dias atuais. O jornalismo veiculado diariamente pelo programa da TV Itapoan/Record se sustenta nas expectativas sociais que delegam a ele o papel de vigilante social, atento aos acontecimentos da ordem policial. Notamos, assim, que as estratégias escolhidas pelo telejornal para alcançar sua audiência são construídas por via da espetacularização da violência social, dramatizando a vida e o cotidiano daqueles que pertencem à parcela mais humilde da população.

É declaradamente perceptível que uma das ações mais marcantes empreendidas pelo Se Liga Bocão é a espetacularização dos conteúdos. Decerto, não há surpresa alguma neste apontamento. Porém, esse processo de construção espetacular das notícias não acontece isoladamente. Foi por isso que pensamos que a coleta de dados não poderia se ater única e exclusivamente à temática do (tele)jornalismo, pois sofreria o sério risco de se obter resultados de frágil sustentação. Seria preciso contemplar o que de mais importante perpassa pela produção das notícias neste telejornal. Mesmo que as premissas jornalísticas de profunda informação, objetividade, imparcialidade, investigação e interesse público não sejam configuradas no Bocão, não significa que a prática jornalística não é efetivada neste espaço da mídia baiana. É plenamente factível observá-lo pelo viés do popular, assegurando uma leitura sem preconceitos e que contemple elementos da cultura local. Com o uso do conceito de modo de endereçamento, concluímos que o estilo do Se Liga Bocão evoca para si o papel de delegado da população baiana. Vai além até, configura-se como o juiz dos assuntos que beiram a violência criminal, o dono da verdade, simbolizado pelo seu apresentador Zé Eduardo, que é a cara e o cara do programa.

Neste contexto de vigilância social, há que se perceber que, mesmo demonstrando preocupação com o cenário de violência, o Se Liga Bocão exalta as forças policiais. A cada acompanhamento das operações policiais, seja da civil ou da militar, planejadas ou corriqueiras, são expressos elogios ao trabalho executado pelos homens da lei, sendo possível detectar os acordos tácitos estabelecidos pelo programa para a construção do seu estilo televisivo.

Tendo o objetivo explícito de alcançar mais telespectadores, o Se Liga Bocão demonstra estar preocupado com a instituição de hábitos de audiência e a fidelização dos seus telespectadores por meio do seu modo operante de se fazer

jornalismo, isto é, imagens espetaculares em detrimento de informações mais apuradas. A ideia é mostrar cenas impactantes, que impressionem o público receptor, a respeito da criminalidade nas cidades baianas, alertando para os perigos da vida contemporânea, porém, ao mesmo tempo, acalmando-o por meio da divulgação das ações policiais que combatem os fatos desta natureza. Por isso, apenas, se comparado às produções jornalísticas de caráter tradicional, poderia se imaginar que o referido programa não constrói um telejornalismo de qualidade. Contudo, no campo do telejornalismo popular, há outras esferas que permitem a verificação de tal prerrogativa.

O Se Liga Bocão consegue criar uma relação singular com os seus telespectadores. Para tanto, o apresentador Zé Eduardo se exhibe como figura central dentro do telejornal. Ele funciona como o termômetro do programa, procurando mantê-lo com a temperatura bem elevada, mesmo que para isso seja necessário *esquentar* algumas reportagens. Zé Eduardo só não vai às ruas cobrir os fatos da violência cotidiana. De resto, dentro do estúdio, defronte as câmeras, ele faz de tudo no programa: conduz as notícias do dia, tece seus comentários explosivos contra a bandidagem, rasga elogios aos policiais, realiza *merchandising*, oferta dinheiro àqueles que “*estão na pindaíba*”, enfim, tenta prender ao máximo a atenção dos telespectadores. Ele é o reconhecido *bocudo*, o Bocão, que alardeia preocupação com as mazelas sociais percebidas no Estado da Bahia, principalmente no que diz respeito às anomias criminais observadas na sociedade soteropolitana, reclamando às autoridades e exigindo intervenção policial em benefício da população moradora das áreas periféricas de modo a minimizar o sofrimento dessas pessoas. Essa é a sua missão. É assim que ele legitima seu poder junto ao povo que, por consequência, o confere o *status* de representante legal dos mais humildes.

Na ausência do Estado, dos poderes constituídos socialmente, o Se Liga Bocão, por meio do texto verbal utilizado pelo apresentador Zé Eduardo, procura assumir o *status* de representante do povo, o legítimo detentor do poder, que possui condições de intervenção junto às autoridades locais para conseguir benefícios que supram as necessidades da população. Desta maneira, o referido telejornal vai construindo uma relação proximal com seus telespectadores, mostrando que conhece e entende a realidade do povo. Este, por sua vez, ao longo dos anos, vem legitimando o poder apregoado pelo próprio apresentador, tamanha é a audiência do programa. O resultado dessa relação é a credibilidade construída a partir da indignação demonstrada

pelo modo de vida das pessoas mais necessitadas e pela presença da violência na sociedade atual. Indignação que dá origem à suposta obrigação de combater esse quadro social de maneira que amenize o sofrimento desta parcela da população. É como se o Se Liga Bocão tivesse o poder de resolução das manifestações de violência na Bahia.

O poder midiático construído por Zé Eduardo é sinônimo de confiabilidade por parte dos seus telespectadores. Contudo, por mais que se intitule porta-voz do povo, defensor dos oprimidos, o Se Liga Bocão, na verdade, acaba por estimular um ambiente cada vez mais repressivo, autoritário, aumentando o medo social, à medida que não apresenta perspectiva alguma de transformação da realidade, não cumprindo o seu verdadeiro papel de agente cultural capaz de colaborar na ressignificação da vida das pessoas. A população é apresentada como vítima e, seguindo a proposta do telejornal, permanece como vítima, mantendo a continuidade do programa no estilo de vigilante da sociedade e benfeitor dos mais necessitados.

O pacto de proximidade entre o programa e os telespectadores é efetivado constantemente pelo apresentador Zé Eduardo. Verbalizando que conhece de perto os bairros mostrados nas reportagens, interpelando a audiência com perguntas para saber *“como está a situação aí na sua área”*, convidando a população para participar por e-mails e telefonemas, chegando ao ponto de intimar as pessoas para que denunciem mais crimes cometidos por aqueles que estão sendo mostrados nas reportagens ou informem a polícia o paradeiro de suspeitos que podem ter cometido os crimes divulgados naquele espaço, ele dá o tom de apelo popular do programa, demonstrando o interesse permanente de efetivar a inclusão de todos aqueles que assistem ao programa, fazendo-o funcionar como uma plataforma midiática de múltiplos olhares e vozes, onde cada telespectador não é um mero receptor das informações transmitidas, mas um sujeito ativo do processo que se delineia diariamente.

A indignação demonstrada pelo apresentador Zé Eduardo diante das ocorrências de violência é parecida com a raiva evidenciada pelos presos a cada reportagem veiculada pelo programa. Chegaram a nos questionar se era permitido, se era válido, tais procedimentos, tamanha a discordância com aquilo que era mostrado. Percebemos que os entrevistados, após destacarem o vínculo dos repórteres e até mesmo do apresentador com o aparelhamento policial, compararam as atitudes empregadas pela produção do programa às ações fraudulentas realizadas pelos homens da lei. Quando

afirmaram que o telejornal Se Liga Bocão marcha lado a lado com a polícia, um dos tópicos destacados foi a construção da realidade de acordo com o interesse destas duas esferas, ou seja, a audiência na visão do programa e a prisão dos criminosos na percepção policial.

O programa, então, altera a realidade que está sendo registrada – latidos de cães, sirenes de viaturas, aumento do número de policiais envolvidos nas operações etc. E as forças de segurança preparam o cenário para que o suspeito, o envolvido na ocorrência, seja ainda mais prejudicado e tenha a vida mais tolhida diante da Justiça – coagir para que o detido *assine* um crime que ainda não se tem provas suficientes para incriminá-lo, *plantar* uma quantidade de drogas e acusá-lo de que é aquele o montante que realmente transportava, forçar a confissão do sujeito no envolvimento de crimes não elucidados até então, delatar o nome e o paradeiro de outros parceiros etc.

Ficamos com a clara noção de que o Se Liga Bocão percorre este modelo de instância produtora confortavelmente, confiando, inclusive, no alcance de uma audiência elevada, até mesmo porque se intitula como um programa do povo. Porém, o simples ato de veicular o que acontece nas regiões mais periféricas das cidades não significa estar junto com os mais humildes, como apregoa o apresentador Zé Eduardo. Mostrar as pessoas, dar voz a elas, não significa que as camadas mais baixas da população constroem o programa. Parece-nos muito mais uma tentativa de inclusão às avessas.

A pesquisa realizada no interior da Penitenciária Lemos Brito fez com que percebêssemos que, por mais que haja uma constante convocação por parte do Se Liga Bocão àqueles que estão localizados nos bairros mais carentes das cidades da Grande Salvador, e os presos se reconheçam enquanto moradores destes lugares, o público pesquisado não se sente inserido nas edições deste telejornal. Para eles, não há uma legítima participação desta parcela pobre da população. E, no caso especial da prisão, a audiência ao programa ocorre, quase que exclusivamente, devido ao teor das matérias veiculadas. Neste sentido, um dos depoimentos obtidos por nós resume bem essa situação: “*quem tá no crime, precisa ficar sabendo o que tá acontecendo por aí*”. É como se o programa funcionasse como recurso de estudo para aqueles que, além de se informarem sobre o crime, têm a pretensão de se formarem mais profundamente nele. Desta maneira, rejeitamos a hipótese levantada no início de nosso trabalho, quando

supomos que os sujeitos privados da liberdade pudessem fazer uso do telejornal dentro do cárcere para que (re)encontrassem seus lugares no mundo longe da criminalidade a partir do sentido atribuído às notícias veiculadas diariamente. Pela pequena amostra focada na pesquisa, notamos que aqueles que sinalizaram por abandonar o crime foram os que justamente não sustentavam muita atenção ao programa ali dentro da penitenciária.

As histórias de vida dos presos foram expostas e tomadas neste trabalho como interpretações autorizadas dos acontecimentos noticiados pelo telejornal Se Liga Bocão pelo fato de apresentarem trajetórias pessoais ligadas à realidade histórica e social que compõe a produção do referido programa. Assim sendo, com os encontros realizados na Lemos Brito, obtivemos relatos de práticas sociais que circularam por aspectos objetivos, principalmente no que diz respeito à prisão quanto aos seus aspectos institucionais, e também subjetivos, a partir do momento que revelaram os costumes e os valores individuais dos sujeitos que ali estão que dão embasamento às relações sociais vivenciadas diariamente, 24 horas por dia, naquele espaço de convivência reclusa.

A vida que se constrói e reconstrói dentro do cárcere, efetivamente, não tem criado condições para que os presos possam vislumbrar um futuro diferenciado para suas histórias pessoais. Qualquer pessoa que faça uma rápida visita a uma instituição prisional, que não precisa ser necessariamente a PLB, perceberá facilmente que o Estado não se faz presente ali dentro. No mundo da criminalidade, assim como tudo aquilo que diz respeito aos fatos sociais, nada acontece por um acaso do destino. As situações de violência, por exemplo, vão sendo construídas pelos homens em determinados contextos sociais por uma série de motivos específicos. É preciso, então, identificar os padrões estabelecidos na dinâmica da vida criminal no espaço urbano, as concentrações que envolvem os diferentes tipos de crime, e suas possíveis causas, para se pensar em ações que apaziguem aquela realidade: por que um tipo de crime acontece mais naquele lugar? quais as características envolvidas no cometimento deste crime? há relação com os problemas socioeconômicos da cidade? quais as “dívidas” do poder público junto às pessoas, aos jovens, que cometem crimes?

Na prisão, atividades formais, institucionalizadas, são raras: atendimentos jurídico e terapêutico para uma acanhada minoria, educação escolar para alguns,



trabalho para pouquíssimos, cursos de formação profissional para uma ninharia etc. No entanto, a alienação parece estar à disposição de todos. Contrapondo-se a esse processo de inoperância, os presos se organizam e tentam, da maneira deles e dentro dos limites que lhe são permitidos, fazer a “cadeia andar”. E é nesta organização interna que acontecem atividades corriqueiras que, indiretamente e, às vezes, inconscientemente, aparecem como proposituras de combate aos processos alienantes vividos ali diariamente. Assim, surgem atividades esportivas, religiosas (em parceria com diferentes igrejas), oficinas de artesanato, debates sobre situações da prisão e de fora dela, diálogos informais, enfim, a vida vai resistindo e se fortificando no coletivo carcerário.

Uma companheira quase que inseparável da pessoa que está no cárcere é a televisão. É por meio dela, dos seus programas, que o preso se mantém informado sobre o “mundo lá fora”, podendo servir também como mais um recurso de entretenimento a essa pessoa. Mas mesmo que, a priori, ele esteja mais preocupado em “passar o tempo” ou se “desligar da cadeia”, os programas assistidos – e aqui nos referimos especificamente à programação telejornalística – colaboram na elaboração de diferentes interpretações sobre o acontecimento noticiado em meio à forma como foi veiculado. Desta maneira, as histórias ouvidas por nós relacionam a audiência do Se Liga Bocão à vida social que cada sujeito tinha antes da entrada na prisão e também ao período de vida no cárcere.

As explanações a respeito do programa, ao final da pesquisa, nos pareceram coerentes, quando pensamos na conjuntura construída a respeito da violência criminal brasileira. De maneira geral, os assassinatos que ocorrem diariamente nas cidades vão ganhando a feição de fatos naturais. Prevalece o pensamento de “um a menos” ou de “bandido bom é bandido morto”. A sociedade vai se acostumando com tais acontecimentos, chegando ao ponto de não causar mais estranheza a morte provocada de mais de 20 pessoas em um único final de semana. Pior, grande parcela da população apoia esse tipo de ação, quando parte do aparato policial. Em cima disso, não podemos deixar de mencionar que muitos desses policiais, de reconhecida participação nestas mortes, tornam-se representantes da grande sociedade nas câmeras de vereadores, assembleias legislativas, câmara de deputados etc., via processos eleitorais democráticos.

O Se Liga Bocão acompanha esse raciocínio do extermínio, da higienização social. Disfarçadamente, por meio do discurso policial, há um levante contra os pobres, contra aqueles que estão à margem da sociedade, por mais que tente passar uma imagem de proximidade dos excluídos. Na prisão, na PLB, ouvimos críticas diante dessa dualidade construída nas reportagens. E isso, para nós, foi um dos aspectos mais chamativos da pesquisa realizada. Exemplifica que os presos não são desprovidos da capacidade de pensar, de realizar a leitura do mundo atual, de interpretar suas vidas. Contudo, o que temos visto é a invisibilidade destes sujeitos nos assuntos referentes às penas privativas, como se eles não trouxessem qualidades para opinar sobre assuntos que permeiam suas próprias vidas.

Quando propusemos, lá no início, ir ao encontro das pessoas presas, ouvi-las, trazer suas falas para o interior deste trabalho, a partir das experiências vividas dentro do cárcere e fora dele, preocupava-nos entender o papel da televisão e dos telejornais policiais no contexto carcerário brasileiro enquanto elementos sociais provocadores de interrogações que, por sua vez, podem contribuir com o desenvolvimento e a constituição dos seres humanos que estão cumprindo penas privativas em alguma unidade prisional do Brasil. Esperamos, assim, por meio de um estudo reflexivo sobre a cultura nacional, referendada pela violência, e sobre a comunicação, efetivada na cultura prisional, ter apresentado uma contribuição designada a provocar a ação em si mesma.

Acreditamos que o projeto efetivado aqui, de pesquisa empírica construída e informada teoricamente, apresenta-se relevante no campo da Comunicação, dos estudos televisivos, especificamente, haja vista a necessidade de perceber os processos midiáticos a partir do entendimento do contexto social em que os produtos e os sujeitos estão inseridos. Programas regionais com formatos populares e comerciais, como o Se Liga Bocão, precisam ser estudados perante os estados e as condições contextuais vivenciadas nas práticas comunicativas contemporâneas. Assim sendo, foi possível compreender que o referido programa participa da construção cultural da sociedade baiana pelo viés dos fenômenos da violência social. Há um processo sendo efetivado diariamente que posicionam o alarme e o temor da população diante da cultura criminal noticiada em cada uma das suas reportagens. Em cima disso, no que concerne à população carcerária, aos sujeitos participantes da pesquisa, as apropriações feitas do telejornal sinalizaram para uma discordância quanto ao modo como são construídas as

reportagens, à forma como são interpelados a cada notícia, demarcando um posicionamento legitimado pelas práticas criminosas vivenciadas antes da entrada no mundo prisional.

Os elementos próprios da violência criminal, observados numa perspectiva histórico-cultural, nos forneceram importantes indícios para o melhor entendimento da presença do Se Liga Bocão na programação da televisão baiana. A existência de tal programa só se dá porque a Região Metropolitana de Salvador é uma área em que a violência criminal se faz presente diuturnamente em seu cotidiano. Isto é fato. Se a área de abrangência do programa fosse menos violenta, talvez, programas deste tipo não existissem. Assim, confiamos que este trabalho, construído no cruzamento do modo de endereçamento com a pesquisa empírica de recepção, tenha apresentado importantes apontamentos para o aprofundamento científico no campo da Comunicação, envolvendo reflexões que destacam a televisão na vida dos brasileiros, pois pôde explorar de maneira contextualizada o ciclo de mediação que envolve um produto midiático de matriz cultural popular, cuja configuração posiciona os telespectadores em uma situação de imobilismo social, indo ao encontro dessas pessoas, de tal modo que pudessem expor seus pensamentos, suas apropriações, interpretações e construções a partir das notícias que giram sobre a criminalidade no Brasil, cenário que cada vez mais se torna comum nas cidades metropolitanas ou do interior do país.

O Se Liga Bocão, com o envolvimento único e exclusivo de acontecimentos que abarcam a violência criminal, tenta impor um sentido de sociedade tomada pelo caos, ao mesmo tempo em que sinaliza a possibilidade de manutenção da ordem via aparato policial. Notamos, assim, que há uma intenção explícita para que se mantenha o quadro social em que o programa é configurado como instância de poder, capaz de aniquilar os problemas sociais que são mostrados nas reportagens. Por sua vez, os telespectadores pesquisados, por meio da interpretação e apropriação feitas do programa, nos mostraram que eles resistem a essa tentativa de domínio, já que relutam em aceitar aquela construção de mundo veiculada diariamente.

Para finalizar, acreditamos que esta tese, no contexto dos estudos realizados pelo GPAT ao longo dos mais de dez anos de existência, representa a expansão e o aperfeiçoamento de possibilidades de estudos neste permanente processo de compreensão e análise de programas telejornalísticos do Brasil e do mundo. Seu

resultado mostra que é plenamente factível conjugar a análise acadêmica às impressões populares de um determinado programa televisivo, a partir de uma base teórico-metodológica que atenda as especificidades do subgênero em destaque e envolva de maneira participativa os sujeitos deste processo midiático. No caso em questão, mostramos que o vínculo estabelecido entre a televisão e a sociedade pode ser observado por meio de outro campo de interesse que se apresenta extremamente atual em nossas vidas, a violência. Assim, tendo envolvido sujeitos com histórias de vida na esfera da criminalidade, chegamos a conclusão de que as mediações culturais efetivadas na prisão são configuradas e transformadas de acordo com as experiências vividas por aquele grupo de pessoas. A interseção entre a estrutura social e as ações humanas se mostrou de fundamental importância para que percebêssemos que, se o programa *Se Liga Bocão* é caracterizado pela desconfiança em relação à justiça social na Bahia, há também, por outro lado, a crença de que a legitimação de uma vida digna é possível de ser concretizada desde que haja respeito aos direitos básicos dos cidadãos, claro, ultrapassando o mero clichê de que, com polícia na rua, a segurança pública está garantida à população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. **Tempo social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 3, n. 1-2, p.07-40, 1991.

\_\_\_\_\_. Impasses e desafios à administração carcerária. In: MACHADO, M.L. & MARQUES, J. B. Azevedo. **História de um massacre: Casa de Detenção de São Paulo**. São Paulo; Brasília: Cortez; OAB, 1993.

\_\_\_\_\_. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. *Jornal de Psicologia – PSI*. São Paulo, n. 6, p.7-8, abr/jun 2002a.

\_\_\_\_\_. Violência e contemporaneidade. In: MARIN, Isabel da Silva Khan. **Violências**. São Paulo: Escuta, 2002b.

ALBUQUERQUE, Pedro e FIALHO, Luciana. **Assistencialismo ou sensacionalismo?** Entrevista com José Eduardo, apresentador do Se Liga Bocão. Disponível em <<http://labweb.fsba.edu.br/hipertexto.asp?ID=377>>. Acesso em 12/04/2010.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

AMORIM, Carlos. **Comando vermelho: a história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

\_\_\_\_\_. **CV-PCC: a irmandade do crime**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávilla Araújo. Dramas do cotidiano na programação popular brasileira. In: FRANÇA, Vera. **Narrativas televisivas: programas populares na TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 47-68.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985. Disponível em <[pt.scribd.com/doc/7011287/Hannah-Arendt-Da-Violencia](http://pt.scribd.com/doc/7011287/Hannah-Arendt-Da-Violencia)>. Acesso em 09 set. 2012.

AROUCA, Mônica do Amaral Britto. **Cidade Alerta: o dito e o feito**. São Paulo: USP, 2003. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação)

BARCELLOS, Caco. **Abusado: o dono do morro Dona Marta**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BARROS, Carolyne Reis et al. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de História de Vida. **Revista Mosaico: estudo em psicologia**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007. Disponível em [www.fafich.ufmg.br/mosaico/index.php/mosaico/article...](http://www.fafich.ufmg.br/mosaico/index.php/mosaico/article...) Acesso em 07 out. 2010.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BENTES, Ivana. Aqui Agora: o cinema do submundo ou o tele-show da realidade. **Revista Imagens**, Campinas, Editora da UNICAMP, n. 2, 1994.

BETTO, Frei. **Das catacumbas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Cartas da prisão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORELLI, Silvia; PRIOLLI, Gabriel. **A deusa ferida: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2000.

BORGES, Camila Delatorre e SANTOS, Manoel Antônio dos. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Rev. SPAGESP**. [online]. jun. 2005, v.6, n.1, p.74-80. Disponível em <[http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-005000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-005000100010&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1677-2970. Acesso em 10 mar. 2010.

BORGERTH, Luiz Eduardo. **Quem e como fizemos a TV Globo**. São Paulo: A Girafa, 2003.

BOSI, Eclea. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. 9. ed. Petropolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL, Antonio Claudio. **Antimanual de jornalismo e comunicação: ensaios críticos sobre jornalismo, televisão e novas tecnologias**. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUCCI, Eugênio. Na TV, os cânones do jornalismo são anacrônicos. In: BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre televisão**. São Paulo: Boitempo, 2004, pp. 127-140.

BUORO, Andréa et al. **Violência urbana: dilemas e desafios**. São Paulo: Atual, 1999.

CAMPELLO, Alexandre de Assis. **Novo olhar sobre os telejornais policiais:** interação pelo formato. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social)

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. **A prisão.** São Paulo: Publifolha, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias:** ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004, pp. 07-13.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência:** pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. Disponível em <[www.marcoareliossc.com.br](http://www.marcoareliossc.com.br)>. Acesso em 01 ago. 2011.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo:** crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

COELHO, Maria Thereza Ávilla Dantas e CARVALHO FILHO, Milton Júlio de. **Prisões numa abordagem interdisciplinar.** Salvador: EDUFBA, 2012.

COSTA, Belarmino Guimarães. **Estética da violência:** jornalismo e produção de sentidos. Campinas: Autores Associados; Piracicaba: UNIMEP, 2002.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. In: VIZEU, Alfredo. **A sociedade do telejornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 91-107.

CHRISTINO, Márcio. **Por dentro do crime.** 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2003.

DAHLGREN, Peter. Journalism and popular culture. In: DAHLGREN, Peter e SPARKS, Colin. **Journalism and popular culture.** London: Sage, 2000.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral:** memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



DENCKER, Ada de Freitas & VIÁ, Sarah Chucid da. **Pesquisa empírica em ciências humanas:** com ênfase em comunicação. São Paulo: Futura, 2001.

DIAS, Maria Luiza. **Vivendo em família:** relações de afeto e conflito. São Paulo: Moderna, 1992.

DUARTE, Elizabeth Bastos. **Televisão:** ensaios metodológicos. Porto Alegre: Sulina, 2004.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre os gêneros e formatos televisivos. In: **Televisão:** entre o mercado e a academia. DUARTE, Elizabeth Bastos e CASTRO, Maria Lília Dias de Castro (orgs.). Porto Alegre: Sulina, 2006, pp. 19-30.

DUARTE, Elizabeth Bastos e CASTRO, Maria Lília Dias de Castro (orgs.). **Televisão:** entre o mercado e a academia II. Porto Alegre: Sulina, 2007.

DU RAP, André. **Sobrevivente André Du Rap:** do massacre do Carandiru. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

DUSSEL, Enrique. **A ética da libertação na idade da globalização e da exclusão.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ECO, Umberto. **Lector in fabula:** a cooperação interpretativa nos textos narrativos. Tradução de Attilio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **Viagem na irrealidade cotidiana.** 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ERNESTO, Luarlindo. Era proibido voltar pra redação sem o boneco. In: RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e violência:** tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, pp. 16-17.

FARINA, Modesto. **Psicodinâmica das cores na comunicação.** São Paulo: Edgar Blucher, 1990.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FERREIRA, Maria Emília Guerra. **A produção de esperança numa situação de opressão**: Casa de Detenção de São Paulo. São Paulo: Educ, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977. Disponível em <<http://rede.unifreire.org/pedagogia-noturno/arquivos/foucault-vigiar-e-punir.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANÇA, Vera. A TV, a janela e a rua. In: FRANÇA, Vera (org.). **Narrativas televisivas**: programas populares na TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980a.

\_\_\_\_\_. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. 3.ed. São Paulo: Moraes, 1980b.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE FILHO, João. TV de qualidade: uma contradição em termos? **Líbero**, 4 (7-8): 86-95, 2001.

FREIRE FILHO, João; GRANJA COUTINHO, Eduardo; PAIVA, Raquel (orgs.). **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2008.

FREUD, Sigmund. **Porquê a guerra?** Reflexões sobre o destino do mundo. Lisboa: Edições 70, 1997.

GIANNINI, Silvio. O rosto da periferia: crônicas policiais e reportagens sobre defesa do consumidor fazem do Aqui Agora um fenômeno de audiência até na classe AB. In: **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1262, 18 nov. 1992. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em 24 de setembro de 2012.

GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na comunicação: do sílex ao silício**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOIFMAN, Kiko. **Valetes em slow motion – a morte do tempo na prisão: imagens e textos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

GOMES, Itania et al. Quem o jornal do SBT pensa que somos? Modos de endereçamento no telejornalismo show. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, n. 25, p. 85-98, dez. 2004.

GOMES, Itania. A noção de gênero televisivo como estratégia de interação: o diálogo entre os cultural studies e os estudos da linguagem. **Revista Fronteira**, Unisinos/São Leopoldo-RS, v. IV, n. Número 02, p. 11-28, 2002.

\_\_\_\_\_. Efeito e recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. In: GOMES, Itania e SOUZA, Maria Carmem Jacob de (orgs.). **Media e cultura**. Salvador: PósCom/UFBA, 2003.

\_\_\_\_\_. **Efeito e recepção:** Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

\_\_\_\_\_. Modo de endereçamento no telejornalismo do horário nobre brasileiro: o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM**, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Das utilidades do conceito de modo de endereçamento para análise do telejornalismo. In: DUARTE, Elizabeth Bastos e CASTRO, Maria Lília Dias de Castro (orgs.). **Televisão: entre o mercado e a academia**. Porto Alegre: Sulina, 2006a, pp.107-123.

\_\_\_\_\_. Telejornalismo de qualidade: pressupostos teórico-metodológicos para análise. Artigo apresentado ao GT Estudos de Jornalismo. **XV Encontro da Compós**. Bauru: UNESP, junho de 2006b, pp. 01-15.

\_\_\_\_\_. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. **Revista E-Compós**, v. 8, p. 01-31, 2007.

\_\_\_\_\_. O que é popular no jornalismo popular. In: FREIRE FILHO, João; GRANJA COUTINHO, Eduardo; PAIVA, Raquel (orgs.). **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2008a, pp. 57-79.

\_\_\_\_\_. O embaralhamento de fronteiras entre informação e entretenimento e a consideração do jornalismo como processo cultural e histórico. In: DUARTE, Elizabeth Bastos e CASTRO, Maria Lília Dias de Castro (orgs.). **Em torno das mídias: práticas e ambiências**. Porto Alegre: Sulina, 2008b, pp. 95-112.

\_\_\_\_\_. **Aula de graduação no dia 27/04/2010 da disciplina Comunicação e Cultura Contemporâneas:** discussão da obra *Dos Meios às Mediações* de Jesús Martín-Barbero. Salvador: FACOM/UFBA, 2010.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa:** desafios metodológicos. Disponível em <[sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/24/03.doc](http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/24/03.doc)>. Acesso em 10/09/10.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GREGORI, José. Direitos humanos e direitos civis. In: PINHEIRO, Paulo Sergio & BRAUN, Eric. **Democracia versus violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística**. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

HACKER, Friedrich. **Agressividade: a violência do mundo moderno**. Portugal: Bertrand Amadora, 1973.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: \_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2.ed. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. Codificação/Decodificação. In: \_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2.ed. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

HARTLEY, John. **Understanding News**. London: Routledge, 2001.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Lisboa: Presença, 1973.

JANEIRO, Cassia Cristina Aguiar. **A vida como ela é: um olhar sobre o sensacionalismo no telejornal Aqui Agora**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 1994. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Mercado)

JANOTTI JR., Jeder Silveira. Dos gêneros textuais, dos discursos e das canções: uma proposta de análise da música popular massiva a partir da noção de gênero midiático. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva (Orgs.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: livro da XIV Compós**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

JOANIDES, Hiroito de Moraes. **Boca do lixo**. São Paulo: Edições Populares, 1977.

JOCENIR. **Diário de um detento**: o livro. São Paulo: Labortexto, 2001.

JONES, JR., Anthony Wilfred. **Aqui Agora**: novo padrão de telejornalismo. São Paulo: Metodista, 1995. (Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social)

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

JOST, François. **Seis lições sobre televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

JOZINO, Josmar. **Cobras e lagartos**: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

JUSTO, Henrique & KOLCK, Theodoruo Van. **O teste das pirâmides de cores**. São Paulo: Vetor, 1976.

KRISNAMURTI, Jiddu. **Fora da violência**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1970.

KUPSTAS, Márcia. **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira. **Telejornalismo dramático e vida cotidiana**: estudo de caso do programa Brasil Urgente. Belo Horizonte: UFMG, 2007. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social)

\_\_\_\_\_. **Para além do sensacionalismo**: uma análise do telejornal Brasil Urgente. Rio de Janeiro: E-papers, 2009

LEAL, Bruno Souza. Telejornalismo e autenticação do real: estratégias, espaços e acontecimentos. In: GOMES, Itania (org.). **Televisão e realidade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A TV sob controle:** a resposta da sociedade ao poder da televisão. São Paulo: Summus, 2006.

LEITE, José Ribeiro. **Educação por trás das grades:** uma contribuição ao trabalho educativo, ao preso e à sociedade. Marília: UNESP, 1997. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação)

LEME, José Gonçalves. **A cela de aula:** tirando a pena com letras. São Paulo: PUC, 2002. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo)

LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um:** uma história do comando vermelho. 2. ed. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

LOPES, Geraldo. **O sistema:** corrupção e violência nas penitenciárias brasileiras. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 2000.

LUCINDA, Maria da Consolação, NASCIMENTO, Maria das Graças & CANDAU, Vera Maria. **Escola e violência.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério.** São Paulo: SENAC, 2000.

MACIEL, Rosa Maria. **SOS! Passageiros da agonia. A trajetória do “meu guri”:** o papel da exclusão escolar na gênese da violência. São Paulo: PUC, 2000. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação)

MAFESSOLI, Michel. **Dinâmica da violência.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

\_\_\_\_\_. **A violência totalitária:** ensaios de antropologia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia.** São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Televisão.** São Paulo: Scipione, 1994.

MARQUES, João Benedito de Azevedo. **Democracia, violência e direitos humanos**. 5.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

MARTIN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 39-67.

\_\_\_\_\_. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 4. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MATTOS, Renata Soares Bonavides de. **Direitos do presidiário e suas violações**. São Paulo: Método, 2001.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MEINEL, Valério. André Torres: o homem que organizou o crime. **Revista Trip**. São Paulo, ed. 56, out., 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MELLO, Sílvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES, Luis Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Às cegas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MENDONÇA, Kleber. Em “Linha Direta” com os novos padrões para o telejornalismo. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (orgs.).



**História da televisão no Brasil:** do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 259-277.

MICHAUD, Yves. **A violência.** Tradução L. Garcia. São Paulo: Ática, 2001.

MILLER, Terena Santana. A televisão na rotina das presidiárias do Madre Pelletier. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina (org.). **Comunicação e gênero:** a aventura da pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, pp. 79-107.

MINAYO, Maria Cecília de S. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública.** Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 07-18, 1994. Disponível em <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em 01 set. 2012.

MIRA, Maria Celeste. O moderno e o popular na TV de Silvio Santos. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (orgs.). **História da televisão no Brasil:** do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 159-175.

MOLLINA, Júlio César da Silva et al. **Letras de liberdade.** São Paulo: Madras, 2000.

MORAIS, Regis de. **Violência e educação.** Campinas: Papirus, 1995.

MOREIRA, Antonio Flavio & SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 1995.

NEGRINI, Pedro Paulo. **Enjaulado:** o amargo relato de um condenado pelo sistema penal. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

NOGUEIRA, Adriana Cardoso. **Violência nos telejornais:** a realidade espetacularizada. Campinas: UNICAMP, 2000. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Multimeios)

OBALUAÊ, Neninho de. **Beco sem saída:** eu vivi no Carandiru. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

OLIVEIRA, Edmundo. Prisões: um sistema em crise. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 8, p. 4-6, 1998.

OLIVEIRA, Salete Magda de. **Política e peste: crueldade, plano beveridge e abolicionismo penal**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PUC/SP, 2001.

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. **Jornalismo policial, gênero e modo de endereçamento: uma análise dos programas Cidade Alerta, Brasil Urgente e Linha Direta**. Salvador: UFBA, 2007. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas)

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir? como o Estado trata o criminoso**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

PASSETTI, Edson & SILVA, Roberto Baptista Dias da. **Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva**. São Paulo: IBCCrim, 1997.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A produção do discurso de informação num jornal sensacionalista**. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Comunicação, 1983.

PELLEGRINO, Hélio. Psicanálise da criminalidade brasileira. In: PINHEIRO, Paulo Sergio & BRAUN, Eric. **Democracia versus violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, José. **Violência: uma análise do “homo brutalis”**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

PEREIRA, Vany Leston Pessione. A vida na prisão: o tempo entre parênteses. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 70, 01/11/2009. Disponível em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6942](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6942). Acesso em 13/01/2010.

PEREIRA JR., Luis Costa (org.). **A vida com a TV: o poder da televisão no cotidiano**. São Paulo: SENAC, 2002.

PEREIRA JR., Alfredo Eurico Vizeu e CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo. **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 11-28.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIETÁ, Elói & PEREIRA, Justino. **Pavilhão 9: o massacre do Carandiru**. São Paulo: Scritta, 1993.

PIMENTEL, Elaine. Mobilidade urbana: a violência e a metamorfose das cidades. In: VASCONCELOS, Ruth e PIMENTEL, Elaine. **Violência e criminalidade: em mosaico**. Maceió: EDUFAL, 2009, pp. 73-79.

PINHEIRO, Paulo Sergio. Notas sobre o futuro da violência na cidade democrática. Revista USP – dossiê cidades. São Paulo, mar/mai 1990, n. 5. Disponível em <[www.nevusp.org](http://www.nevusp.org)>. Acesso em 27 jul 2012.

\_\_\_\_\_. **Estado (criminoso) associado: não existem soluções mirabolantes para o Rio**. Rio de Janeiro: O Globo, s.d. Disponível em <[www.nevusp.org](http://www.nevusp.org)>. Acesso em 31 ago 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & BRAUN, Eric. **Democracia x violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PINHEIRO, Paulo Sergio & ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência: do conceito às representações sociais**. Brasília: Francis, 2010.

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. **Educação de adultos presos:** possibilidades e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do Sistema Penal no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Educação. USP, 2001.

PRADO, Maria do Carmo Cintra de Almeida. **O mosaico da violência:** a perversão na vida cotidiana. São Paulo: Vetor, 2004.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime:** a ordem pelo avesso. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere.** 13.ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

RAMOS, Hosmany. **Pavilhão 9:** paixão e morte no Carandiru. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e violência:** tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil:** um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (orgs.). **História da televisão no Brasil:** do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. **O afeto autoritário:** televisão, ética e democracia. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

RIBEIRO, Nilva Ferreira. A prisão na perspectiva de Michel Foucault. In: LOURENÇO, Arlindo da Silva & ONOFRE, Elenice Maria Cammorosano. **O espaço da prisão e suas práticas educativas:** enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUSFCar, 2011.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. **Memórias do cativoiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA, Zeferino. **Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII**. Recife: UFPE, 1996.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa de liberdade: seu fundamento e âmbito**. São Paulo: IBCCrim, 1999.

RODRIGUES, Guilherme S. **Código de cela: o mistério das prisões**. São Paulo: WVC Editora, 2001.

RODRIGUES, Humberto. **Vidas do Carandiru: histórias reais**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

ROSÁRIO, Neumar Almeida. **Jornalismo e melodrama no Jornal Nacional**. Salvador: UFBA, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Jornalismo)

ROXO, Marco. A volta do jornalismo cão na TV. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (orgs.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 177-195.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. O (ab)uso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis. In: SIDEKUM, Antônio. **Alteridade e multiculturalismo**. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2003.

SÁ, Geraldo Ribeiro de. **A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo 1822-1940**. São Paulo: Annablume, 1999.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Os aspectos sócio-econômicos do problema da criminalidade. In: QUEIROZ, José J. (coord.). **As prisões, os jovens e o povo**. São Paulo: Paulinas, 1985.

SAMPAIO, Adriano de Oliveira. **Notícias e cotidiano**: a produção de sentido nos telejornais locais. Salvador: UFBA, 2005. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas)

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. A prática da educação em instituição penal: um estudo sobre o significado da experiência escolar na Penitenciária do Estado. **Revista Ciência e Profissão**. São Paulo, n. 16, p. 18-23, 1996.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Microfísica da violência, uma questão social mundial**. Ciência e Cultura (on line). São Paulo, jun/set 2002, vol. 54, n. 1. Disponível em <[www.cienciaecultura.bvs.br/scielo](http://www.cienciaecultura.bvs.br/scielo)>. Acesso em 07 set. 2012.

SANTOS, Mirella de Freitas. **Apropriação do popular pelo telejornalismo brasileiro**: análise dos programas Se Liga Bocão, Balanço Geral e Que Venha o Povo. Salvador: UFBA, 2009. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas)

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SARTORI, Gionanni. **Homo Videns**: televisão e pós-pensamento. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHLESNER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. 2. ed. Curitiba: EDUFPR, 2001.

SCOTT, Ian. **O teste das cores de Luscher**. Rio de Janeiro: Renes, 2006.

SERRALVO, Flávia Silveira. **Tragédias do final da tarde**: a configuração de notícias nos telejornais policiais Brasil Urgente e Cidade Alerta. São Paulo: UNIP, 2006.

(Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação)

SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHERNEY, Leo; SCHWARTZ, Roberto (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. Tradução de Regina Thompson. São Paulo, Cosac & Naify, 2001.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo**: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação da liberdade**. São Paulo: USP, 2001. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação)

SILVA, Rodrigo Barbosa e. **O ensino escolar na penitenciária de Marília**: reflexões sobre a prática educativa em busca da liberdade. Marília: UNESP, 1999. (Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia)

\_\_\_\_\_. **A escola pública encarcerada**: como o Estado educa seus presos. São Paulo: PUC/SP, 2004. (Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo)

\_\_\_\_\_. **A escola pública encarcerada**: como o Estado educa seus presos. Palmas: UNITINS, 2007.

\_\_\_\_\_. **Humanização e direitos humanos no sistema prisional**. Palmas: Secretaria Estadual de Educação, 2008.

\_\_\_\_\_. **Arroz, feijão e sangue**: o telejornal policial no cardápio de almoço dos brasileiros. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, set 2010.

SILVA, Karina de Araújo. **Videoreportagem e telejornalismo: modo de endereçamento e gênero televisivo**. Salvador: UFBA, 2010. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas)

SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sociedade, mídia e violência**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina: Edipucrs, 2006.

\_\_\_\_\_. **A comunicação do grotesco**. Petrópolis: Vozes, 1971.

SOUZA, Fátima. **PCC: a facção**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SOUZA, Percival de. **A prisão: histórias dos homens que vivem no maior presídio do mundo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

\_\_\_\_\_. **O sindicato do crime: PCC e outros grupos**. São Paulo: Ediouro, 2006.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TORRES, André. **Exílio na Ilha Grande**. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

TRAVERSO-YÉPES, Martha. **Os discursos e a dimensão simbólica, uma forma de abordagem à Psicologia Social**. Estudos de Psicologia. Natal, jun 1999, vol. 4, n. 1, p. 39-59.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.



VASCONCELOS, Ruth. Violência e intolerância na mídia e seus efeitos no tecido social. In: VASCONCELOS, Ruth e PIMENTEL, Elaine. **Violência e criminalidade: em mosaico**. Maceió: EDUFAL, 2009, pp. 81-116.

VASCONCELOS, Ruth e PIMENTEL, Elaine. **Violência e criminalidade: em mosaico**. Maceió: EDUFAL, 2009.

WAINBERG, Jacques A. Mídia e violência. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. São Paulo: Instituto Sangari, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: 1780-1950**. São Paulo: Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.